UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PÓS-GRADUAÇÃO

SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM CIDADES MÉDIAS GAÚCHAS
CAXIAS DO SUL, PASSO FUNDO, PELOTAS E SANTA MARIA

DIEGO FERRETTO

SÃO PAULO 2018

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PÓS GRADUAÇÃO

SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM CIDADES MÉDIAS GAÚCHAS
CAXIAS DO SUL, PASSO FUNDO, PELOTAS E SANTA MARIA

DIEGO FERRETTO

Tese apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo como requisito para obtenção do título de Doutor em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Planejamento Urbano e Regional

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria Cristina da Silva Leme

Exemplar revisado e alterado em relação à versão original, sob responsabilidade do autor e anuência do orientador. O original se encontra disponível na sede do programa.

São Paulo, 08 de dezembro de 2018.

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço Técnico de Biblioteca
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Ferretto, Diego

Segregação socioespacial em cidades médias gaúchas:
Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria / Diego
Ferretto; orientador Maria Cristina da Silva Leme. – São
Paulo, 2018.

222 p..

Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
da Universidade de São Paulo. Área de concentração:
Planejamento Urbano e Regional.

1. Cidades Médias. 2. Estrutura Intraurbana. 3.
Segregação Socioespacial. I. Leme, Maria Cristina da Silva,
orient. II. Título.

ÀS CIDADES DE CAXIAS DO SUL, PASSO FUNDO, PELOTAS E SANTA MARIA

AGRADECIMENTOS

A pesquisa aqui apresentada como tese de doutoramento resulta de um longo percurso de investigação que se inicia no curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, na Universidade Federal de Santa Catarina, e perpassa o período de pós-graduação, realizado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Nesse processo, agradeço fundamentalmente à orientação rigorosa e precisa da Prof.^a Dra. Maria Cristina da Silva Leme, que se envolveu plenamente no desenvolvimento da pesquisa e, nesse longo período de convivência, desde os anos de mestrado, contribuiu com minha formação de maneira generosa e competente. Um agradecimento às colaborações dos colegas da pós-graduação: Andressa Celli, Dinalva Roldan, Izabel Mendes, Kauê Paiva, Marina Régis, Michel Chauí do Valle, Orlando Faya e Rita Canutti.

Dada a abrangência da pesquisa, que englobou quatro cidades no Rio Grande do Sul, sua realização dependeu da colaboração de profissionais vinculados às questões urbanas, inseridos no meio acadêmico ou em órgãos públicos. Destacamos as colaborações dos geógrafos Lilian Mariano da Rocha e Anderson Mendes Rocha, em Santa Maria; dos arquitetos Alexandre Pereira Santos e Maurício Polidori, em Pelotas; da arquiteta Rosana Guarese e do engenheiro Fernando Pasqualotto, em Caxias do Sul.

Foram extremamente valiosas as contribuições dos professores Eduardo Marques e Suzana Pasternak, no exame de qualificação, cujas orientações nortearam o desenvolvimento da segunda parte da pesquisa. Complementarmente agradeço imensamente às contribuições das professoras Maria Encarnação Beltrão Sposito e Maria Inês Sugai, que juntamente aos professores Eduardo e Suzana compuseram a banca examinadora de defesa da tese aqui apresentada, e cujas observações motivam futuros desmembramentos da pesquisa.

Do ponto de vista institucional, esse trabalho se viabilizou no âmbito de uma universidade pública, que mesmo diante de inúmeras dificuldades, forneceu os insumos necessários ao seu desenvolvimento, e me proporcionou o contato com inúmeros profissionais de excelência, reafirmando a importância da manutenção desse patrimônio público, e a necessidade de sua democratização. Agradeço especialmente aos professores Flávio Villaça, Fraya Frehse, Maria Adélia Aparecida de Souza e João Sette Whitaker Ferreira.

Um agradecimento aos colegas (e amigos) de docência: Carolina Fidalgo, Fernanda Militelli, Ligia Pinheiro, Janaína Peruzzo e Sérgio Abrahão. Um agradecimento especial à amiga - arquiteta Luciana Schwandner Ferreira, pela contribuição no desenvolvimento das análises morfológicas. A meus alunos, um amplo agradecimento pela motivação em busca do conhecimento e pela confirmação cotidiana de que essa tarefa vale a pena e constitui a forma mais eficaz de construção de uma sociedade mais justa.

Aos bons amigos de sempre, uma lembrança: Adriana Maillart, Alessandro Muzzi, Ana Paula Arato, Angélica Bier, Cris Kim, Dani Kim, Eduardo Eichler, Elom Guimarães, Gleuson Pinheiro, Graziela Borche, Julio Cecchini, Mirian Baggio, Rafaela Weingartner, Ramon Carvalho, Raquel Baggio, Silvia Moreira, Tammy Almeida e Thalyne Nadja.

Às famílias Ferri e Ferretto, meus pais, Inelda e Luiz Alberto, minha irmã Luciana e minha sobrinha Lívia, um agradecimento pelo amor a mim dedicados. Ao Tibi e Sagui, um obrigado pela confortante presença. E à Elisa, um agradecimento pelas contribuições na formatação e finalização da tese, e sobretudo, à nossa vida e reflexões comuns.

Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando incessantemente, para melhor ou para pior em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço) independentes de sua própria condição. Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação e até o mesmo salário têm valor diferente segundo o lugar onde vivem. As oportunidades não são as mesmas. Por isso a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está.

Milton Santos

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Escalas da segregação Fonte: elaboração do autor a partir de Sabatini <i>et al.</i> (2004)	46
Figura 2: Modelo Kohl-Sjoberg Fonte: elaboração do autor a partir de Rocha (2011).....	54
Figura 3: Modelos espaciais clássicos Fonte: elaboração do autor a partir de Romero (2015)	54
Figura 4: Evolução da cidade latino-americana a partir de Borsdorf, Bahr e Janoschka (2003) Fonte: Buzai (2016)56	
Figura 5: Tipologias de ocupação do solo Fonte: elab. autor a partir de classificação LCZs (Stewart e Oke ,2012)...	95
Figura 6: Esquema conceitual de fator Fonte: (Figueiredo Filho e Silva Jr., 2010, p. 164)	116
Figura 7: Estrutura social e morfologia urbana I Fonte: elaboração do autor Base de dados: Google (2017)	128
Figura 8: Estrutura social e morfologia urbana II Fonte: elaboração do autor Base de dados: Google (2017)	129
Figura 9: Mapas históricos século XIX Fonte: elaboração do autor	140
Figura 10: Mapas e imagens históricos déc. 1940 e déc. 1950 Fonte: elaboração do autor	150
Figura 11: Passo Fundo - COHABs I e II (1984) Fonte: elaboração do autor Imagem: PMPF (1984).....	156
Figura 12: Santa Maria - COHAB Tancredo Neves (déc. 1980) Fonte: Arquivo Histórico Munic. de Santa Maria .	156
Figura 13: Mapas e fotos históricas déc. 1960 a déc. 1980 Fonte: elaboração do autor.....	163
Figura 14: Pelotas - PAR Porto Fonte: Righi Arquitetura	167
Figura 15: Passo Fundo - PAR Boqueirão Fonte: Esplendor Imóveis	167
Figura 16: Passo Fundo - Jardins Nativos Conjuntos MCMV (faixa 1) Fonte: Construtora Priori	168
Figura 17: Assentamentos precários Fonte: elaboração do autor.....	173
Figura 18: Passo Fundo - Frigorífico Z. D. Costi <i>shopping</i> Passo Fundo Fonte: Giaretta (2016), Inovar Incorp. ...	175
Figura 19: Caxias do Sul - <i>shopping</i> Iguatemi 2004 e 2017 Fonte: Google	175
Figura 20: Santa Maria - Condomínio Real Park Fonte: Real Park	178
Figura 21: Caxias do Sul - Condomínio Montalcino Reserva Fonte: Construfácil Urbanizadora.....	179
Figura 22: Passo Fundo - Condomínio La Barra Fonte: Barra Três SBC.....	180
Figura 23: Pelotas - Condomínio Lagos de São Gonçalo Fonte: Trimob	180
Figura 24: Passo Fundo - Jardins Nativos Condomínios Fonte: Construtora Priori.....	181
Figura 25: Pelotas - Parque Una Fonte: Idealiza Urbanismo	183
Figura 26: Pelotas - Bairro Quartier Fonte: Joal Teitelbaum Eng.....	183
Figura 27: Pelotas - Bairro Germani Fonte: Construtora Bagé	183
Figura 28: Passo Fundo - Bairro Cidade Nova Fonte: Bolsa Incorporações	183
Figura 29: Vistas aéreas década 2010 Fonte: elaboração do autor	187
Figura 30: Local Climate Zones - LCZs Fonte: Stewart e Oke ,2012, p. 1885	218

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: RS - hierarquia urbana e regionalização	Fonte: elab. do autor	Base de dados: Alves e Silveira (2008).....	65
Mapa 2: RS - PIB dos municípios (2015)	Fonte: Atlas Socioeconômico RS.....		66
Mapa 3: RS - participação dos municípios no PIB	Fonte: Atlas Socioeconômico RS		66
Mapa 4: RS - VAB da agropecuária	Fonte: Atlas Socioeconômico RS.....		67
Mapa 5: RS - estabelecimentos agropecuários	Fonte: Atlas Socioeconômico RS.....		67
Mapa 6: RS - VA bruto da indústria	Fonte: Atlas Socioeconômico RS.....		68
Mapa 7: RS - VA indústria de transformação	Fonte: Atlas Socioeconômico RS.....		68
Mapa 8: RS - VAB bruto serviços (2015)	Fonte: Atlas Socioeconômico RS		68
Mapa 9: RS - empregados do setor de serviços (2015)	Fonte: Atlas Socioeconômico RS.....		68
Mapa 10: RS - IDESE total (2015)	Fonte: Atlas socioeconômico RS		69
Mapa 11: RS - evolução da divisão municipal	Fonte: Atlas socioeconômico RS		71
Mapa 12: RS - distribuição da população absoluta (2010)	Fonte: Atlas Socioeconômico RS.....		72
Mapa 13: RS - população absoluta (2010)	Fonte: Atlas Socioeconômico RS		72
Mapa 14: RS - regiões administrativas e aglomerações urbanas	Fonte: Atlas Socioeconômico RS.....		73
Mapa 15: REGIC (2007)	Fonte: Atlas Socioeconômico RS		74
Mapa 16: RS - biomas	Fonte: Atlas Socioeconômico RS		80
Mapa 17: RS - macrozoneamento ambiental	Fonte: Atlas Socioeconômico RS.....		80
Mapa 18: Caxias do Sul - município e perímetro urbano	Fonte: elaboração do autor		83
Mapa 19: Passo Fundo - município e perímetro urbano	Fonte: elaboração do autor.....		84
Mapa 20: Pelotas - município e perímetro urbano	Fonte: elaboração do autor		85
Mapa 21: Santa Maria - município e perímetro urbano	Fonte: elaboração do autor.....		86
Mapa 22: Caxias do Sul - meio físico	Fonte: elaboração do autor		87
Mapa 23: Passo Fundo - meio físico	Fonte: elaboração do autor.....		88
Mapa 24: Pelotas - meio físico	Fonte: elaboração do autor		89
Mapa 25: Santa Maria - meio físico	Fonte: elaboração do autor.....		90
Mapa 26: Caxias do Sul - tipologias de ocupação do solo	Fonte: elaboração do autor		99
Mapa 27: Passo Fundo - tipologias de ocupação do solo	Fonte: elaboração do autor.....		100
Mapa 28: Pelotas - tipologias de ocupação do solo	Fonte: elaboração do autor		101
Mapa 29: Santa Maria - tipologias de ocupação do solo	Fonte: elaboração do autor.....		102
Mapa 30: Caxias do Sul - densidade e verticalização	Fonte: elaboração do autor		103
Mapa 31: Passo Fundo - densidade e verticalização	Fonte: elaboração do autor		104
Mapa 32: Pelotas - densidade e verticalização	Fonte: elaboração do autor		105
Mapa 33: Santa Maria - densidade e verticalização	Fonte: elaboração do autor.....		106
Mapa 34: Caxias do Sul - estrutura intraurbana	Fonte: elaboração do autor.....		109
Mapa 35: Passo Fundo - estrutura intraurbana	Fonte: elaboração do autor		110
Mapa 36: Pelotas - estrutura intraurbana	Fonte: elaboração do autor.....		111
Mapa 37: Santa Maria - estrutura intraurbana	Fonte: elaboração do autor		112
Mapa 38: Caxias do Sul - estrutura socioespacial	Fonte: elaboração do autor.....		123
Mapa 39: Passo Fundo - estrutura socioespacial	Fonte: elaboração do autor		124
Mapa 40: Pelotas - estrutura socioespacial	Fonte: elaboração do autor.....		125
Mapa 41: Santa Maria - estrutura socioespacial	Fonte: elaboração do autor		126
Mapa 42: Expansão urbana - 1800 a 1880	Fonte: elaboração do autor		139
Mapa 43: Expansão urbana - 1880 a 1950	Fonte: elaboração do autor		149
Mapa 44: Expansão urbana - 1950 a 1990	Fonte: elaboração do autor		162
Mapa 45: Expansão urbana - 1990 a 2017	Fonte: elaboração do autor		186
Mapa 46: Setores de vulnerabilidades	Fonte: elaboração do autor		188
Mapa 47: Setores de amenidades	Fonte: elaboração do autor		189

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: RS - maiores economias (2015) Fonte: elaboração do autor Base de dados: IBGE.....	66
Tabela 2: Serviços especializados Fonte: elaboração do autor Base de dados: IBGE	75
Tabela 3: População (2010) Fonte: elaboração do autor Base de dados: IBGE	75
Tabela 4: Taxas de crescimento anual Fonte: elaboração do autor Base de dados: IBGE	76
Tabela 5: Economia (2015) Fonte: elaboração do autor Base de dados: FEE-RS.....	76
Tabela 6: Estrutura do emprego (2010) Fonte: elaboração do autor Base de dados: IBGE	77
Tabela 7: Rendimento Fonte: elaboração do autor Base de dados: IBGE	77
Tabela 8: Indicadores sociais Fonte: elab. do autor Base de dados: Atlas do Desenvolv. Humano no Brasil.....	78
Tabela 9: Tipologias de ocupação do solo Fonte: elaboração do autor Base de dados: classificação LCZ	96
Tabela 10: Estrutura social - variáveis pré-selecionadas Fonte: elab. do autor Base de dados: IBGE (2010)	115
Tabela 11: Estrutura social - variáveis escolhidas Fonte: elaboração do autor Base de dados: IBGE (2010)....	117
Tabela 12: Grupos sociais - variáveis (2010) Fonte: elaboração do autor Base de dados: modelo SPSS.....	118
Tabela 13: Distribuição dos grupos sociais (2010) Fonte: elaboração do autor Base de dados: modelo SPSS...	120
Tabela 14: Evolução urbana 1800 a 1890 Fonte: elaboração do autor Base de dados: Kalil <i>et al.</i> (1998); Rocha (2011); Vieira (1997); IBGE (1890)	135
Tabela 15: Evolução populacional - 1890 a 1950 Fonte: elab. do autor Base de dados: IBGE	142
Tabela 16: Taxas médias de crescimento anual 1900 a 1950 Fonte: elab. do autor Base de dados: IBGE.....	142
Tabela 17: Evolução populacional - 1950 a 1991 Fonte: elab. do autor Base de dados: IBGE	151
Tabela 18: Taxas médias de crescimento anual - 1950 a 1991 Fonte: elab. do autor Base de dados: IBGE.....	151
Tabela 19: Evolução populacional - 1991 a 2010 Fonte: elaboração do autor Base de dados: IBGE.....	164
Tabela 20: Déficit habitacional (2010) Fonte: elaboração do autor Base de dados: FJP	169
Tabela 21: Aglomerados subnormais Fonte: elaboração do autor Base de dados: IBGE (2010).....	170
Tabela 22: Condomínios horizontais de alta renda Fonte: elaboração do autor	177
Tabela 23: Bairros planejados Fonte: elaboração do autor.....	182
Tabela 24: Teste de KMO e Bartlett Fonte: modelo SPSS.....	219
Tabela 25: Matriz de correlações Fonte: modelo SPSS.....	220
Tabela 26: Comunalidades Fonte: modelo SPSS.....	220
Tabela 27: Variância total explicada Fonte: modelo SPSS	220
Tabela 28: Matriz de componente rotativa Fonte: modelo SPSS	221

RESUMO

O objetivo desta pesquisa consiste em investigar os padrões espaciais e as repercussões dos processos de segregação nas estruturas intraurbanas das principais cidades médias gaúchas: Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria. A segregação é definida como a separação ou afastamento físico de um grupo social relativamente homogêneo em relação aos demais e compreendida como um dos fundamentos da produção do espaço urbano, representando um processo que, simultaneamente, reflete e condiciona as relações sociais, se realizando, portanto, na esfera da dialética socioespacial. Três núcleos analíticos estruturam a tese: o reconhecimento dos respectivos perfis demográficos, socioeconômicos e funcionais das cidades estudadas (capítulo II); a compreensão de suas estruturas socioespaciais intraurbanas, a partir de técnicas estatísticas de análises multivariadas que permitem a identificação e espacialização de grupos sociais e a definição dos atuais padrões de segregação socioespacial (capítulo III); a abordagem da segregação socioespacial em sua dimensão histórica e processual, de forma articulada aos respectivos processos de estruturação intraurbana. Os resultados da pesquisa apontam para a existência de três padrões socioespaciais distintos ao longo do tempo: até o final do século XIX, identificam-se diferenciações socioespaciais que não se configuram segregações de fato, pois a proximidade entre as classes sociais é uma realidade em meio a ocupações compactas; do final do século XIX até a década de 1980 constitui-se e consolida-se o padrão de segregação centro-periferia, caracterizado pela expansão horizontal das cidades, sendo o centro lugar valorizado pelas elites, objeto de concentração de investimentos públicos e privados; a partir de 1990, evidenciam-se processos de reestruturação urbana com novos padrões de autosegregação dos mais ricos em condomínios fechados periféricos, assim como o surgimento de grandes equipamentos periféricos como os *shopping centers*, denotando a emergência de processos de fragmentação socioespacial, ainda incipientes, porém mais complexos que os processos de segregação, pois extrapolam o uso residencial. Historicamente, as cidades de Pelotas e Santa Maria exibem padrões de ocupações mais dispersos em relação à Caxias do Sul e Passo Fundo, assim como processos de segregação mais complexos, demonstrando desde a década de 1980 uma sobreposição ao padrão de segregação centro-periferia, a partir da formação de setores periféricos de grande concentração de camadas de média e alta renda; no caso de Pelotas associados às amenidades naturais, e no caso de Santa Maria motivados por investimentos públicos em grandes equipamentos urbanos. Se comparados às realidades metropolitanas, os processos de segregação socioespacial nas cidades médias estudadas revelam a mesma natureza socioeconômica, assim como padrões espaciais semelhantes, no entanto, apresentam complexidades, escalas e temporalidades diversas, o que define diferentes níveis de determinação sobre o espaço intraurbano.

Palavras-chave: segregação socioespacial; estrutura intraurbana; Caxias do Sul; Passo Fundo; Santa Maria; Pelotas.

ABSTRACT

The objective of this research is to investigate the spatial patterns and repercussions of the segregation processes in the intra-urban structures of the main medium-sized cities of Rio Grande do Sul: Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas and Santa Maria. Segregation is defined as the separation or physical seclusion of a relatively homogeneous social group from others and understood as one of the foundations of urban space production, representing a process that simultaneously reflects and conditions social relations, in the sphere of socio-spatial dialectics. Three analytical cores structure the thesis: the recognition of each of the city's demographic, socioeconomic and functional profiles (chapter II); the understanding of their intra-urban socio-spatial structures, based on statistical techniques of multivariate analysis that allow the identification and spatialization of social groups, and the definition of current patterns of socio-spatial segregation (chapter III); the approach of socio-spatial segregation in its historical and procedural dimension, in regards to their respective processes of intra-urban structuring. The results of the research point to the existence of three distinct socio-spatial patterns over time: until the end of the nineteenth century, socio-spatial differentiations do not constitute actual segregation, since proximity between social classes is a reality in compact occupations; from the end of the nineteenth century until the 1980s, the pattern of center-periphery segregation was established and consolidated, characterized by urban sprawl, with the center being valued by elites, and the object of concentration of public and private investments; since 1990, there is evidence of urban restructuring processes with new patterns of self-segregation of the richest in closed condominiums in peripheral areas, as well as the introduction of large peripheral equipment such as shopping malls, denoting the emergence of socio-spatial fragmentation processes, still incipient, but more complex than the previous processes of segregation, since they extrapolate the residential use. Historically, the cities of Pelotas and Santa Maria have more dispersed patterns of occupation in relation to Caxias do Sul and Passo Fundo, as well as more complex segregation processes, demonstrating since the 1980s an overlap with the center-periphery segregation pattern, evidenced by the formation of peripheral sectors with a high concentration of medium and high income classes; in the case of Pelotas, this process is associated with natural amenities, and in the case of Santa Maria it is motivated by public investments in large urban facilities. Compared to metropolitan realities, the socio-spatial segregation processes in the studied medium cities reveal the same socioeconomic nature, as well as similar spatial patterns; however, they present different complexities, scales and temporalities, defining different levels of determination upon intra-urban space.

Keywords: socio-spatial segregation; intra-urban structure; Caxias do Sul; Passo Fundo; Santa Maria; Pelotas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO I: PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL	29
1.1 Da produção do espaço ao espaço intraurbano.....	31
1.1.1 A perspectiva teórica da produção do espaço	31
1.1.2 O espaço intraurbano e suas especificidades.....	35
1.2 Segregação socioespacial	40
1.2.1 Abordagens da segregação.....	40
1.2.2 O conceito de segregação	43
1.2.3 Modalidades da segregação	51
1.2.4 Causas e consequências da segregação	51
1.2.5 Espacialidades da segregação.....	53
1.2.6 Mensurações da segregação	56
CAPÍTULO II: CIDADES MÉDIAS GAÚCHAS - CAXIAS DO SUL, PASSO FUNDO, PELOTAS E SANTA MARIA	59
2.1 As cidades médias como objeto de estudo	61
2.2 Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria.....	64
2.2.1 Inserção regional	64
2.2.2 Funções urbanas.....	69
2.2.3 Perfis demográficos	75
2.2.4 Perfis socioeconômicos	76
2.2.5 Usos e condicionantes naturais dos territórios municipais.....	80
CAPÍTULO III: ESTRUTURA SOCIOESPACIAL INTRAURBANA	91
3.1 Padrões espaciais de uso e ocupação do solo	94
3.2 Localizações intraurbanas: áreas centrais e setores produtivos	107
3.3 Áreas residenciais e distribuição socioespacial da população	113
3.3.1 Definição dos espaços/grupos sociais	113
3.3.2 Distribuição dos grupos sociais.....	120
3.3.3 Espacialização dos grupos sociais e padrões espaciais de segregação.....	121
CAPÍTULO IV: ESTRUTURAÇÃO INTRAURBANA E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL	131
4.1 Formação urbana e diferenciação socioespacial: 1800-1880	135
4.1.1 Estruturação intraurbana	137
4.1.2 Padrões espaciais de segregação	138
4.2 Expansão urbana e a emergência do padrão de segregação centro-periferia: 1880-1950.....	141
4.2.1 Estruturação intraurbana	143
4.2.2 Padrões espaciais de segregação	148
4.3 Periferização e a consolidação do padrão de segregação centro-periferia: 1950-1990	151
4.3.1 Estruturação intraurbana	153
4.3.2 Padrões espaciais de segregação	159
4.4 Reestruturação intraurbana e fragmentação socioespacial: 1990-2018	164
4.4.1 (Re)Estruturação intraurbana	165
4.4.2 Padrões espaciais de segregação	184
REFLEXÕES FINAIS	191
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	205
ANEXOS.....	215

INTRODUÇÃO

▪ Motivações e objetivos da pesquisa

As desigualdades socioeconômicas constituem um dos traços mais marcantes da sociedade brasileira, sendo objeto de investigação de diversas áreas do conhecimento. Segundo os resultados da pesquisa coordenada por Thomas Piketty¹, o Brasil está entre os 10 países mais desiguais do mundo, sendo 27.8% da renda detida por apenas 1% da população. Segundo Maricato (2007), as desigualdades sociais na América Latina de colonização ibérica resultam de cinco séculos de dominação externa e se combinam, internamente, ao patrimonialismo exercido pelas elites, em que prevalecem relações de favor no exercício do poder, em que a esfera pública é tratada como privada e pessoal, e a detenção de patrimônio se associa aos poderes políticos e econômicos².

Nas cidades, na escala intraurbana, as desigualdades se articulam a processos de natureza espacial, sendo a segregação socioespacial (entendida como a separação ou afastamento físico de um grupo social relativamente homogêneo em relação aos demais) o mais importante deles. Villaça (2011, p. 37) enfatiza que a segregação só poderá ser compreendida satisfatoriamente se articulada explicitamente à desigualdade, e pontua:

nenhum aspecto da sociedade brasileira poderá ser jamais explicado /compreendido se não for considerada a enorme desigualdade econômica e de poder político que ocorre em nossa sociedade. O maior problema do Brasil não é a pobreza, mas a desigualdade e a injustiça a ela associada. Desigualdade econômica e desigualdade de poder político. [...] Transferido para o campo do urbano, a premissa dada passa a ter o seguinte enunciado: nenhum aspecto do espaço urbano brasileiro poderá ser jamais explicado/compreendido se não forem consideradas as especificidades da segregação social e econômica que caracteriza nossas metrópoles, cidades grandes e médias.

O reconhecimento do protagonismo da segregação, enquanto processo espacial associado às desigualdades, constitui a motivação principal desta pesquisa. Nosso objetivo consiste em investigar os padrões espaciais e as manifestações e repercussões dos processos de segregação socioespacial nas estruturas intraurbanas de cidades médias brasileiras, através do estudo comparativo de quatro cidades gaúchas: Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria. De forma ampliada, a questão teórica que nos instiga parte de uma tripla abordagem: a) quais os padrões de segregação socioespacial observados em cidades médias brasileiras? b) de que maneira os processos de segregação se articulam à estrutura intraurbana e qual seu nível de determinação sobre elas? c) existem especificidades relativas aos processos de segregação em cidades médias se comparadas aos espaços metropolitanos?

▪ Perspectivas teóricas

No campo dos estudos urbanos, a segregação socioespacial constituiu, nos últimos cem anos, uma temática privilegiada pelas ciências sociais, sobretudo pela sociologia urbana e pela geografia. Nesse período, a noção de segregação, inaugurada pela Escola de Chicago, tem sido trabalhada sob diversos paradigmas teóricos que nortearam o desenvolvimento da pesquisa urbana. A partir do reconhecimento do espaço como produto socialmente produzido, na matriz marxista, a perspectiva teórica aqui adotada assume a segregação socioespacial como um dos fundamentos da produção do espaço urbano e evidencia sua dimensão negativa derivada da lógica capitalista de produção da cidade; forjada nas contradições

¹ Pesquisa Desigualdade Mundial 2018, coordenada pelo economista francês Thomas Piketty, com objetivo de comparar a desigualdade de renda no mundo, no período de 2001 a 2015. Resultados disponíveis em: < <https://wid.world/>>. Acesso em: 15/05/2018.

² A busca de referências teóricas para se compreender o quadro urbano brasileiro perpassa um conjunto de notáveis intérpretes de nossa formação social, com destaque a nomes como Sérgio Buarque de Holanda, Roberto Schwarz, Francisco de Oliveira, Florestan Fernandes, Caio Prado, Celso Furtado e Raymundo Faoro (Maricato, 2007).

entre valor de uso e valor de troca, a segregação se fundamenta na propriedade privada e na fragmentação socioespacial (CARLOS, 2013).

Definida essencialmente pela sua natureza espacial, a segregação, dentre todos os processos observados nas cidades, talvez seja aquela que mais claramente evidencia a indissociabilidade entre as dimensões social e espacial da vida cotidiana, sendo, portanto, um dos temas centrais da pesquisa socioespacial urbana. A relevância e abrangência do tema, no entanto, frequentemente são reduzidas por abordagens superficiais, resultantes da falta de rigor teórico e metodológico empreendido nas análises. As fragilidades se manifestam na conceituação da segregação, nas possíveis abordagens, nas formas de verificação ou possibilidades de medição do fenômeno, assim como, e talvez mais importante, na inexistência de uma perspectiva teórica clara de subsídio às análises. Dentre as fragilidades, destacam-se a noção empobrecida da segregação restrita a um reflexo da estrutura social, e as análises pontuais do fenômeno desconsiderando o contexto em que se inserem, e a estrutura intraurbana como um todo.

- **Objeto empírico: as cidades estudadas**

A escolha das cidades de Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria como objeto insere a pesquisa na perspectiva analítica associada aos estudos sobre cidades médias, em um contexto em que essas passam a crescer mais do que as metrópoles e apresentam redefinição de suas funções urbanas e papéis regionais, ao passo que se complexificam suas estruturas intraurbanas. A definição de cidade média extrapola os critérios demográficos e reconhece nesses espaços a realização de funções de intermediação no âmbito de uma rede urbana considerando-se relações que se estabelecem em diferentes escalas, da regional à global (SPOSITO *et al.*, 2006).

As cidades selecionadas para a análise se caracterizam como as principais cidades médias gaúchas, que situadas em diferentes regiões do estado, contam com estruturas socioeconômicas particulares, porém têm em comum as funções de polo regional exercidas através da oferta de comércio e de serviços especializados (educação superior e saúde) às suas respectivas áreas de influência.

Suas distintas posições geográficas evidenciam as desigualdades regionais características do Rio Grande do Sul: Caxias do Sul e Passo Fundo situam-se na metade norte do estado, economicamente mais dinâmica que a metade sul, onde estão Pelotas e Santa Maria. Embora o setor de serviços se sobressaia em todos os casos, a economia de Caxias do Sul é impulsionada pela indústria metalmeccânica (a cidade é o segundo polo industrial do estado e um dos mais importantes polos metalomecânicos do país) e Passo Fundo tem no agronegócio o principal elemento dinamizador de sua economia. Em Santa Maria se destacam os setores educacionais, associadas à presença da Universidade Federal de Santa Maria e de atividades militares que conferem à cidade característico perfil terciário; de forma semelhante a cidade de Pelotas se destaca pela presença da Universidade Federal de Pelotas e de atividades de apoio à região.

A escolha de quatro casos, se por um lado busca abarcar as cidades médias mais representativas do Rio Grande do Sul, por outro lado, tem por objetivo reforçar a abordagem comparativa, perspectiva valorizada na pesquisa. Ainda que toda a comparação seja delicada (e que em última instância nem tudo possa ser comparado), acreditamos que a abordagem adotada tem potencial para evidenciar não somente aquilo que é comum às cidades estudadas, mas também dar luz às suas especificidades, fato que rejeita as simplificações e homogeneizações dos processos, aumentando seu potencial explicativo.

▪ Recorte temporal

O recorte temporal da pesquisa corresponde ao período histórico que se inicia com a formação dos núcleos urbanos das cidades de Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria, no século XIX, abarca os processos de crescimento e estruturação ao longo do século XX e se estende aos dias de hoje, contemplando as duas primeiras décadas do século XXI. A definição desse amplo recorte temporal parte da premissa de que a compreensão dos processos de segregação exige a abordagem de períodos de longa duração para que seja possível perceber seus fundamentos, ritmos e padrões espaciais, e sobretudo articulá-los aos processos de estruturação intraurbana.

▪ Hipóteses de pesquisa

Três hipóteses de pesquisa nortearam a investigação:

- a) A construção de representações associadas à qualidade de vida nas cidades médias, forjadas por meio de comparações com grandes cidades e metrópoles, recorrentemente encobrem as desigualdades sociais e a segregação espacial presentes no espaço urbano, impondo aos pesquisadores um desafio teórico e empírico no sentido de investigar em que medida os processos de segregação socioespacial influenciam na estruturação desses espaços.
- b) Recorrentemente, nas cidades médias, a segregação se limita ao uso residencial, expresso no modelo centro-periferia, em que o comércio e serviços, assim como as classes de média e alta renda, se localizam na área central. No entanto, à medida que suas estruturas intraurbanas se complexificam, as áreas residenciais autosegregadas de alta renda apresentam a tendência de concentrar-se também em determinados setores da cidade, fora do centro, e de atrair comércio e serviços de seu interesse, a exemplo de equipamentos como os *shopping centers*.
- c) A natureza dos processos de segregação socioespacial observados em cidades médias parece ser a mesma observada nas grandes cidades e metrópoles, sendo de caráter socioeconômico, uma vez que no Brasil essa dimensão abarca questões de raça e etnia, por exemplo. No entanto, a intensidade e as escalas como esses processos se manifestam, assim como a maneira como se articulam ao restante da estrutura intraurbana, se diferenciam das metrópoles, exigindo ser investigados levando em consideração as especificidades de cada caso.

▪ Estrutura da tese

A tese está organizada em quatro capítulos, o primeiro de cunho teórico metodológico e os demais direcionando à análise empírica de nosso objeto de estudo, as cidades de Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria.

O capítulo I - Produção do espaço urbano e segregação socioespacial tem por objetivo demonstrar a perspectiva teórica à qual o trabalho se filia e posteriormente avançar em uma abordagem pormenorizada da segregação. Assim, evidenciamos a perspectiva teórica da produção do espaço explicitando as especificidades do espaço intraurbano como categoria de análise, e por fim buscamos delinear os contornos teórico-conceituais da segregação.

O capítulo II - Cidades médias gaúchas: Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria cumpre o papel de justificar a escolha das cidades a serem estudadas, contextualiza a abordagem no campo dos estudos sobre cidades médias, e dá luz a aspectos relativos aos perfis demográficos, socioeconômicos e físico-territoriais dos municípios estudados. Esse capítulo tem por finalidade última subsidiar a compreensão dos processos que se estruturam em escala intraurbana, obedecendo a premissa metodológica que aponta a necessidade de sobreposição de escalas analíticas nos estudos sobre cidades médias.

O capítulo III - Estrutura socioespacial intraurbana se propõe analisar a estrutura intraurbana a partir de três enfoques complementares: identificação dos padrões gerais de usos e ocupação do solo; análise das localizações intraurbanas e de seus elementos principais (as áreas centrais, as áreas industriais e as áreas residenciais); análise das áreas residenciais em sua dimensão socioespacial, viabilizada por meio da identificação dos grupos sociais por métodos estatísticos de análise multivariada. A espacialização dos grupos sociais permite demonstrar, de forma articulada à estrutura intraurbana, os atuais padrões espaciais de segregação nas cidades estudadas, viabilizando a construção de uma abordagem comparativa.

O capítulo IV - Estruturação intraurbana e segregação socioespacial tem por objetivo, através do estabelecimento de uma periodização, construir uma abordagem histórica dos padrões espaciais de segregação articulados aos processos de estruturação intraurbana. Essa abordagem visa à compreensão dos atuais padrões espaciais de segregação e de seus níveis de determinação sobre às cidades.

▪ Potencialidades e limitações da pesquisa

A partir de um esforço de revisão bibliográfica, sistematização, organização e análise de dados primários e secundários, por intermédio da elaboração de cartografia temática, a pesquisa oferece uma contribuição importante às quatro cidades estudadas, no sentido de oferecer um material consistente, fértil ao desenvolvimento da pesquisa urbana em suas diversas facetas.

Essa contribuição se evidencia em um universo acadêmico pouco explorado, nos casos de Caxias do Sul e Passo Fundo, cidades que carecem de estudos intraurbanos, ainda que algumas iniciativas se destaquem: em Caxias do Sul são importantes as contribuições de Machado (1999), Nascimento (2009), Nunes *et al.* (2011), Wiggers *et al.* (2010) e Silva (2016); em Passo Fundo, sobressaem-se os trabalhos de Gosh (2002), Kalil (2003), Kalil *et al.* (1998, 2016), Spinelli (2016) e Sobarzo (2010), para essa cidade oferecemos também um contribuição derivada de nossa pesquisa de mestrado (Ferretto, 2012)³. As cidades de Pelotas e Santa Maria, por sua vez, contam com uma produção bibliográfica mais consistente e representativa no campo dos estudos urbanos. Em Pelotas se sobressaem os trabalhos de Catharina (2012), Chiarelli (2014), Lithnov (2014), Moura (2006), Pereira (2013), Peres (2010), Peter (2002), Pinto (2016), Polidori (2004), Silva e Polidori (2008), Ramos (2013), Vieira (2005) e Soares (2002). Em Santa Maria se destacam as pesquisas de Bolfe (2003), Dal'Asta (2009), Faccin (2014), Farias (2011), Machado (2008), Mello (2002), A. Rocha (2016), Netto (2014), Oliveira (2013), Pinheiro (2004), Prado (2012), L. Rocha (2001), Rubin (2013), Salamoni (2008) e Zanatta (2011).

Nossa hipótese é que a presença de universidades públicas em Pelotas e Santa Maria contribuem para o desenvolvimento da pesquisa em diversos campos do conhecimento, incluindo a pesquisa urbana. De todo o referencial bibliográfico a que tivemos acesso, sobressaíram-se as pesquisas realizadas no campo da geografia urbana, sendo aquelas que propiciaram uma visão de conjunto mais consistente no que diz respeito aos processos socioespaciais intraurbanos, com ênfase aos trabalhos de Soares (2002), sobre Pelotas, e L. Rocha (2011), sobre Santa Maria; em menor grau aparecem as pesquisas no campo da Arquitetura e do Urbanismo. As contribuições no campo da História e da Sociologia Urbana são escassas nas quatro cidades, no campo da Economia são mais numerosas, porém mesmo abordando a realidade urbana, geralmente ignoram a dimensão espacial dos processos econômicos.

Para além dos contextos locais em que a pesquisa se insere, oferecemos uma contribuição à ampliação do debate sobre cidades médias enquanto objeto de pesquisa. Ainda que nossa tese não se direcione propriamente ao debate teórico em torno da construção ou validade do conceito de cidade média, por meio da pesquisa empírica contribuímos com a ampliação do universo de cidades médias brasileiras estudadas, trazendo à tona o caso do estado do Rio Grande do Sul, e as especificidades de Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria.

³ A pesquisa intitulada *Passo Fundo: estruturação urbana de uma cidade média gaúcha* foi desenvolvida no curso de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, entre 2009 e 2012, sob orientação da Prof.^a Dra. Maria Cristina da Silva Leme.

As dificuldades encontradas na realização da pesquisa derivam de dois fatores: um de ordem prática, relacionado às fontes de pesquisa e bases de dados; e outro derivado de escolhas metodológicas.

A realização da pesquisa nos exigiu a reunião, sistematização e interpretação de uma grande quantidade de informações, considerando os quatro casos estudados. Os dados espaciais são volumosos, devido a nossa preocupação de localizar os processos intraurbanos através de mapas temáticos. O acesso às bases de dados espaciais, nem sempre existentes ou disponíveis, se constituiu uma limitação a ser contornada. O caso de Passo Fundo foi o mais problemático, uma vez que não existem bases cartográficas georreferenciadas, sendo necessário produzi-las através das bases alternativas disponíveis. As demais cidades apresentam diferentes níveis de desenvolvimento no campo do processamento digital, sendo Caxias do Sul a que oferece a maior quantidade de informações através do portal Geocaxias. No entanto, mesmo no caso de Caxias, as demandas da pesquisa extrapolam em grande medida os dados disponibilizados pelas prefeituras, exigindo sua produção com fontes alternativas, como portais geoespaciais colaborativos, e em diversos casos, a partir da vetorização de dados. Às dificuldades na elaboração cartográfica, soma-se, conforme mencionamos anteriormente, a escassez de pesquisas no campo do urbano, principalmente nos casos de Caxias do Sul e Passo Fundo. A construção da abordagem histórica relativa aos processos de estruturação intraurbana e de segregação socioespacial revelou-se igualmente um desafio diante da escassez ou inexistência de dados e pesquisas no campo da historiografia urbana.

Metodologicamente, o escopo da pesquisa, definido através de um amplo recorte temporal e significativa amostragem empírica, priorizou a construção de um panorama geral valorizando sempre a abordagem comparativa, no intuito de elucidar os traços fundamentais relativos aos processos de estruturação e segregação intraurbanas nas cidades estudadas. Temos ciência, no entanto, que essa opção nos privou eventualmente de aprofundar a investigação de alguns pontos específicos relativos aos processos históricos e socioeconômicos que as constituem, assim como do reconhecimento de personagens e dinâmicas socioespaciais locais que animam o cotidiano dessas cidades.

Em que pesem nossas limitações, o produto aqui apresentado espera contribuir com o desenvolvimento da pesquisa urbana brasileira, enfocando a segregação socioespacial no âmbito de espaços não metropolitanos. Esperamos que esta tese chegue ao leitor oferecendo algum potencial explicativo e de síntese sobre os quais se direcionaram todos nossos esforços em sua elaboração.

CAPÍTULO I

PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

A segregação socioespacial, definida como a separação ou afastamento físico de um grupo social relativamente homogêneo em relação aos demais, embora evidenciada pela sua natureza espacial, representa um processo socialmente produzido que, simultaneamente, gera e condiciona as relações sociais, se realizando, portanto, na esfera da dialética socioespacial. Sua compreensão, sob essa ótica, deriva de uma perspectiva mais ampla relacionada à concepção do espaço social.

Segundo Villaça (2011), na vertente marxista, a concepção do espaço social, e de forma mais concreta do espaço urbano como produto socialmente produzido pelo trabalho humano representou a possibilidade de inserir seu estudo sob a lógica do materialismo histórico, evidenciando a dominação e os conflitos de classe.

Em diversos autores, mas sobretudo (e de forma pioneira) a partir de Henri Lefebvre, a produção do espaço é assumida como uma perspectiva teórica. Com base nesse autor, Carlos (2013) define o espaço como condição, meio e produto da reprodução da sociedade. Para a autora, a segregação constitui um dos fundamentos da produção do espaço urbano na cidade capitalista, e viabilizando-se através da propriedade privada da terra, representa um negativo da cidade e da vida urbana, uma contradição entre seu valor de uso e de troca.

Diante desse debate, destacamos duas ideias principais, as quais assumimos como pressupostos teóricos: primeiro, a superação da simplificação da noção de segregação limitada a um reflexo da estrutura social, por meio do reconhecimento de seu papel ativo na sociedade; segundo, a compreensão da segregação por uma perspectiva teórica mais ampla associada à noção da produção do espaço, evidenciando sua dimensão negativa derivada da lógica capitalista de produção da cidade.

Nesse contexto, esse capítulo se estrutura em dois núcleos: o primeiro ilumina a perspectiva teórica que embasa a pesquisa associada à noção de produção do espaço e evidencia as especificidades do espaço intraurbano; o segundo avança na compreensão da segregação em seus contornos teórico-conceituais.

1.1 Da produção do espaço ao espaço intraurbano

1.1.1 A perspectiva teórica da produção do espaço

O espaço, assim como o tempo, constitui uma das categorias fundamentais do conhecimento, que ao perpassar fronteiras disciplinares, admite uma multiplicidade de significados e acepções, da filosofia à matemática. Nas palavras de Milton Santos (1988), o espaço é o mais interdisciplinar dos objetos concretos, sendo uma preocupação antiga, desde Platão e Aristóteles, a noção de espaço cobre uma ampla variedade de objetos e significações. David Harvey (2015) refere-se ao espaço como uma palavra-chave⁴, o equiparando em complexidade aos conceitos de natureza e cultura, dado o amplo espectro de acepções a que o termo se presta. Segundo Lefebvre ([1985] 2013, p. 123), o espaço estaria na moda na década de 1970, assumindo diferentes adjetivações, “espaço disso, espaço daquilo... - espaço pictórico, escultural, e até musical”, no entanto, no imaginário da maioria das pessoas, o espaço seguia associado à sua dimensão cósmica, aludindo à matemática e à geometria, uma dimensão abstrata, nas palavras do autor um contentor sem conteúdo. Na filosofia, o espaço era tratado como mais uma categoria, na visão dos kantianos um “a priori”, enquanto nas disciplinas que dele se ocupavam, era fragmentado segundo postulados específicos nos campos da geografia, da história e da sociologia.

Segundo Soja ([1989] 1993, p. 18), o debate em torno do espaço, no âmbito das ciências sociais, se estrutura a partir da década de 1970, pois a proeminência do tempo em relação ao espaço através de uma epistemologia essencialmente histórica dominou a maior parte do século XX, perpassando a consciência crítica da moderna teoria social e tendendo a obstruir uma sensibilidade crítica em relação à

⁴ Em alusão à obra *Keywords* (palavra-chave), do pensador marxista Raymond Williams (2007).

espacialidade da vida social, sendo o espaço tratado como fixo, morto e não dialético. Para Limonad (1999, p. 72), o espaço foi negligenciado por parte da teoria social em geral e pelas ciências sociais em particular até a década de 1960, em função da “herança positivista de estanquização do conhecimento em diferentes competências”.

Na sociologia, segundo Frehse (2013, p. 70), a temática espacial tem como precursores os estudos do alemão Georg Simmel⁵ e do francês Émile Durkheim⁶, produzidos ainda no final do século XIX. No entanto, mesmo diante desse pioneirismo, o espaço permanece predominantemente “pressuposto do que objeto epistemológico próprio” na maior parte do século XX, tendo sido assumido explicitamente como tema somente a partir da década de 1980, com o avanço da globalização econômica, “processo que implica uma desespacialização das relações sociais que vai de mãos dadas com a multiplicação de espaços outros, antes insuspeitados, reais e virtuais, locais e globais”.

Na geografia, o reconhecimento do espaço como objeto dessa disciplina ocorre a partir da década de 1970, correspondendo à emergência de uma geografia crítica (ou radical)⁷, fundada no materialismo histórico e na dialética, que rompe drasticamente com as correntes geográficas anteriores e afirma o espaço (social) como categoria central da disciplina. Corrêa (2000, p. 24) destaca três debates fundamentais na corrente crítica da geografia: a presença (ou ausência) do espaço na obra de Marx, a natureza e o significado do espaço, e a identificação de categorias de análise do espaço.

A década de 1970 marca, portanto, a emergência do espaço como objeto de estudo nas ciências sociais através de uma perspectiva crítica, generalizada entre filósofos, sociólogos e geógrafos, partindo, no entanto, de uma matriz teórica em comum: a revisão (e espacialização) do marxismo ocidental (SOJA, [1989] 1993).

A atenção ao espaço e à análise urbana marxista se estruturam em um contexto de grande efervescência cultural, de crise do capitalismo, e de intensificação do processo de urbanização e dos problemas urbanos. No entanto, embora a economia política marxista tenha significado avanços em relação às abordagens convencionais, apresentou limitações bem definidas no tocante à análise urbana, especialmente a incapacidade de escapar das categorias ideológicas do raciocínio dominante, e a consideração de que as formas espaciais são receptáculos de processos econômicos e políticos. A ampliação da abordagem marxista do espaço, extrapolando a esfera econômica e considerando os diversos níveis de organização social, incluindo o político e o cultural, só seria atingida com as formulações do sociólogo espanhol radicado na França, Manuel Castells, e do filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre. Com Castells, a partir da leitura estruturalista do espaço, e com Lefebvre através de uma abordagem da dialética socioespacial. Esses autores, baseados em epistemologias distintas, propuseram-se a superar as limitações da economia política marxista para compreender a natureza da organização espacial, por meio de uma concepção mais ampla entre espaço e sociedade, fornecendo assim alternativas ao pensamento marxista dogmático (GOTTDIENER, [1985] 2010).

Para Castells⁸ ([1972] 2009, pp. 181-82, grifo no original)

⁵ *A sociologia do espaço* (1902) e *Sobre projeções espaciais de formas sociais* (1903), concebidos ainda na década de 1890.

⁶ Retomava suas próprias reflexões, em 1894, acerca do tema “morfologia social”.

⁷ Corrêa (2000) reconhece três períodos na evolução da geografia: o período de institucionalização da disciplina, entre 1870 a 1950, denominado geografia tradicional, caracterizado por abordagens positivistas e historicistas, centradas nas categorias região e paisagem; a década de 1950 define a passagem da geografia tradicional para a geografia teórica quantitativa, calcada no positivismo lógico e na adoção da unidade epistemológica da disciplina a partir das ciências da natureza, sobretudo a física; a terceira fase corresponde à geografia crítica ou radical, pautada no materialismo histórico e na dialética, a partir da década de 1970.

⁸ As teorizações de Manuel Castells em torno do espaço estão expressas na obra *A questão urbana* (1972), em que executa três operações combinadas: uma crítica sistemática das contribuições das ciências sociais aos estudos da urbanização; a construção de um esquema teórico baseado na versão althusseriana da teoria marxista, visando entender os processos sociais subjacentes à problemática urbana; e as investigações empíricas sobre temas da política urbana baseadas no novo arsenal conceitual construído.

o espaço é um produto material em relação com outros elementos materiais - entre outros, os homens, que entram também em *relações sociais determinadas*, que dão ao espaço (bem como aos outros elementos da combinação) uma forma, uma função, uma significação social. Portanto, ele não é uma pura ocasião de desdobramento da estrutura social, mas a expressão concreta de cada conjunto histórico, no qual uma sociedade se especifica.

Nesse contexto, “não há teoria do espaço que não seja parte integrante de uma teoria social geral, mesmo implícita”, sendo necessário, portanto, “estabelecer, da mesma maneira que para qualquer outro objeto real, as leis estruturais e conjunturais que comandam sua existência e sua transformação, bem como a especificidade de sua articulação com outros elementos de uma realidade histórica” ([1972] 2009, p. 182). Com essa afirmação, o autor rejeita a concepção do espaço como uma página em branco e explicita sua filiação à vertente do marxismo estruturalista, cujo maior representante foi Louis Althusser⁹.

Castells insere o debate espacial no paradigma estruturalista visando aplicar a estrutura EPI, composta pelos sistemas econômicos, políticos e ideológicos, ao sistema urbano, assumido como objeto teórico, mais preciso do que a ampla e contraditória noção de espaço. O urbano é definido como unidade econômica, onde as relações socioespaciais são determinadas pela estrutura econômica (dominante no modo de produção capitalista), sendo a força de trabalho e os meios de produção seus elementos fundamentais. O espaço urbano seria a unidade espacial da reprodução da força de trabalho, e os problemas considerados urbanos estariam vinculados estritamente aos processos de consumo coletivo, na leitura marxista denominados meios coletivos de reprodução da força de trabalho, socializados e dependentes da intervenção do Estado para sua produção, distribuição e gestão (CASTELLS, [1972] 2009).

Para Gottdiener ([1985] 2010), a tentativa de Castells de definição de um sistema urbano como uma unidade espacial demonstra uma postura reducionista do autor, típica da natureza discursiva do estruturalismo althusseriano; o próprio Castells reconheceria, no posfácio de *A questão urbana* (1975), que essa tentativa havia malogrado. No entanto, insiste na ideia de que os problemas considerados urbanos estão na esfera do consumo, relacionados ao acesso aos meios de consumo coletivo (habitação, educação, saúde, cultura, comércio etc.) viabilizados pelo Estado. Gottdiener reconhece uma mudança de enfoque analítico em Castells, do desenvolvimento de uma teoria do espaço *per se*, para o desenvolvimento de uma teoria dos problemas urbanos, substituindo a preocupação de explicar como o espaço é produzido para explicar a forma como se produzem os problemas urbanos; dessa maneira, deixando de aplicar o esquema althusseriano a uma teoria do espaço, para desenvolver um aspecto específico dessa teoria: a relação entre Estado e o espaço de assentamento.

Segundo Gottdiener ([1985] 2010), as preocupações espaciais introduzidas pela abordagem marxista, dentro da economia política marxista, e na vertente estruturalista, focalizaram o desdobramento das estruturas econômicas, políticas e ideológicas no espaço, rejeitando a necessidade de uma teoria distinta do espaço em favor de uma abordagem política e econômica das relações sociais desenvolvidas espacialmente. A partir do enfoque na luta de classes entre trabalhadores e capitalistas, na espacialização dos processos capitalistas e na evolução das forças produtivas e da divisão do trabalho, a leitura marxista-estruturalista desenvolveu um raciocínio semelhante à abordagem ecológica dos padrões espaciais entendidos como manifestações diretas das pressões sociobióticas.

⁹ O Estruturalismo consiste em um movimento das ciências sociais dominante na França entre as décadas de 1950 e 1960, que se opôs às teorias da Escola de Frankfurt, forjadas nas décadas de 1920 e 1930, baseadas em uma concepção do capitalismo como totalidade. O estruturalismo propõe um marxismo anti-humanista e anti-historicista que rejeita a ideia da dependência dos fenômenos sociais do comportamento dos indivíduos. O estruturalismo de Althusser tinha por objetivo alcançar o *status* de ciência, “mediante a transformação do materialismo histórico numa teoria da organização social. Toda formação social era uma estrutura constituída de sistemas econômicos, políticos e ideológicos (ou EPI), que possuíam relativa autonomia” (GOTTDIENER, [1985] 2010, p. 117).

A abordagem do filósofo e sociólogo Henri Lefebvre¹⁰ sobre o espaço avança e em relação à economia política marxista e à vertente estruturalista evidenciando as relações dialéticas espaço-sociedade e a perspectiva teórica da produção do espaço. Segundo Lefebvre ([1972] 2016), sua reflexão sobre o espaço se dá em um nível teórico, indo de encontro à filosofia clássica através de sua preocupação com a apreensão da totalidade, pois o espaço desempenha função decisiva no estabelecimento dessa totalidade; no entanto, avança em direção a uma metafilosofia à medida que vincula a teoria à prática, compreendendo, de um lado, a análise crítica da realidade urbana e, do outro, a da vida cotidiana.

Sua proposta é interdisciplinar, pois busca superar as abordagens fragmentárias das ciências parcelares, observando que na década de 1970 o espaço estava na moda, assumindo diferentes adjetivações, porém mantendo-se prioritariamente vinculado à sua dimensão abstrata, desprovido de conteúdo. Negando a concepção de espaço como um dado *a priori*, uma abstração, um dado da natureza, ou ainda como mero suporte (passivo) da vida material, Lefebvre enxerga no espaço o desenvolvimento da atividade social, distinguindo-o, portanto, do espaço geométrico, mental. Nesse sentido, reconhece o espaço como uma realidade social.

A discussão sobre o espaço social se desenvolve em Lefebvre em torno da noção de produção, em que a denominada perspectiva teórica da produção do espaço se associa a um momento da sociedade em que o espaço, no capitalismo, assume papel determinante, se manifestando de forma polivalente, pois constitui um produto que se utiliza, se consome, além de ser também um meio de produção.

Oseki (1996, p. 112) observa que o movimento criado pelo consumo, no capitalismo, demanda a reprodução de coisas em um espaço de produção, que por sua vez requer um espaço de reprodução, controlado pelo Estado. “Daí a necessidade de produção de espaços. De um modo de produção de coisas no espaço passa-se à produção de espaços”. A noção de produção do espaço vinculada ao modo de produção capitalista pressupõe a ideia de que a cada modo de produção associa-se um espaço social característico. Nesse caso, haveria uma história do espaço, a partir de uma periodização, que naturalmente não poderia dissociar-se do tempo¹¹. Trata-se então de pensar a produção do espaço e não dos objetos no espaço, considerando que o espaço (social) não é um produto qualquer (mais uma coisa entre as coisas), ou um agregado de coisas, pois envolve um conjunto de relações.

Como produto, o espaço intervém na produção social (organização do trabalho, fluxos e estoques de matérias-primas e energias, redes de distribuição dos produtos); como produtor produz o espaço social; como suporte espacial realiza as relações de produção e as relações sociais de reprodução, concretizando-se em um determinado espaço social produzido; como meio exprime uma contradição última, pois “a produção do espaço se transforma em seu contrário: reprodução das coisas no espaço”. Além disso, supera a classificação base-estrutura-superestrutura, uma vez sendo considerado integrante das forças produtivas (não pode ser considerado superestrutura), participa das relações de produção e propriedade, da ideologia, da realização e repartição da mais-valia (OSEKI, 1996, pp. 111-2).

¹⁰ As reflexões de Henri Lefebvre sobre o espaço se iniciam na década de 1960 e se materializam em uma teoria sobre o espaço na obra *A produção do espaço*, publicada em 1974. Machado (2008), buscando delimitar momentos da obra de Lefebvre, localiza *A produção do espaço* em um bloco de reflexões e teorizações realizadas nas décadas de 1960 e 1970 que tem por objetos privilegiados a cidade, o urbano, e a teoria da produção do espaço. São desse período as obras *O direito à cidade* (1968), *Do rural ao urbano* (1970), *A revolução urbana* (1970), *O pensamento marxista e a cidade* (1972) e *Espaço e Política* (1972). Nessa última obra, Lefebvre reúne um conjunto de textos, redigidos entre a década de 1960 e o início da década de 1970, que enunciam a formulação de uma teoria sobre o espaço, que seria maturada e sistematizada em *A produção do espaço*.

¹¹ Oseki (1996, pp. 113-14) sintetiza as fases do espaço social delimitadas por Lefebvre: o espaço analógico, apropriado por comunidades arcaicas e tribais, corresponde à projeção dos corpos no espaço; o espaço cosmológico, relativo ao modo de produção asiático; o espaço simbólico (religioso e político), da cidade medieval; o espaço perspectivo, das cidades renascentistas, das perspectivas e visuais; e o espaço capitalista, surgido a partir da vanguarda da pintura moderna, promovendo a dissociação entre forma e conteúdo, projeção no espaço da crise do sujeito. O capitalismo se apropria do espaço existente e tende a criar seu próprio espaço.

Lefebvre ([1974] 1991) argumenta que o espaço social, como toda realidade, se relaciona teoricamente com três conceitos gerais - a forma, a função e a estrutura, que somente podem ser entendidos de maneira articulada. A forma possui várias acepções (abstrata, estética, plástica etc.), no entanto, geralmente implica contornos, limites exteriores, áreas e volumes, se prestando à análise espacial; toda forma possui uma função; e cabe à análise estrutural demonstrar os vínculos entre as partes e o todo, e entre as diferentes escalas, do micro ao macro. Sob perspectiva similar à de Lefebvre, Milton Santos acrescenta às categorias forma, função e estrutura, a categoria processo, pois explicitada a intrínseca relação sociedade-espaço, atenta para a relação sociedade-espaço-tempo.

A sociedade só pode ser definida através do espaço, já que o espaço é o resultado da produção, uma decorrência de sua história – mais precisamente, da história dos processos produtivos impostos ao espaço pela sociedade. A paisagem é o resultado cumulativo desses tempos (e do uso de novas técnicas). Por conseguinte, a paisagem é formada pelos fatos do passado e do presente. A compreensão da organização espacial, bem como de sua evolução, só se torna possível mediante a acurada interpretação do processo dialético entre formas, estrutura e funções através do tempo. (SANTOS [1985] 2008, pp. 67-8)

Através da perspectiva teórica da produção do espaço, apoiada em uma abordagem marxista-lefebvriana, Carlos afirma que a sociedade se apropria do mundo através da apropriação do espaço e a reprodução ininterrupta da vida depende da reprodução continuada do espaço, revelando-se uma prática social que se realiza espacialmente, “o que implica pensar na relação dialética sociedade/espaço (um se realizando no outro e através do outro) e as mediações entre eles” (2013, p. 53). A noção de produção aponta a análise de um conteúdo que transcende as formas morfológicas ou a paisagem para enfocar o processo constitutivo dessa produção bem como os sujeitos dela, as mediações que tornam o processo real, tanto quanto a distribuição dos produtos desse processo” (2015, p. 20). Sendo o espaço condição, meio e produto da reprodução da sociedade, “como uma das produções da civilização (nunca acabada, como ela)” (2015, p. 23).

1.1.2 O espaço intraurbano e suas especificidades

Evidenciada a perspectiva teórica da produção do espaço, pautada na dialética socioespacial, avançamos em direção à compreensão do espaço intraurbano em sua concretude e especificidades. Dado nosso campo de investigação, a cidade e os processos socioespaciais que nela (e por ela) se realizam, a aproximação ao espaço, compreendido como uma totalidade, dá-se por meio do lugar, pois o lugar “define-se como funcionalização do mundo e é por ele (lugar) que o mundo é percebido empiricamente” (SANTOS 2005, p. 158). Assim, a problemática do espaço envolve a problemática da realidade urbana, da cidade, e da vida cotidiana.

Mas, na prática, como proceder com a análise do espaço interno de uma cidade sem fazê-la como uma abstração da realidade? Como operacionalizá-la a partir de categorias pertinentes ao objeto de pesquisa? Eis um problema de método que constitui um desafio nos estudos espaciais.

Segundo Villaça ([1998] 2001, p. 44), a superação desse impasse passa pela constatação de que “a questão central na análise de qualquer tipo de espaço social consiste em identificar as mediações corretas entre as macro-determinações socioeconômicas e esse espaço social, ou seja, as forças sociais que atuam nessas mediações e suas correspondentes formas de atuação”.

Uma distinção importante, proposta pelo autor, parte da adoção da expressão “espaço intraurbano” para as análises espaciais que tem a cidade como objeto de estudo, justificando-a como uma redundância necessária, frente à apropriação indevida do termo “espaço urbano” por análises regionais. “Aquilo que grande parte da recente literatura espacial progressista tem chamado de espaço urbano refere-se, na verdade, ou ao processo de urbanização genericamente abordado, ou a espaço regionais, nacionais, continentais e mesmo planetário” (VILLAÇA, [1998] 2001, p. 18).

Segundo Villaça, as análises regionais e intraurbanas passam por paradigmas diferentes, sendo que sua distinção deriva basicamente dos transportes e das comunicações. O espaço regional se estrutura com base no deslocamento das informações, da energia, do capital constante e das mercadorias em geral; enquanto o intraurbano se pauta nos deslocamentos do ser humano enquanto força de trabalho e fundamentalmente como consumidor do espaço. No intraurbano, as dinâmicas regionais e mesmo planetárias são mediadas pela estrutura e conflitos de classes e pela dominação política e econômica exercida através do espaço.

A adoção da cidade como objeto de estudo, ao mesmo tempo que pressupõe a necessidade da sobreposição de escalas de análise, impõe o reconhecimento de suas especificidades, em suas características, elementos e processos peculiares. Em direção às particularidades do espaço intraurbano destacamos três pontos fundamentais à sua compreensão: as localizações intraurbanas constituem o produto da produção do espaço, e não os edifícios, vias ou praças, como poderia se presumir; a noção de estrutura intraurbana instrumentaliza a abordagem da cidade, constituindo uma categoria de análise pertinente a essa escala; e, por fim, a produção do espaço intraurbano envolve agentes, processos e formas espaciais concretas, dentre os quais a segregação socioespacial se evidencia.

▪ As localizações intraurbanas

Villaça (1988, p. 102) conceitua o espaço intraurbano como o movimento de um sistema de localizações afirmando ser impossível “explicar as formas urbanas – e as leis de suas transformações – sem compreender suas localizações e seus ‘movimentos’”. O autor argumenta que a especificidade da produção do espaço urbano não está na produção de formas tridimensionais (edifícios e infraestruturas), mas em suas localizações. Com esse raciocínio defende a tese que o produto da produção do espaço urbano, ou o produto do trabalho que produz o ambiente construído, é a localização, que não pode ser considerada um “dom gratuito da natureza” - produto não produzido. No entanto, na impossibilidade de considerar a localização por si só um produto material, pois ela constitui um atributo de algo material, Villaça busca em Marx a base material do atributo localização, considerando a terra-localização como um produto, à esteira dos estudos de Marx sobre preço, valor e renda da terra.

O conceito de localização não foi explorado por Marx em seus estudos sobre a renda da terra, reunidos em *O capital* (v.3), em que determina que a terra pode ser considerada capital, mesmo como dado da natureza (produto não produzido), uma vez que o capital se incorpora à terra, essa faz parte da categoria de capital fixo, assim Marx propôs os conceitos de “terra-matéria” e “terra-capital”. Com base nesse raciocínio é que Villaça (2012) propõe a expressão “terra-localização”, conceito que embora enfoque a terra urbana (onde a localização é excepcionalmente importante), pode ser utilizado para qualquer espaço territorial.

Villaça (2012, p. 34) defende que “a ‘terra-localização’ - da qual a terra urbana é mais óbvia manifestação, enquanto produto do trabalho humano, tem tanto valor de uso quanto de troca. Tal como qualquer outro, seu valor é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-lo”. Apoiado em Lojkin (1981), reconhece na localização um terceiro valor de uso, acrescentado aos dois primeiros propostos por Marx, a terra como instrumento de produção (terra agrícola, minas etc.) e como suporte passivo dos meios de produção, circulação e consumo (fábrica, armazéns-bancos e residências, respectivamente). O valor de uso da localização, no espaço urbano, é potencializado pelas interações dos diferentes elementos presentes na cidade. No caso da terra urbana, seu principal valor de uso (a localização) deriva do trabalho feito fora dela (de um determinado lote ou terreno), pois diferentemente de outros casos, a terra urbana pode conferir rendimentos ao proprietário mesmo sem que nenhuma atividade produtiva seja exercida sobre ela. Haveria, portanto, dois tipos de rendimentos que a terra pode auferir ao proprietário, uma parte construída pela valorização do terreno, e outra associada a alguma atividade produtiva ou não produtiva realizada no terreno, possibilitada pelo poder de monopólio conferido pela propriedade jurídica da terra.

“A ‘localização’, em sua forma pura, é aquela que está ligada apenas a tempo e custo de deslocamento (de pessoas ou materiais). A infraestrutura é produzida pelo trabalho humano e por ele pode ser

reproduzida. A localização, não. As localizações são como as antiguidades e as obras-primas, que são produtos do trabalho humano, mas não podem ser reproduzidas por ele”. As localizações têm um preço de monopólio, que se relativiza: os lotes periféricos, por exemplo, que têm pouco trabalho incorporado, não detêm o mesmo preço de monopólio que um lote localizado em uma área central, ou de frente para o mar. Assim, “embora toda localização seja única, há entre elas vários graus de monopólio” (VILLAÇA, 2012, p. 38).

O preço da terra-localização é composto, sendo oriundo da renda absoluta (capitalizada), do valor da terra-localização (expressão monetária do tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la pela cidade como um todo); e do componente do preço de monopólio; sendo os dois últimos os mais relevantes.

As reflexões de Villaça (2012, p. 268) acerca da irreprodutibilidade das localizações derivam da constatação da impossibilidade de sua distribuição equitativa: “no espaço urbano, sempre haverá os que têm as melhores localizações - frequentemente, as muito melhores - e os que têm as piores localizações - frequentemente as muito piores. Assim, a apropriação do produto ‘localização’ sempre será objeto de disputa”. Tal disputa pelas melhores localizações é associada também à disputa pelos elementos que participam dessa produção, notadamente relacionados aos deslocamentos, incluindo transportes e sistema viário. Assim, “a importância do tempo de deslocamento espacial dos seres humanos, como determinando a produção do espaço e como objeto de disputa por seu controle”. Segundo o autor, essa constatação representa o ponto mais avançado da compreensão da natureza da localização, nas pesquisas sobre o espaço intraurbano.

▪ A estrutura intraurbana

Segundo Tourinho (2011) a noção de estrutura surge no vocabulário científico no século XIX com Spencer, Morgan e Marx, sendo difundida desde a década de 1930 inserida na corrente de pensamento denominada “estruturalista”, atingindo diversos campos disciplinares. A autora aponta a dificuldade de definição de estrutura devido suas diversas acepções, e mostra que Bastide (1973), analisando o uso do termo nas ciências humanas e sociais,

concluiu que o que há de comum nas diferentes abordagens é a ideia de que a estrutura é composta, simultaneamente, pelo todo, pelas partes desse todo e pelas relações dessas partes entre si. Para que exista estrutura não basta haver um conjunto de elementos ou fenômenos agrupados; é necessária a presença, nesse todo, de relações (e não mera justaposição) entre as partes; e mais, que cada parte tenha, como uma de suas propriedades, a de pertencer a esse todo. (TOURINHO, 2011, p. 72)

A autora observa que as definições de estrutura, em sua diversidade, remetem à visão sistêmica, inclusive a ela se equiparando algumas vezes, no entanto entende por estrutura uma fração do sistema, ou um subsistema, uma vez que “o sistema compreende todos os elementos em relação que compõem a totalidade analisada; a estrutura, apenas aqueles que são fundamentais para o funcionamento desse todo, sendo essa essencialidade definida pela capacidade que tem de, ao se alterar, transformar o todo” (TOURINHO, 2011, p. 79). A estrutura consiste, portanto, em uma das dimensões analíticas do sistema, sem esgotá-lo.

A autora avança afirmando que a caracterização de uma estrutura depende de dois aspectos: do objeto de análise e da abordagem teórica/visão de mundo utilizada para analisá-la. Desses dois aspectos resultam a seleção dos elementos estruturais, das escalas de análise e dos recortes espaço-temporais. Tourinho defende ser a estrutura urbana uma categoria útil à abordagem do sistema espacial urbano, referindo-se à forma como os elementos/relações essenciais ao se modificarem têm capacidade de modificar os demais. Na escala interurbana, a noção de estrutura expressa as distribuições e articulações entre as cidades no território, na escala intraurbana, evidencia como as partes da cidade se relacionam e organizam o todo.

Nessa perspectiva, a estrutura urbana é algo a ser desvendado, não deriva unicamente da apreensão empírica da realidade concreta, exigindo investigações teóricas. Os elementos que compõem a estrutura

urbana variam no tempo e no espaço e dependem da escala de análise adotada, uma vez que as estruturas, inseridas em sistemas espaciais produzidos historicamente, são mutáveis; a passagem de uma estrutura à outra se associa à dinâmica do sistema urbano, que se constitui por natureza um sistema aberto. A apreensão das fontes de transformações na estrutura urbana depende da identificação dos elementos a ela submetidos e das forças que os regem. A análise das estruturas espaciais (inter e intraurbanas) não se constituem como uma finalidade em si mesmas, mas como a possibilidade de revelar os processos sociais que as animam, sendo inclusive instrumentos de apreensão da realidade socioespacial, passíveis para o direcionamento do processo político de transformação (TOURINHO, 2011).

A abordagem de Villaça ([1998] 2001, p. 33; p. 12) sobre o espaço intraurbano evidencia a noção de estrutura considerando que “estrutura, quando se refere a espaço urbano, diz respeito à localização relativa dos elementos espaciais e suas relações”, correspondendo, portanto, a “um todo constituído de elementos que se relacionam entre si de tal forma que a alteração de um elemento ou de uma relação altera todos os demais elementos e todas as demais relações”.

Ao estudar o espaço intraurbano metropolitano¹², Villaça considera como elementos principais da estrutura urbana os centros principais das metrópoles, os subcentros, os conjuntos de bairros residenciais segundo as classes sociais, e as áreas industriais. À estrutura urbana estão associadas outras estruturas territoriais, como os sistemas de saneamento e transporte, a primeira, no entanto, é a mais importante porque determina e incorpora as demais. À estrutura territorial (intraurbana) articulam-se, por sua vez, outras estruturas não-territoriais, a econômica, a política e a ideológica.

▪ Agentes, processos e formas espaciais intraurbanos

A partir de um esforço de conceituação do espaço intraurbano, Côrrea (2005) identifica quatro momentos necessários à sua apreensão: primeiro, como um conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si; segundo, por meio do reconhecimento das relações da simultaneidade entre a fragmentação e a articulação de suas partes, expressas pelos deslocamentos de cargas e pessoas; terceiro, como reflexo da sociedade; e por fim, como condicionante da sociedade. Enquanto os dois primeiros momentos de apreensão refletem formas e funções, os dois últimos evidenciam a dialética socioespacial. Se por um lado o espaço urbano capitalista reflete as profundas desigualdades sociais, por outro lado, as formas espaciais, resultados do trabalho social, desempenham papel relevante na reprodução das condições de produção.

Refletindo sobre a produção do espaço urbano (da rede urbana ou intraurbano) como “consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade”, Corrêa (2011, pp. 43-4) destaca o papel dos proprietários dos meios de produção, dos proprietários fundiários, dos promotores imobiliários, do Estado e dos grupos sociais excluídos. “A partir de sua ação, o espaço é produzido, impregnado de materialidades, como campos cultivados, estradas, represas e centros urbanos com ruas, bairros, áreas comerciais e fabris”.

Das ações, frequentemente combinadas, dos agentes sociais concretos que produzem o espaço urbano, derivam formas e processos espaciais, inseridos nas lógicas de acumulação do capital e da reprodução social em um sentido mais amplo. Entre processos sociais, de um lado, e formas espaciais, de outro, aparece um elemento mediatizador que viabiliza que os processos espaciais originem as formas espaciais, representado por um conjunto de forças atuantes ao longo do tempo, postas em ação pelos diversos agentes modeladores, que permitem localizações e realocações das atividades e da população na cidade (CORRÊA [1985] 2005, p. 36).

Corrêa adverte que a noção de processo espacial, embora possa ser vista como um sinônimo de processo ecológico, da Escola de Chicago, em termos explicativos não admite nenhuma analogia com a ecologia

¹² Na obra *Espaço intra-urbano no Brasil* (1998), o autor estuda seis metrópoles brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre.

vegetal, pois os processos espaciais representam o movimento de transformação da estrutura social, sendo, portanto, de natureza social e não ecológica. Dentre os processos espaciais e suas respectivas formas, têm destaque: a centralização e áreas centrais; a descentralização e os núcleos secundários; a coesão e áreas especializadas; a segregação e áreas sociais; a inércia e áreas cristalizadas. A centralização e a segregação têm ocupado lugar de relevo nos estudos urbanos pelos níveis de determinação que exercem sobre a estrutura intraurbana.

Segundo Tourinho (2004, p. 411), a ideia de centralidade indica a

aptidão que certos elementos urbanos têm para promover e impulsionar fluxos de intercâmbio de idéias, mercadorias e serviços. A centralidade se identifica [...] com uma parte específica e diferenciada da cidade que pode viabilizar e potencializar ditos fluxos de intercâmbio, seja este o Centro ou qualquer outro espaço com aquelas características que possa existir ou vir a existir na cidade.

As áreas centrais são aquelas que possuem atributos de centralidade, portanto a centralidade não se constitui um atributo exclusivo do centro principal ou tradicional, podendo assumir diversas outras formas de expressão na cidade capitalista contemporânea, que se espacializam em subcentros de negócios, comércio e serviços, ou mesmo em grandes equipamentos de consumo coletivo, como os *shopping centers*.

A centralidade e o centro, portanto, precisam ser entendidos como parte do processo de produção do espaço urbano, comandado por uma série de agentes sociais movidos por interesses diversos. Villaça ([1998] 2001, p. 238) desenvolve dois argumentos: primeiro, a natureza do centro urbano está associada à motivação das pessoas em se aglomerar em determinadas áreas da cidade, tendo em vista minimizar os desgastes com os deslocamentos espaciais necessários à sua sobrevivência material; segundo, a produção da centralidade é um processo dialético, pois toda a aglomeração (aproximação) gera também afastamento. “[...] Nenhuma área é (ou não é) centro; torna-se ou deixa de ser centro”.

No entanto, conforme afirma o autor,

só nos casos mais simples e elementares de aglomeração essa disputa se dá pela minimização dos tempos de deslocamento. À medida que a aglomeração e a sociedade se tornam complexas, é possível que famílias, grupos ou classes optem por aumentar os tempos de deslocamento – as classes que podem optar se deslocam para a periferia, por exemplo –, mas isso ocorre trocando-se aumento de tempo de deslocamento por alguma vantagem (um lote grande, por exemplo). O que as classes sociais procuram – e do que a classe dominante não abre mão – é a possibilidade de controle do tempo de deslocamento, possibilidade de opção”. (VILLAÇA [1998] 2001, p. 239)

O controle ou a possibilidade de escolha do tempo de deslocamento em uma sociedade de classes, mediada pelo poder político e econômico, está nas mãos da classe dominante. As classes dominantes elegem as localizações que lhe forem mais convenientes. Conforme Villaça, no caso da proximidade do centro a variável tempo de deslocamento só teria papel determinante “nos casos mais simples e elementares de aglomeração”, já em realidades mais complexas, a exemplo das metrópoles, cidades grandes e algumas cidades médias brasileiras, a disputa pelas localizações urbanas envolve uma série de outras variáveis.

Sposito (1997, p. 27) observa que a abordagem da centralidade urbana admite duas escalas territoriais distintas: a regional (da rede urbana) e a intraurbana (da cidade). Em nossa pesquisa, a primeira escala será abordada no capítulo II, ao tratarmos da inserção das cidades médias estudadas na rede urbana do estado do Rio Grande do Sul; já a centralidade intraurbana constitui objeto de investigação privilegiado associado aos processos de segregação socioespacial, estudados nos capítulos III e IV.

Os processos de segregação socioespacial, por sua vez, como se demonstrará a seguir, são determinantes à configuração da estrutura intraurbana, sendo instrumentais à produção desigual da cidade. Carlos ([1994] 2008, pp. 86-7) afirma que o

uso do solo será disputado por vários segmentos da sociedade de forma diferenciada, gerando conflitos entre indivíduos e usos. Esse pleito será, por sua vez, orientado pelo mercado, mediador fundamental das relações que se estabelecem na sociedade capitalista, produzindo um conjunto limitado de escolhas e condições de vida. Portanto, a localização de uma atividade só poderá ser entendida no contexto do espaço urbano como um todo, na articulação da situação relativa dos lugares. Tal articulação se expressará na desigualdade e heterogeneidade da paisagem urbana.

No uso residencial, a apropriação desigual do espaço urbano se manifesta de forma marcante, especialmente nas sociedades em que as desigualdades sociais são muito severas. E é no habitar, necessidade essencial para a reprodução da vida, que o sistema capitalista revela sua face mais perversa, uma vez que condiciona o acesso à habitação ao poder econômico, que está, por sua vez, concentrado nas mãos de poucos. Conforme afirma Milton Santos ([1987] 2007, p. 81),

cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando incessantemente, para melhor ou para pior em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço) independentes de sua própria condição. Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação e até o mesmo salário têm valor diferente segundo o lugar onde vivem. As oportunidades não são as mesmas. Por isso a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está.

1.2 Segregação socioespacial

Explicitada a perspectiva teórica que nos orienta em torno dos processos de produção do espaço, privilegiando o espaço intraurbano como escala de análise, avançaremos a partir daqui na compreensão da segregação socioespacial em seus contornos teórico-metodológicos fundamentais.

A segregação constitui um conceito largamente mobilizado no campo das ciências sociais, porém frequentemente empobrecido em função da falta de precisão em torno de sua definição e aplicação às análises urbanas. Nossa sistematização enfoca cinco pontos fundamentais: primeiro, destacamos as distintas matrizes teóricas sobre as quais a segregação foi abordada durante o século XX, da Escola de Chicago à perspectiva marxista; segundo, com base no debate contemporâneo multidisciplinar, com enfoque na América Latina, buscamos precisar o conceito de segregação em suas especificidades; nos pontos que seguem, avançamos na compreensão das modalidades de segregação, em suas possíveis espacialidades e, por fim, nas possibilidades de mensuração do fenômeno.

1.2.1 Abordagens da segregação

A abordagem da segregação perpassa mais de um século, sob diferentes enfoques e matrizes teóricas, caracterizando-se um tema privilegiado no campo das ciências sociais; em linhas gerais, foi discutida por meio de três abordagens distintas: a primeira, vinculada ao ambiente de seu nascedouro, a Escola de Chicago, no início do século XX; posteriormente, enquadrada sob a perspectiva neoclássica, e finalmente a partir da abordagem marxista.

Na **abordagem ecológica** da Escola de Chicago, o entendimento da cidade através de uma analogia com a ecologia vegetal, como “uma forma específica de comunidade, submetida à luta pela sobrevivência por competição, levou a uma abordagem da segregação como uma manifestação dessa competição pelas melhores áreas residenciais”, através de interesses individuais que “levam a processos de aproximação, segundo interesses, valores e condições dos moradores da cidade, o que explica que cada uma das áreas seria marcada por grau forte de homogeneidade social, econômica e/ou cultural” (SPOSITO, 2013, p. 64).

A segregação residencial se manifestaria então na forma de “áreas naturais”, conceito proposto por Robert Park que parte da concepção de cidade como uma forma particular de comunidade onde há competição impessoal entre os indivíduos, processo que gera “grupos sociais naturais, alguns dos quais dominantes, ao mesmo tempo que é estabelecida a diferenciação natural de áreas, as áreas naturais [que] descrevem a configuração espacial e exprimem a ordem moral da cidade”. As áreas naturais seriam áreas geográficas concretas, caracterizadas pela homogeneidade de um determinado grupo social, com características próprias, inclusive culturais; esse conceito chegou a ser incorporado no planejamento urbano da cidade de Chicago (CORRÊA, 2013, p. 52). Dos pressupostos teóricos da Escola de Chicago, tendo como objeto a cidade de Chicago, surgem dois modelos espaciais, hoje clássicos, o modelo de Burgess (1925) e o modelo de Hoyt (1939), conforme veremos a seguir.

As críticas à concepção de áreas naturais foram numerosas desde a década de 1940, período em que é introduzido o conceito de áreas sociais, que passa a ser utilizado por sociólogos e por geógrafos, com a publicação da obra *The social areas of Los Angeles*, de Esref Shevky e Margareth Williams. A aplicação do conceito é operacionalizada pelo método denominado ecologia fatorial, formulado na década de 1950 por Shevky e Bell ([1955] 1974). O método da ecologia fatorial considera que a diferenciação social do espaço se caracteriza por meio da definição de tipologias de áreas, que devem levar em consideração três índices: a) posição social: índice relativo à diferenciação entre os indivíduos e grupos sociais por meio de indicadores de ocupação, educação e preço da ocupação, sendo a ocupação considerada o mais importante dos indicadores; b) urbanização: índice relativo às mudanças da estrutura da atividade produtiva, expressas na relação entre população e economia, nos indicadores de fecundidade, de mulheres no mercado de trabalho, que refletem a situação familiar e mudanças associadas ao papel da mulher na cidade moderna; c) segregação: índice vinculado à concentração espacial de grupos étnicos diferentes, resultado do processo de complexificação social (CORRÊA, 2013, pp. 54-5).

Côrrea (2013, p. 56) considera que as áreas sociais e a ecologia fatorial constituem importante quadro teórico e útil metodologia operacional para descrever a segregação residencial de uma dada cidade, contribuindo para evidenciar a divisão social do seu espaço, sendo importante para estudos comparativos, passíveis de identificar semelhanças e diferenças entre cidades de uma região ou país.

A **abordagem neoclássica** dos padrões locacionais intraurbanos, ligada a economistas da Escola Neoclássica, foi produzida nas décadas de 1960 e 1970, tendo como figuras centrais Berry (1971), Alonso (1964) e Muth (1969), inspirados nas pesquisas de Von Thünen (1826) sobre o uso da terra agrícola, e de Hurd (1903), sobre os valores da terra urbana. Em linhas gerais, as teorias neoclássicas acerca da estrutura intraurbana apontaram que o valor do solo dependia essencialmente de sua localização na cidade, sendo seu preço resultado de maior ou menor acessibilidade, em que os valores mais altos são encontrados em localizações centrais.

A Escola Neoclássica se apoia na teoria subjetiva do valor-utilidade e na Lei dos Rendimentos Descendentes, cuja representação gráfica se faz com curvas de valor do solo. A teoria do valor-utilidade se contrapõe à teoria clássica do valor-trabalho, associada a Adam Smith, que considerava que o pré-requisito para uma mercadoria ter valor seria que ela fosse produto do trabalho humano. A teoria do valor-utilidade leva em consideração que a utilidade de cada bem está vinculada a sua capacidade de satisfazer as necessidades humanas, sendo o mecanismo de concorrência a força reguladora da atividade econômica, estabelecendo o equilíbrio entre produção e consumo. Essa teoria se especializa considerando que “cada lugar possui um valor-utilidade para diferentes usuários (indivíduos e firmas), segundo seus interesses, estabelecendo-se uma competição pelo uso da terra, em busca das melhores localizações aos indivíduos que tenham a capacidade de pagar pelos usos do solo” (ROCHA, 2011, p. 89).

Rocha (2011) observa que a partir dos estudos de Von Thünen que introduzem a ideia de renda de localização, associada à atividade agrícola, a localização passa a ser considerada no valor do terreno, sendo a renda da terra (agrícola) o valor do produto menos os custos de produção e transporte. Alonso (1964), já no campo da economia urbana, teoriza que as localizações dos agentes no espaço estariam associadas a decisões individuais cuja finalidade última seria maximizar a utilidade dessa localização para as famílias, ou no caso das firmas e agricultores, maximizar os lucros. O modelo espacial de Alonso define um *continuum* cidade-campo (ideal, monocêntrico e homogêneo) considerando os usos agrícola, comercial e residencial disputando a oferta de localizações. A renda seria gerada pelo aluguel da terra menos os gastos essenciais a sua atividade, resultando três curvas de renda que se interceptam gerando

uma curva de renda de mercado, sendo a resultante espacial uma sucessão de círculos concêntricos de uso comercial, residencial e agrícola. Referente ao uso residencial, considerando um modelo anglo-saxão, as famílias de mais alta renda apresentam preferência pela periferia, de baixa densidade, sendo o centro ocupado pelos pobres, modelo inverso ao latino-americano.

Em linhas gerais, os modelos tradicionais neoclássicos consideram a estrutura urbana como produto de decisões autônomas e independentes dos participantes do mercado fundiário (renda da terra) e imobiliário (capacidade de consumo), em que a escolha das localizações pelas famílias seria definida entre consumo de acessibilidade (proximidade do trabalho ou alguma externalidade) e consumo de quantidade de solo urbano, sendo, portanto, seu único interesse o consumo do espaço visando minimizar deslocamentos e potencializar o consumo. Essa concepção se distancia da teoria urbana marxista, que insere o indivíduo em uma ordem espacial pré-determinada por fatores sociais, econômicos e históricos que condicionam as escolhas individuais (ROCHA, 2011, p. 92).

Na **abordagem marxista**, a compreensão do espaço urbano, e consequentemente de sua estrutura espacial, tem como “pressuposto que as transformações da sociedade são produzidas pelo esforço de acumulação do capital e pela luta de classes” (ROCHA, 2011, p. 93). Assume-se, assim, as classes sociais como conteúdo essencial da segregação. Essa abordagem se constitui sob o viés marxista da chamada Escola de Sociologia Urbana Francesa, em que se destacam autores como Henry Lefebvre, Manuel Castells, Jean Lojkin, David Harvey, dentre outros. Vieira e Melazzo (2003) afirmam que é somente a partir das décadas de 1960 e 1970 que o conceito de segregação socioespacial é incorporado ao debate em torno da produção do espaço urbano.

Para Lefebvre, há três condicionantes relativas à produção social do espaço capitalista: o espaço urbano é entendido como mercadoria; há um acesso diferenciado ao espaço urbano pelas diferentes classes sociais; e há uma apropriação subjetiva e ideológica do espaço. A análise da segregação, como um fenômeno social e espacial, deve levar em consideração a repercussão cultural da composição dos espaços homogêneos socioeconômicos; a valorização ou desvalorização dos lugares e dos indivíduos ou grupos; e os problemas de sociabilidade, que envolvem a possibilidade ou impossibilidade de encontro, comunicação e contato entre os diferentes (VIEIRA e MELAZZO, 2003).

Para Castells, a segregação socioespacial é um processo dinâmico condicionado por fatores sociais, econômicos e ideológicos, consistindo em uma tendência à organização de zonas com forte homogeneidade social interna, porém com disparidade social entre elas. O autor destaca a dimensão política na abordagem da segregação socioespacial, através da atuação do Estado e da promoção de políticas públicas habitacionais, formulação de legislação urbanística e no processo de planejamento e gestão da cidade; e na atuação da elite socioeconômica detentora do capital, com influência sobre os governantes e a mídia (VIEIRA e MELAZZO, 2003).

Harvey discute teoricamente a segregação socioespacial enfatizando três questões: a diferenciação residencial precisa ser interpretada em termos de reprodução das relações sociais inseridas na sociedade capitalista; as áreas residenciais oferecem diferentes meios para a interação social, que influenciam nos valores, expectativas, hábitos de consumo e mesmo estado de consciência dos indivíduos; a diferenciação residencial condiciona o acesso aos recursos necessários à ascensão social (NEGRI, 2008).

Carlos (2013, p. 96) defende a tese de que a segregação, entendida como característica fundamental da produção do espaço urbano contemporâneo é, em seus fundamentos, o negativo da cidade e da vida urbana, estando sua compreensão situada “no movimento do processo de produção do espaço urbano como momento da reprodução da vida humana no plano da prática socioespacial – tal processo imerso na totalidade da reprodução social”.

Os fundamentos da segregação, como forma de desigualdade, se desdobram a partir da contradição entre valor de uso do espaço urbano, condição necessária à realização da vida, e de seu valor de troca, que no capitalismo o define como mercadoria cujo acesso ocorre através do mercado, submetido, portanto a interesses privados. Carlos (2013) vê na propriedade privada o fundamento da desigualdade, que na escala da cidade limita seu acesso, promove separações de usos e funções e restringe a prática socioespacial, subordina as relações na cidade, normatiza suas atividades e impõe a racionalidade da ordem econômica sobre o social, realizando a cisão dos elementos da vida urbana e esvaziando seus conteúdos.

Dessa forma, a produção capitalista ao incorporar o solo urbano como mercadoria, transforma-o em valor de troca; nessa condição o espaço torna-se produtivo e redefine a produção da cidade. Portanto, a extensão do capitalismo, longe de prescindir do espaço, faz dele meio e condição de seu constante processo de valorização. As intervenções no urbano unem o econômico e o político visando a realização do valor e a reprodução do capital, sendo o Estado o agente normatizador do cotidiano, legitimador da propriedade do solo como direito, orientador dos investimentos e detentor do saber técnico. Portanto, a segregação desvenda, como fundamento, a propriedade como fonte de riqueza em uma sociedade apoiada em um conjunto de relações sociais que têm na propriedade da terra uma base sólida e uma orientação social e política que freia firmemente as possibilidades de transformação social profunda da sociedade (CARLOS, 2013).

Carlos (2013, p. 97) alerta que a fragmentação da prática socioespacial se realiza a partir da extensão da propriedade privada, que vai além da residência, engloba o acesso aos equipamentos e às condições de mobilidade na cidade, que contrapõe a imobilidade de uma parcela da população restrita ao transporte público à uma rede de circulações densa e restrita a determinadas localizações que atende às necessidades de fluidez do espaço. Assim,

a segregação está posta como fenômeno urbano que acompanha a criação das cidades em vários momentos de sua história, [mas que] sob o capitalismo ela ganha outra forma: a produção do espaço – mercadoria como momento de realização do processo de acumulação. No plano da produção do espaço urbano, portanto, a segregação aparece como forma lógica de separação dos elementos constitutivos da cidadania ligados ao capital, que hierarquiza e separa como forma positiva de diferenciação.

Villaça ([1998] 2001) afirma que a categoria segregação é vital ao estudo do processo de produção do espaço urbano e vice-versa. Para o autor o estudo da segregação é inviável somente com base na categoria consumo do espaço, uma vez que a segregação (das residências, dos empregos, dos locais de lazer e etc.) é produzida pelas classes de mais alta renda mediante captura do Estado, da economia, e da ideologia, sendo um mecanismo necessário à classe dominante para produção e consumo das localizações intraurbanas. No caso brasileiro, a identificação das mediações corretas para a compreensão do espaço intraurbano passa pelo entendimento da sociedade/espaço a partir das brutais desigualdades de poder político e econômico que o caracterizam.

Nesse sentido, evidencia-se o papel ativo da segregação no processo de produção do espaço urbano, rejeitando-se sua compreensão como processo natural, ou mero reflexo das desigualdades sociais. A segregação, processo espacial inerente à cidade capitalista, que encontra seus fundamentos na propriedade privada, expressa a dialética socioespacial, atuando como instrumento de dominação da classe dominante.

1.2.2 O conceito de segregação

Sposito (2013) problematiza o conceito de segregação observando que os conceitos podem mudar de conteúdo com o tempo e devem ser atualizados à luz das realidades específicas em que se inserem, sem, no entanto, representarem negações ou rupturas profundas dos princípios que os fundamentam em sua origem, no plano teórico. O conceito de segregação muda de forma significativa sob duas principais (e distintas) perspectivas teóricas em que é trabalhado, inicialmente a Escola de Chicago e posteriormente a Escola de Sociologia Urbana Francesa. Assim, “é possível tratar das especificidades da segregação, segundo componentes de cada realidade socioespacial” (p. 62) abarcando a complexidade da realidade urbana atual, sendo possível “superar o conteúdo original do conceito, em termos teóricos e em termos de realidade em que ele se apoia e procura explicar” (p. 63).

Para a autora, “aplicar o conceito de segregação implica, necessariamente, reconhecer processos significativos e profundos de segmentação socioespacial¹³, ainda que possa haver divergências na explicação deles ou na força dada a uma dimensão ou outra (política, étnica, religiosa, socioeconômica etc.) deste processo”. Sposito (2013, p. 64) se afasta da simplificação do conceito de segregação adotado como sinônimo ou expressão de toda forma de diferenciação ou desigualdades no espaço urbano, e argumenta que “nem todas as formas de diferenciação e de desigualdades são, necessariamente, formas de segregação”. A segregação corresponderia à separação espacial radical, rompimento (sempre relativo) entre as partes segregadas e o conjunto da cidade, como uma negação das relações e articulações que determinam a vida urbana.

De forma semelhante a Sposito, em *A questão urbana*, Castells ([1972] 2009, p. 250, grifo no original) entende por “segregação urbana a *tendência* à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo essa disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de hierarquia”. Para o autor, a segregação seria um caso extremo de estratificação urbana, que corresponde ao sistema de estratificação social, relacionada à distribuição dos locais de residências no espaço de acordo com características das moradias e de sua população, no sistema capitalista em função dos níveis de renda, *status* profissional, instrução e etnia.

Diferentemente dos dois primeiros, Villaça ([1998] 2001, p. 142) define segregação como “um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole”. Adverte, no entanto, que a concentração não significa exclusividade, ou seja, “a segregação não impede a presença nem o crescimento de outras classes no mesmo espaço”. Na realidade metropolitana não existem grandes regiões ou conjuntos de bairros ocupados exclusivamente por camadas de média e alta renda, isso pode ocorrer no máximo em alguns bairros de forma isolada. Por outro lado, há setores ou regiões das metrópoles ocupados exclusivamente por camadas de baixa renda, o que nesse caso resultam em áreas socialmente mais homogêneas, portanto, “o que determina, em uma região, a segregação de uma classe é a concentração significativa dessa classe mais do que em qualquer outra região geral da metrópole” (2001, p. 143). Para Villaça, grandes setores das metrópoles, a exemplo dos setores sudoeste, de São Paulo, e sul, do Rio de Janeiro, caracterizam-se como setores de segregação das classes de média e alta renda, embora comportem, em seu interior diversos bairros pobres e favelas.

Marques (2005) observa que os processos de segregação vêm sendo abordados na literatura desde os anos 1970 de forma excessivamente abrangente. Para autor, a segregação (em termos socioespaciais) envolve três processos distintos: uma versão mais completa e extrema, com a presença de barreiras físicas; uma segunda versão associada à desigualdade de acessos (em várias dimensões); e uma terceira versão associada à homogeneidade interna e heterogeneidade externa em relação à distribuição espacial dos grupos sociais.

A segregação extrema significa parcial ou total isolamento, resultando de processos impostos por terceiros aos grupos sociais isolados, ou derivados de estratégias dos próprios grupos que se isolam, em processos de autosegregação; as ideias de guetos, cidadelas e enclaves fortificados ilustram esse processo. A segregação expressa pela desigualdade de acesso, nas diversas acepções do termo, pode ser representada pela falta de acesso a políticas públicas ou a condições de vida em geral. A segregação associada à homogeneidade/heterogeneidade (que representa uma longa tradição, especialmente na língua inglesa) permite ser analisada de forma mais estrita (ser mensurada a separação e a homogeneidade) e de forma narrativa, de qualquer forma “trata-se de investigar os padrões de semelhança e diferença na distribuição dos grupos sociais no espaço, considerando alguma clivagem (renda, escolaridade, raça, etc.)” (MARQUES, 2005, p. 34).

Sabatini (2003) trabalha com duas definições complementares de segregação, uma geral e outra composta. Na definição geral “a segregação residencial corresponde à aglomeração no espaço de famílias de uma mesma condição social, podendo ser segundo condições étnicas, origens migratórias, estrutura etária ou níveis socioeconômicos. Em sua definição composta, o autor destaca três dimensões: grau de

¹³ A expressão segmentação socioespacial não tem *status* conceitual, sendo utilizada para abarcar todos os processos (mais ou menos radicais) que geram distribuição desigual da população nas cidades.

concentração dos grupos sociais; homogeneidade social que apresentam as distintas áreas internas da cidade; e prestígio (ou desprestígio social) das diferentes áreas internas da cidade.

As duas primeiras são caracterizadas como dimensões objetivas da segregação, podem ser mapeadas ou mensuradas através de índices matemáticos; já a terceira dimensão tem caráter subjetivo, sendo caracterizada à imagem simbólica, à reputação e aos estigmas associados a determinadas áreas da cidade. Sobre esse último ponto, Sposito (2013) também chama atenção afirmando que a segregação socioespacial se estabelece sempre como uma mescla de condicionantes e expressões objetivas e subjetivas. Como processo social (e não natural) se revela nos campos de ações e lutas que movem a sociedade e a forma como ela lê e codifica os fatos sociais.

Sabatini (2003) apresenta um enfoque conceitual à segregação associando-a a um fenômeno, e não necessariamente a um problema, pois mesmo reconhecendo os efeitos negativos associados a menor interação entre os grupos sociais, derivados da segregação, reconhece também a possibilidade de efeitos positivos, se reportando, por exemplo, aos casos de enclaves étnicos em que a segregação pode contribuir para a manutenção da cultura de grupos minoritários.

As abordagens dos quatro autores mencionados, embora apresentem multiplicidade de enfoques, abrem a possibilidade de discussão do conceito, à luz de nosso objeto empírico, as cidades médias. A noção de segregação de Villaça apresenta-se mais abrangente que as definições de Sposito e Castells, à medida que o autor assume a realidade metropolitana como objeto de análise privilegiado e procura descrever padrões socioespaciais gerais, de forma semelhante ao que faz Caldeira ([2000] 2010), quando estuda o caso de São Paulo. Marques, por sua vez, dá luz a três processos socioespaciais associados à segregação, que indicam caminhos possíveis de investigação, e que em nossa concepção, podem eventualmente se sobrepor. Sabatini define a segregação de forma composta, destacando dimensões objetivas e subjetivas do fenômeno.

Nesse contexto, **definimos por segregação o processo que se explicita a partir de algum nível (ou grau) de separação ou de afastamento (físico) de um grupo social relativamente homogêneo em relação aos demais.** Consideramos que essa definição geral permite a abordagem empírica da segregação em suas dimensões objetivas, passíveis de mensuração, ao passo que viabiliza também o reconhecimento das dimensões subjetivas do processo, associadas às desigualdades de acesso e ao prestígio e estigma sociais das áreas segregadas. Além disso, necessariamente vinculada a uma escala espacial de análise, a noção permite o reconhecimento de distintas versões de segregação, não se limitando às formas extremas, onde há presença de barreiras físicas.

Para aprofundar a compreensão do conceito de segregação, elegemos cinco pontos essenciais ao debate: os dois primeiros, já destacados na definição geral, tratam da natureza espacial do conceito e de sua vinculação a grupos sociais; o terceiro ponto aborda o caráter processual da segregação, destacando sua dimensão temporal; o quarto ponto trata das múltiplas adjetivações da segregação, decorrentes do caráter polissêmico do conceito; e por fim, chamamos atenção para algumas distinções conceituais necessárias entre segregação e processos correlatos.

- **A segregação é um conceito de natureza espacial**

A clareza quanto à natureza espacial da segregação caracteriza um aspecto fundamental de sua definição, que evita que se confunda a segregação com outros conceitos de natureza não espacial, e evidencia a necessidade de uma escala geográfica específica de análise. Segundo Sposito (2013, p. 66) a “segregação é, dentre todos os conceitos e noções que tratam das dinâmicas de segmentação socioespacial nas cidades, o que tem maior grau de determinação no plano espacial: sem este ela não se constitui e somente nele pode se revelar”.

Sabatini *et al.* (2004, pp. 65-6) apresentam um diagrama para exemplificar o conceito de escala da segregação (figura 1), revelando a importância das unidades de análise na interpretação do fenômeno. O diagrama mede a intensidade da segregação de um mesmo grupo social em quatro situações, considerando unidades de medida em pequena e grande escala.

Intensidade da segregação espacial de um grupo social segundo escalas de medição

Figura 1: Escalas da segregação Fonte: elaboração do autor a partir de Sabatini *et al.* (2004)

O diagrama permite concluir que a segregação é menor em A e maior em D, em pequena e grande escala. Para comparar os graus de segregação em B e C é preciso definir a escala de análise: em pequena escala (da quadrícula) o grupo é mais segregado em C; em grande escala o grupo mais segregado está em B. Ao dividir a cidade em quatro partes iguais, o grupo está segregado em B e disperso em C.

Utilizando as cidades latino-americanas como exemplo, Sabatini (2004) explicita a importância da definição de uma escala geográfica na compreensão da segregação: as cidades latino-americanas apresentam segregação em “grande escala” definida por grandes extensões de áreas de pobreza, em contraposição a aglomeração de grupos de alta renda em uma zona principal de crescimento que une o centro e a periferia, no entanto, podem apresentar alternativamente, segregação em “pequena escala”, ocorrendo em bairros homogêneos dispersos pela cidade. À segregação em grande escala correspondem às “regiões gerais” ou “conjuntos de bairros” expressos na definição de segregação de Villaça. Nos casos em que se considera a segregação em larga escala relativiza-se o grau de homogeneidade interna dos grupos sociais, ao passo que a segregação em pequena escala pressupõe grupos sociais mais homogêneos.

Importante ressaltar que tanto Sabatini como Villaça têm como objeto privilegiado de análise as áreas metropolitanas, no Chile e no Brasil, respectivamente. Considerando-se as cidades médias, a definição de escalas de análises associadas aos processos de segregação é especialmente importante para evidenciar suas especificidades, diante de tamanhos territoriais reduzidos se comparados às metrópoles.

▪ A segregação envolve a ação de grupos sociais

Há sujeitos ou grupos sociais envolvidos na produção da segregação, e dessa forma ela não deriva de dinâmicas próprias à cidade, como resultado da competição natural dos diferentes grupos pelo uso do espaço (SPOSITO, 2013, p. 67), como propunha a Escola de Chicago. Segundo Sabatini (2003), a segregação é parte constitutiva da realidade social, uma vez que a sociedade não existe fora do espaço. O espaço adquire significação social e desempenha diferentes papéis nos processos sociais. As cidades ocidentais capitalistas são mais segregadas que as pré-industriais, pois a segregação é um recurso usual para consolidar a identidade dos grupos ascendentes no capitalismo, sendo um dos fatores determinantes ao acesso diferenciado à cidade (bens públicos, consumo etc.).

A definição dos agentes ou grupos sociais, por sua vez, depende do teor, ou da condição de segregação que se está analisando, conforme determina Sabatini (2003), a segregação pode ser resultante de condições socioeconômicas, étnicas, migratórias, dentre outras. Na América Latina, a segregação

socioeconômica tem sido privilegiada como objeto de pesquisa e de políticas públicas em função das grandes desigualdades socioeconômicas, da concentração de renda e dos altos índices de pobreza que a caracterizam. A identificação de grupos sociais priorizando a dimensão socioeconômica, depende da escolha de variáveis a serem observadas, sendo as mais utilizadas os níveis de renda, escolaridade, condições de habitabilidade e posições ocupacionais. Nesta pesquisa, os grupos sociais são definidos com base em critérios socioeconômicos (renda, escolaridade), raça, e a partir das características dos domicílios e de acesso a infraestrutura urbana, englobam variáveis espaciais permitindo a apreensão de espaços sociais, conforme será demonstrado no capítulo III.

- A segregação é um processo

A segregação se caracteriza como um processo e não como uma situação, perspectiva que aponta a necessidade de se considerar conjuntamente à natureza espacial sua dimensão temporal. Sposito (2013, p. 66) observa que a espacialidade da segregação só pode ser apreendida em sua perspectiva temporal que enseja as múltiplas temporalidades da vida urbana, dos tempos longos aos tempos curtos do cotidiano, uma vez que as razões que levam à segregação são anteriores ao aparecimento dessa enquanto forma espacial. “Embora ela seja espacial, sua ocorrência não é intrínseca às formas espaciais ou explicadas por elas, muito ao contrário, como todo processo ela tem forte relação com as ações que a constituem e que colocam em marcha (tanto quanto representam) visões de mundo e de sociedade”.

Corrêa ([1985] 2005) observa que a segregação envolve espaço e tempo, tendo sua dinâmica fortemente atrelada ao capitalismo, uma vez que as cidades pré-capitalistas apresentavam grande imobilismo socioespacial.

O capítulo IV da tese é construído a partir dessa perspectiva, visando compreender e explicar os atuais padrões de segregação socioespacial nas cidades estudadas, promove-se um recuo histórico com objetivo de identificar as espacialidades e temporalidades da segregação.

- As múltiplas adjetivações da segregação

A natureza multidimensional do conceito de segregação abarca uma variedade de enfoques possíveis, envolvendo em sua definição inúmeras adjetivações associadas ao termo: segregação espacial, segregação social, segregação residencial, segregação racial, segregação socioespacial e etc.

Em um breve apanhado dos principais autores que se dedicaram ao tema nos deparamos com uma variedade de adjetivações: utilizando como amostragem duas publicações¹⁴ que reúnem diversos autores debatendo a temática, foi possível observar a utilização dos termos: *segregação residencial* (CÔRREA, 2013; SABATINI *et al.*, 2004;), *segregação urbana* (ALVAREZ, 2013; PRÉTECEILLE, 2004; HUCHZERMEYER, 2004), *segregação étnica* (QADEER, 2004); *segregação socioespacial* (SPOSITO, 2013; RODRIGUES, 2013; MENDONÇA, COSTA, 2004), ou simplesmente *segregação* (VASCONCELOS, 2013; MARCUSE, 2004; CARLOS, 2013; SOUZA, 2013; SERPA, 2013; SPOSATI, 2004; TORRES, 2004; PASTERNAK, 2004; VILLAÇA, 2004; KOWARICK, 2004; SCHOR, 2004).

Mesmo diante da variedade de adjetivações da segregação, o uso residencial, enfatizado por Sabatini *et al.* (2004) e Corrêa (2013) está implícito em todas as abordagens, ou seja, a segregação é um fenômeno essencialmente residencial. Em todos os autores, aparece, no entanto, em maior ou menor grau, a associação da segregação “residencial” a outros usos, que definem o conjunto da cidade. Villaça ([1998] 2001) argumenta que o estudo da segregação precisa ultrapassar o enfoque exclusivo nos espaços residenciais, devendo abordar também a segregação dos empregos, do comércio e dos serviços, articulando assim a segregação ao todo da estrutura urbana. Sposito (2013), partindo do pressuposto que de fato há muitas formas de segregação, considera válidas suas inúmeras adjetivações, no entanto,

¹⁴ A *Cidade contemporânea: segregação socioespacial* (2013), organizada por Pedro de Almeida Vasconcelos, Roberto Lobato Corrêa e Silvana Maria Pintaudi; e o número 45 (2004) da Revista Espaço e Debates, intitulada *Segregações urbanas*.

demonstra preferência pelo uso da expressão “segregação socioespacial”, por considerar que nessa adjetivação estão contidas as duas dimensões mais importantes do processo: social e espacial. Em nossa pesquisa, adotamos como prioritária a utilização da terminologia *segregação socioespacial*, pela forma como explicita o par dialético sociedade/espço, embora em alguns momentos utilizamos também simplesmente as expressões *segregação espacial* ou simplesmente *segregação*.

- Distinções conceituais necessárias

Conforme afirma Sposito (2013, p. 63), ainda que a segregação se relacione com diversas outras dinâmicas, é necessário que se distinga o conceito de segregação de outros conceitos ou noções que podem, eventualmente, ter filiações teóricas distintas, tempos diversos no processo de urbanização ou ainda estatuto teórico menor, por se caracterizarem apenas como termos genéricos ou ferramentas metodológicas. Através das reflexões de alguns autores que se debruçaram sobre a questão, destacaremos dois conjuntos de conceitos que consideramos bastante sensíveis em termos de comparações/associações ao conceito de segregação: as noções de desigualdade e pobreza urbana, e as noções de diferenciação e fragmentação socioespacial.

Segregação x desigualdades sociais x pobreza urbana

Marques (2005) enfatiza a importância em se distinguir conceitualmente as noções de segregação, desigualdades e pobreza urbana, pois a sociologia urbana brasileira das décadas de 1970 e 1980, então “recém-inaugurada”, tratou a segregação residencial como uma expressão espacial das desigualdades sociais. Embora a segregação dialogue, reproduza e reforce diversas formas de desigualdades sociais, é preciso preservar sua natureza espacial. Por desigualdades sociais, inscritas no espaço urbano, o autor entende “a existência de características sociais distintas entre grupos sociais estabelecidos a partir de uma clivagem contínua ou dicotômica/categorial”¹⁵ (p. 41). Relativo à noção de pobreza urbana, observa a presença de conteúdos ideológicos nessa definição, pois seu “reconhecimento social define a distribuição de benefícios e dos custos relativos ao desenvolvimento de políticas voltadas para combatê-la” (p. 39), sendo, portanto, objeto de disputas entre atores políticos.

O conceito de pobreza “só pode ser entendido como uma construção social, já que as sociedades sancionam coletivamente o conjunto de bens e serviços ao qual todos os seus cidadãos devem ter acesso”. Assim, a pobreza estaria associada a múltiplas dimensões, impossíveis de serem capturadas unicamente pelos indicadores de linha de pobreza, uma vez que a ela não pode ser definida somente em função dos níveis materiais de subsistência. Considerando suas múltiplas dimensões, é possível analisar os diferenciais de acesso a políticas e serviços públicos, por exemplo, assim como as formas de pobreza diversas, associadas à composição familiar, estrutura etária, ou inserção no mercado de trabalho, por exemplo (MARQUES, 2005, p. 40).

Tratando das relações entre segregação e desigualdades sociais no contexto latino-americano, Sabatini *et al.* (2001) apontam dois problemas de ordem teórico-metodológica: primeiro, o equívoco conceitual dos estudos que caracterizam a segregação espacial como um simples reflexo das diferenças ou desigualdades sociais, o que definem como “teoria do espelho”, em que a segregação é equiparada às noções de desigualdade, exclusão e pobreza urbanas; segundo, a escassa investigação empírica (centrada em estudos pontuais preferencialmente de condomínios fechados) que em tom de denúncia se acomete de um viés reducionista partindo de pressupostos teóricos questionáveis não submetidos à comprovação via análise empírica. Os autores argumentam que o primeiro problema resulta de um olhar “fotográfico” sobre as cidades, comum entre geógrafos, urbanistas e arquitetos, que buscam através de mapas ler a estrutura social da cidade, configurando uma abordagem tributária da Escola de Chicago, porém

¹⁵ Um exemplo são as análises das desigualdades salariais de gênero, onde a característica social seriam os salários e os grupos em análise seriam os homens e mulheres (Marques, 2005, p. 41).

empobrecida, pois carece geralmente de uma visão processual da dinâmica urbana; um exemplo do segundo problema diz respeito ao pressuposto (sem confirmação empírica) de que a economia globalizada estaria necessariamente aumentando as desigualdades sociais, que por sua vez, estariam se refletindo no aumento da segregação espacial.

Diferenciação x segregação x fragmentação socioespacial

Uma revisão da literatura especializada mostra que no amplo campo dos estudos socioespaciais, as noções de diferenciação, segregação e fragmentação socioespacial são recorrentes, no entanto, a utilização desses termos sem o devido rigor teórico metodológico caracteriza uma certa confusão em torno dessas noções, que no limite, são assimiladas como o mesmo processo.

Segundo Carlos (2007, p. 46), a diferenciação espacial constitui um tema central da geografia, já a diferenciação socioespacial, no entanto, induz à compreensão do processo espacial em sua dimensão social, de sua realização prática, como momento de reprodução social. Carlos atribui aos geógrafos David Harvey e Edward Soja a construção da ideia de “desenvolvimento geograficamente desigual” como centro explicativo das diferenciações socioespaciais, iluminando a noção de desigualdade associada à existência de uma sociedade de classes, em que seus membros são diferenciados segundo lugar na produção e na distribuição das riquezas geradas.

A autora admite a desigualdade como centro explicativo do processo de diferenciação imanente à produção do espaço, “fundada na contradição entre a produção social do espaço e a sua apropriação privada – posto que se trata de uma sociedade de classes”. A prática social envolve espaço e tempo, e na escala da cidade se manifesta na justaposição de uma morfologia social (resultante da diferenciação de classes) e uma morfologia espacial, onde o desenvolvimento da propriedade e a reprodução do valor de troca promovem a apropriação desigual, e na escala do habitar, a realização do “diferente” em sua manifestação negativa, definida “pelo conflito e pela luta em torno das apropriações diferenciadas do espaço, e como reivindicação para o uso (tal qual se revela nas cidades hoje)” (CARLOS, 2007, p. 49).

Corrêa (2007, p. 63) admite a diferenciação socioespacial como resultado inevitável da ação humana, constituindo-se simultaneamente reflexo, meio e condição para o funcionamento e reprodução do sistema capitalista. A diferenciação socioespacial pode ser apreendida em duas escalas conceituais distintas, a da rede urbana e a do espaço intraurbano; na primeira se manifesta por meio da diferenciação funcional (e de tamanho) dos centros urbanos; na escala intraurbana se revela sob duas dimensões articuladas, resultando na divisão econômica e na divisão social do espaço, a primeira expressa por padrões de uso do solo (comercial, industrial etc.), a segunda manifesta em mosaicos de áreas sociais, determinados por atributos socioeconômicos, de infraestrutura, etnia, religião, dentre outras características. O autor observa que o arranjo espacial das áreas sociais é complexo, sendo influenciado por características como tamanho da cidade, perfis econômicos, taxas de crescimento, sítio, plano urbano e políticas públicas; por outro lado, resulta de lógicas locacionais, puras ou combinadas, associadas à apropriação de áreas cujo valor deriva da distância ao centro, às amenidades, aos subcentros comerciais, aos eixos de tráfego.

Dal Pozzo (2015) articula as noções de diferenciação, segregação e fragmentação socioespacial buscando explicitar as permanências, rupturas e novos conteúdos das práticas espaciais associadas ao consumo do espaço urbano contemporâneo em cidades médias. O autor parte da premissa de que os processos de diferenciação e segregação abarcam tempos de média e longa duração e antecedem à fragmentação socioespacial, que constituiu um processo mais recente. A fragmentação estaria associada à reestruturação do espaço urbano, processo observado nas metrópoles a partir da segunda metade do século XX e mais recentemente também em algumas cidades médias.

Assumindo a mesma perspectiva teórica de Sposito em torno do conceito de segregação, o autor vê na dinâmica de ruptura da unidade territorial da cidade a distinção entre diferenciação e segregação socioespacial. A partir de Lefebvre observa que enquanto a diferença pressupõe proximidade e relações, a separação ou segregação rompe com essas relações, quebrando a totalidade concreta do espaço urbano. Assim, a segregação se estabeleceria como negação da diferenciação socioespacial, resultando

na diminuição dos níveis de articulação entre as diferentes porções do espaço urbano. A aplicação da noção de fragmentação socioespacial se populariza desde década de 1980, associada às formas descontínuas e dispersas de urbanização que se sobrepõem à ideia de cidade unitária e solidária; na década de 1990, em um contexto de crises econômicas, a noção de fragmentação é utilizada também para explicar processos socioeconômicos; diante da importância crescente do setor terciário no espaço urbano o debate se dirige à análise de formas urbanas representativas da exacerbação da segregação socioespacial, expressando a tendência de rompimento entre os grupos sociais (DAL POZZO, 2015).

Com base em Prévôt-Schapira (2001), Sposito e Góes (2013) mostram que a noção de fragmentação socioespacial na literatura urbana surge no final dos anos 1980, relacionada a componentes espaciais, dimensões sociais e políticas, vinculadas especialmente às dinâmicas metropolitanas inseridas em processos de globalização econômica. Na América Latina, a noção de fragmentação se amplia em um contexto de crise metropolitana, nos sentidos geográfico e metafórico do termo, associada a perda da unidade urbana, a fragmentação do mercado de trabalho, dos sistemas de transporte, a uma organização dispersa e menos hierárquica. Em sua dimensão espacial, a fragmentação identificada nas grandes metrópoles latino-americanas é abordada sob diferentes enfoques associados à dispersão urbana, mobilidade, surgimento de novas centralidades, assim como um fenômeno cada vez mais frequente, a proximidade de ricos e pobres, porém em espaços fechados, com agravamento das desigualdades sociais.

Sposito e Góes (2013, p. 291) observam que “a amplitude dos usos e conteúdos do termo [fragmentação socioespacial] indica que estamos diante de novas dinâmicas sociais, políticas, econômicas e culturais que apontam para novos modos de articulação entre o tempo e o espaço, recombinações, representados, e apreendidos em escalas múltiplas”. Priorizando a dimensão espacial do processo, as autoras assinalam o pioneirismo de Milton Santos (1990) no Brasil, ao abordar a questão da fragmentação associada à redefinição dos padrões de segregação centro-periferia na metrópole corporativa, incluindo-se o surgimento de novas formas de segregação; mencionam também a abordagem de Souza (2000), ao utilizar a noção de fragmentação socioespacial para compreender os espaços urbanos no contexto de globalização, a partir do pressuposto que por trás da relativa homogeneização econômica, cultural e espaço-temporal característica dos processos de globalização, subsistem processos de exclusão e segmentações sociais. Com base nas pesquisas de Prévôt-Schapira (2000) e Salgueiro (2001), as autoras observam que as relações entre urbanização contemporânea e fragmentação, estabelecidas com base em espaços metropolitanos, envolvem a emergência de enclaves (espaços residenciais fechados), de policentralidades (multiplicação de novas centralidades), o aparecimento de áreas mistas (complexos imobiliários que mesclam usos residenciais, comerciais, serviços etc.); a dessolidarização do entorno próximo, e a ocorrência de contiguidade sem continuidade, a exemplo dos espaços residenciais fechados que não interagem com o entorno.

Nesse contexto, afirmam que

a fragmentação, no que tange aos espaços urbanos, é um processo posterior, historicamente, ao de segregação, tanto mais complexo no que toca suas condicionantes e dinâmicas. Os pontos destacados não se referem estritamente ao uso residencial do espaço, como é próprio ao conceito de segregação. Agora, novos elementos se combinam para o reconhecimento da fragmentação, como a existência de uma policentralidade e a conformação de territórios descontínuos, gerando morfologias menos integradas territorialmente. Além disso, as relações entre proximidade e contiguidade foram alteradas, uma vez que o uso do transporte automotivo e a ampliação das possibilidades de comunicação redefinem as interações espaciais entre diferentes áreas residenciais, entre estas e as áreas de trabalho, consumo e lazer. O resultado dessas transformações é a geração de uma geometria espacial de fluxos mais complexa e menos apoiada nos espaços de inserção imediata de diferentes sujeitos sociais nas cidades. (SPOSITO e GOÉS, 2013, pp. 294-5)

Sposito e Góes (2013, p. 291) estendem a noção de fragmentação, construída com base na realidade metropolitana, às cidades médias, por meio de pesquisas empíricas efetuadas sobre as cidades paulistas de Marília, Presidente Prudente e São Carlos. As autoras defendem a tese que “a fragmentação socioespacial é um processo em curso em cidades médias, ainda que os níveis de complexidade da vida social e de suas relações com as formas de configuração e estruturação dos espaços urbanos não se

equipare àqueles observados nas metrópoles”; Dal Pozzo (2015) chega a conclusões semelhantes, estudando os casos de Presidente Prudente e Ribeirão Preto.

1.2.3 Modalidades da segregação

Partindo do pressuposto de que a segregação é produzida por agentes sociais concretos, Corrêa (2013, p. 43) reconhece três modalidades de segregação residencial: a autosegregação, a segregação imposta e a segregação induzida. A autosegregação das elites é vista pelo autor como uma estratégia de classe, no sentido de reforçar “diferenciais de existência e de condições de reprodução desses grupos por intermédio da escolha das melhores localizações no espaço urbano tornando-se exclusivas em relação aos elevados preços da terra urbana e de suas amplas e confortáveis habitações”. A autosegregação das elites implica em certo grau de controle do Estado, das atividades econômicas, das melhores terras urbanizáveis e do setor imobiliário, assim como sobre a legislação urbanística. A segregação imposta resulta da impossibilidade de escolha dos locais de moradia e do tipo de habitação pelos mais pobres; já a segregação induzida envolve os que têm alguma possibilidade de escolha, porém limitada. As duas últimas modalidades de segregação possuem um limite tênue, porém, nas áreas de segregação induzida há uma maior heterogeneidade social em relação às áreas de segregação imposta e de autosegregação.

De maneira similar, Sabatini (2003) diferencia a segregação voluntária da segregação forçada, equivalentes às noções de autosegregação e segregação imposta. Para o autor, a primeira modalidade diz respeito ao exercício de livre escolha, resultado das preferências dos grupos sociais; já a segregação forçada reflete a concentração de grupos pobres ou excluídos, sem poder de escolha, em áreas desvalorizadas da cidade.

Marques (2005), reconhecendo a existência de processos de autosegregação e segregação imposta, afirma que nos dois casos, em sua versão extrema, a segregação implica isolamento total de um grupo em relação aos demais, com existência de barreiras físicas. Nesses casos a segregação imposta estaria associada aos guetos, a exemplo dos guetos judeus durante a Segunda Guerra Mundial, ou aos bairros negros da África do Sul do regime do *apartheid*, situações reforçadas inclusive por dispositivos legais que limitavam a mobilidade desses grupos; enquanto a autosegregação estaria gerando cidadelas ou enclaves fortificados, cujos condomínios fechados são exemplos emblemáticos, estando presentes em todo o mundo, e com força crescente na América Latina. Marques alerta, no entanto, que há controvérsias em torno da utilização da noção de gueto para a cidade norte-americana atual, assim como para as concentrações de pobreza em cidades europeias, e mesmo para a cidade latino-americana, pois em nenhum caso existem dispositivos legais que limitem a mobilidade dos grupos sociais, no entanto, a ideia precisa ser relativizada, uma vez que grandes distâncias podem significar isolamento para as populações de baixa renda, em que os custos de transporte podem ser muito significativos ou inviáveis.

1.2.4 Causas e consequências da segregação

Considerando as cidades brasileiras, Marques (2005) identifica na literatura especializada quatro grandes grupos de abordagens referentes às **causas da segregação**, ora representando enfoques específicos, ora causas combinadas.

- A dinâmica econômica, o mercado de trabalho e a estrutura social em si

Perspectiva válida para parte significativa das ciências sociais brasileiras a partir da tradição construída pela teoria da marginalidade¹⁶, que em sua versão original explica o padrão de cidades produzido no Brasil como resultado de interesses sistêmicos do capitalismo, convertido no país como um capitalismo espoliativo e de baixos salários. Sob enfoque recente, prevalece a ideia de que diante da abertura econômica, os padrões de segregação se mantêm ou se agravam. “A ênfase dos trabalhos nessa linha, portanto, está na ideia da manutenção não apenas da estrutura urbana, como também dos elementos e processos que produziram e reproduziram esses padrões” (MARQUES, 2005, p. 46).

- A dinâmica do mercado de terras, as ações dos produtores do espaço urbano e da produção da moradia

Enfoque no papel do mercado de terras, da incorporação imobiliária e da indústria da construção, podendo ser subdividido em dois grupos de abordagens: o primeiro explica a estrutura urbana por meio da atuação dos incorporadores, responsáveis pelo controle das melhores localizações e da especulação da terra urbana (RIBEIRO, 1997); o segundo grupo enfatiza a alocação dos grupos sociais e atividades econômicas pelo mercado de terras, com mecanismos microeconômicos ligados à dinâmica de valores da terra urbana, que promove segregação dos pobres a partir da competição com grupos mais ricos e também com usos não-residenciais da cidade (SMOLKA, 1983).

- O Estado e as políticas públicas

Perspectiva construída a partir de dois enfoques: o primeiro acerca do poder regulatório do Estado sobre a cidade, através da legislação urbanística (ROKNIK, 1997), em que o elemento central de controle seria a lei de uso e ocupação do solo, ou de zoneamento; o outro viés sobre a atuação do Estado enfatiza suas intervenções diretas e indiretas em investimentos, obras e políticas públicas, que ocasionam a elevação dos valores da terra em determinadas porções da cidade, resultando na expulsão e substituição de grupos sociais, com homogeneização crescente dos espaços (FIX, 2001; MARQUES e BICIR, 2001; VETTER *et al.* 1981, SABATINI, 2001), ou ainda, de forma mais explícita, através de remoções de favelas visando a construção de obras públicas (VALLADARES, 1978; FIX, 2001) e, em outro extremo, a construção de grandes conjuntos habitacionais socialmente homogêneos na periferia (SABATINI, 2001).

- A ordem jurídica brasileira e sua relação com a sociedade em suas dimensões de tradicionalismo, hierarquia social e preconceito

Linha de argumentação construída a partir de uma espécie de diagnóstico sobre a sociedade brasileira, sobre o poder e o tipo de capitalismo instaurado no país. O argumento é mais geral que a linha anterior pois aponta uma seletividade da regulação urbanística entre ricos e pobres se configurando como aparato repressivo voltado quase que exclusivamente aos estratos inferiores. Marques (2005, p. 48) aponta a urbanista Ermínia Maricato como um expoente nesse campo, que apoiada nas interpretações de Chico de Oliveira sobre a “importância do patrimonialismo na ordem política e jurídica brasileira [...] afirma que a segregação e a pobreza urbana são produzidas e reproduzidas pela lei e sua aplicação. A ordem jurídica urbana seria erigida para defender a propriedade privada e os processos de valorização que envolvem a terra”.

¹⁶ A teoria da marginalidade foi debatida no bojo da teoria marxista, nas décadas de 1960 e 1970, abordando questões relativas ao capitalismo latino-americano do tipo dependente. São expoentes do debate o argentino José Nun, o brasileiro Lúcio Kowarick, e o peruano Aníbal Quijano (FIGUEIREDO FILHO e OLIVEIRA, 2012, p. 1).

Sabatini (2003) defende que os efeitos ou **consequências da segregação** podem ser positivos ou negativos, de acordo com as duas dimensões objetivas, se caracterizando, portanto, não necessariamente como um problema, mas como um fenômeno. A primeira dimensão objetiva da segregação, que diz respeito à concentração espacial de um grupo social tem como efeito positivo a preservação de costumes e tradições das minorias étnicas em países desenvolvidos e o empoderamento político e social dos grupos pobres em países subdesenvolvidos, como no caso da América Latina. Além disso, a concentração espacial de um grupo em determinada área não exclui a priori a chegada de outros grupos distintos e, por mais forte que seja, poderia ser resultado do exercício de livre escolha das pessoas, classificando-se como “compreensível, por estar ligada à afirmação de identidades sociais, ao respeito de certos valores ou à busca de uma maior qualidade de vida, além de resultar das opções de localização dos indivíduos e famílias, o que é um valor em si mesmo” (SABATINI, 2003, p. 18, tradução nossa).

Em contrapartida, Sabatini identifica efeitos negativos da segregação associados à sua segunda dimensão objetiva, que diz respeito à homogeneidade dos grupos sociais segregados de forma involuntária, condição imposta aos pobres e excluídos, delegados às piores áreas da cidade. A grande homogeneidade interna, características dos grupos pobres segregados não se constrói, portanto, a partir de decisões individuais, estando diretamente ligada à atuação do Estado. Por outro lado, as áreas onde há segregação voluntária acumulam privilégios, por meio da regulação urbanística que cria uma série de regras que inviabilizam o acesso de famílias indesejadas, assim como através dos investimentos públicos em infraestrutura e serviços.

Outro ponto levantado pelo autor diz respeito à influência da escala da segregação em seus impactos: por maior que seja a homogeneidade interna de um grupo social, suas consequências negativas podem ser inexpressivas ou mesmo inexistentes quando se tratar de uma pequena área da cidade, a exemplo de bairros de tamanho reduzido. O inverso, no entanto, que caracteriza a segregação em grande escala, produz efeitos extremamente negativos. “A escala é importante porque agudiza os efeitos do isolamento físico, laboral e social destes grupos, que é em última análise o aspecto mais relevante da segregação espacial no que diz respeito à integração social” (SABATINI, 2003, p. 20). O autor chama atenção também para a relação entre a segregação em larga escala e sua dimensão subjetiva, a partir da emergência de estigmas territoriais, assumidos pelos grupos segregados, e reconhecidos também pelo restante da população; afirma que estudos empíricos realizados no Chile confirmam que os efeitos sociais negativos da segregação de grupos com alto grau de homogeneidade aumentam quanto maior à escala dessas aglomerações, evidenciando o aumento da “malignidade” da segregação dos pobres associado ao incremento de escala e intensidade do processo.

1.2.5 Espacialidades da segregação

A segregação, entendida em sua dimensão espacial e temporal, se manifesta segundo diferentes padrões espaciais, oriundos da separação de grupos sociais relativamente homogêneos pela cidade. Para Corrêa (2013, p. 44)

a espacialidade é um atributo da natureza e da ação humana, manifestando-se primeiramente via diferenciação espacial de processos e formas naturais e socialmente produzidas. A espacialidade exhibe, por outro lado, temporalidades diversas graças à permanência de processos e formas criadas no passado. Como processo, a segregação residencial exhibe uma complexa espacialidade, associada à existência e reprodução dos diversos grupos sociais que vivem na cidade.

A complexa espacialidade da segregação, no entanto, pode ser apreendida através da identificação de modelos espaciais, definidos como construções teóricas que abarcam a realidade com certo nível de abstração, têm como característica o reconhecimento dos padrões socioespaciais de organização da cidade, assim como a formulação de suas explicações.

Segundo Corrêa (2013), três modelos considerados construções teóricas clássicas buscaram apresentar as espacialidades da segregação, os modelos de Kohl-Sjoberg (1841), Burgess (1925) e Hoyt (1939)¹⁷, o primeiro, relativo à cidade pré-industrial, e os demais elaborados a partir da concepção ecológica da Escola de Chicago. Posteriormente, têm lugar outras formulações diante de configurações espaciais mais elaboradas, que reconhecem a possibilidade de sobreposição ou combinação dos três primeiros modelos (tipos ideais), a exemplo da complexa realidade intraurbana das cidades latino-americanas, objeto de formulação de modelos espaciais desde a década de 1960.

O modelo Kohl-Sjoberg, elaborado pelo geógrafo alemão J. G. Kohl (figura 2), em 1841, é reconhecido como o primeiro padrão locacional intraurbano, sendo, portanto, o primeiro modelo espacial a tratar da segregação residencial, abordando a cidade pré-industrial europeia. Nesse período a segregação ainda não era estudada academicamente, mais de um século depois, Sjoberg (1960) chegaria às mesmas conclusões de Kohl, elaborando um modelo para as cidades europeias pré-industriais, assim Corrêa (2013) denomina esse modelo como Kohl-Sjoberg, levando em consideração as contribuições dos dois autores, em períodos distintos.

Figura 2: Modelo Kohl-Sjoberg Fonte: elaboração do autor a partir de Rocha (2011)

O modelo é caracterizado por três setores: o setor 1 (centro) é ocupado pela elite, local de prestígio e de melhor infraestrutura, onde estão os edifícios e equipamentos mais importantes e onde o preço da terra é mais elevado; do centro para a periferia o preço da terra, o acesso à infraestrutura e a acessibilidade ao centro diminuem. Nesse período, a mobilidade intraurbana era muito limitada, justificando a necessidade de proximidade da elite em relação ao centro. O esquema aponta a espacialidade da segregação residencial definida pelo modelo centro-periferia. O modelo se mantém atual e aplicável a diversas cidades pequenas e médias, inclusive na América Latina.

Figura 3: Modelos espaciais clássicos Fonte: elaboração do autor a partir de Romero (2015)

O modelo elaborado por Ernest Burgess (figura 3), em 1925, conhecido como o modelo de Burgess, ou modelo das zonas ou círculos concêntricos, construído no âmbito das teorias da Escola de Chicago, para a cidade de Chicago das primeiras décadas do século XX, “exibia uma espacialidade da segregação residencial que se manifestava em zonas concêntricas. O crescimento da cidade ampliava cada zona sem que o padrão fosse alterado” (CORRÊA, 2013, p. 47). A zona 1 é a mais interna da cidade e corresponde

¹⁷ Dentre os modelos espaciais clássicos, embora não destacado por Corrêa (2013), situa-se também o modelo de Harris e Ullman, ou dos núcleos múltiplos, de 1945. Para mais detalhes, consultar EUFRÁSIO ([1999] 2013).

ao distrito comercial; a zona 2 caracteriza uma transição, área deteriorada que está sendo invadida pelo comércio e pela indústria leve; a zona 3 abarca as residências dos trabalhadores, que escaparam da zona de transição (deterioração) e que desejam viver em locais de fácil acesso ao trabalho; a zona 4 contempla a população de renda média; a zona 5 se define por residência da população de alta renda, em edifícios de apartamentos ou em “distritos restritos” exclusivos de residências de uma só família, nessa zona há o surgimento de subcentros comerciais; por fim, a zona 6, zona dos *Commuters*, localiza-se fora dos limites da cidade e destina-se às “residências das melhores famílias”, em áreas suburbanas ou cidades satélites, localizadas a uma distância de 30 a 60 minutos de viagem do distrito comercial.

O modelo espacial elaborado pelo economista e consultor urbano Homer Hoyt (figura 3), em 1939, conhecido como o modelo de Hoyt, tem base em numerosos estudos empíricos e descreve um padrão de segregação residencial ao longo de setores, enfatizando o setor de amenidades naturais ou socialmente produzidas, ocupado pela elite. Segundo Eufrásio (2013, p. 209), o esquema teórico-conceitual de análise de Hoyt, apesar de levar em conta várias contribuições de Burgess, se distancia da perspectiva da ecologia humana, adotando uma interpretação baseada em dados e conceitos econômicos e sociais e na pressuposição de processos, relações e fatores de natureza socioeconômica para a explicação da estrutura espacial da cidade. Segundo Corrêa (2013, p. 49), a formação de setores de amenidades ocorre nas cidades latino-americanas desde o final do século XIX, conforme demonstram os trabalhos de Yujnovsky (1971), para as metrópoles latino-americanas; Villaça (1998), para as metrópoles brasileiras; e Abreu (1987), para a cidade do Rio de Janeiro.

A estrutura socioespacial das **cidades latino-americanas** apresenta marcantes diferenças em relação à cidade norte-americana, fato que inviabilizou a aplicação das interpretações clássicas e induziu o desenvolvimento de estudos voltados a essa realidade específica, desde a década de 1960.

Buzai (2003; 2016) sintetiza as abordagens sobre a estrutura intraurbana e os modelos espaciais propostos para as cidades latino americanas reconhecendo a existência de quatro períodos: a elaboração de perspectivas iniciais, entre 1965 e 1975, com as contribuições de Schnore (1965) e Yujnovsky (1971); a elaboração de modelos espaciais por geógrafos alemães, entre 1976 e 1982 (Bähr e Mertins, 1981, 1982; Borsdorf, 1982); a elaboração de modelos espaciais por geógrafos norte-americanos, entre 1980 a 1999 (Griffin e Ford, 1980; Ford, 1996); e por fim, a proposição do modelo de cidade fragmentada.

A evolução relativa às elaborações em torno de modelos espaciais para a cidade latino-americana, expressa na figura 4, se baseia nas contribuições de Borsdorf, Bähr e Janoschka (2003).

O esquema representa a evolução da cidade colonial (compacta) ao modelo de **cidade fragmentada**, que constitui a interpretação mais recente da estrutura intraurbana das cidades latino-americanas, construída no início do século XXI, notadamente associada às realidades metropolitanas. Apoiado em Janoschka (2002), Buzai (2016) observa que esse modelo expressa um setor central que começa a se fragmentar e uma periferia sem limites definidos. A grande novidade é a localização da elite em condomínios fechados na periferia, que muito mais do que fenômenos arquitetônicos, revelam um padrão de polarização social intenso. Esse processo se dá em um contexto econômico neoliberal, a partir da década de 1990, caracterizado pelo encolhimento do Estado, e por privatizações em diferentes níveis, no espaço urbano expressas com a formação de ilhas (residenciais, de consumo, de produção, de decadência).

Figura 4: Evolução da cidade latino-americana a partir de Borsdorf, Bähr e Janoschka (2003) Fonte: Buzai (2016)

1.2.6 Mensurações da segregação

A mensuração da segregação apresenta-se como um desafio que, embora com longa tradição nos Estados Unidos, foi pouco enfrentado na América Latina, e especialmente no Brasil. Segundo Préteceille (2004), a medição e os métodos estatísticos a ela relacionados constituem um dos três grandes problemas metodológicos associados às análises sobre segregação; os outros dois estariam relacionados à definição das categorias (ou indicadores) da estrutura social, e à definição dos recortes territoriais a serem analisados. O autor reconhece, assim como Ribeiro (2003), duas famílias de métodos estatísticos utilizados para a medição da segregação: a dos índices globais e a das análises tipológicas.

▪ Os índices

Em linhas gerais, a utilização dos índices¹⁸ tem como vantagem principal seu caráter sintético, de fácil leitura, além da possibilidade de comparações entre áreas da cidade, inclusive em períodos distintos. Através dos índices é possível perceber de imediato (sinteticamente) a evolução da segregação, no

¹⁸ A respeito da caracterização e evolução histórica dos índices que buscam medir a segregação, consultar Feitosa (2005).

entanto, há uma série de inconvenientes relacionados aos índices por serem sensíveis à definição das categorias utilizadas, assim como à forma e precisão dos recortes espaciais (PRÉTECEILLE, 2004).

Sabatini (2003) afirma que os principais métodos estatísticos disponíveis para medir a segregação são os índices de dissimilaridade (concentração espacial do grupo)¹⁹ e os índices de exposição (isolamento social do grupo). Para o autor, o índice de dissimilaridade recebe atenção excessiva dos pesquisadores por tratar-se de um instrumento de uso e interpretação de resultados fácil, sendo certamente o mais utilizado e mais importante instrumento para medir empiricamente a segregação residencial. Sabatini argumenta que os problemas vinculados a esse índice resultam da pouca atenção ao fato que a segregação pode ter escalas distintas em uma mesma cidade, e mesmo as versões modificadas do índice de dissimilaridade não conseguiram superar esse problema, pois têm a pretensão de “representar por um só número a segregação de ‘toda’ a cidade, sem distinguir suas escalas” (SABATINI, 2003, p. 175). Assim, o índice de dissimilaridade não capta a essência espacial da segregação, gera uma abstração do fenômeno territorial, reduzindo-o a médias, probabilidades e porcentagens; não capta a segregação no interior da área de medição, nem em uma escala maior; e tem pouca utilidade para estudos explicativos que busquem demonstrar as causas da segregação e seus possíveis efeitos.

Em que pesem as críticas relativas às limitações dos índices, além dos estudos clássicos efetuados nos Estados Unidos, há diversos autores que se utilizam desse método na América Latina, incluindo alguns brasileiros. Torres (2005), buscando analisar a segregação residencial em São Paulo se utiliza o índice de dissimilaridade, mesmo reconhecendo suas limitações relativas à incapacidade de captar a segregação no interior das áreas de análise, e à variabilidade do indicador segundo o tamanho da unidade de análise, problemas apontados por Sabatini (2003). Rocha (2011) e Prado (2012) se utilizam dos índices ao abordar os processos de segregação socioespacial na cidade de Santa Maria, uma das quatro cidades objeto de nossa pesquisa. Rocha avalia os padrões locais da estrutura social e a segregação residencial na cidade com base em índices de dissimilaridade, isolamento e exposição para as variáveis renda e escolaridade; Prado trabalha com os mesmos índices limitando-se à variável renda.

▪ As tipologias

As análises tipológicas visam agrupar unidades espaciais em “tipos, classes ou clusters”, que se constituem subconjuntos definidos em função das similaridades dos perfis de distribuição das categorias sociais agrupadas por unidades (PRÉTECEILLE, 2004, p. 16).

Ribeiro (2003) observa que ao contrário dos índices sintéticos ou globais, a construção de tipologias permite, ao mesmo tempo, compreender a segregação através de uma descrição global e formular hipóteses explicativas sobre as dinâmicas que a produzem. Préteceille (2004, p. 16) destaca duas vantagens das análises tipológicas: 1) levam em conta a complexidade das estruturas socioespaciais, através da “conjunção do método multidimensional (em vez da oposição binária entre duas categorias) e da possibilidade de descrever distribuições apresentando modalidades geograficamente variadas”; 2) possibilitam que se analise as tipologias segundo outras dimensões, podendo avançar no entendimento das causas e consequências da segregação. No entanto, embora em menor grau do que os índices, as tipologias também são sensíveis à definição das categorias e dos recortes espaciais.

Ribeiro (2003) entende a tipologia como um instrumento de classificação e descrição, com objetivo de ordenamento e categorização de fenômenos sociológicos, que permite a realização de comparações. O autor identifica dois procedimentos teórico-metodológicos envolvendo o uso de tipologias: qualitativo e quantitativo. A tipologia qualitativa deriva do método tipo-ideal desenvolvido por Max Weber, em que os tipos socioespaciais resultam de uma construção intelectual baseada na escolha de algumas variáveis a partir das hipóteses assumidas pelo pesquisador; tem grande utilidade para a compreensão detalhada

¹⁹ O índice de dissimilaridade indica a relação entre a composição populacional das unidades de área (setor censitário, área de ponderação, distrito) em relação à composição populacional de toda a área de estudo (cidade ou aglomerado urbano). O índice indica a proporção de população de um grupo que deveria se mudar para outras áreas para que a composição populacional nas unidades de área seja igual à da área de estudo como um todo (cidade ou aglomeração urbana). O índice varia de 0 a 1, indicando a integração completa e a segregação completa, respectivamente.

dos processos de segregação residencial, mas, em contrapartida, não permite sua compreensão sintética. A tipologia quantitativa constitui uma construção empírica sobre o conjunto da cidade, com utilização de grande número de variáveis relacionadas à distribuição espacial da população; permite uma representação sintética por meio de áreas-tipo, socialmente homogêneas segundo as variáveis escolhidas (com valores idênticos ou muito próximos).

Três procedimentos metodológicos são necessários para a construção de tipologias socioespaciais (RIBEIRO, 2003): definição da unidade social de análise; definição das variáveis segundo as quais a distribuição espacial das pessoas será descrita; definição da unidade espacial. Em relação à definição da unidade social de análise, há duas possibilidades: famílias ou pessoas. A definição das variáveis, por sua vez, deriva de três lógicas: a primeira diz respeito aos critérios de identificação dos indivíduos, geralmente aqueles fortemente associados à organização social da cidade (profissão, renda, escolaridade, diferenciação racial/étnica e diferenciação familiar), nesse caso parte-se de critérios isolados para depois, a partir de comparações, se chegar a identificação das variáveis que melhor explicam a distribuição dos indivíduos no espaço; a segunda lógica diz respeito à definição teórica prévia de uma das dimensões da estrutura urbana considerada central na explicação da localização dos indivíduos, na prática esse tipo de lógica tem sido empregada com a utilização das categorias sócio-ocupacionais ou sócio-profissionais, considerando que “nas sociedades capitalistas [...] o lugar dos indivíduos é determinado pela sua inserção na estratificação social definida pelas relações sociais de produção” (RIBEIRO, 2003, p. 43); a terceira lógica se refere à utilização das categorias sócio-ocupacionais associadas a outras variáveis consideradas relevantes à compreensão de outras dimensões da diferenciação social, como por exemplo indicadores de diferenciação familiar, tendo em vista investigar a existência de diferentes padrões locais (dentro de uma mesma categoria sócio-ocupacional) em função da estrutura familiar.

No tocante à definição da unidade espacial se colocam duas questões: os critérios para sua definição e seu tamanho demográfico. “Quanto maior o número de unidades definirmos mais fina será a nossa análise, na medida em que podemos capturar maior diferenciação social do espaço. [...] É necessário que a desagregação seja suficientemente fina para que ela não imponha sua própria lógica, mas, ao contrário, deixe transparecer ‘todas as continuidades, as rupturas e as linhas de forças segundo as quais se organiza o espaço social da cidade’” (RIBEIRO, 2003, p. 44). Nesse aspecto há uma dificuldade inerente à disponibilidade de dados, assim como as definições territoriais dos órgãos estatísticos de cada país. No Brasil, o IBGE trabalha com os setores censitários, áreas de ponderação, distritos e subdistritos, que exprimem em alguma medida, uma concepção do espaço social que definem, exigindo, portanto, um posicionamento crítico do pesquisador que os utiliza.

Marques (2005, p. 63), abordando a distribuição dos grupos sociais no espaço da região metropolitana de São Paulo (compreendida como a área conurbada, que em 2000 abarcava 21 municípios), utiliza a análise tipológica como método quantitativo para caracterizar as situações de pobreza e vulnerabilidade social. A base de dados empregada foi o conjunto de variáveis da amostra do Censo Demográfico 2000; a unidade espacial utilizada foram as áreas de ponderação (resultados da amostra); buscando perceber as múltiplas dimensões da pobreza, foram combinadas variáveis relativas à renda e escolaridade, migração recente, taxas de desemprego, presença de pretos e pardos, taxas de crescimento demográfico e inexistência de infraestrutura urbana. Posteriormente a essas etapas, efetuou-se uma análise fatorial (visando a redução das variáveis selecionadas a fatores comuns ou variáveis-síntese) seguida de uma análise de *cluster*, visando definir um “conjunto de objetos em estudo em subgrupos que diferem entre si segundo os conteúdos. Essa técnica é usada para produzir tipologias de cidades baseadas em variáveis econômicas e demográficas, e é particularmente útil para estudos acadêmicos quanto para o planejamento e execução de políticas públicas”. A partir das variáveis síntese-definidas, rendimento médio mensal e taxa de crescimento demográfico, foram identificados 10 grupos de áreas de ponderação.

Nesta pesquisa, visando a mensuração da segregação nas cidades médias estudadas, nos utilizamos das técnicas de análise fatorial e de *clusters* para a definição de tipologias socioespaciais, que associadas a grupos sociais, caracterizam os processos de segregação, temática objeto do capítulo III da tese.

CAPÍTULO II

CIDADES MÉDIAS GAÚCHAS

CAXIAS DO SUL, PASSO FUNDO, PELOTAS E SANTA MARIA

Este capítulo tem por objetivo construir uma primeira aproximação de nosso objeto empírico de análise, as cidades de Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria, definidas como as principais cidades médias gaúchas. Partindo da premissa metodológica pautada na necessidade de sobreposição de escalas de análise para a compreensão das cidades médias, buscamos justificar a escolha das cidades estudadas, assim como discutir determinantes socioeconômicas e espaciais que as caracterizam nas escalas regional e municipal, e subsidiam a análise da estrutura intraurbana. O capítulo se estrutura em três núcleos: partimos da contextualização dos estudos sobre cidades médias e de sua definição atual, sobretudo na perspectiva da geografia; abordamos o contexto regional em que as cidades estudadas se inserem, destacando as funções que realizam no âmbito da rede urbana gaúcha e evidenciando seus respectivos perfis demográficos e socioeconômicos; por fim avançamos na compreensão dos territórios em escala municipal, pontuando os diferentes usos e características do ambiente natural que os definem.

2.1 As cidades médias como objeto de estudo

Nas últimas décadas, as cidades médias se consolidam como objeto de pesquisa privilegiado no campo dos estudos urbanos sob diversas perspectivas e escalas de análise, à medida que passam a crescer mais do que os espaços metropolitanos, ampliam sua importância na rede urbana e sua inserção em circuitos econômicos globalizados, ao mesmo tempo que se complexificam suas estruturas intraurbanas.

Segundo Sposito (2010, p. 10)

ao lado da metropolização, principal característica da urbanização brasileira nas décadas de 1960 e 1970, o Brasil passou por inúmeras transformações urbanas, a partir dos anos de 1980, quando cresceram e/ou se alteraram, também, os papéis das cidades médias e locais. Tudo isso promoveu a quebra de paradigmas, necessitando revisões que dessem conta da complexidade da realidade atual. Indubitavelmente, uma das vias de reconhecimento das mudanças é a compreensão de como se processa a produção dos espaços urbanos não metropolitanos, aqui incluídas as cidades médias. Com a generalização do fenômeno da urbanização da sociedade e do território, que o Brasil atingiu no final do século XX, os estudos sobre essas cidades têm sua relevância reforçada.

Os debates sobre as cidades médias se iniciam na década de 1950 na Europa Ocidental, principalmente na França, inseridos no campo do planejamento urbano e regional e nos estudos sobre rede urbana, com contribuições dos geógrafos Jean Gottmann, Pierre George e Michel Rochefort. No Brasil, são pioneiros os estudos sobre cidades médias efetuados em Minas Gerais por Yves Leloup, geógrafo francês vinculado à UFMG, e por Amorim Filho, realizados na França entre 1973 e 1974, tratando do estado de Minas Gerais. A década de 1970 marca a adoção das cidades médias como objeto de planos de governo e sua crescente inserção no meio acadêmico, com destaque ao trabalho de Andrade e Celsius Lodder, em 1979, intitulado *Sistema Urbano e Cidades Médias no Brasil* (AMORIM FILHO, 2007).

As cidades médias são inseridas na agenda de planejamento no Brasil com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que apresenta diretrizes para uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU)²⁰. A PNDU, elaborada em 1973, que serviu de base à elaboração do II PND e à implementação de políticas urbanas nas décadas de 1970 e 1980, destacou a necessidade de se atenuar os desequilíbrios regionais, associados à concentração urbana em algumas regiões do país, com a proposição de uma política territorial de interação entre os espaços urbano e regional. As cidades médias foram classificadas como “áreas de dinamização”, potencialmente aptas a se tornarem polos de desenvolvimento. A PNDU foi incorporada ao IX capítulo do II PND, denominado “Desenvolvimento Urbano: Controle da Poluição e Preservação do Meio Ambiente”, onde são definidos a criação de polos secundários, visando a desconcentração e interiorização do desenvolvimento, para o sul do país a atenção

²⁰ Elaborada pelo arquiteto Jorge Guilherme Francisconi e pela geógrafa Maria Adélia Aparecida de Souza, em 1973.

foi dirigida aos centros urbanos com população superior a 50 mil habitantes. Nesse período, foi formulado o Programa de Cidades de Porte Médio, que vigorou entre 1976 e 1986.

Depois de um período de estagnação na década de 1980, as pesquisas sobre cidades médias se multiplicam a partir da década de 1990. Amorim Filho (2007) afirma que se renova o interesse pelas cidades médias, no caso francês com a publicação da obra *Villes de Transition* (1999), organizada por Pierre George e Commerçon, a realização de um colóquio sobre cidades médias na cidade de Mâcon, e a publicação da obra *La Ville Moyenne dans sa région* (DI MEO, GUERIT, 1992), organizada por professores da universidade de Bordeaux. Na América Latina, o autor evidencia as pesquisas realizadas na Venezuela (III Seminário Latino Americano de Qualidade de Vida Urbana, 1996); no Peru (VI Congresso Internacional de Geógrafos Latinoamericanistas); Argentina (RANDLE, 1992; grupo da Universidade de Tandil, liderado por Guillermo Velázquez e Maria Célia Garcia); Chile (grupos das universidades de La Serena, Valdivia e Chillán).

No Brasil, têm destaque pesquisadores vinculados a PUC Minas Gerais, coordenados por Amorim Filho, além de pesquisas isoladas em várias instituições brasileiras. No início da década de 2000, a criação da ReCiMe (Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias) representa um impulso importante a esse campo de pesquisa, sendo coordenada atualmente por William Ribeiro da Silva, agrupa pesquisadores do Brasil, Argentina e Chile, envolvendo 20 universidades. Os esforços dos pesquisadores da ReCiMe, que tem na geógrafa Maria Encarnação Beltrão Sposito uma figura central, se direcionam à construção do conceito de cidade média, a partir da formulação de recortes teórico-metodológicos²¹ instrumentais à compreensão das dinâmicas relacionadas à redefinição de suas funções urbanas e dos processos intraurbanos mais significativos; além disso, a pesquisa empírica ampliada pela rede tem proporcionado a possibilidade de análises comparativas, que enriquecem o debate.

A definição de cidade média não é consensual no Brasil, embora os debates em torno dessa categoria de cidades tenham se iniciado na década de 1970, ainda existem imprecisões em relação aos termos utilizados e a seus significados. Para Sposito (2006, p. 175), as cidades médias são aquelas que “desempenham papéis regionais ou de intermediação no âmbito de uma rede urbana, considerando-se, no período atual, as relações internacionais e nacionais que têm influência na conformação de um sistema urbano”. A autora afirma que frequentemente utiliza-se, de maneira equivocada, o termo “cidade média” como sinônimo de “cidade de porte médio”. No Brasil, embora não haja consenso, as cidades de porte médio são aquelas com população entre 50 e 500 mil habitantes, já a definição de cidade média extrapola os critérios demográficos, embora não os desconsidere.

A importância de uma cidade média está relacionada a sua área de influência, que corresponde à área

a partir da qual alguém está disposto a se deslocar até uma cidade média para nela ter acesso ao consumo de bens e de serviços. [...] O que há de novo, no período atual, é a crescente importância das telecomunicações, relativizando o peso ou a necessidade de deslocamentos materiais para realizar uma parte das funções necessárias à vida de uma sociedade, em seu sentido econômico, político, cultural e social. (SPOSITO *et al.*, 2007, p. 37)

No período atual, as articulações espaciais não se dão necessariamente por continuidades territoriais, podendo ocorrer também por meio de deslocamentos ou fluxos imateriais, através das redes de informação, se sobrepondo, assim, às áreas ou regiões estruturadas por deslocamentos materiais. Entre os processos que redefinem os papéis das cidades médias destacam-se a concentração e centralização econômicas; a melhoria e a diversificação dos sistemas de transporte e telecomunicações; o surgimento de formas contemporâneas de organização espacial das atividades econômicas ligadas ao comércio de bens e serviços; e o consumo de bens e serviços especializados ligados à modernização do setor agropecuário (SPOSITO *et al.*, 2007).

A sobreposição de funções exercidas pelas cidades médias é denominada por Santos e Silveira (2001) como uma “encruzilhada entre as verticalidades e horizontalidades”.

²¹ Nesse sentido, destacamos as obras: *Cidades Médias: produção do espaço urbano e regional* (2006), organizada por M.E. Sposito, E. S. Sposito e O. Sobarzo; e *Cidades Médias: espaços em transição* (2007), organizada por M. E. Sposito.

As cidades são os pontos de interseção e superposição entre as horizontalidades e as verticalidades. Elas oferecem os meios para o consumo final das famílias e administrações e o consumo intermediário das empresas. Assim, elas funcionam como entrepostos e fábricas, isto é, como depositárias e como produtoras de bens e de serviços exigidos por elas próprias e por seu entorno. Trata-se, como indicamos em outro lugar, de uma oferta destinada a prover seja o consumo consumptivo, seja o consumo produtivo. Entre as formas de consumo consumptivo, isto é, de consumo das famílias, podemos incluir o consumo de educação, de saúde, de lazer, de religião, de informação geral ou especializada e o consumo político, na forma do exercício da cidadania. Entre as formas de consumo produtivo encontram-se, entre outras, o consumo de ciência embutida nas sementes, nos clones, nos fertilizantes etc., o consumo de consultorias e o consumo de dinheiro adiantado como crédito. As atividades urbanas estão ligadas a esses tipos de consumo, e é assim que as cidades cumprem o papel de responder às necessidades da vida de relações, que recentemente aumentaram quantitativamente e se diversificaram qualitativamente. (SANTOS, SILVEIRA, 2010, p. 280)

Corrêa (2007) afirma que a identificação de uma cidade média depende de uma combinação específica de três fatores: tamanho demográfico, funções urbanas e organização do seu espaço intraurbano. Sobre a combinação desses fatores, argumenta que o tamanho demográfico (considerando um mesmo contexto regional de renda e padrão cultural) significa maior ou menor economia de escala, o que implica maior ou menor desenvolvimento de funções urbanas, o inverso, no entanto também é verdadeiro, ou seja, o desenvolvimento de novas funções urbanas também suscita aumento demográfico. O tamanho demográfico, por sua vez, se relaciona intimamente às características intraurbanas, ou seja, quanto maior o tamanho demográfico, maiores e mais complexas serão as dimensões e a organização do espaço intraurbano.

As considerações de Santos e Silveira (2001) e de Corrêa (2007) conduzem a uma proposta metodológica pautada na necessidade da sobreposição de escalas de análise nos estudos sobre cidades médias, postura também defendida por Sposito (2007) ao enfatizar que as mudanças relativas à divisão territorial do trabalho (da escala regional à internacional) determinam disparidades entre os lugares, sendo a sobreposição das escalas regional (interurbana) e intraurbana insuficientes no período atual, em que os papéis de algumas cidades médias são ampliados, configurando redes de relações supra-regionais²².

Levando-se em conta o critério exclusivamente demográfico, o Rio Grande do Sul conta com 40 municípios com população entre 50 e 500 mil habitantes, fato que os qualificaria como cidades de porte médio. No entanto, extrapolando o critério demográfico, Soares e Ueda (2007, p. 380) afirmam que no estado, as cidades de Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria são aquelas que “articulam ‘a ordem próxima e a ordem distante’ [...] no território e funcionam como centros de referência para os núcleos situados no entorno mais ou menos imediato (a hinterlândia)”, exercendo uma forte influência em grandes porções do território gaúcho, caracterizando-se portanto como cidades médias. As cidades de Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria cumprem papéis semelhantes na rede urbana, atuando como centros regionais, porém apresentam especificidades relativas aos seus perfis socioeconômicos, principalmente por ocuparem posições distintas em um território que se caracteriza por marcantes desigualdades regionais, resultantes do processo histórico de ocupação do estado.

O reconhecimento da importância das cidades de Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria no território gaúcho, assim como das especificidades que as caracterizam, justifica sua escolha como objeto de pesquisa e norteia uma questão de fundo de nossa discussão: em que medida a estruturação do espaço intraurbano está condicionada a processos constituídos nas escalas regional, nacional ou mesmo global? A partir daqui avançaremos em uma abordagem sobre as quatro cidades estudadas, considerando

²² Sposito (2007, p. 242) exemplifica os diferentes papéis exercidos por cidades médias identificando a redefinição de funções com a formação de redes de relações supra regionais em cidades como Uberlândia (MG) a partir do fortalecimento do comércio atacadista; Ribeirão Preto (SP) a partir do agronegócio; Petrolina (PE), por meio da fruticultura; ao passo que outras cidades médias, como Presidente Prudente (SP), Montes Claros (MG) ou Santa Maria (RS) mantiveram papéis regionais mais estritamente vinculados à região que se inserem, constituídas em período técnico anterior.

aspectos relativos às suas inserções regionais, funções urbanas, perfis socioeconômicos e demográficos e usos e condicionantes naturais dos territórios municipais.

2.2 Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria

2.2.1 Inserção regional

O estado do Rio Grande do Sul, localizado na região sul do país, apresenta população estimada em mais de 11 milhões de habitantes (IBGE, 2017) e ocupa a 4ª posição na economia brasileira (2015); associado à sua importância demográfica e econômica, apresenta indicadores sociais positivos que, no contexto brasileiro, o inserem entre os estados mais desenvolvidos do país. No entanto, internamente, o território é caracterizado por marcantes desigualdades regionais que remetem a seu processo histórico de ocupação e perduram até hoje.

Há décadas, a constatação das desigualdades regionais tem sido objeto de inúmeras propostas de regionalização²³, com diferentes enfoques (científico, estatístico, político-administrativo). Do ponto de vista político, o tema tem motivado o debate regional acerca da necessidade de se promover um desenvolvimento socioeconômico menos desigual; do ponto de vista científico, os debates sobre regionalizações envolvem dificuldades teóricas que partem da definição do conceito de região no período atual, e operacionais, diante da escolha das variáveis e critérios a serem utilizados na delimitação de uma região.

No sul há baixa densidade demográfica e predomina a grande propriedade destinada à pecuária e à lavoura de arroz; o norte, predominantemente agrário, se caracteriza pela presença de pequenas, médias e grandes propriedades, nessa região ocorreu o processo de substituição da agricultura diversificada cultivada em pequenas propriedades pela monocultura mecanizada do trigo e soja; o nordeste se caracteriza pelas grandes concentrações urbanas com elevada densidade demográfica, além da presença de vários setores industriais (ALVES e SILVEIRA, 2008).

O povoamento do estado ajuda a explicar as diferenças regionais:

O norte do estado foi povoado basicamente através da expansão das áreas coloniais alemãs e italianas, e da chegada de novos grupos étnicos. A produção diversificada das pequenas propriedades criou uma distribuição de renda menos concentrada resultando uma rede urbana formada por pequenos núcleos próximos entre si. A ocupação do território rio-grandense explica, em parte, as diferenças de distribuição da população no estado. No Sul ela está predominantemente nas cidades de porte médio, refletindo a atividade extensiva das grandes propriedades que criaram espaços rarefeitos. Nas regiões de pequena propriedade, em especial no norte do estado, o parcelamento da terra gerou uma estrutura político-administrativa mais pulverizada. Esta distribuição fundiária resulta em maior densidade demográfica no Norte em contraposição ao sul. (ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL)

As regiões norte e nordeste do estado apresentam maior dinamismo socioeconômico e demográfico em relação à região sul.

²³ Sobre o tema, consultar: Mesquita (1984) e Alonso *et al.* (1994).

Mapa 1: RS - hierarquia urbana e regionalização Fonte: elab. do autor Base de dados: Alves e Silveira (2008)

Analisando os indicadores econômicos estaduais (tabela 1), percebe-se que dentre os 15 maiores PIBs municipais (2015), sete integram a RMPA (Porto Alegre, Canoas, Gravataí, Novo Hamburgo, Triunfo, São Leopoldo e Cachoeirinha). Na macrorregião nordeste, além da RMPA, tem destaque Caxias do Sul, a segunda maior economia do estado. Fora do eixo Porto Alegre-Caxias, se sobressaem os municípios de Passo Fundo e Erechim, ao norte, Santa Maria e Santa Cruz do Sul, na região central do estado, e Pelotas e Rio Grande, no extremo sul (mapas 2 e 3).

RIO GRANDE DO SUL: MAIORES ECONOMIAS | 2015

Posição	Município	PIB total (R\$)	PIB per capita (R\$)
1	Porto Alegre*	58.241.423.215	46.122,79
2	Caxias do Sul	17.477.011.153	43.460,17
3	Canoas*	14.122.826.518	47.588,56
4	Gravataí*	7.748.877.114	35.740,51
5	Novo Hamburgo*	7.114.075.063	32.659,96
6	Passo Fundo	6.874.093.825	39.737,73
7	Pelotas	6.729.208.594	21.553
8	Triunfo*	6.435.787.988	268.381,39
9	Rio Grande	6.310.060.626	34.997,50
10	São Leopoldo*	5.944.300.305	30.356,67
11	Santa Cruz do Sul	5.785.621.170	61.584,72
12	Santa Maria	5.783.931.798	23.026,46
13	Bento Gonçalves	4.497.006.242	46.377,70
14	Cachoeirinha*	3.897.174.143	47.494
15	Erechim	3.742.717.528	41.645,09

* Municípios pertencentes à Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA)

Tabela 1: RS - maiores economias (2015) Fonte: elaboração do autor Base de dados: IBGE

Mapa 2: RS - PIB dos municípios (2015) Fonte: Atlas Socioeconômico RS

Mapa 3: RS - participação dos municípios no PIB Fonte: Atlas Socioeconômico RS

A estrutura do valor adicionado bruto (VAB, 2015) estadual por setores de atividade revela a predominância do setor de serviços (67.4%), seguida pela indústria (23.2%) e finalmente pela agropecuária (9.4%). No setor de serviços, são significativas as atividades relacionadas ao comércio, manutenção e reparos de veículos automotores, além das atividades relacionadas à administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicos; no setor secundário tem destaque a indústria de transformação; e por fim, no setor primário, a agricultura.

No entanto, mesmo diante da representatividade do setor terciário, a economia gaúcha é impulsionada por dois setores hegemônicos: a agropecuária e a indústria de transformação.

Feix e Leusir Júnior (2015, pp. 7-8) sugerem que a caracterização da importância das atividades agropecuárias na economia estadual precisa abarcar o conceito mais amplo de agronegócio como atividade primária que

interliga-se com setores a montante (antes da porteira) — que fornecem insumos, máquinas e implementos, assistência técnica e financiamento — e com setores a jusante (depois da porteira) — responsáveis pelo processamento (indústrias de alimentos, fumo e biocombustíveis) e pela distribuição da produção agropecuária. Alguns estudos sugerem que o produto do agronegócio equivale a quase um terço do Produto Interno Bruto (PIB) gaúcho.

A macrorregião sul do estado é aquela que concentra os maiores VAB agropecuários municipais, assim como a maioria das grandes propriedades, com área superior a 500 ha (mapas 4 e 5).

Mapa 4: RS - VAB da agropecuária Fonte: Atlas Socioeconômico RS

Mapa 5: RS - estabelecimentos agropecuários Fonte: Atlas Socioeconômico RS

A partir de dados do Censo Agropecuário do IBGE (2006), Feix e Leusir Júnior (2015, p. 46) afirmam que no Rio Grande do Sul existem 1.2 milhão de pessoas empregadas em 440.000 estabelecimentos agropecuários, em 20.3 milhões de ha, sendo 80% dessa área ocupada por pastagens naturais ou plantadas e por lavouras temporárias ou permanentes. Os mesmos autores, apoiados nos dados do valor bruto da produção agropecuária (VBP, 2015), destacam como os principais produtos agropecuários estaduais a soja (27.9%), o arroz (13.7%), a carne de frango (10.2%), o leite (8.3%), o fumo (7.1%) e a carne bovina (6.8%). Na escala nacional, em termos de participação no valor bruto da produção agropecuária, se destacam o arroz (65.6%) e o fumo (48.8%), a soja produzida no estado representa 15.2% do VBP agropecuária brasileira (FEIX e LEUSIR JÚNIOR., 2015, p. 10).

Na região de Caxias do Sul predominam a horticultura e as plantações de uva e maçã; na região de Passo Fundo a cultura da soja; na região de Santa Maria a horticultura, trigo e soja; e na região de Pelotas, as plantações de fumo, arroz e soja.

No setor industrial, que representa 24.45% do VAB total do estado, tem destaque a indústria de transformação nos segmentos de produtos alimentícios, derivados do petróleo, fabricação de veículos e peças automotores e produtos químicos; a indústria extrativista possui participação pouco expressiva. Do total dos municípios gaúchos, somente 6.2% (31 municípios) têm sua economia predominantemente industrial. Os mapas (6 e 7) da participação dos municípios no PIB industrial do estado e da distribuição dos empregos das indústrias extrativas e de transformação revelam uma grande concentração industrial na macrorregião nordeste, no eixo Porto Alegre – Caxias do Sul. A macrorregião norte apresenta uma concentração significativa, e na macrorregião sul se destacam somente os municípios de Pelotas e Rio Grande.

Mapa 6: RS - VA bruto da indústria Fonte: Atlas Socioeconômico RS

Mapa 7: RS - VA indústria de transformação Fonte: Atlas Socioeconômico RS

O setor de serviços responde por 65.57% do VAB do estado (2013), sendo o setor econômico mais representativo para 64.2% dos municípios gaúchos (mapa 8). A participação municipal do VAB dos serviços, assim como a distribuição dos empregos (mapa 9) apresenta um comportamento muito similar ao setor industrial: observa-se a maior concentração de empregos, assim como do VAB dos serviços na macrorregião nordeste, seguida pela macrorregião norte, na macrorregião sul somente alguns municípios se destacam, dentre eles Rio Grande, Pelotas e Santa Maria.

Mapa 8: RS - VAB bruto serviços (2015) Fonte: Atlas Socioeconômico RS

Mapa 9: RS - empregados do setor de serviços (2015) Fonte: Atlas Socioeconômico RS

Os indicadores sociais relativos aos municípios gaúchos ratificam o quadro de desigualdades regionais demonstrado anteriormente, a partir dos indicadores econômicos. Em linhas gerais as macrorregiões nordeste e norte apresentam os melhores indicadores sociais, concentrando os melhores índices de renda

per capita e os maiores índices de desenvolvimento econômico, segundo o indicador IDESE²⁴, que considera as variáveis renda, educação e saúde.

O IDESE total dos municípios (mapa 10) demonstra médio e alto grau de desenvolvimento socioeconômico nas macrorregiões norte e nordeste do estado, além de alguns municípios isolados na macrorregião sul, dentre eles Santa Maria e Rio Grande. Os municípios de Passo Fundo e Caxias do Sul apresentam IDESE médio. O município de Pelotas apresenta IDESE médio, porém abaixo de Caxias do Sul, Passo Fundo e Santa Maria. Os municípios com IDESE alto estão concentrados nas macrorregiões nordeste e norte.

Mapa 10: RS - IDESE total (2015) Fonte: Atlas socioeconômico RS

2.2.2 Funções urbanas

O estado do Rio Grande do Sul possui atualmente 497 municípios (mapa 11), originários de um processo de subdivisão do território que tem início em 1809, com a divisão da província de São Pedro em quatro grandes municípios: Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha. Os municípios de Pelotas, Passo Fundo, Santa Maria e Caxias do Sul são oriundos do século XIX, criados, respectivamente, em 1830, 1857, 1857 e 1890.

No século XIX, a região sul do estado concentra o maior número de municípios, os desmembramentos na região norte se intensificam somente no final do século, em função da chegada de imigrantes europeus, fato que dinamiza a economia estadual e promove a criação de diversos núcleos urbanos e futuras emancipações. Em 1900, o estado contava com 66 municípios.

A partir da década de 1960, as regiões norte e nordeste, onde se situam respectivamente os municípios de Passo Fundo e Caxias do Sul, passam a apresentar uma marcante subdivisão do território em pequenos

²⁴ O IDESE - Índice de Desenvolvimento Socioeconômico, elaborado pela Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE-RS), tem por objetivo avaliar o grau de desenvolvimento dos municípios gaúchos a partir de três blocos de indicadores: renda, educação e saúde.

municípios, em paralelo à imobilidade da região sul, onde se situam os municípios de Santa Maria e Pelotas. Em 1966, haviam 232 municípios no estado, ritmo que se acelera nas décadas de 1980 e 1990, quando são criados 265 novos municípios.

Moura (2000, p. 575), ao analisar a rede urbana da região Sul do Brasil, destaca o contundente caso de desmembramentos no Rio Grande do Sul, afirmando que “as novas unidades federativas, nesse contínuo processo emancipatório, passam a deter poder, competências e recursos, desvirtuando a dimensão política do território, que é apropriado apenas para que setores dominantes realizem sua representatividade em outros níveis de governo”.

Além da dimensão política, o processo emancipatório reflete as particularidades das estruturas produtivas e fundiárias das macrorregiões norte/nordeste e sul, sendo a metade norte composta por pequenos municípios, e o sul do estado por municípios maiores, dimensões que revelam sua estrutura produtiva, no norte associada à imigração europeia e à agricultura cultivada em pequenas propriedades, e no sul relacionada à pecuária extensiva, praticada em grandes propriedades rurais.

A maior concentração populacional ocorre na macrorregião nordeste do estado, na RMPA e no eixo Porto Alegre – Caxias do Sul, fato que articulado ao perfil socioeconômico ratifica o quadro de desigualdades regionais observado no estado. A RMPA concentra mais de 4 milhões de habitantes (37.7% da população total do estado), sendo 1.4 milhão na capital (mapas 12 e 13).

Atualmente, dos 497 municípios gaúchos, 329 (66%) têm população inferior a 10 mil habitantes; 4.6% têm entre 50 e 100 mil habitantes, e somente 11 municípios (ou 2.2% do total) têm população superior a 100 mil habitantes. A maioria dos municípios com mais de 50 mil habitantes se concentra na porção centro-sul do estado, o que revela uma rede urbana mais equilibrada nessa macrorregião, embora rarefeita. Dentre os municípios com mais de 100 mil habitantes, destacam-se, no sul, Pelotas, Santa Maria, Rio Grande, Bagé e Uruguaiana; no norte, Passo Fundo e Santa Cruz do Sul; a nordeste, a capital Porto Alegre e alguns municípios da região metropolitana; e Caxias do Sul e Bento Gonçalves, na serra.

1809

1872

1900

1966

1991

2013

Mapa 12: RS - distribuição da população absoluta (2010) Fonte: Atlas Socioeconômico RS

Mapa 13: RS - população absoluta (2010) Fonte: Atlas Socioeconômico RS

No estado, são reconhecidas duas regiões metropolitanas e dois aglomerados urbanos (mapa 14). A região metropolitana de Porto Alegre –RMPA, criada em 1973, atualmente concentra 34 municípios²⁵. A região metropolitana da Serra Gaúcha - RMSG, instituída em 2013, é composta por 14 municípios²⁶, no entanto ainda não foi regulamentada e efetivamente implementada. A aglomeração Urbana do Sul foi instituída em 1990 e concentra cinco municípios: Arroio do Padre, Capão do Leão, Pelotas, Rio Grande e São José do Norte. A aglomeração urbana do litoral norte, criada em 2004, é composta por 20 municípios²⁷. As aglomerações urbanas do Sul e do litoral norte abrigam, respectivamente, cerca de 535 e 246 mil habitantes, sendo Pelotas a cidade mais populosa da aglomeração sul e Capão da Canoa a da aglomeração do litoral norte.

Embora Caxias do Sul seja oficialmente classificada como sede da Região Metropolitana da Serra Gaúcha, a cidade permanece cumprindo papéis regionais típicos das cidades médias, sendo a criação da região metropolitana mais uma figura institucional do que efetivamente a constatação de dinâmicas metropolitanas, como ocorre em relação a Porto Alegre e seus municípios limítrofes, que de fato estabelecem relações cotidianas de complementariedade. Mais especificamente, no que diz respeito à nossa escala privilegiada na pesquisa, a intraurbana, a cidade ainda não apresenta processos de conurbação consolidados, que nos exija considerá-la associada a outras cidades, ainda que reconheçamos essa tendência em relação às cidades de Farroupilha e Flores da Cunha, assim como ocorre com Pelotas em relação à cidade de Capão do Leão.

²⁵ Alvorada, Araricá, Arroio dos Ratos, Cachoeirinha, Campo Bom, Canoas, Capela de Santana, Charqueada, Dois Irmãos, Eldorado do Sul, Estância Velha, Esteio, Glorinha, Gravataí, Guaíba, Igrejinha, Ivoti, Montenegro, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Parobé, Portão, Porto Alegre, Rolante, Santo Antônio da Patrulha, São Jerônimo, São Leopoldo, São Sebastião do Caí, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Taquara, Triunfo, Viamão.

²⁶ Antônio Prado, Bento Gonçalves, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Ipê, Monte Belo do Sul, Nova Pádua, Pinto Bandeira, Santa Tereza, São Marcos.

²⁷ Arroio do Sal, Balneário Pinhal, Capão da Canoa, Capivari do Sul, Caraá, Cidreira, Dom Pedro de Alcântara, Imbé, Itati, Mampituba, Maquiné, Morrinhos do Sul, Osório, Palmares do Sul, Terra de Areia, Torres, Tramandaí, Três Cachoeiras, Três Forquilhas, Xangri-lá.

Mapa 14: RS - regiões administrativas e aglomerações urbanas. Fonte: Atlas Socioeconômico RS

De acordo com o estudo do IBGE “Região de Influência das Cidades” – REGIC, 2007) (mapa 15), o estado do Rio Grande do Sul concentra quatro dentre os 43 centros urbanos de mais alto nível na hierarquia urbana nacional²⁸: uma metrópole, a capital Porto Alegre, e as três capitais regionais (nível B) - Caxias do Sul, Passo Fundo e Santa Maria.

Para delimitar os níveis de centralidade das cidades, a metodologia desenvolvida pelo IBGE privilegiou a função de gestão do território como característica determinante, onde o “centro de gestão do território [...] é aquela cidade onde se localizam, de um lado, os diversos órgãos do Estado e, de outro, as sedes de empresas cujas decisões afetam direta ou indiretamente um dado espaço que passa a ficar sob o controle da cidade através das empresas nela sediadas” (CORRÊA, 1995, p. 83 *apud* REGIC, 2007). Além disso, como variáveis complementares consideraram-se a presença de equipamentos e serviços, como comércio, saúde e ensino superior, atividade financeira, transporte aéreo e redes de televisão aberta.

Porto Alegre é classificada como metrópole (1C), assim como as cidades de Curitiba, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém e Manaus, um nível abaixo das metrópoles nacionais (1B) Rio de Janeiro e Brasília, e de São Paulo (metrópole 1A) que ocupa o mais alto posto na hierarquia urbana brasileira. A capital gaúcha tem sob sua região de influência mais de 15 milhões de pessoas, distribuídas em 733 municípios.

No estado do Rio Grande do Sul, abaixo de Porto Alegre estão as capitais regionais (B), Caxias do Sul, Passo Fundo e Santa Maria, comparáveis às cidades de Joinville, em Santa Catarina; Ribeirão Preto, em São Paulo; e a Uberlândia, em Minas Gerais. Abaixo de Caxias do Sul, Passo Fundo e Santa Maria estão as capitais regionais (C), Pelotas, Novo Hamburgo e Ijuí, seguidas dos centros sub-regionais, centros de zona e centros locais.

²⁸ O REGIC (2007) classifica a rede urbana brasileira em cinco grandes categorias: metrópoles; capitais regionais (A, B, C); centros sub-regionais (A, B); centros de zona (A, B) e centros locais.

Mapa 15: REGIC (2007) Fonte: Atlas Socioeconômico RS

Dentre as três cidades gaúchas classificadas como capitais regionais B - Caxias do Sul, Passo Fundo e Santa Maria, Passo Fundo é a que tem o maior número de municípios em sua região de influência (140), seguida de Caxias do Sul (46) e Santa Maria (40). Pelotas, classificada como capital regional C, a menor centralidade entre as quatro cidades estudadas, apresenta 22 municípios em sua área de influência, dentre eles Rio Grande e Bagé.

As regiões de influência de Passo Fundo e Caxias do Sul tem praticamente a mesma população, cerca de 1 milhão de pessoas (2007), enquanto a região de influência de Santa Maria engloba cerca de 750 mil pessoas.

Comparando as três capitais regionais B, Passo Fundo se destaca em número de municípios sob sua influência, uma vez que polariza praticamente toda a região norte do estado, caracterizada pela presença de inúmeros municípios de pequeno porte. Caxias do Sul exerce influência sob um número menor de municípios devido à proximidade da RMPA, que reduz sua região de influência. Santa Maria cumpre um papel importante na região central do estado, no entanto, devido a estrutura fundiária da macrorregião sul do estado, polariza menos de 1/3 dos municípios polarizados por Passo Fundo. Pelotas é a única capital regional no sul do estado, porém segundo o IBGE exerce um nível de centralidade inferior em relação às outras três cidades estudadas, caracterizando-se como capital regional C.

Dentre os serviços especializados (tabela 2) exercidos pelas quatro cidades estudadas, têm destaque a educação superior e os serviços de saúde. Depois da capital, as cidades de Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria concentram o maior número de hospitais e leitos hospitalares, assim como matrículas e cursos no ensino superior, sendo que duas delas, Santa Maria e Pelotas, contam com universidades federais.

CIDADES MÉDIAS GAÚCHAS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS				
	Saúde (2016)		Educação superior	
	Hospitais	Leitos	Matrículas (2015)	Cursos (2009)
PORTO ALEGRE	32	8.158	92.388	329
CAXIAS DO SUL	7	1.392	31.558	108
PASSO FUNDO	8	1.204	20.530	91
PELOTAS	7	1.291	23.073	135
SANTA MARIA	5	1.056	25.839	135
RS	344	33.253	396.184	2.027

Tabela 2: Serviços especializados Fonte: elaboração do autor Base de dados: IBGE

2.2.3 Perfis demográficos

Caxias do Sul é a 2ª cidade mais populosa do estado, com aproximadamente 435.000 habitantes, seguida por Pelotas, com quase 330.000 habitantes, Santa Maria aparece em 5º lugar, com pouco mais de 260.000 habitantes, e Passo Fundo, em 12º, com aproximadamente 184.000 habitantes. Os dados demográficos revelam um comportamento muito similar no que diz respeito à distribuição da população municipal, uma vez que os quatro municípios têm altos índices de urbanização, com mais de 93% da população vivendo na cidade, índice que já atinge quase 98% em Passo Fundo (tabela 3).

CIDADES MÉDIAS GAÚCHAS POPULAÇÃO 2010								
	Rural	%	Urbana	%	Total	Posição no estado	Área (km²)	Dens. Dem. (hab/km²)
Caxias do Sul	16.158	3.71	419.406	96.29	435.564	2º	1644.3	264.89
Passo Fundo	4.706	2.55	180.120	97.45	184.826	12º	783.4	235.92
Pelotas	22.082	6.73	306.193	93.27	328.275	3º	1610.1	203.89
Santa Maria	12.684	4.86	248.347	95.14	261.031	5º	1788.1	145.98
RS	1.593.638	14,90	9.100.291	85,10	10.693.929			39.79

Tabela 3: População (2010) Fonte: elaboração do autor Base de dados: IBGE

Os dados relativos ao crescimento demográfico (tabela 4) demonstram que entre 1950-1960, e entre 1970-2010, a média das taxas de crescimento de Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria, é superior à de Porto Alegre e às médias do estado e do país. Se sobressai o município de Caxias do Sul, que desde a década de 1940 vem crescendo em ritmo acelerado, atingindo o índice superior a 7% na década de 1950, e a 5% na década de 1970. Para as quatro cidades o ápice de crescimento demográfico ocorre nas décadas de 1970, 1980 e 1990, diminuindo na década de 2000, porém ainda assim se mantendo superior a Porto Alegre e ao estado. O incremento demográfico corresponde ao período em que o processo de urbanização se intensifica com a vinda de população do campo para a cidade, e de migrações internas. O caso de Caxias do Sul é o mais dinâmico em função da do processo de industrialização que ocorre a partir da década de 1950 e gera um crescimento econômico sem precedentes para a cidade.

CIDADES MÉDIAS GAÚCHAS TAXAS MÉDIAS DE CRESCIMENTO ANUAL %							
	1940-1950	1950-1960	1960-1970	1970-1980	1980-1990	1991-2000	2000-2010
Caxias do Sul	3,20	7,40	4,20	5,22	3,19	2,65	2,08
Passo Fundo	2,10	-0,90	0,20	2,91	2,16	1,58	0,97
Pelotas	1,80	3,80	1,80	2,51	1,20	1,22	0,16
Santa Maria	0,90	4,40	0,31	1,59	1,98	1,33	0,72
Média (4 cidades)	2,00	3,68	1,63	3,06	2,13	1,70	0,98
Porto Alegre	3,80	5,00	3,28	2,43	1,06	0,80	0,35
RS	2,29	2,54	2,19	1,55	1,48	1,23	0,49
Brasil	2,34	2,99	2,89	2,48	1,93	1,64	1,17

Tabela 4: Taxas de crescimento anual Fonte: elaboração do autor Base de dados: IBGE

2.2.4 Perfis socioeconômicos

Conforme demonstra a análise anterior, as desigualdades regionais que caracterizam o território do estado do Rio Grande do Sul definem os diferentes perfis socioeconômicos das cidades estudadas.

Relativo às economias municipais, a tabela 5 demonstra que nos quatro casos o setor de serviços responde pela maior parte do PIB municipal, representando mais de 80% em Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria. A cidade de Caxias do Sul possui o PIB industrial (setor metalmeccânico) mais representativo, perfazendo mais de 32% do total, o dobro da média das demais cidades. O setor agropecuário é pouco expressivo nas cidades em questão, chegando no máximo a 3%. No entanto, assim como acontece em relação ao estado, os índices referentes ao peso da agropecuária nas economias municipais precisam ser relativizados, uma vez que parcela dos setores industriais e comerciais estão vinculados ou dependem dessa atividade. Em relação ao PIB per capita municipal, somente Caxias do Sul e Passo Fundo estão acima da média estadual.

CIDADES MÉDIAS GAÚCHAS ECONOMIA 2015						
	PIB Total		PIB Per Capita		Estrutura do PIB (%)	
	R\$ (milhão)	Posição no estado	R\$	Agropecuário	Industrial	Serviços
Caxias do Sul	20.637	2º	43.460	1,17	32,18	66,65
Passo Fundo	7.817	6º	39.738	2,09	15,34	82,58
Pelotas	7.389	7º	21.553	3,02	13,22	83,76
Santa Maria	6.357	12º	23.026	3,08	12,65	84,27
RS	333.410		33.960	9,38	23,23	67,40

Tabela 5: Economia (2015) Fonte: elaboração do autor Base de dados: FEE-RS

A estrutura do emprego (tabela 6) revela que na cidade de Caxias do Sul a maioria dos empregos (45%) está relacionado à indústria de transformação, em Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria os empregos são predominantemente vinculados ao comércio e aos serviços, girando em torno dos 70%. No setor de serviços, a saúde e educação têm grande importância em Passo Fundo, Santa Maria e Pelotas, onde representam aproximadamente 40% dos empregos do setor, em Caxias do Sul esse número cai para 30%. Em Passo Fundo os empregos na área da saúde são mais significativos, correspondendo a 25% do setor de serviços; no setor educacional tem destaque Santa Maria, representando 28% dos empregos terciários, Pelotas aparece em seguida, com 23%. A presença das universidades federais em Santa Maria (UFSM) e

Pelotas (UFPEL) justificam esses dados, embora em Passo Fundo e Caxias do Sul a existência de universidades particulares com abrangência regional também seja marcante.

A indústria extrativa e os serviços de utilidade pública (eletricidade, gás, água e esgoto) são os menos representativos nas quatro cidades, correspondendo a não mais que 1% dos empregos. O setor da construção civil absorve entre 4.13% e 6.38% dos empregos, sendo mais relevante em Santa Maria. Os empregos relacionados à Administração Pública são mais numerosos em Pelotas, onde perfazem 11% do total, em Caxias do Sul representam somente 4%.

CIDADES MÉDIAS GAÚCHAS ESTRUTURA DO EMPREGO 2010 %								
	Setor primário	Ind. extrativa	Indústria Transformação	Serviços utilidade pública	Construção civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública
Caxias do Sul	0,92	0,06	45,05	1,24	4,13	15,35	29,25	4,01
Passo Fundo	1,51	0,15	14,8	0,92	5,92	29,48	41,28	5,95
Pelotas	1,52	0,07	11,23	2,3	6,1	26,35	41,05	11,38
Santa Maria	0,95	0,13	9,85	1,06	6,38	26,19	47,4	8,03

Tabela 6: Estrutura do emprego (2010) Fonte: elaboração do autor Base de dados: IBGE

Analisando-se as classes de renda média mensal da população (tabela 7) a partir de cinco extratos de rendimento²⁹, observa-se que, assim como se dá no estado e no país, a maior parte da população residente nas cidades pesquisadas é de baixa renda (pessoas com renda média de até 2 salários mínimos), chegando a quase 60% do total em Pelotas, 55% em Passo Fundo e Santa Maria, e aproximadamente 45% em Caxias do Sul, cidade que apresenta o menor percentual. O número de pessoas que recebem de 2 a 5 salários mínimos também é expressivo, porém é maior em Caxias do Sul do que nas demais cidades, assim como a população que recebe entre 5 e 10 salários mínimos. Santa Maria, por sua vez, detém o maior percentual de pessoas que recebem mais de 10 salários mínimos mensais. Os dados demonstram que a cidade de Caxias do Sul é a que apresenta o percentual de classe média mais expressivo, juntos os extratos de média-baixa, média-média, e média-alta renda (que recebem de 2 a 15 salários mínimos mensais) perfazem 48.75% da população, índice que chega a 37.18% em Passo Fundo, 35.28% em Santa Maria, e 29.91% em Pelotas. Possivelmente os maiores salários em Caxias do Sul estão relacionados aos empregos industriais, mais qualificados e melhor remunerados.

CIDADES MÉDIAS GAÚCHAS RENDIMENTO 2010 SALÁRIOS MÍNIMOS (S.M.)						
	0-2 (s.m.)	2-5 (s.m.)	5-10 (s.m.)	10-15 (s.m.)	>15 (s.m.)	sem rend.
Caxias do Sul	44,85	35,53	11,06	2,16	2,44	3,97
Passo Fundo	55,78	26,72	8,62	1,84	2,52	4,53
Pelotas	59,96	21,51	6,90	1,50	2,11	8,02
Santa Maria	55,21	23,24	9,48	2,56	3,05	6,46
RS	58,90	23,40	7,13	1,58	2,06	6,92
Brasil	61,19	19,04	6,25	1,41	2,10	9,99

Tabela 7: Rendimento Fonte: elaboração do autor Base de dados: IBGE

²⁹ Assumindo que o extrato de 0 a 2 salários mínimos corresponde à população de baixa- renda; de 2 a 5 à população de média-baixa renda; de 5 a 10 à população de média- renda; de 10 a 15 à população de média-alta renda; e maior que 15 à população de alta renda.

Alguns indicadores sociais (tabela 8) relativos ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal³⁰ exprimem valores superiores à média do estado, com exceção de Pelotas. No que diz respeito à educação, as situações extremas (analfabetos e pessoas com ensino superior completo) representam índices positivos em relação às médias do estado e do país, nesse quesito, a cidade com menos analfabetos é Caxias do Sul, e Santa Maria apresenta maior índice de pessoas com formação superior, cerca de 20%, frente aos 12% do estado. Relativo às desigualdades, o índice de Gini³¹ exibe números muito próximos entre as cidades de Passo fundo, Pelotas e Santa Maria, que correspondem também à média estadual, e um melhor desempenho de Caxias do Sul. Observando-se a questão da distribuição de renda, observa-se situação similar ao que ocorre com o IDHM, a cidade de Caxias do Sul apresenta indicadores mais positivos em relação às demais, sendo, portanto, relativamente menos desigual.

CIDADES MÉDIAS GAÚCHAS INDICADORES SOCIAIS 2010								
	Analfabetismo - 15 anos ou mais (%)	Superior completo - 18 anos ou mais (%)	Índice de Gini	IDHM	Ext. pobres (%)	Pobres (%)	Renda apropriada pelos 10% mais ricos (%)	Renda apropriada pelos 80% mais pobres (%)
Caxias do Sul	2,34	14,07	0,48	0,782	0,36	1,72	39,1	46,04
Passo Fundo	3,58	17,66	0,52	0,776	0,83	3,63	42,06	42,16
Pelotas	4,12	15,79	0,54	0,739	2,1	7,56	44,15	40,72
Santa Maria	3,18	20,34	0,55	0,784	1,19	5,47	43,79	40,11
RS	4,52	12,35	0,54	0,746	1,98	6,37	43,9	41,28
Brasil	9,61	13,19	0,6	0,727	6,62	15,2	48,93	36,6

Tabela 8: Indicadores sociais Fonte: elab. do autor Base de dados: Atlas do Desenvolv. Humano no Brasil

Portanto, dentre as quatro cidades estudadas, Caxias do Sul é a que apresenta a economia mais diversificada, com os melhores níveis de distribuição de renda, sendo a única em que a indústria constitui o setor mais expressivo da economia. Caxias, junto às cidades vizinhas (Bento Gonçalves e Farroupilha) possui um setor industrial diversificado, englobando os setores vitivinícola, moveleiro e avícola.

A cidade de Passo Fundo é classificada por Sobarzo (2010) como uma “cidade média com funções comerciais, de serviços e de apoio ao agronegócio”. Apoiado em Milton Santos, o autor observa que os papéis desempenhados por Passo Fundo remetam a relações próximas e distantes, que se estruturam por continuidades e descontinuidades territoriais, ou seja, por horizontalidades e verticalidades. As horizontalidades são representadas pelas relações que a cidade estabelece com a região, caracterizadas pela oferta de comércio e serviços de saúde e educação superior, já as verticalidades se “manifestam nas articulações do agronegócio, destinado principalmente para fora da região, nos circuitos internacionais da produção de alimentos, que se percebem pela presença de empresas com atuação global” (SOBARZO, 2010, p. 33). A consolidação de um complexo agroindustrial na região, resultado do processo de reestruturação produtiva baseado na mecanização da agricultura e emergência do binômio trigo-soja, caracteriza Passo Fundo como um nó articulador de apoio ao agronegócio, atividade que segundo Elias (2007, p. 118) exige especializações territoriais em que a cidade cumpre papel fundamental na realização dessa atividade, à medida que oferece “a grande maioria dos aportes técnicos, financeiros, jurídicos, de mão-de-obra e de todos os demais produtos e serviços necessários a sua realização. Quanto mais modernas se tornam essas atividades, mais urbana se torna a sua regulação”. A economia urbana de Passo Fundo é estritamente vinculada ao agronegócio, sendo em grande medida dependente da safra de soja;

³⁰ Índice composto por três subíndices – IDHM Educação, IDHM Longevidade e IDHM Renda, considerando um conjunto de 60 indicadores socioeconômicos. O índice varia de 0 a 1 e quanto mais alto, melhores os indicadores socioeconômicos (Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil).

³¹ Índice utilizado para medir o grau de concentração de renda, aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, e 1 a situação de mais completa desigualdade de renda (Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil).

a recente industrialização do município, por sua vez, também está vinculada a essa atividade, com a instalação de empresas nacionais e internacionais atuando no setor.

Pelotas é definida por Soares e Ueda (2007) como “a cidade média que polariza uma região estagnada”, que até a década de 1970, caracterizou-se como um importante centro industrial de beneficiamento do arroz. No final dos anos de 1980, o setor entrou em crise e a economia da cidade se voltou ao setor terciário, configurando-se como o principal centro atacadista e varejista do sul do estado. Pelotas é também um centro universitário importante, devido à presença da UFPEL. Outra característica marcante está nas relações que Pelotas estabelece com a cidade vizinha, Rio Grande, cidade portuária de 190.000 habitantes. Soares e Ueda afirmam que algumas funções urbanas são repartidas entre as duas cidades, no entanto, o setor terciário mais desenvolvido garante que Pelotas atraia moradores de Rio Grande em busca de produtos e serviços mais sofisticados.

A cidade de Santa Maria tem três características marcantes: primeiro, sua condição de polo ferroviário, setor que lhe garantiu papel de destaque no estado a partir do final do século XIX; segundo, seu perfil de cidade militar, que recebeu durante todo o século XX inúmeras instituições militares, incluindo uma base aérea na década de 1970, que hoje lhe conferem o segundo contingente militar do país; e por fim, sua qualidade de cidade universitária, iniciada com a implantação da UFSM na década de 1960 e reforçada com a chegada de instituições particulares de ensino superior.

Rocha (1993) chama atenção também para outra característica marcante da cidade, o fato de ser local de residência de proprietários rurais, que transferem a renda gerada no campo para a cidade, a caracterizando assim um centro de drenagem da renda fundiária, sendo que grande parte das atividades urbanas têm relação com o capital fundiário. As áreas agrícolas no entorno de Santa Maria são caracterizadas pela grande propriedade destinada à pecuária, porém já se observa na região a emergência da monocultura mecanizada. A presença de proprietários rurais na cidade motiva não somente a demanda de melhores serviços, mas o incremento de segmentos produtivos urbanos, através de sua atuação no setor industrial, no comércio, nas atividades imobiliárias, ou como profissionais liberais. O capital fundiário está presente na cidade desde sua formação, tendo influenciado o desenvolvimento de outras atividades que formam a base econômica do município: a cidade é um centro militar importante pela posição estratégica, mas também pelo fato de proprietários rurais-militares lá conservarem uma base de defesa de seus territórios; a condição de nó ferroviário foi fortalecida pela presença de proprietários fundiários da elite, que no estado do Rio Grande do Sul estava no interior; e a universidade federal, por sua vez, foi planejada por um grupo de proprietários rurais, com apoio de diversos segmentos da sociedade. Assim, a autora afirma que a cidade de Santa Maria “é constituída pelos capitais fundiários e incrementada pelas outras funções militar-ferroviária-universitária, as quais têm a sua formação vinculada também a proprietários fundiários. As múltiplas funções que a cidade de Santa Maria assume ou assumiu, têm, em suas bases, capitais e/ou interesses fundiários” (ROCHA, 1993, p. 179).

Certamente, a presença da renda fundiária oriunda do campo é considerável também nas cidades de Passo Fundo e Pelotas, assim como em Caxias do Sul, talvez em menor proporção, devido ao alto grau de industrialização. Em Passo Fundo, por exemplo, é notório que quando a safra de soja declina, a economia da cidade, e especialmente o setor da construção civil, se arrefecem; é evidente também que dentre as famílias locais que detêm maior poder econômico e político, a grande maioria está vinculada ao setor do agronegócio.

Apresentados os respectivos perfis socioeconômicos, à luz das funções urbanas exercidas pelas cidades de Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria, avançamos na compreensão de seus territórios privilegiando a escala municipal, que nos permite compreender os usos do território, a representatividade as áreas urbanizadas, assim como os elementos físico-naturais determinantes à estruturação desses municípios.

2.2.5 Usos e condicionantes naturais dos territórios municipais

A série de mapas (18, 19, 20 e 21) apresenta as divisões político administrativas dos municípios de Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria, representando as respectivas áreas municipais, em que consta a divisão em distritos, sendo o distrito sede correspondente ao perímetro ou área urbana, que chamamos de cidade.

Em área, o município de Santa Maria supera os demais, com 1.780,1 km², o menor deles é Passo Fundo, com 783,4 Km². Nos quatro casos, a área urbana responde por pequena parcela da área municipal, atingindo no máximo 14.3% (235,9 km²), em Caxias do Sul; e somente 6,8% em Santa Maria, onde é menos expressiva. Além dos perímetros urbanos (cidades), os municípios contam com pequenos núcleos urbanos, caracterizados como sedes distritais; as áreas rurais, por sua vez, possuem finalidades diversas, áreas de preservação, de pastagens e de cultivo agrícola.

Situadas em diferentes regiões do estado do Rio Grande do Sul, as cidades estudadas apresentam territórios bastante diversificados do ponto de vista físico-geográfico, em suas características de relevo e de paisagem. As cidades de Caxias do Sul e Passo Fundo situam-se no bioma³² Mata Atlântica, que corresponde a 37% do território gaúcho e se caracteriza pela presença predominante de vegetação de floresta, embora restem somente 7.5% das florestas originais; Pelotas e Santa Maria pertencem ao bioma Pampa, que corresponde a 63% do estado e se define por um conjunto de vegetação de campo predominantemente de planície (mapa 16).

Considerando-se o macrozoneamento ambiental do estado (mapa 17), constata-se diferentes perfis para as quatro cidades. Caxias do Sul e Passo Fundo situam-se na zona de Planalto, definida pela predominância de áreas de campos limpos e pastagens, campos subarbusivos, florestas de encosta, florestas do Alto Uruguai, em zona de uso agrícola intensivo de verão e inverno; Santa Maria situa-se na depressão central, caracterizada como zona composta predominantemente por campos limpos e pastagens, zona agrícola de usos intensivo de verão e culturas diversificadas; e Pelotas localiza-se na zona da planície costeira, caracterizada por áreas de depósitos arenosos e cordões de dunas, lagoas e lagunas, com uso agrícola intensivo de verão e culturas diversificadas (Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul).

Mapa 16: RS - biomas. Fonte: Atlas Socioeconômico RS

Mapa 17: RS - macrozoneamento ambiental. Fonte: Atlas Socioeconômico RS

³² O IBGE identifica seis biomas no território brasileiro: Amazônia, Cerrado, Caatinga, Pantanal, Mata Atlântica e Pampa, somente os dois últimos ocorrem no Rio Grande do Sul. O conceito de bioma se refere a “um conjunto de vida (vegetal e animal) constituído pelo agrupamento de tipos de vegetação contíguos e identificáveis em escala regional, com condições geoclimáticas similares e história compartilhada de mudanças, o que resulta em uma diversidade biológica própria”.

As distinções se acentuam analisando-se as unidades de relevo do estado: Caxias do Sul e Passo Fundo se situam no planalto meridional, com altitudes médias de 817m e 687m, respectivamente; o município de Santa Maria localiza-se na zona de transição entre o Planalto Meridional e a Depressão Central, com altitude média de 113m; Pelotas situa-se na Planície Costeira, em uma altitude média de 7m.

A série de mapas (22, 23, 24, 25) demonstra essas variações e evidencia algumas especificidades. Caxias do Sul é o município que apresenta o terreno mais ondulado, segundo Wiggers (2013) o município tem formas variadas de relevo, com áreas bastante movimentadas, principalmente nas porções central e sul, onde se observam altas declividades, e com áreas menos movimentadas na porção norte do território; Passo Fundo apresenta algumas ondulações, porém, menos significativas, pois “o que caracteriza o relevo de Passo Fundo são as coxilhas que, regionalmente, é a denominação usada para campinas com pequenas e contínuas elevações, espécie de colina geralmente coberta de vegetação rasteira, propícia para a atividade agropastoril” (SILVA *et al.*, 2009, p. 31); em Pelotas, embora o território municipal apresente algumas elevações na porção noroeste, atingindo no até 400 m de altitude, a área urbana está totalmente localizada na planície costeira, caracterizada por terrenos planos e várzeas, onde a altitude máxima em relação ao nível do mar é 7m; Santa Maria apresenta as maiores variações de altitude por estar situada em uma zona de transição geomorfológica, a área urbana situada sobre colinas suaves, limitada ao norte pelo rebordo do Planalto Meridional do Brasil, que marca para o norte o início de área de serra (FLORES e FILIPPINI, 2015).

Do ponto de vista hidrográfico, a cidade de Pelotas apresenta especificidades em função da proximidade da lagoa dos Patos, assim com a presença de importantes cursos d’água, como o canal São Gonçalo e os arroios Pelotas, Pepino e Santa Bárbara, além de grandes planícies alagáveis.

Levando-se em conta a localização das respectivas áreas urbanas, as condicionantes naturais do território são mais expressivas nas cidades de Pelotas, em função das águas, e de Santa Maria, em função do relevo. Em Pelotas, a ocupação urbana está intimamente relacionada ao regime das águas, elemento que inicialmente viabiliza a ocupação econômica da área, baseada na produção de charque junto ao canal São Gonçalo, e que posteriormente impulsiona a urbanização da orla da lagoa dos Patos, no Laranjal. Santa Maria, por sua vez, tem nos morros da serra geral um limitador de sua expansão urbana para o norte, além da presença de morrotes ou morros testemunhos no território intraurbano, elementos que contribuem para a dispersão da ocupação.

No que diz respeito à cobertura e uso do solo municipal, as cidades de Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria têm em comum a utilização de mais da metade do território para áreas de cultivo agrícola e de pastagens, índice menos expressivo em Caxias do Sul, devido ao terreno ondulado. As áreas de mata são mais expressivas em Caxias do Sul, e em todas as cidades a área urbana efetivamente urbanizada é pouco significativa, correspondendo a uma média de menos de 5%.

Em mapeamento do uso e cobertura do solo, Schlindwein *et al.* (2007) demonstram que no município de Caxias do Sul predominam as áreas cobertas por mata (35%) e vegetação secundária (17%), sobretudo próximas aos recursos hídricos, em áreas de relevo bastante acidentado no sul do município. O uso agrícola, somando áreas de solo exposto (em preparo para o cultivo) e áreas em cultivo perfazem 39% do território, concentradas na porção nordeste, onde o relevo é menos acidentado. A área efetivamente urbanizada representa somente cerca de 4% do território municipal.

No caso de Passo Fundo, Walter (2012) demonstra que 56% do território municipal é destinado às lavouras de culturas anuais, dentre elas soja e milho, na safra de verão, e trigo, aveia e forrageiras, na safra de inverno. Segundo o Censo Agropecuário (IBGE, 2006) existem 758 estabelecimentos agropecuários no município (considerando-se somente terras próprias e na condição de produtor, e excluindo-se terras arrendadas), sendo 60% destinados a culturas temporárias. Dentre eles, 32% tem até 10 ha, 20% entre 10 a 20 ha, 22% entre 20 a 50 ha e 26% das propriedades tem mais de 50 ha. A área efetivamente urbanizada corresponde a somente 6.5% do território municipal.

Miura *et al.* (2009) observam que o uso do solo do município de Pelotas revela duas situações diferentes, relacionada às características de seu relevo: a utilização da área mais alta (com altitudes de até 400 m), no noroeste do município, pela agricultura familiar, de baixo grau de tecnicidade, para cultivos diversos, pecuária leiteira e extrativismo de madeira com finalidade energética; e a utilização das áreas planas, com altitude média de 12 m, na porção sul do território, para a produção de arroz (em terreno alagadiço), gado

de corte e recentemente também soja. A área urbana do município situa-se na parte baixa do território, às margens do canal São Gonçalo, ao sul da área de cultivo agrícola. Segundo levantamentos dos autores, em 2007, a área urbanizada responde por somente 3.9% do território municipal, a agricultura ocupa 5.6% e, de forma significativa, mais de 70% do território é ocupado por áreas de pousio, temporariamente vazias, resultantes da rotação de culturas com finalidade de “descanso” do solo.

Avaliando o uso e cobertura do solo no município de Santa Maria, Flores e Filippini (2015) demonstram que somente 4% do território é urbanizado, predominam as áreas de pastagem (42%), a cultura de soja ocupa praticamente 20% do território, seguida pelo cultivo de arroz (8%); as áreas agrícolas e de pastagem se distribuem por todo o território, com exceção da porção norte, de serra.

Em síntese, as cidades de Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria refletem as disparidades regionais do estado do Rio Grande do Sul, fortalecidas pelas características físicas do território que lhes confere especificidades. Se por um lado apresentam papéis similares, típicos de centros regionais, por outro lado têm perfis socioeconômicos distintos, que nos instigam a investigar em que medida suas especificidades interferem em seus arranjos internos.

CAXIAS DO SUL

Sistema de coordenadas geográficas
 Datum: Sirgas 2000

Mapa 18: Caxias do Sul - município e perímetro urbano Fonte: elaboração do autor

PASSO FUNDO

Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum: Sirgas 2000

PELOTAS

Sistema de coordenadas geográficas
 Datum: Sirgas 2000

SANTA MARIA

Sistema de coordenadas geográficas
Datum: Sirgas 2000

CAXIAS DO SUL

Sistema de coordenadas geográficas
 Datum: Sirgas 2000

PASSO FUNDO

Sistema de Coordenadas Geográficas
 Datum: Sirgas 2000

PELOTAS

Sistema de coordenadas geográficas
 Datum: Sirgas 2000

perímetro urbano

eixos viários

hidrografia

Altitude (metros)

0 50	300 350
50 100	350 400
100 150	400 450
150 200	450 500
200 250	500 550

MUNICÍPIO | HIPISOMETRIA

Fonte: elaboração do autor
Imagem: Landsat (2017)

PERÍMETRO URBANO | HIPISOMETRIA E HIDROGRAFIA

Fonte: elaboração do autor
Imagem: Landsat (2017)

SANTA MARIA

Sistema de coordenadas geográficas
Datum: Sirgas 2000

CAPÍTULO III

ESTRUTURA SOCIOESPACIAL INTRAURBANA

Conforme evidenciado no capítulo I, a perspectiva teórica que nos guia parte da noção de produção do espaço em direção à apreensão do espaço intraurbano em sua concretude de relações, e em suas especificidades. À luz dos perfis socioeconômicos, inserção regional, funções urbanas e características físico-territoriais municipais (discutidos no capítulo II), a partir daqui privilegiamos a escala intraurbana de análise, em suas dimensões socioespaciais, como subsídio à identificação e compreensão dos processos de segregação nas cidades de Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria. Partimos do pressuposto teórico que a abordagem da segregação somente pode ser satisfatória se analisada de forma articulada à estrutura intraurbana, em suas determinantes e complexidade de relações, caso contrário, não pode ultrapassar a etapa descritiva.

Três categorias de análise espacial são mobilizadas na construção da abordagem: forma, função e estrutura. A apreensão das formas urbanas e de suas respectivas funções conjuntamente propiciam o reconhecimento dos padrões gerais de uso e ocupação do solo em suas dimensões concretas, evidenciando assim as localizações intraurbanas. A noção de estrutura, por sua vez, parte da premissa de que a cidade, entendida como um todo (ou uma totalidade espacial), é constituída por partes (ou elementos) que estabelecem relações entre si, e que a alteração de um desses elementos determina alterações na organização e no funcionamento do todo; sua aplicação extrapola as realidades empíricas, constituindo uma possibilidade de evidenciar relações e processos socioespaciais (VILLAÇA, [1998] 2001; Tourinho, 2011). Ao estudar o espaço intraurbano metropolitano, Villaça ([1998] 2001) considera como elementos principais da estrutura os centros principais das metrópoles, os subcentros, os conjuntos de bairros residenciais segundo as classes sociais, e as áreas industriais; à estrutura intraurbana estão associadas outras estruturas territoriais, como os sistemas de saneamento e transporte, a primeira, no entanto, é a mais importante porque determina e incorpora as demais. Esses elementos variam no tempo e no espaço associados a diversos fatores e padrões de localização das diferentes atividades. Nos utilizamos desse esquema conceitual, assumindo sua aplicação a realidades não metropolitanas (em suas especificidades) reconhecendo assim a potencialidade da noção de estrutura como categoria de análise aplicada à escala intraurbana.

Com base nesses pressupostos, o capítulo está organizado em três abordagens complementares. Primeiro, visando uma aproximação do espaço intraurbano em seus padrões gerais de usos e ocupação do solo urbano, nos utilizamos de uma classificação tipológica baseada no esquema de *Local Climate Zones* (LCZs) proposto por Stewart e Oke (2012); demonstrados os padrões gerais de uso e ocupação do solo, em seguida avançamos em direção à compreensão das localizações intraurbanas a partir da análise de dois de seus principais elementos, as áreas centrais e os setores produtivos (áreas industriais e de logística), abordagem construída a partir de levantamentos de campo e fontes secundárias; por fim, a análise se direciona às áreas residenciais em sua dimensão socioespacial, com objetivo de identificar os locais de moradia da população segundo seus respectivos perfis socioeconômicos. A construção dessa abordagem se pauta no emprego de técnicas estatísticas de análise multivariada (análise fatorial e análise de *cluster*) que permitem a identificação de tipologias socioespaciais, ou espaços sociais associados a diferentes grupos sociais, a partir das características socioeconômicas dos indivíduos, das características dos domicílios e de acesso à infraestrutura urbana. À identificação dos grupos sociais segue-se a análise de sua distribuição e representatividade nas cidades estudadas, e finalmente sua espacialização, que nos permite demonstrar, de forma articulada à estrutura intraurbana, os padrões espaciais de segregação nas cidades de Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria, viabilizando a construção de uma abordagem comparativa.

O recorte temporal das análises aqui apresentadas abarca a década de 2010, se restringindo, portanto, à identificação dos atuais padrões de segregação socioespacial, as análises dos processos, em sua dimensão espaço-temporal, relativa à evolução dos padrões de segregação ao longo do tempo, serão objeto do capítulo IV, articuladas aos respectivos processos de expansão e estruturação intraurbana.

3.1 Padrões espaciais de uso e ocupação do solo

O procedimento adotado para a identificação dos padrões espaciais de uso e ocupação do solo nas cidades de Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria deriva da metodologia utilizada em estudos de climatologia urbana baseados no esquema de classificação de *Local Climate Zones* (LCZs), proposto por Stewart e Oke (2012) para a categorização da paisagem urbana em escala local, cujos procedimentos metodológicos utilizados na realização da classificação são apresentados em detalhes no Anexo I.

A classificação LCZ consiste em um procedimento automático, realizado sobre imagem de satélite, replicável a diferentes situações urbanas, passível de validação e ajustes com base no conhecimento empírico das realidades analisadas, caracterizando-se uma ferramenta útil ao planejamento urbano, não somente metropolitano, mas também pertinente às cidades pequenas e médias, que no Brasil geralmente padecem da inexistência ou da dificuldade de acesso a dados. A classificação permitiu uma aproximação geral dos padrões de uso e ocupação do solo das cidades estudadas, procedimento que seria inviável de ser realizado *in loco* dada a amostragem da pesquisa.

As LCZs representam tipologias de ocupação do solo e contemplam 17 classes, organizadas em dois grupos, o primeiro de tipologias construídas, e o segundo de tipologias de cobertura do solo. Desse total, identificamos, nas cidades estudadas, a ocorrência de 10 classes (figura 5), as demais foram excluídas da análise, porém são apresentadas no Anexo I da pesquisa. Uma vez definidas as tipologias, foram realizadas as classificações, cujos resultados obtidos são apresentados a seguir, por meio da sistematização de dados quantitativos (tabela 9) e de sua espacialização (mapas 26, 27, 28, 29).

Classe ¾ - Arranjo misto compacto

Arranjo de edifícios altos dispersos em meio à ocupação compacta de edificações baixas (de 1 a 3 pavimentos). Poucas ou nenhuma árvore. Solo predominantemente impermeabilizado. Materiais: pedra, tijolo, revestimento cerâmico, concreto, aço e vidro.

Classe 3 – Arranjo compacto de edifícios baixos

Arranjo denso de edifícios baixos (1 a 3 pavimentos). Poucas ou nenhuma árvore. Solo predominantemente impermeabilizado. Materiais: pedra, tijolo, revestimento cerâmico e concreto.

Classe 6 – Arranjo aberto de edifícios baixos

Arranjo aberto de edifícios baixos (1 a 3 pavimentos). Abundância de solo permeável (plantas baixas, árvores dispersas). Materiais: madeira, tijolo, pedra, revestimento cerâmico e concreto.

Classe 8 – Arranjo aberto de grandes edifícios

Arranjo aberto de grandes edificações baixas, como galpões (1 a 3 pavimentos). Poucas ou nenhuma árvore. Solo predominantemente impermeabilizado. Materiais: aço, concreto, metal e pedra.

Classe 9 – Edifícios baixos dispersos

Arranjo disperso de edificações de pequeno ou médio porte. Abundância de solo permeável (plantas de pequeno porte e árvores dispersas).

Classe A – Arborização densa

Paisagem densamente arborizada de árvores caducas e/ou perenes. Solo predominantemente permeável (com plantas baixas). Florestas naturais, plantações de árvores ou parque urbano.

Classe B – Arborização dispersa

Paisagem levemente arborizada de árvores caducas e/ou perenes. Solo predominantemente permeável (com plantas de pequeno porte). Florestas naturais, plantações de árvores ou parque urbano.

Classe D – Vegetação rasteira

Paisagem natural descaracterizada com presença de grama ou plantas herbáceas. Pouca ou nenhuma árvore. Pastagens, agricultura ou parque urbano.

Classe F – Solo exposto ou areia

Paisagem natural descaracterizada com solo exposto. Poucas ou nenhuma árvore ou planta. Deserto natural ou área agrícola.

Classe G – Água

Corpos d'água de pequeno e grande portes. Mares, lagos, rios, lagoas e reservatórios.

Figura 5: Tipologias de ocupação do solo Fonte: elab. autor a partir de classificação LCZs (Stewart e Oke, 2012)

CIDADES MÉDIAS GAÚCHAS TIPOLOGIAS DE OCUPAÇÃO DO SOLO % de área						
	Classe	Caxias do Sul	Passo Fundo	Pelotas	Santa Maria	Média
Tipologias construídas	3	5,40	14,31	12,12	6,29	9,53
	3 4	7,52	5,39	3,57	4,54	5,26
	6	9,26	19,84	7,17	20,70	14,24
	8	7,85	13,14	6,55	6,34	8,47
	9	13,79	11,04	5,15	13,88	10,97
	Subtotal	43,83	63,74	34,57	51,75	48,47
Tipologias de cobertura do solo	A	23,56	7,71	5,37	12,30	12,24
	B	22,02	14,68	21,51	19,83	19,51
	D	5,73	5,76	26,62	13,34	12,86
	F	4,31	7,46	9,40	2,01	5,79
	G	0,56	0,66	2,53	0,77	1,13
	Subtotal	56,17	36,26	65,43	48,25	51,53
Total		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Tabela 9: Tipologias de ocupação do solo Fonte: elaboração do autor Base de dados: classificação LCZ

A tabela 9 representa as tipologias de uso e ocupação do solo das cidades estudadas (considerando o perímetro urbano), organizadas em dois grupos: o primeiro abarca tipologias do ambiente construído, necessariamente edificado, que podemos associar às áreas efetivamente urbanizadas, ou à mancha urbana; o segundo grupo se refere a tipologias de cobertura do solo, livres de edificações, caracterizadas por florestas, pastagens, áreas de cultivo agrícola e corpos d'água.

A comparação dos dois grupos revela que considerando a média das quatro cidades, a área urbanizada (e efetivamente ocupada) corresponde à aproximadamente 48% da área urbana, sendo mais expressiva em Passo Fundo e menos em Pelotas. Dentre as áreas ainda não ocupadas, se sobressaem as paisagens com arborização dispersa (classe B), podendo ser florestas, plantações de árvores ou parques urbanos, que perfazem quase 20% da cobertura do solo urbano. As áreas de vegetação arbórea mais densas (classe A) são mais representativa em Caxias do Sul onde respondem por mais de 23% da cobertura do solo, concentrando-se na zona oeste da cidade; em Santa Maria a mesma classe responde por 12,3% da cobertura do solo, concentrada na zona norte, junto aos morros da serra, e, em menor importância, nos morros testemunhos (Cerrito e Mariano da Rocha), localizados na porção centro-leste da cidade. Nos casos de Passo Fundo e Pelotas, há poucas áreas de floresta remanescentes, dispersas em pequenas ilhas periféricas, em Pelotas, especialmente, a ocorrência de florestas não é comum devido às características da paisagem local (planície costeira).

As áreas agrícolas e de pastagens (associadas às classes D e F) representam atividades de grande importância na economia gaúcha, estando ainda presentes no perímetro urbano das cidades estudadas. As culturas rotativas (soja, trigo, milho) praticadas na região, que exigem certo tempo de “descanso”, têm relação com a incidência de solo exposto (classe F), mais expressiva em Pelotas e Passo Fundo; já as áreas de vegetação rasteira (classe D), que podem estar relacionadas também a áreas agrícolas e de pastagens, são mais significativa no perímetro urbano de Pelotas, onde correspondem a mais de 26% do total da cobertura do solo, ocorrendo nas porções oeste e norte, nos bairros Fragata e Três Vendas, e em menor escala no extremo leste, às margens do canal São Gonçalo, no Laranjal; em Santa Maria atingem aproximadamente 13% do área urbana, na porção leste do território; nas cidades de Caxias do Sul e Passo Fundo fica abaixo da média, caracterizando pouco mais de 5% da cobertura do solo, nos dois casos.

Os corpos d'água (classe G) representam menos de 1% da área urbana de Caxias do Sul, Passo Fundo e Santa Maria, em Pelotas esse índice se eleva para 2,53% pela presença da barragem Santa Bárbara em área urbana, no bairro Fragata.

Analisando-se as tipologias do ambiente construído, que nos permitem uma aproximação dos padrões espaciais de usos e ocupação do solo efetivamente urbanizado, o padrão que mais se destaca, ocorrendo

em 14,24% da área urbana, ou quase 30% das tipologias edificadas (considerando a média das quatro cidades) corresponde às áreas caracterizadas pelo arranjo de edifícios baixos (de 1 a 3 pavimentos), isolados, com abundância de solo permeável e presença de arborização dispersa (classe 6). Essa tipologia de ocupação representa parcela considerável dos bairros residenciais das cidades estudadas, compostos por casas isoladas no lote, com presença de recuos de ajardinamento e quintais, mais significativa em Passo Fundo e Santa Maria, cidades em que ocupa quase 20% da área urbana.

Em seguida, sobressaem-se os arranjos dispersos de edificações de pequeno e médio porte (classe 9), ocupando 10,97% da área urbana, correspondendo às áreas residenciais pouco ocupadas, bairros em formação que ainda mantêm muitos terrenos vazios, loteamentos ou condomínios com presença de grandes lotes, ou ainda bairros com características rurais (chácaras); esse arranjo é mais expressivo em Santa Maria e Caxias do Sul, perfazendo 14% da área ocupada, e menos frequente em Pelotas, onde responde somente por aproximadamente 5% da ocupação.

A terceira tipologia de ocupação mais frequente nas cidades estudadas corresponde a áreas densamente ocupadas por edifícios de baixo gabarito (1 a 3 pavimentos), com solo predominantemente impermeável e praticamente sem presença de vegetação (classe 3), tipologia característica dos bairros mais periféricos em todos os casos, caracterizados por lotes pequenos e taxas de ocupação muito elevadas, representando a média de 9,53% da área ocupada, sendo mais representativos em Passo Fundo e Pelotas.

A quarta tipologia em ocorrência (classe 8), definida pelo arranjo de grandes edifícios dispersos, de baixo gabarito, com solo impermeabilizado e sem presença de vegetação, típicos do uso industrial e de logística (galpões e pátios de apoio a essas atividades), abrange em média 8,47% da área urbana ocupada, estando acima da média na cidade de Passo Fundo, onde chega a 13,14%.

Por fim, a tipologia menos frequente, caracterizada pela ocupação compacta de edifícios baixos com a presença de edifícios altos dispersos (classe ¾) ocorre somente em cerca de 5% do total dos casos, sendo uma tipologia típica das áreas centrais das cidades estudadas.

Em síntese, os padrões gerais de uso e ocupação do solo, a partir da análise tipológica, põe em evidência as localizações dos elementos principais da estrutura intraurbana, as áreas centrais, os setores produtivos (industriais) e as áreas residenciais. Os arranjos mistos compactos (classe ¾) se relacionam principalmente às áreas centrais das cidades, pressupondo uso misto (comercial, residencial, serviços); o arranjo de grandes edificações de baixo gabarito, com solo predominantemente impermeabilizado (classe 8) se relaciona aos setores produtivos, representados pelo uso industrial e de logística; e as ocupações predominantemente horizontais (de baixo gabarito) com variações em relação às densidades construtivas (classes 3, 6 e 9) representam os bairros predominantemente residenciais, cujos padrões de ocupação (densidades, presença de áreas livres, arborização etc.) podem ser relacionados aos perfis socioeconômicos dos moradores (conforme veremos posteriormente) e grosso modo representam as maiores densidades construtivas em áreas mais periféricas.

Os levantamentos relativos à densidade urbana e à verticalização corroboram com o entendimento desses padrões espaciais gerais (mapas 30, 31, 32, 33).

A análise das taxas de densidade habitacional urbana revela uma média de 191 hab/ha, sendo Passo Fundo a cidade mais densa (225 hab/ha) e Pelotas a menos densa (159 hab/ha), tal constatação coincide com os padrões espaciais de cada uma delas, perceptíveis através da observação das respectivas manchas urbanas em que Passo Fundo e Caxias do Sul exibem formas mais compactas em relação a Pelotas e Santa Maria, caracterizadas por ocupações mais dispersas, com presença significativa de vazios urbanos.

Em geral, as maiores densidades habitacionais estão nas áreas centrais, ao passo que as periferias são menos adensadas. Essa constatação é mais evidente no caso de Passo Fundo, onde, fora do centro, somente pequenos setores em áreas periféricas apresentam densidades significativas, em trechos dos bairros Integração (oeste), Victor Issler (norte), Planaltina (sudeste) e boa parte do bairro José Alexandre Zacchia (norte); em Santa Maria as áreas adensadas são mais expressivas no centro e em bairros contíguos (N. Sra. de Fátima, Bonfim e Menino Jesus), no entanto, há também algumas áreas mais adensadas nas porções oeste, nos bairros Santa Marta e Tancredo Neves, e ao norte, no bairro Salgado Filho; o leste, de ocupação mais rarefeita, é menos adensado. Em Caxias do Sul, embora a área central se evidencie, incluindo os bairros Centro, São Pelegrino e Jardelino Ramos, há algumas áreas densamente

ocupadas nas periferias, como os bairros N. Sra. de Fátima, Pioneiro, Santa Fé e Serrano, na zona norte. O caso de Pelotas se difere dos demais, pois as áreas mais densamente povoadas ocorrem em pequenos trechos da área central, sendo mais expressivas na periferia, a exemplo dos bairros Navegantes (em São Gonçalo, leste) e Dunas (no Areal, nordeste), Getúlio Vargas (Três Vendas, norte) e COHAB Guabiroba (Fragata, oeste).

Relativo à verticalização, os dados revelam que a cidade de Santa Maria é a mais verticalizada, onde quase 27% dos domicílios correspondem a apartamentos (IBGE, 2010), as demais cidades oscilam na média de 20%. Analisando a espacialização da verticalização revelam-se padrões muito similares para as quatro cidades, com concentração de edifícios altos principalmente nas áreas centrais e nos bairros de seu entorno imediato. Em Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria, as áreas verticalizadas mais distantes do centro geralmente coincidem com conjuntos habitacionais periféricos, com edifícios de até 05 pavimentos (COHAB I, em Passo Fundo; trechos do bairro Renascença, em Santa Maria; COHABs Guabiroba, Lindóia e Pestana, em Pelotas). Em Caxias do Sul, a zona norte da cidade expressa também uma concentração significativa de áreas verticalizadas nos bairros Madureira, Pio X, N. Sra. da Saúde e Jardim América, além de uma concentração de edifícios altos a sudoeste, no bairro Sanvito, nas imediações do *shopping* Iguatemi. As quatro cidades expressam também a tendência de verticalização dos principais eixos viários, processo já em curso.

Analisando-se as três abordagens (classificação tipológica, densidade habitacional e verticalização) fica evidente que as maiores densidades habitacionais nem sempre correspondem às áreas mais verticalizadas, assim como as áreas mais densamente construídas não necessariamente são as mais densamente povoadas.

A luz dessas constatações, que constituem uma primeira aproximação da estrutura intraurbana, avançaremos na compreensão das localizações dos elementos que a definem, as áreas centrais, os setores produtivos e as áreas residenciais.

TIPOLOGIAS DE OCUPAÇÃO DO SOLO

Fonte: elaboração do autor

Imagem: Landsat 8 Oli-Tirs. Path 221, Row80. Cenas: 16/04/2016, 13/01/2017, 24/07/2017

Mapa elaborado a partir de Classificação LCZ-WUDAPT, com cenas Landsat 8 Oli-Tirs, adquiridas gratuitamente no site Earthdata (NASA).

- classe 3_4 | arranjo misto compacto
- classe 3 | arranjo compacto de edifícios baixos
- classe 6 | arranjo aberto de edifícios baixos
- classe 8 | arranjo aberto de grandes edifícios baixos
- classe 9 | edifícios baixos dispersos
- classe A | arborização densa
- classe B | arborização dispersa
- classe D | vegetação rasteira
- classe F | solo exposto ou areia
- classe G | água

classe 3_4 | Panazzolo

classe 3 | N. Sra. das Graças

classe 6 | Rio Branco

classe 8 | N. Sra. de Fátima

classe 9 | N. Sra. da Saúde

0 100 200 m

SITUAÇÕES EXEMPLARES

Fonte: elaboração do autor

Imagens: Google (2017)

CAXIAS DO SUL

Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum: Sirgas 2000

TIPOLOGIAS DE OCUPAÇÃO DO SOLO

Fonte: elaboração do autor

Imagem: Landsat 8 Oli-Tirs. Path 222, Row80. Cenas: 18/01/2016, 13/08/2016, 14/09/2016

Mapa elaborado a partir de Classificação LCZ-WUDAPT, com cenas Landsat 8 Oli-Tirs, adquiridas gratuitamente no site Earthdata (NASA).

- classe 3_4 | arranjo misto compacto
- classe 3 | arranjo compacto de edifícios baixos
- classe 6 | arranjo aberto de edifícios baixos
- classe 8 | arranjo aberto de grandes edifícios baixos
- classe 9 | edifícios dispersos baixos
- classe A | arborização densa
- classe B | arborização dispersa
- classe D | vegetação rasteira
- classe F | solo exposto ou areia
- classe G | água

classe 3_4 | Centro

classe 3 | José Alexandre Zacchia

classe 6 | Vergueiro

classe 8 | Valinhos

classe 9 | condomínio Bosque Village

0 100 200 m

SITUAÇÕES EXEMPLARES

Fonte: elaboração do autor

Imagens: Google (2017)

PASSO FUNDO

Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum: Sirgas 2000

TIPOLOGIAS DE OCUPAÇÃO DO SOLO

Fonte: elaborado pelo autor

Imagem: Landsat 8 Oli-Tirs. Path 221, Row80. Cenas: 25/08/2017, 13/11/2017

Mapa elaborado a partir de Classificação LCZ-WUDAPT, com cenas Landsat 8 Oli-Tirs, adquiridas gratuitamente no site Earthdata (NASA).

- classe 3_4 | arranjo misto compacto
- classe 3 | arranjo compacto de edifícios baixos
- classe 6 | arranjo aberto de edifícios baixos
- classe 8 | arranjo aberto de grandes edifícios baixos
- classe 9 | edifícios baixos dispersos
- classe A | arborização densa
- classe B | arborização dispersa
- classe D | vegetação rasteira
- solo exposto ou areia
- água

classe 3_4 | Centro

classe 3 | Gottuzzo

classe 6 | Recanto de Portugal

classe 8 | Distrito

classe 9 | Condomínio Lagos de São Gonçalo

0 100 200 m

SITUAÇÕES EXEMPLARES

Fonte: elaboração do autor

Imagens: Google (2017)

PELOTAS

Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum: Sirgas 2000

TIPOLOGIAS DE OCUPAÇÃO DO SOLO

Fonte: elaborado pelo autor

Imagem: Landsat 8 Oli-Tirs. Path 223, Row80. Cenas: 24/11/2016, 01/04/2017, 07/08/2017

Mapa elaborado a partir de Classificação LCZ-WUDAPT, com cenas Landsat 8 Oli-Tirs, adquiridas gratuitamente no site Earthdata (NASA).

- classe 3_4 | arranjo misto compacto
- classe 3 | arranjo compacto de edifícios baixos
- classe 6 | arranjo aberto de edifícios baixos
- classe 8 | arranjo aberto de grandes edifícios baixos
- classe 9 | edifícios baixos dispersos
- classe A | arborização densa
- classe B | arborização dispersa
- classe D | vegetação rasteira
- classe F | solo exposto ou areia
- classe G | água

classe 3_4 | Centro

classe 3 | Cohab Tancredo Neves

classe 6 | Nonoai

classe 8 | Distrito Industrial

classe 9 | condomínio Parque das Oliveiras

SITUAÇÕES EXEMPLARES

Fonte: elaborado pelo autor

Imagens: Google (2017)

SANTA MARIA

Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum: Sirgas 2000

DENSIDADE URBANA

Fonte: elaboração do autor
Base de dados: IBGE (2010)

VERTICALIZAÇÃO

Fonte: elaboração do autor
Base de dados: IBGE (2010)

CAXIAS DO SUL

0 1 2 3 km

Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum: Sirgas 2000

PASSO FUNDO

0 1 2 3 km

Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum: Sirgas 2000

PELOTAS

0 1 2 3 km

Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum: Sirgas 2000

SANTA MARIA

0 1 2 3 km

Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum: Sirgas 2000

Mapa 33: Santa Maria - densidade e verticalização Fonte: elaboração do autor

3.2 Localizações intraurbanas: áreas centrais e setores produtivos

A partir de Tourinho (2004) e Sposito (2013), entendemos por áreas centrais determinados setores ou elementos da cidade que apresentam atributos de centralidade, definidos pela aptidão de geração de fluxos de pessoas, de ideias, de mercadorias e de serviços. Conceitualmente, a centralidade constitui um atributo, enquanto as áreas centrais representam espaços concretos da cidade, empiricamente passíveis de delimitação no território. Villaça ([1998] 2001) reconhece na metrópole contemporânea a existência de três tipologias associadas às áreas centrais: o centro principal (tradicional ou histórico), os subcentros e os centros especializados.

Na escala das cidades médias estudadas, reconhecemos um centro principal, que denominaremos simplesmente centro; os subcentros de bairro, que representam pequenas aglomerações de comércio e serviços relativamente diversificados; e os centros especializados, que limitam-se a concentrações de determinados setores de comércio ou serviços em algumas áreas da cidade, a exemplo das aglomerações de concessionárias de veículos nos acessos das cidades, ou de serviços de saúde em parcelas do centro principal, como ocorre em Passo Fundo, por exemplo, no entorno do Hospital São Vicente de Paulo. Acrescentamos à classificação de Villaça os grandes equipamentos urbanos, como *shopping centers* e universidades, que isoladamente caracterizam-se como polos atrativos. Por setores produtivos, entendemos as áreas utilizadas para finalidades industriais e de logística. A identificação e localização das áreas centrais e dos setores produtivos deriva de pesquisa empírica, de levantamentos oficiais vinculados às prefeituras e da revisão de trabalhos acadêmicos.

Constatou-se, como característica marcante, a persistência de uma estrutura monocêntrica comum às quatro cidades, ainda que se apresentem especificidades e processos de descentralização em curso. Os centros principais mantêm a maior concentração de comércio, serviços e empregos, assim como elevado valor fundiário e imobiliário. Em todos os casos o centro corresponde à ocupação urbana inicial, em Pelotas, seu valor histórico é destacado em função da existência de um patrimônio arquitetônico/urbanístico relevante em seu conjunto, embora subutilizado e apresentando sinais de degradação. Nesse caso diferencia-se um centro histórico de um centro “novo”, o centro histórico mais próximo do canal São Gonçalo, e o centro novo a ele contínuo, estendendo-se na direção norte. Em Santa Maria, o patrimônio histórico está associado à área denominada como mancha ferroviária, na porção norte em relação ao centro principal, tendo a avenida Rio Branco como eixo principal.

Alguns elementos comuns, como as igrejas, praças e edifícios institucionais são associados ao centro nas quatro cidades, a título de exemplo, no caso de Passo Fundo, a praça Marechal Floriano, em frente à Catedral, cercada por comércio diversificado e edifícios institucionais, tendo como referência as ruas General Neto, General Osório, Moron e a avenida Brasil; em Santa Maria o calçadão da rua Dr. Bozzano, as ruas do Acampamento, Venâncio Aires, Mal. Floriano Peixoto, a avenida Rio Branco, e a praça Saldanha Marinho.

Hierarquicamente, abaixo dos centros estão os subcentros de bairro que se caracterizam pela oferta de comércio local, relativamente diversificado, porém, sem competir com o centro principal, ou suplantá-lo em termos de oferta de produtos e serviços, e especialmente de empregos. Em Passo Fundo, identificamos quatro subcentros de bairro, situados em diferentes quadrantes da cidade às margens dos principais eixos viários, nos bairros Vera Cruz (noroeste), Boqueirão (sudoeste), São Cristóvão (sudeste) e Petrópolis (nordeste) (FERRETTO, 2012). Em Santa Maria, Rocha (2011) e Rocha (2016) identificam dois subcentros, um na zona oeste da cidade, na COHAB Tancredo Neves, e outro na porção leste, no bairro Camobi; segundo os autores o último oferece uma oferta diversificada de comércio e serviços que lhe confere certa independência em relação ao centro principal, ocorrendo sobretudo às margens da RS-509 (faixa velha de Camobi), e em menor intensidade, junto à RS-287 (faixa nova de Camobi). Em Caxias do Sul, os subcentros correspondem a cinco aglomerações periféricas (nos bairros Forqueta, Desvio Rizzo, São Caetano, Santa Catarina, N. Sra. de Fátima e Cruzeiro), grafadas no plano diretor (2007) como ZC2 (zonas de centro secundárias)³³; em Pelotas, Lihtnov (2014, p. 70) identifica para além do centro, outras aglomerações comerciais representativas nos bairros Fragata, Três Vendas e Laranjal, mas pondera que

³³ Áreas identificadas pela prefeitura de Caxias do Sul com algum potencial ao desenvolvimento de subcentros, porém não consolidadas como tal atualmente.

essas aglomerações comerciais são especializadas: nos bairros Fragata e Três Vendas no ramo de automóveis e autopeças, no setor alimentício no bairro Três Vendas e no setor de artigos de uso pessoal, no Fragata. A autora identifica ainda uma expressão da centralidade no bairro Laranjal, que mesmo não apresentando aglomeração comercial significativa, é “detentor de um poder de centralidade atrelado ao seu apelo turístico, vide à orla da Lagos dos Patos”. Em Pelotas, Lithnov (2014) constata também uma expansão do centro principal para o norte, para além da avenida Bento Gonçalves, no bairro Colina do Sol, estruturada ao longo de avenidas importantes como Duque de Caxias, Dom Joaquim, Fernando Osório e Ferreira Viana.

Por fim, têm destaque como expressões da centralidade os grandes equipamentos urbanos representados pelos *shopping centers* e pelas universidades. Nos casos de Caxias do Sul, Passo Fundo e Santa Maria, os campus universitários têm grande representatividade em suas respectivas estruturas intraurbanas em termos de escala, principalmente pelos fluxos que induzem, nesses três casos, as localizações periféricas motivaram a urbanização dos setores onde foram implantados, especialmente em Santa Maria, com a construção da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) no bairro Camobi, mas também em Caxias do Sul e Passo Fundo, com as implantações da Universidade de Caxias do Sul (UCS) nos bairros Petrópolis/Presidente Vargas, e da Universidade de Passo Fundo (UPF), no bairro São José. O caso de Pelotas se diferencia das demais, pois a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) apresenta uma ocupação mais rarefeita, se distribuindo por diversos setores da cidade, porém predominantemente na zona do porto, no Campus Porto, onde tem sido a grande motivadora e idealizadora do projeto de requalificação da área portuária da cidade.

Os *shopping centers*, por sua vez, apresentam dois padrões de localizações, o primeiro em áreas centrais, e o segundo, mais recente, em áreas mais periféricas das cidades, expressando dois processos complementares: o reforço da monocentralidade, nos casos dos *shoppings Bella Città*, em Passo Fundo e São Pelegrino, em Caxias do Sul; e indícios de processos de descentralização associados a esses equipamentos, a exemplo do *shopping Iguatemi* em Caxias e do *shopping Pelotas* (retomaremos essa discussão no capítulo IV).

Relativo às localizações dos setores produtivos, vinculados à indústria e atividades logísticas, observa-se uma lógica locacional comum às quatro cidades, derivada da proximidade dos eixos viários regionais, que possibilitam escoamento da produção. Em Caxias do Sul, a presença industrial é bastante marcante na estrutura intraurbana, apresentando duas grandes concentrações, uma na zona oeste, no bairro Cidade Nova, e a outra na zona norte, nos bairros N. Sra. de Fátima, Interlagos e São José, áreas servidas, respectivamente, pelas rodovias RS 455 (sentido Farroupilha) e RS 122 (sentido Flores da Cunha). Em Santa Maria, a concentração industrial ocorre no bairro Agro-industrial, no extremo oeste do perímetro urbano, vizinho aos bairros Nova Santa Marta, Juscelino Kubitschek e Pinheiro Machado, sendo servida pela BR 287 (saída para São Pedro do Sul), a área não apresenta conexão direta com a ferrovia, que se encontra na zona norte da cidade, serpenteando as escarpas da serra geral. Em Passo Fundo, a concentração industrial se dá predominantemente na zona norte, nos bairros Valinhos e Petrópolis, se estruturando ao longo de dois eixos viários, a ferrovia e a rodovia BR 285 (saída oeste para Carazinho e saída leste para Mato Castelhano); no setor sudoeste, as indústrias ocorrem de forma bem mais pontual, ao longo da RS 153 (saída para Ernestina). Na cidade de Pelotas, a concentração industrial mais significativa se dá no bairro Fragata, a oeste da área urbana, junto à BR 116 e à RS 471, saída para Capão do Leão (sudoeste) e Canguçu (noroeste), respectivamente. Assim como em Santa Maria, a concentração industrial não está conectada diretamente à ferrovia, que tem seu traçado na porção sudoeste da cidade.

Em Santa Maria, há uma especificidade relativa às localizações intraurbanas, derivada da presença de áreas militares na cidade, nas porções leste (base Aérea), noroeste (escola militar) e no limite com o perímetro urbano, a sudoeste (batalhão do exército).

A seguir, apresentamos uma série de mapas (34, 35, 36, 37) que demonstram as divisões oficiais das áreas urbanas em bairros, assim como a localização dos principais elementos da estrutura intraurbana, com destaque às áreas centrais e aos setores produtivos.

BAIRROS

Fonte: elaboração do autor
Base de dados: PMCS

ESTRUTURA INTRAURBANA

Fonte: elaboração do autor
Base de dados: pesquisa de campo, PMCS

CAXIAS DO SUL

0 1 2 3 km

Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum: Sirgas 2000

PASSO FUNDO

0 1 2 3 km

Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum: Sirgas 2000

BAIRROS
Fonte: elaboração do autor
Base de dados: PMPE

ESTRUTURA INTRAURBANA
Fonte: elaboração do autor
Base de dados: pesquisa de campo, PMPE, Lihtnov (2014)

PELOTAS

0 1 2 3 km

Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum: Sirgas 2000

BAIRROS
Fonte: elaboração do autor
Base de dados: PMSM

ESTRUTURA INTRAURBANA
Fonte: elaboração do autor
Base de dados: pesquisa de campo, PMSM, Rocha (2011)

SANTA MARIA

Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum: Sirgas 2000

Mapa 37: Santa Maria - estrutura intraurbana Fonte: elaboração do autor

3.3 Áreas residenciais e distribuição socioespacial da população

A partir daqui avançaremos na abordagem das localizações das áreas residenciais nas cidades de Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria, tendo por objetivo elucidar seus conteúdos sociais, tarefa fundamental ao estudo da segregação, devido a sua natureza essencialmente vinculada ao uso residencial. Somente por meio dessa tarefa é possível articular a estrutura social às localizações intraurbanas, promovendo assim o reconhecimento da estrutura socioespacial e de seus respectivos padrões de segregação.

A construção dessa abordagem envolve três etapas: classificação da população segundo grupos sociais, distribuição (representatividade) dos grupos sociais; e por fim, a espacialização dos grupos sociais nas cidades estudadas. As duas primeiras etapas permitem o reconhecimento da estrutura social, e a última avança na compreensão da estrutura socioespacial, em que sociedade e espaço se imbricam dialeticamente. Esses procedimentos, juntos, resultam na identificação de espaços sociais ou tipologias socioespaciais, pois envolvem as características dos indivíduos e dos espaços por eles ocupados; no entanto, utilizaremos a expressão “grupos sociais” (subentendendo “espaços sociais”) visando facilitar as descrições e análises que seguem.

3.3.1 Definição dos espaços/grupos sociais

A opção de trabalhar com a categoria grupos sociais deriva inicialmente do alinhamento ao conceito de segregação adotado na pesquisa (a segregação entendida como afastamento físico de um grupo social relativamente homogêneo em relação aos demais), mas também da dificuldade envolvida na noção de classes sociais, objeto complexo de investigações teóricas, sobre o qual não há critérios claros (ou consensuais) em sua definição.

A definição dos grupos sociais, por sua vez, pressupõe a adoção de procedimentos metodológicos no âmbito de métodos estatísticos voltados à mensuração da segregação que, conforme exposto no capítulo I, inserem-se em duas famílias metodológicas: a dos índices globais e a das análises tipológicas. Nossa abordagem incorpora elementos das duas famílias: a análise fatorial, que segundo Préteceille (2004) pode ser considerada como fornecedora de índices globais, e a análise tipológica, que conduz à definição de tipologias ou *clusters* socioespaciais, que em última análise representam os grupos sociais identificados. As duas abordagens, complementarmente, permitem a análise comparativa, incorporando a complexidade das estruturas socioespaciais locais.

Segundo Mingoti (2005), as análises fatorial e de *clusters* fazem parte do grupo de técnicas exploratórias de sintetização ou simplificação de estruturas de variabilidade dos casos, se inserindo no campo da estatística multivariada, que consiste em um conjunto de métodos estatísticos para a medição simultânea de diversas variáveis, permitindo o estudo de fenômenos complexos. As análises exploratórias têm um apelo prático interessante, pois em sua maioria independem do conhecimento matemático que lhes dá aporte, podendo ser amplamente utilizados. É nesse sentido que as análises aqui apresentadas precisam ser compreendidas, nosso objetivo consiste em explorar as técnicas estatísticas das análises fatorial e de *cluster* visando mensurar fenômenos que não podem ser diretamente observáveis no campo das ciências sociais, e não podem ser compreendidos através de uma única variável.

Justificada a opção metodológica pela estatística multivariada, temos por objetivo explicitar as quatro etapas necessárias à identificação dos grupos sociais: a) definição da base de dados, unidade espacial de análise e recorte temporal; b) definição das variáveis socioeconômicas e espaciais; c) redução das variáveis a fatores comuns - análise fatorial; d) identificação das tipologias socioespaciais, que representam os grupos sociais (análise de *cluster*).

- Base de dados, unidade espacial de análise e recorte temporal

O Censo Demográfico 2010, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, constitui a base de dados da abordagem quantitativa da pesquisa. Essa opção deriva da ampla quantidade de dados disponibilizados pelo censo, em escala intraurbana, compreendendo a totalidade das cidades estudadas, assim como em função da confiabilidade dos dados atrelada ao rigor metodológico com que a pesquisa é efetuada.

A unidade espacial selecionada para a análise foi o setor censitário, definido pelo IBGE como a menor unidade territorial de coleta das operações censitárias, integralmente contida em área urbana ou rural, com dimensões passíveis à realização da coleta em campo por um único pesquisador³⁴. As informações obtidas por setores censitários são extraídas do questionário básico agregadas nos dados do universo, em que as variáveis são apresentadas como médias de cada setor, não sendo desagregáveis ao nível do indivíduo.

Os dados da amostra, embora apresentem um maior número de variáveis, não puderam ser utilizados em função de unidade espacial de análise (as áreas de ponderação, definidas como um conjunto de setores censitários) se constituírem recortes demasiado grandes frente ao tamanho territorial das cidades estudadas. A utilização das áreas de ponderação, se por um lado, permitiria a utilização de variáveis significativas, por outro nos privaria de uma análise mais precisa em termos de escalas geográficas da segregação. Enquanto para as quatro cidades, o total de setores censitários corresponde a 1865 casos, as áreas de ponderação perfazem somente 75 casos. A opção pelos setores censitários se justifica então em função das possibilidades de análise em microescala, compatível com as dimensões territoriais das cidades estudadas.

No entanto, a opção pelos setores censitários (resultados do Universo) nos privou de utilizar alguns dados de grande relevância para a classificação dos grupos sociais, presentes somente nos dados da Amostra do IBGE, divulgados por áreas de ponderação; em especial fazem falta as categorias sócio ocupacionais, variáveis consideradas de extrema importância em diversos estudos do gênero.

O recorte temporal adotado corresponde ao ano de 2010. A impossibilidade de comparação de todas as variáveis utilizadas entre os censos de 2000 e 2010, assim como a inexistência das bases territoriais digitalizadas, anteriores ao ano 2000, inviabilizaram a construção de uma série histórica. Esta abordagem apresenta-se, portanto, como uma aproximação da atualidade, que será problematizada à luz dos processos históricos somente no capítulo IV.

- Definição das variáveis socioeconômicas e espaciais

A definição das variáveis utilizadas na classificação dos espaços/grupos sociais leva em consideração três conjuntos de indicadores, associados às características dos indivíduos (renda, escolaridade, raça, faixa etária); às características dos domicílios; e às características do entorno dos domicílios que dizem respeito ao acesso à infraestrutura urbana.

As três dimensões, amplamente exploradas na pesquisa socioespacial, juntas compõem um panorama consistente uma vez que permitem a associação das características dos indivíduos e dos domicílios que ocupam ao ambiente urbano em que vivem, relação fundamental à compreensão dos processos de segregação socioespacial. Ao todo foram previamente selecionadas 32 variáveis, que estão organizadas na tabela 10.

³⁴ A delimitação geográfica dos setores censitários foi redefinida de modo a abarcar somente as áreas efetivamente ocupadas, desprezando-se assim os vazios urbanos (glebas não parceladas), assim como parques, clubes ou áreas de preservação. Esse procedimento foi utilizando visando uma aproximação dos processos socioespaciais em suas dimensões territoriais mais próximas do real.

ESTRUTURA SOCIAL VARIÁVEIS PRÉ-SELECIONADAS CENSO 2010 DADOS DO UNIVERSO	
CARACTERÍSTICAS DOS INDIVÍDUOS	
V1	Renda média domiciliar
V2	Renda média do responsável
V3	Renda média pessoas de 10 ou mais anos de idade
V4	Renda média domiciliar per capita
V5	Porcentagem de domicílios com renda domiciliar per capita de até 1/8 s.m.
V6	Porcentagem de responsáveis com renda de até 3 s.m.
V7	Porcentagem de responsáveis com renda superior a 15 s.m.
V8	Porcentagem de responsáveis não alfabetizados
V9	Porcentagem de responsáveis alfabetizados com 10 ou mais anos de idade
V10	Porcentagem de responsáveis mulheres
V11	Porcentagem de mulheres responsáveis com renda de até 3 s.m.
V12	Porcentagem de pretos e pardos
V13	Porcentagem de crianças de até 11 anos de idade
V14	Proporção de adolescentes de 12 a 18 anos de idade
V15	Porcentagem de adultos de 19 a 59 anos de idade
V16	Proporção de idosos acima de 60 anos de idade
CARACTERÍSTICAS DOS DOMÍLIOS	
V17	Densidade média do domicílio
V18	Número médio de banheiros por domicílio
V19	Porcentagem de domicílios sem banheiro
V20	Porcentagem de domicílios sem água da rede geral
V21	Porcentagem de domicílios com energia elétrica e medidor exclusivo
V22	Porcentagem de domicílios sem energia elétrica
V23	Porcentagem de domicílios com lixo coletado
V24	Porcentagem de domicílios particulares permanentes do tipo casa, casa de vila ou em condomínio
V25	Porcentagem de domicílios particulares permanentes do tipo apartamento
V26	Porcentagem de domicílios particulares permanentes próprios quitados ou em aquisição
V27	Porcentagem de domicílios particulares permanentes próprios alugados ou cedidos
V28	Porcentagem de domicílios particulares permanentes em outra condição de ocupação
CARACTERÍSTICAS DO ENTORNO DOS DOMÍLIOS	
V29	Porcentagem de domicílios sem iluminação pública
V30	Porcentagem de domicílios com ruas sem pavimentação
V31	Porcentagem de domicílios sem calçada
V32	Porcentagem de domicílios com esgoto a céu aberto

Tabela 10: Estrutura social - variáveis pré-selecionadas Fonte: elab. do autor Base de dados: IBGE (2010)

▪ Redução das variáveis a fatores comuns: análise Fatorial

Uma vez pré-definidas as 32 variáveis consideradas relevantes para a análise, partimos para a etapa de redução das variáveis a um número menor de fatores através da técnica da análise fatorial.

Do ponto de vista conceitual, a análise fatorial tem por objetivo gerar fatores subjacentes não observados, reduzindo assim uma grande quantidade de variáveis a um número menor de fatores. Os fatores, por sua vez, correspondem a combinação linear de variáveis (estatísticas) originais (FIGUEIREDO FILHO e SILVA JÚNIOR, 2010).

A análise fatorial aborda, portanto, as relações internas entre um conjunto de variáveis, sendo as variáveis originais substituídas por um conjunto menor de fatores, ou variáveis não observáveis, que explicam a maior parte da variância do conjunto original. Assim, os fatores explicam as correlações entre as variáveis observadas, sintetizando grande número de variáveis, permitindo a simplificação da análise e maximizando seu poder explicativo (RIBEIRO, 2014).

A figura 6 ilustra o conceito de fator, onde são observadas duas variáveis (X_1 e X_2) causadas por F e por U_1 e U_2 . Nesse caso, F se caracteriza como um fator comum a X_1 e X_2 , enquanto U_1 e U_2 são fatores únicos, restritos a X_1 e X_2 , respectivamente.

Figura 6: Esquema conceitual de fator Fonte: (Figueiredo Filho e Silva Jr., 2010, p. 164)

A realização de uma análise fatorial deve obedecer a alguns critérios e envolve a aplicação de uma série de procedimentos; com base em Figueiredo Filho e Silva Júnior (2000) apresentamos, no Anexo II, as etapas da análise fatorial aqui aplicada, demonstrando os procedimentos e critérios de validação utilizados, por ora nos interessa destacar seus resultados como subsídio à definição dos grupos sociais.

No processo de elaboração da análise fatorial foram feitas diversas tentativas até que se chegasse à versão adotada, que constitui uma síntese matemática (quantitativa) coerente com os pressupostos teóricos da pesquisa. As 32 variáveis pré-selecionadas foram reduzidas a dois fatores subjacentes, que convertidos em variáveis (síntese) serviram de base para a elaboração da análise de *cluster*.

Das 32 variáveis iniciais, restaram somente 10 (tabela 11), as variáveis eliminadas se mostraram pouco interessantes para a análise por dois motivos: ou apresentaram comunalidades inferiores a 0,5, ou contribuíram para a composição de fatores que não puderam ser explicados. As comunalidades representam quantidades de variâncias ou correlações de cada variável explicada pelos fatores, ou seja, quanto maior a comunalidade, maior será o poder de explicação daquela variável pelo fator.

ESTRUTURA SOCIAL - VARIÁVEIS MANTIDAS A PARTIR DE ANÁLISE FATORIAL CENSO 2010 DADOS DO UNIVERSO	
V1	Renda média domiciliar
V2	Porcentagem de responsáveis com renda de até 3 s.m.
V3	Porcentagem de responsáveis com renda superior a 15 s.m.
V4	Porcentagem de responsáveis não alfabetizados
V5	Porcentagem de pretos e pardos
V6	Porcentagem de crianças de até 11 anos de idade
V7	Número médio de banheiros por domicílio
V8	Porcentagem de domicílios sem pavimentação
V9	Porcentagem de domicílios sem calçada
V10	Porcentagem de domicílios com esgoto a céu aberto

Tabela 11: Estrutura social - variáveis escolhidas Fonte: elaboração do autor Base de dados: IBGE (2010)

Dentre os grupos de variáveis pré-definidos inicialmente - características dos indivíduos, características dos domicílios e características do entorno dos domicílios, é possível aferir as seguintes considerações:

Variáveis relativas ao grupo Características dos Indivíduos

A subcategoria rendimento permaneceu com 3 variáveis - V1, V2 e V3 - renda média domiciliar e as proporções dos extremos de renda dos responsáveis (até 3 e acima de 15 salários mínimos). V1, V2 e V3 são as variáveis que apresentam as maiores comunalidades, respectivamente 0,902, 0,865 e 0,763, confirmando a centralidade da variável renda na análise. Relativo à subcategoria escolaridade dos responsáveis³⁵, manteve-se a variável V4 (porcentagem de responsáveis não alfabetizados), mesmo apresentando comunalidade de 0,46 (inferior ao valor mínimo de referência - 0,5), devido à importância a ela atribuída na análise. No subgrupo Raça, a variável V5 (porcentagem de pretos e pardos) se manteve até o final com comunalidade de 0,557 em relação aos dois fatores encontrados. Por fim, no tocante à estrutura etária dos indivíduos, das quatro variáveis pré-estabelecidas, somente a proporção de crianças com até 11 anos de idade (V6) foi preservada, apresentando comunalidade de 0,586.

Variáveis relativas ao grupo Características dos Domicílios

Das 13 variáveis inicialmente selecionadas, somente uma se mostrou relevante para a análise - V7 (número médio de banheiros por domicílio), com comunalidade 0,83, variáveis como domicílios sem banheiro, sem energia elétrica ou sem lixo coletado, como também as tipologias dos domicílios (casa, casa de vila ou em condomínio, e apartamento) se mostraram irrelevantes à análise.

Variáveis relativas ao grupo Características dos Entorno dos Domicílios

Relativo às características do entorno dos domicílios, as três variáveis - V8 (porcentagem de domicílios sem pavimentação), V9 (porcentagem de domicílios sem calçada) e V10 (porcentagem de domicílios com esgoto a céu aberto) - apresentaram comunalidades altas, acima de 0,64, se mostrando de extrema importância para a composição dos fatores subjacentes.

Depois de eliminadas as variáveis problemáticas e pouco relevantes para a análise, é necessário avaliar as cargas fatoriais de cada uma das variáveis em relação aos componentes extraídos. Esse procedimento é feito a partir da análise da Matriz Rotacionada (Varimax) que apresenta as 10 variáveis relacionadas aos fatores encontrados, a partir daí é possível interpretá-los conceitualmente. Nessa etapa, Figueiredo Filho e Silva Júnior (2010) advertem que é preciso avaliar se nenhuma das variáveis apresenta carga fatorial

³⁵ Nos dados do Universo do Censo 2010 não existe a categoria “Anos de Estudo”, presente somente nos dados da Amostra, diferentemente do apresentado no Censo 2000. Nesse caso, o poder explicativo dessa variável se restringe, pois fica limitado à dualidade alfabetizados ou não alfabetizados, sendo impossível mensurar categorias intermediárias. Na pesquisa, representa uma das limitações em função de termos optado por trabalhar com os dados do universo.

significativa (acima de 0.4) para pelo menos dois dos componentes simultaneamente, caso isso ocorra as variáveis em questão deverão ser eliminadas.

Em nossa análise, os dois componentes (fatores) resultantes foram associados a duas dimensões: o fator 1 à dimensão socioeconômica, pois se relaciona fortemente às variáveis relacionadas às características dos indivíduos relativas à rendimento (V1, V2, V3), escolaridade (V4), raça (V5) e estrutura etária (V6); e às características do domicílio (V7); o fator 2, por sua vez, relativo às características do entorno dos domicílios, representa as condições de acesso à infraestrutura urbana, nesse caso fortemente relacionado as variáveis (V8, V9 e V10). Esses dois fatores, convertidos em variáveis síntese, foram utilizadas para a elaboração da análise de *cluster*.

▪ Definição dos espaços/grupos sociais: análise de *cluster*

A análise de *cluster*, agrupamentos ou conglomerados é utilizada para classificar casos parecidos em grupos, sendo aplicável à construção de tipologias teoricamente orientadas. Enquanto a análise fatorial tem por objetivo reduzir uma determinada quantidade de variáveis a um número reduzido de fatores/componentes, a análise de *cluster* representa uma determinada quantidade de casos a partir de um número reduzido de grupos, sendo os casos agrupados por similaridades. Tais similaridade são calculadas por meio de alguma medida de distância, visando maximizar a distância entre os grupos e minimizar a diferença dentro dos grupos (FIGUEIREDO FILHO *et al.*, 2014).

Assim como a análise fatorial, a realização de análise de *cluster* exige a aplicação de critérios e procedimentos específicos, com base em Figueiredo Filho *et al.* (2014), demonstramos sua execução de maneira detalhada no Anexo III. É importante destacar aqui, no entanto, que a análise considerou 1811 casos, que correspondem a soma dos setores censitários válidos das quatro cidades; a clusterização foi efetuada com base nos dois fatores resultantes da análise fatorial, o primeiro representando características socioeconômicas dos indivíduos e características dos domicílios, e o segundo relacionado ao acesso à infraestrutura urbana.

Após diversas tentativas, chegou-se a definição de quatro grupos como sendo o melhor resultado obtido. A validação dos resultados se fez com a espacialização dos grupos sociais nas quatro cidades estudadas, através da comparação com algumas variáveis exógenas - variáveis isoladas (renda, por exemplo); e confrontando os resultados ao nosso conhecimento empírico a respeito de suas realidades intraurbanas. A tabela 12 representa as médias dos 4 grupos em relação às 10 variáveis mantidas na análise fatorial, representativas na composição dos fatores utilizados na clusterização.

GRUPOS SOCIAIS VARIÁVEIS CENSO 2010				
Variável	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4
	Média	Média	Média	Média
V1 - Renda média domiciliar (R\$)	1517,86	1930,14	3534,95	5809,92
V2 - Porcentagem de responsáveis com renda de até 3 s.m.	89,43	82,76	55,93	37,83
V3 - Porcentagem de responsáveis com renda superior a 15 s.m.	0,34	0,44	3,81	13,37
V4 - Porcentagem de responsáveis não alfabetizados	7,11	4,51	1,15	0,50
V5 - Porcentagem de pretos e pardos	24,14	19,87	8,56	5,01
V6 - Porcentagem de crianças de até 11 anos de idade	20,79	18,17	11,83	11,37
V7 - Número médio de banheiros por domicílio	1,17	1,21	1,58	2,12
V8 - Porcentagem de domicílios sem pavimentação	69,65	6,94	3,08	7,08
V9 - Porcentagem de domicílios sem calçada	74,22	23,85	8,48	9,92
V10 - Porcentagem de domicílios com esgoto a céu aberto	48,62	2,90	1,29	6,14

Tabela 12: Grupos sociais - variáveis (2010) Fonte: elaboração do autor Base de dados: modelo SPSS

Grupo social 1 - Pobres com carências de acesso à infraestrutura urbana

Caracteriza-se pelos piores índices socioeconômicos e espaciais. A renda média domiciliar se aproxima de 1.500 reais e cerca de 90% da população recebe até 3 salários mínimos mensais. Aproximadamente 7% dos responsáveis pela família não são alfabetizados e mais de 24 % da população é composta por pretos e pardos. As variáveis relacionadas à infraestrutura urbana revelam carências expressivas, como a presença de esgoto a céu aberto em quase 50% dos domicílios e ausência de pavimentação e calçadas em aproximadamente 70% dos casos. Em síntese, trata-se de um grupo social pobre com significativas carências de acesso à infraestrutura urbana.

Grupo social 2 - Pobres com acesso à infraestrutura urbana

Em termos socioeconômicos, o grupo apresenta alguns índices discretamente superiores ao primeiro, a renda domiciliar mensal se aproxima de 2.000 reais e cerca de 82% da população recebe até 3 salários mínimos. A proporção de pretos e pardos, assim como de analfabetos, é ligeiramente inferior ao grupo 1. No entanto, a principal diferenciação desse grupo em relação ao primeiro está nas melhores condições de acesso à infraestrutura urbana: mais de 98% dos domicílios conta com rede de coleta de esgoto e cerca de 93% com pavimentação viária. Trata-se, portanto, de um grupo pobre, porém com boas condições de acesso à infraestrutura urbana.

Grupo social 3 - Extratos médios com acesso à infraestrutura urbana

Definido como um grupo intermediário, em que a renda domiciliar se aproxima dos 3.500 reais mensais, apresenta baixo índice de responsáveis não alfabetizados (perto de 1%) e parca presença de população preta ou parda (cerca de 8%). Esse grupo expressa poucas carências em relação ao acesso à infraestrutura urbana, sendo a mais significativa a ausência de calçadas em cerca de 8% de domicílios, no entanto, ainda muito inferior aos quase 75% do grupo 1. Trata-se de um grupo que contempla os extratos médios da população, apresentando boas condições de acesso à infraestrutura urbana.

Grupo social 4 - Elite com acesso à infraestrutura urbana

Constitui o grupo que apresenta os melhores indicadores socioeconômicos. A renda média domiciliar ultrapassa os 5800 reais mensais sendo o único que apresenta uma população relativamente expressiva (cerca de 13%) com renda do responsável superior a 15 salários mínimos. Demonstra a menor presença de responsáveis não alfabetizados (0.5%) e pretos ou pardos (5%). Em termos de estrutura etária é o grupo com o menor número de crianças, cerca de 11% da população residente. No tocante à cobertura de infraestrutura urbana, exibe índices levemente inferiores ao grupo 3, especificamente em relação a presença de domicílios com esgoto a céu aberto (cerca de 6%), índice superior aos grupos 2 e 3. Em síntese, esse grupo corresponde às elites locais.

3.3.2 Distribuição dos grupos sociais

A distribuição dos grupos sociais, analisada para o conjunto das quatro cidades estudadas (tabela 13), revela a predominância de população pobre com acesso à infraestrutura urbana (grupo 2), representando 46,27% dos casos e 47,54% da população (572.465 pessoas). Em seguida, se destacam os extratos intermediários (grupo 3), com 28% dos casos e 25,71% da população, seguido pela população pobre sem acesso à infraestrutura urbana (grupo 1), que detém 17,23% dos casos (ou 19,1% da população); por fim, aparece a elite (grupo 4) como o grupo menos expressivo, perfazendo somente 8.5 % dos casos que correspondem a 7,49% da população ou 89.874 pessoas.

DISTRIBUIÇÃO DOS GRUPOS SOCIAIS (2010)				
	Grupo 1 (% pop.)	Grupo 2 (% pop.)	Grupo 3 (% pop.)	Grupo 4 (% pop.)
Caxias do Sul	6,67	55,64	32,19	5,50
Passo Fundo	10,87	55,42	27,42	6,29
Pelotas	37,46	40,81	14,28	7,45
Santa Maria	22,54	37,63	28,11	11,72
Grupo 1				
	Casos	%	População	%
Caxias do Sul	47	6,89	28830	6,67
Passo Fundo	28	10,49	19875	10,87
Pelotas	168	31,83	122326	37,46
Santa Maria	69	20,72	58237	22,54
Total 4 cidades	312	17,23	229268	19,10
Grupo 2				
	Casos	%	População	%
Caxias do Sul	359	52,64	240618	55,64
Passo Fundo	132	49,44	101365	55,42
Pelotas	222	41,81	133273	40,81
Santa Maria	125	37,54	97209	37,63
Total 4 cidades	838	46,27	572465	47,70
Grupo 3				
	Casos	%	População	%
Caxias do Sul	230	33,72	139215	32,19
Passo Fundo	89	33,33	50150	27,42
Pelotas	93	17,51	46622	14,28
Santa Maria	95	28,53	72606	28,11
Total 4 cidades	507	28,00	308593	25,71
Grupo 4				
	Casos	%	População	%
Caxias do Sul	46	6,74	23776	5,50
Passo Fundo	18	6,74	11510	6,29
Pelotas	47	8,85	24320	7,45
Santa Maria	43	13,21	30268	11,72
Total 4 cidades	154	8,50	89874	7,49

Tabela 13: Distribuição dos grupos sociais (2010) Fonte: elaboração do autor Base de dados: modelo SPSS

Analisando a distribuição interna dos grupos sociais nas cidades de Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria, e em comparação às médias das quatro cidades somadas, é possível observar algumas particularidades.

Nas quatro cidades, o grupo 2, composto por uma população pobre, porém com acesso a infraestrutura urbana, é predominante, no entanto de forma mais expressiva em Caxias do Sul e Passo Fundo, onde se aproxima de 50% dos casos, perfazendo aproximadamente 55% da população. Com relação ao grupo 1, que se caracteriza pelos piores índices socioeconômicos e por carência de infraestrutura urbana, tem destaque a cidade de Pelotas, onde 31,83% da população se insere, índice muito acima da média das quatro cidades (17,23%); em Santa Maria esse índice chega a 20,72%; Caxias do Sul e Passo Fundo são, por sua vez, as cidades com menor percentual dessa população, respectivamente, 6.67% e 10.87%. O grupo 3, definido como intermediário, é mais expressivo nas cidades de Caxias do Sul, Passo Fundo e Santa Maria, estando próximo à média de 28% e 25,71% da população, em Pelotas, no entanto, aparece abaixo da média, representando 17,51% da população local. Por fim, referente ao grupo 4, que caracteriza o extrato mais alto da população, a cidade de Santa Maria é a que detém o maior percentual de casos e de população, respectivamente 13,21% e 11.72%, superiores às médias.

Em linhas gerais, se evidencia que nas cidades de Caxias do Sul e Passo Fundo predominam os grupos sociais pobres e intermediários (2 e 3), que juntos correspondem, nos dois casos, a mais de 80% da população total; já em Santa Maria e Pelotas a soma dos grupos extremos, pobres sem acesso à infraestrutura (grupo 1) e a elite (grupo 4), é muito mais expressiva do que nas demais. Em Pelotas, quase 45% da população está inserida nos grupos 1 e 4, o índice se aproxima de 35% em Santa Maria. Essa aproximação nos leva a pensar que as cidades de Santa Maria e especialmente Pelotas, são mais desiguais que Passo Fundo e Caxias do Sul, no que diz respeito à distribuição da população em grupos sociais.

3.3.3 Espacialização dos grupos sociais e padrões espaciais de segregação

A espacialização dos quatro grupos sociais identificados nas cidades de Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria (mapas 38, 39, 40, 41) revela alguns padrões, ao passo que evidencia também especificidades que exigem ser analisadas à luz dos contextos locais.

Observando-se inicialmente as escalas da segregação, condição fundamental à compreensão do fenômeno, conforme alerta Sabatini (2003), percebe-se que a segregação em grande escala, típica das cidades latino-americanas, ocorre nas cidades estudadas, definida pelas concentrações da população pobre em áreas periféricas (grupos 1 e 2), em contraposição às aglomerações de população de média e alta renda (grupos 3 e 4) nas áreas centrais. Esse modelo caracteriza o padrão de segregação centro-periferia, marcante na cidade de Passo Fundo e presente também em Caxias do Sul.

Em contrapartida, constata-se também a presença de segregação em pequena escala, relativa à existência de bairros socialmente homogêneos dispersos, principalmente associados às classes de média e alta renda, que têm maior mobilidade intraurbana (grupos 3 e 4). A ocorrência de segregação em pequena escala se evidencia nas cidades de Pelotas e Santa Maria, que apresentam bairros de elite dispersos em setores periféricos, promovendo maior proximidade física entre diferentes grupos sociais, porém preservando distâncias sociais, com a promoção de espaços fechados que rompem com o entorno imediato, sendo os condomínios horizontais os exemplos mais emblemáticos. No entanto, uma vez que a dispersão das elites nas cidades de Pelotas e Santa Maria se dá em uma única direção, apresenta-se a tendência a conformação de autosegregação em grande escala nesses setores específicos, processo já em curso.

Nesse contexto, observam-se três aspectos fundamentais: as localizações predominantemente periféricas da população mais vulnerável (grupo 1) e das classes de baixa renda (grupo 2); a relativa mobilidade dos extratos médios (grupo 3), que se distribuem por diversas áreas da cidade; e dois processos concomitantes relacionados às elites (grupo 4), a concentração nas áreas centrais e a dispersão por determinados setores periféricos.

Com base nessas características gerais, e observando os contextos específicos, é possível identificar a ocorrência de três padrões atuais distintos em relação à distribuição socioespacial da população nas quatro cidades estudadas:

- O primeiro, representado por Passo Fundo, evidencia o modelo clássico de segregação centro-periferia, caracterizado pela dicotomia entre o centro rico (grupo 4) e a periferia pobre (grupo 1), entremeados pelas camadas médias (grupos 2 e 3).
- O segundo, pertinente aos casos de Pelotas e Santa Maria, denota a dispersão das elites (grupo 4), que embora se mantenha nas áreas centrais, se estende também em direção à periferia, evidenciando a existência de um setor urbano de alta concentração das classes de alta renda, nos dois casos, na direção leste.
- O terceiro, representado por Caxias do Sul, expressa uma transição entre os dois primeiros, pois para além da área central, as elites (grupo 4) apresentam-se dispersas (zonas norte, noroeste e oeste), não havendo uma concentração clara em um determinado setor, como nos casos de Pelotas e Santa Maria.

Do ponto de vista socioespacial, as cidades de Pelotas e Santa Maria apresentam padrões espaciais de segregação mais avançados que as demais, no sentido de expressarem claros setores de concentração das classes de média e alta renda, segundo diferentes motivações, além de exibirem a sobreposição de segregações em diferentes escalas. Em Pelotas, a área de balneário no Laranjal, às margens da lagoa dos Patos, constitui um fator determinante de valorização; em Santa Maria, a presença da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) justifica a valorização e desenvolvimento do bairro Camobi. Em Caxias do Sul e Passo Fundo, na ausência de vetores significativos de expansão e/ou valorização urbana, o modelo de segregação centro-periferia é mais persistente. Os padrões atuais de segregação associam-se também às respectivas formas urbanas, mais compactas nos casos de Caxias do Sul e Passo Fundo, e mais dispersas em Pelotas e Santa Maria.

CAXIAS DO SUL

Sistema de Coordenadas Geográficas
 Datum: Sirgas 2000

ESTRUTURA SOCIOESPACIAL

Fonte: elaboração do autor
Base de dados: IBGE (2010)

SITUAÇÕES EXEMPLARES

Fonte: elaboração do autor
Imagens: Google (2017)

PASSO FUNDO

Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum: Sirgas 2000

ESTRUTURA SOCIOESPACIAL

Fonte: elaboração do autor
Base de dados: IBGE (2010)

SITUAÇÕES EXEMPLARES

Fonte: elaboração do autor
Base de dados: IBGE (2010)

PELOTAS

Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum: Sirgas 2000

GRUPO 01

GRUPO 02

GRUPO 03

GRUPO 04

ocup. às margens da ferrovia | Salgado Filho

Salgado Filho

Camobi

cond. Mordada do lago | bairro Tomazetti

ocup. no pé da serra | Itararé

Cohab Tancredo Neves

Bonfim

Centro

0 50 100 m

SITUAÇÕES EXEMPLARES

Fonte: elaboração do autor
Imagens: Google (2017)

SANTA MARIA

Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum: Sirgas 2000

Em Pelotas e Santa Maria, os setores periféricos de expressiva concentração das elites, coincidentemente, estão nas zonas leste das cidades, nos bairros Laranjal e Camobi, respectivamente. Em Pelotas, observam-se dois núcleos distintos, caracterizados pela concentração dessa população, uma aglomeração que se estende do centro nas direções norte (Luz, Parque Gonzaga, Colina do Sol, Bairro Jardim) e leste (Baronesa), e uma segunda aglomeração descontínua à primeira, no extremo leste, às margens da lagoa dos Patos, no bairro do Laranjal (Recanto de Portugal, Vila Assunção, Vila Verde, Santo Antônio, Colina Verde). Em Santa Maria, ocorre padrão semelhante, apresentando uma aglomeração das elites no centro (bairros Centro, N. Sra. de Fátima, N. Sra. de Lourdes, N. Sra. das Dores, Bonfim, Nonoai) que se estende na direção sudeste (bairros Cerrito e Tomazzetti), e um segundo núcleo, descontínuo, a leste, no bairro Camobi, nas imediações da UFSM. Em Pelotas, as elites não se concentram em nenhum outro setor da cidade; em Santa Maria, ocorre um único caso isolado na zona norte, em uma porção do bairro Chácara das Flores, em um condomínio horizontal fechado.

No caso de Caxias do Sul, as elites encontram-se mais dispersas em relação às demais cidades, se localizando no centro e em bairros adjacentes ao norte (N. Sra. de Lourdes, Jardelino Ramos, Jardim América, Madureira) e sudeste (Exposição, Panazzolo, São Pelegrino, Cinquentenário, Sanvito, nas imediações do *shopping* Iguatemi) e, de forma mais dispersa, nas direções noroeste (Santa Catarina, N. Sra. da Saúde, Maestra) e oeste (Bela Vista e Interlagos).

Em Passo Fundo, as elites se mantêm predominantemente na área central e em bairros do entorno imediato, como Vergueiro e Vila Rodrigues, e um pouco mais distante, em setores dos bairros Boqueirão (oeste) e Bosque Lucas Araújo (sul); se apresenta como o caso onde há menor dispersão dessa população.

Os pobres (sem acesso à infraestrutura), conforme já demonstrado, apresentam pouca mobilidade, estando localizados prioritariamente nas áreas periféricas, porém, se diferenciam entre as cidades em função do grau de concentração. Nos casos de Passo Fundo e Santa Maria, por exemplo, há uma grande concentração dessa população em setores específicos, coincidentemente, nas zonas oeste das duas cidades, respectivamente, nos bairros Santa Marta e Integração; Pinheiro Machado e Boi Morto.

Em Pelotas, onde a população pobre sem acesso à infraestrutura é mais expressiva, verificam-se concentrações significativas na zona oeste, no bairro Fragata (Virgílio Costa, Verona, Distrito Industrial II, COHAB Fragata, COHAB Guabiroba, Simões Lopes, Ceval), na zona norte, no bairro Três Vendas (Lindóia, Vila Princesa, Quatro de Agosto, Santa Terezinha, Sanga Funda, Pestano, Getúlio Vargas), a noroeste, no bairro Areal (Jardim Europa, Bom Jesus, Dunas, Solar das Figueiras), e minoritariamente, a leste, no bairro Laranjal (Pontal e balneário Prazeres). Tem destaque, ainda, em Pelotas, a presença de pobres vivendo em condições precárias às margens do canal São Gonçalo (Doquinhas, Porto, Navegantes, Ambrósio Perret), ao sul da área central, em áreas ambientalmente frágeis.

Em Caxias do Sul, onde a população pobre sem acesso à infraestrutura é menos significativa, ocorrem pequenas concentrações em setores distribuídos pela periferia, a exemplo dos bairros Santo Antônio e Santa Fé (norte), Cidade Nova e Charqueadas (oeste), Santa Corona e Salgado Filho (sul), e, em menor grau, a leste, em trechos de bairros como Diamantino e Jardim das Hortências.

A população pobre, porém, com acesso à infraestrutura urbana (grupo 2), por sua vez, mantêm, em geral, um padrão locacional periférico, apresentando, no entanto, maior mobilidade em relação ao grupo 1, pois eventualmente situa-se em localizações mais próximas às áreas centrais. Parcela significativa da periferia de Caxias do Sul se caracteriza por essa ocupação, em bairros como Cidade Nova, Esplanada, Kayser, Charqueadas (sul), N. Sra. de Fátima, São Cristóvão e Centenário (norte); em Passo Fundo essa população é mais expressiva nas porções leste e oeste, a exemplo dos bairros Vera Cruz e Santa Maria, respectivamente; em Pelotas há maior concentração de população pobre com acesso à infraestrutura no setor oeste, no bairro Fragata, embora também presente nas periferias norte e sul; em Santa Maria, comparece em toda periferia, com exceção da zona leste (Camobi) sendo mais marcante nas zonas norte (Divina Providência, Salgado Filho) e oeste (Tancredo Neves, São João). São exemplos de bairros pobres próximo à área central parte do bairro Boqueirão, em Passo Fundo, e parcela do bairro Jardelino Ramos, em Caxias do Sul, o último caracterizado como ocupação informal.

Os extratos intermediários (grupo 3), além das áreas centrais, aparecem com grande recorrência em áreas periféricas, sendo marcante o caso de Caxias do Sul, onde estão presentes em diversos bairros da extrema

periferia, Ana Rech (noroeste), Pedancino (norte), Santa Catarina (oeste) e Galópolis (sul); da mesma forma, são expressivos também na periferia leste de Santa Maria, no bairro Camobi.

Uma característica marcante em relação à distribuição dos grupos sociais pelas cidades diz respeito à proximidade entre os pobres e a elite, sobretudo em Pelotas e Santa Maria, nos respectivos setores periféricos onde ocorre concentração das elites. Em Pelotas, observa-se essa proximidade em ocupações no bairro São Gonçalo e Laranjal, e em Santa Maria, no bairro Cerrito e Camobi. Esse fato praticamente não ocorre em Caxias do Sul e Passo Fundo.

Por fim, analisando-se a localização dos grupos sociais de forma articulada aos padrões gerais de uso e ocupação do solo, evidencia-se, em linhas gerais, que os grupos intermediários e de elite (3 e 4) apresentam maior diversidade no que diz respeito à forma e às tipologias de ocupação, se comparados aos grupos pobres (1 e 2).

Na grande maioria dos casos, os grupos menos privilegiados (1 e 2) exibem dois padrões tipológicos recorrentes (figura 7):

- Ocupações compactas e muito densas (classe 3), de baixo gabarito, com solo predominantemente impermeabilizado e praticamente sem presença de vegetação. São exemplos os bairros Esplanada, em Caxias do Sul, e Dunas, em Pelotas.
- Ocupações de baixo gabarito, porém não tão densas como as primeiras, pois contam com edificações mais espaçadas, com presença de solo permeável e vegetação arbórea dispersa, representando a classe 6. São exemplos os bairros Vera Cruz, em Passo Fundo, e Lorenzi, em Santa Maria. Situações de exceção ocorrem em algumas áreas ocupadas por populações de baixa renda com precárias condições de acesso à infraestrutura, que em função de estarem em processo de formação preservam significativos vazios.

Classe 3

arranjo compacto de edifícios baixos

Grupo 1 | Pelotas - bairro Dunas

Grupo 2 | Caxias do Sul - bairro Esplanada

Classe 6

arranjo aberto de edifícios baixos

Grupo 1 | Santa Maria - bairro Lorenzi

Grupo 2 | Passo Fundo - bairro Vera Cruz

Figura 7: Estrutura social e morfologia urbana | Fonte: elaboração do autor Base de dados: Google (2017)

Os extratos médios e as elites (grupos 3 e 4) apresentam três padrões tipológicos distintos (figura 8):

- O primeiro, relativo ao arranjo aberto de edifícios baixos (classe 6), é observado também em ocupações de baixa renda, conforme demonstrado anteriormente, nesse caso a diferenciação não ocorre por meio dos padrões morfológicos associados ao arranjo espacial, mas sim através das características das edificações. São exemplos as ocupações nos bairros Lucas Araújo, em Passo Fundo, e Colina do Sol, em Pelotas.
- A segunda tipologia associada aos grupos intermediários e de elite é observada em ocupações rarefeitas, com presença significativa de áreas permeáveis e vegetação arbórea dispersa,

característica de bairros pouco adensados, com características de chácaras, e de condomínios horizontais com grandes lotes. São exemplos os bairros N. Sra. da Saúde, em Caxias do Sul, e Vila Assunção, em Pelotas.

- A terceira tipologia diz respeito às ocupações caracterizadas pela dispersão de edifícios altos em meio a uma ocupação compacta de baixo gabarito (classe ¾), e com poucas áreas permeáveis, que ocorrem principalmente nas áreas centrais das cidades estudadas.

Classe 6

arranjo aberto de edifícios baixos

Grupo 3 | Passo Fundo - bairro Lucas Araújo

Grupo 4 | Pelotas - bairro Colina do Sol

Classe 9

edifícios baixos dispersos

Grupo 3 | Caxias do Sul- bairro N. Sra. da Saúde

Grupo 4 | Pelotas- Vila Assunção

Classe ¾

arranjo misto compacto

Grupo 3 | Caxias do Sul- Centro

Grupo 4 | Santa Maria - Centro

Figura 8: Estrutura social e morfologia urbana II Fonte: elaboração do autor Base de dados: Google (2017)

Em meio às diversidades da forma urbana, desatacam-se, no entanto, as especificidades relativas aos locais de moradia das populações de baixa renda sem acesso à infraestrutura urbana (grupo 1) e das elites (grupo 4), que correspondem às situações extremas, e dificilmente se assemelham em termos de tipologia e forma urbana. As elites não apresentam, em nenhum caso, ocupações horizontais compactas sem presença de áreas verdes (classe 3); os mais pobres, por sua vez, jamais se localizam em áreas com tipologias típicas de áreas centrais, caracterizadas pelo arranjo intercalado de edifícios de baixo e alto gabaritos (classe ¾).

Em síntese, a diferenciação entre os padrões de distribuição socioespacial da população se expressa principalmente em função das localizações das elites, uma vez que os demais apresentam padrões bastante semelhantes nas quatro cidades. A maior mobilidade espacial associada às camadas de mais alta renda justifica esse processo e define os padrões de autosegregação, motivados por diversos fatores. Sua compreensão nos exige um recuo histórico e um olhar sobre as realidades específicas, em suas determinantes socioeconômicas e espaciais que nos conduzem à compreensão dos processos através de ações concretas engendradas por diferentes agentes sociais. Essa empreitada é objeto do capítulo IV, que segue.

CAPÍTULO IV

ESTRUTURAÇÃO INTRAURBANA E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

Este capítulo, que encerra a pesquisa, tem por objetivo aprofundar a compreensão da segregação em sua dimensão histórica, de forma articulada aos processos de estruturação intraurbana das cidades de Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria. No capítulo III foi possível identificar, por meio da distribuição espacial dos grupos sociais, os padrões atuais de segregação em seus traços fundamentais, a partir daqui buscaremos demonstrar sua constituição por meio de um recuo temporal em que a dimensão processual da segregação é privilegiada, tendo em vista desvendar suas temporalidades e espacialidades.

Partimos do pressuposto que os processos vinculados à produção do espaço urbano, sendo a segregação um de seus fundamentos, apresentam lógicas particulares que evoluem ao longo do tempo. Coloca-se em evidência, assim, a necessidade de uma periodização como premissa de método, e o desafio de empirizar o tempo, conforme argumenta Milton Santos ([1994] 2008). Para o autor, há duas ideias fundamentais que comandam a elaboração da história urbana: a ideia da forma e a ideia de tempo, trabalha-se, de um lado, com as formas espaciais (em sua dimensão material), e de outro com o tempo, nas suas diferentes escalas de existência, sendo necessário precisar as corretas mediações que constituem as bases de qualquer explicação, permitindo uma teorização do lugar.

À noção de tempo, analiticamente, associa-se a ideia de períodos, definidos como

pedaços de tempo submetidos à mesma lei histórica, com a manutenção das estruturas. Estas se definem como conjuntos de relações e de proporções equivalentes ao longo de um certo pedaço de tempo e nos permitem definir nosso objeto de análise. Assim, as periodizações podem ser muitas, em virtude das diversas escalas de observação. [...]. O mundo, como um todo, permite-nos uma periodização; a formação social e econômica, representada pelo Estado e Nação, uma outra periodização; e a cidade permitirá uma nova periodização, em um nível inferior. (SANTOS [1994] 2008, p. 67)

A periodização aqui proposta se ancora no contexto socioeconômico e político brasileiro, que em linhas gerais define os ritmos da urbanização do país, que por sua vez se refletem nos processos socioespaciais intraurbanos, dentre os quais a segregação socioespacial se evidencia, abrangendo as quatro cidades estudadas e valorizando a abordagem comparativa a partir dos traços fundamentais que definem cada período. No entanto, a definição de períodos relativamente alargados tem por objetivo absorver também as dinâmicas locais e os diferentes ritmos e intensidades relativos aos processos de segregação, fazendo emergir assim as especificidades de cada caso. Com base nesses critérios, foram definidos quatro períodos:

I. Formação urbana e diferenciação socioespacial | 1800-1880: período de povoamento e formação urbana das cidades de Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria, perpassa boa parte do século XIX em um contexto de demarcação de fronteiras e ocupação do território gaúcho, baseados nas principais atividades econômicas que caracterizavam a economia no período - a pecuária, a produção de charque e a agricultura. Ocorre paulatina expansão urbana em que a distribuição socioespacial da população evidencia padrões de diferenciação, expressos nas diferentes tipologias residenciais, sem barreiras ou distâncias significativas entre as camadas sociais. A cidade de Pelotas apresenta maior dinamismo, enquanto Caxias do Sul acaba de se estabelecer como colônia de imigração italiana.

II. Expansão urbana e emergência do padrão de segregação centro-periferia | 1880-1950: período de importantes transformações nas esferas política e socioeconômicas do país, caracterizado pela instauração do regime republicano e pela abolição da escravidão. Ocorre a transição da economia agroexportadora com o início do processo de industrialização, no governo autoritário de Vargas, abrindo espaço para as elites industriais emergentes e para a formação de uma classe média urbana (militares, burocratas, intelectuais) amparada por leis trabalhistas. As cidades estudadas apresentam crescimento expressivo da mancha urbana, evidenciando a formação dos primeiros bairros e vilas populares, estabelecendo assim uma clara distinção entre o centro, lugar das elites, melhor equipado, em contraposição à nascente periferia, processo que determina a emergência do padrão de segregação centro-periferia. A promoção imobiliária de loteamentos caracteriza-se pelo caráter rentista, visando atender às novas demandas habitacionais da classe trabalhadora nascente, a partir das iniciativas particulares de proprietários de terras, oriundos das elites tradicionais locais, mas também das novas classes burguesas, comerciantes (muitas vezes imigrantes) ou industriais. A cidade de Pelotas continua em destaque em termos econômicos e demográficos, apresentando também padrões socioespaciais mais complexos que as demais.

III. Periferização e consolidação do padrão de segregação centro-periferia | 1950-1990: período caracterizado pela industrialização da economia brasileira e pela urbanização da sociedade, com crescimento acelerado das cidades, evidenciando os problemas e contradições urbanos, e manifestando um processo de urbanização excludente. Ao desenvolvimentismo da década de 1950, sobrepõem-se o regime militar (1964-1985), o milagre econômico e expressivos investimentos na industrialização do país, assim como grandes obras de infraestrutura. Nas cidades, evidencia-se a criação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e do Banco Nacional de Habitação (BNH), que movimentaram a economia a partir do setor da construção civil, com a execução de grandes conjuntos habitacionais e realização de obras de infraestrutura urbana. Caracteriza-se pelo intensivo processo de urbanização, com espraiamento da mancha urbana sob a mesma lógica do período anterior (loteamentos privados), mas também com a ação do Estado (conjuntos habitacionais na periferia). Ocorre a valorização e verticalização da área central, em paralelo à agudização dos problemas urbanos e da precariedade habitacional, resultando na consolidação do padrão de segregação centro-periferia. Observa-se a popularização dos planos diretores como instrumentos de planejamento urbano, sob o paradigma funcionalista do zoneamento. As cidades de Pelotas e Santa Maria evidenciam, desde a década de 1980, a emergência de setores periféricos, com grande concentração de camadas de média e alta renda, pondo em questionamento o padrão de segregação centro-periferia. Do ponto de vista demográfico e econômico, a cidade de Caxias do Sul se sobrepõe às demais em função de seu processo de industrialização.

IV. Reestruturação intraurbana e novos padrões de segregação | 1990-2018: a virada do século XX para o XXI significa a intensificação do processo de globalização econômica e de reestruturação produtiva; no Brasil, vive-se a retomada do regime democrático e da economia, depois da crise da década de 1980. Nas cidades, depois de longo período sem políticas públicas e investimentos significativos, a aprovação do Estatuto da Cidade, em 2001, a criação do Ministério das Cidades, em 2004, e a retomada de investimentos federais em larga escala (no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC) significam avanços, porém não reverterem os problemas urbanos e desigualdades socioespaciais estruturais. Na escala intraurbana, nas cidades estudadas, há uma sobreposição de processos: os investimentos públicos em habitação, vinculados ao programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) reproduzem o modelo BNH, e juntamente à iniciativa privada promovem a ampliação da periferia; por outro lado, novos produtos imobiliários (os *shopping centers*, os condomínios horizontais periféricos e os bairros planejados) são introduzidos, denotando a emergência de processos de reestruturação intraurbana, com novos padrões de autosegregação dos mais ricos em condomínios horizontais fechados periféricos. Esse processo reforça o modelo de segregação nos setores leste de Pelotas e Santa Maria, e introduz novas lógicas em Caxias do Sul e Passo Fundo, pondo em questão a emergência de processos de fragmentação socioespacial.

Cada período é analisado sob três enfoques complementares: o primeiro se define como uma contextualização do período através de dados econômicos e demográficos, assim como alguns fatos políticos de relevância, evidenciando também acontecimentos externos que repercutem nas cidades estudadas; em seguida, avançamos na abordagem dos processos de estruturação intraurbana, em que destacamos aspectos relativos à forma (direções da expansão urbana) e aos agentes e processos envolvidos na produção do espaço; por fim, à luz dessa argumentação descrevemos os padrões gerais de segregação observados no período, buscando destacar seus diferentes níveis de determinação sobre a estruturação do espaço intraurbano. Ressaltamos as dificuldades de definição precisa dos períodos, reconhecimento a existência de fases de transição, que na periodização aqui proposta abarcam as décadas de 1880, 1950, e 1980, em que as transformações nas ordens políticas e socioeconômicas significam transições nas estruturas socioespaciais intraurbanas.

Antes de prosseguirmos na apresentação dos períodos, uma ressalva necessária: somente para o último período (especificamente para o ano de 2010) foi possível trabalharmos com grupos sociais definidos através de métodos quantitativos (demonstrados no capítulo III); no restante dos períodos analisados, a aproximação da população segundo perfis econômicos e socioespaciais se dá de forma qualitativa, com dados secundários. Para designarmos a população segundo níveis socioeconômicos, nos utilizamos das seguintes expressões: classes, camadas ou extratos sociais; classes, camadas ou populações de baixa/média/alta renda; classes populares, classes médias, e elites, dentre outras correlatas. A utilização dessas expressões é ilustrativa e não tem *status* conceitual.

4.1 Formação urbana e diferenciação socioespacial: 1800-1880

A fase de povoamento e formação urbana das cidades de Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria perpassa o século XIX, em um contexto de demarcação de fronteiras e ocupação do território gaúcho a partir da doação de sesmarias a membros das elites locais; as três localidades se originam e desenvolvem baseadas nas principais atividades econômicas que caracterizavam a economia gaúcha do século XIX, a pecuária, a produção de charque, e a agricultura³⁶. A cidade de Caxias do Sul, no entanto, apresenta-se como uma ocupação tardia em relação às demais, inserindo-se na última etapa de povoamento do Rio Grande do Sul, devido às dificuldades relacionadas à ocupação da região nordeste do estado, caracterizada pelo clima frio, mata fechada e topografia acidentada. A origem de Caxias deriva da política imigratória brasileira de povoamento de terras devolutas, com a utilização de mão de obra europeia, empreendida no final do século XIX. Nesse período, a cidade de Pelotas sobressai-se perante as demais, tanto do ponto de vista econômico, como em função de seu processo de urbanização e crescimento demográfico mais intensos. Enquanto Pelotas apresenta crescimento e transformações urbanas significativas durante o século XIX, lastreadas na economia do charque, Passo Fundo e Santa Maria crescem paulatinamente e somente irão se desenvolver a ritmos mais intensos com a implantação da ferrovia, no final do século, infraestrutura também fundamental para o desenvolvimento de Caxias do Sul, nas primeiras décadas do século XX, nesse sentido, o período se define como pré-ferroviário.

Em 1890, a população de Pelotas atinge aproximadamente 42 mil habitantes, sendo 37.5% urbana, as demais cidades se aproximam em termos populacionais, sendo Caxias do Sul a menos significativa, então com cerca de 18 mil habitantes.

CIDADES MÉDIAS GAÚCHAS: EVOLUÇÃO POPULACIONAL 1800 - 1890											
	Década 1820		Década 1840		Década 1860		Década 1870		Década 1880		1890
	Total	Urb. (%)	Total	Urb. (%)	Total	Urb. (%)	Total	Urb. (%)	Total	Urb. (%)	Total Urb. (%)
Caxias do Sul	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	18506 *
Passo Fundo	30	*	1149	*	*	*	17545	*	*	*	21604 *
Pelotas	3400	50	11244	49.2	15384	65	21258	87.8	*	*	41591 37.5
Santa Maria	2128	40.4	1111	*	5110	*	8273	*	*	11000	25207 *

* Dado inexistente ou indisponível

Tabela 14: Evolução urbana 1800 a 1890 Fonte: elaboração do autor Base de dados: Kalil *et al.* (1998); Rocha (2011); Vieira (1997); IBGE (1890)

Santa Maria é o núcleo mais antigo, cujo marco de formação é a instalação de um acampamento militar (1797), que mesmo inicialmente restrito às funções de demarcação de limites e proteção, acabou fomentando a ocupação, primeiro com o incremento de população guarani proveniente das missões e de outros povoados da região (a maioria açorianos), e posteriormente também a partir da chegada de imigrantes alemães, nas décadas de 1820 e 1830, e de italianos, na década de 1880 (SALAMONI, 2008). As principais atividades econômicas do período eram a pecuária e o comércio, a primeira realizada através do envio de gado de Santa Maria diretamente para centros maiores e pela função de ponto de parada de tropeiros e estancieiros, vindos do oeste em direção à Porto Alegre e Rio Grande; o comércio era exercido

³⁶ Segundo Herlein Júnior (2004), no século XVIII, o povoamento do Rio Grande do Sul não teve por objetivo imediato a produção de excedentes para a metrópole, mas sim assegurar a posse do território, a partir de uma economia autossustentável de subsistência, baseada no latifúndio pastoril originário da doação de sesmarias a paulistas, mineiros e cariocas, além de militares, cuja presença era considerável devido à condição fronteiriça. Na virada para o século XIX, a introdução das charqueadas representou a instalação de um setor essencialmente escravista na economia gaúcha, se tornando a atividade mais importante praticada nas estâncias a partir da exploração do couro e da carne. Durante o século XIX, em paralelo à contínua necessidade de povoamento, um segundo sistema econômico se estabelece, a agropecuária praticada nas colônias de imigrantes europeus, em pequenas propriedades e com trabalho familiar, desdobrando-se posteriormente na maior parte da indústria regional.

principalmente pelos imigrantes e pelos proprietários rurais de origem portuguesa, residentes na cidade (ROCHA, 2011).

No que diz respeito à formação socioeconômica de Santa Maria, emerge uma dicotomia presente na ocupação de seu território associada às características do sítio físico: sua localização entre o planalto (norte), com áreas de mata, e a depressão (sul), com áreas de campo, determina sua estrutura socioeconômica, as áreas de mata são utilizadas por imigrantes italianos e alemães dedicados à policultura, enquanto os campos são utilizados por portugueses (herdeiros de sesmarias), que desenvolvem pecuária extensiva. A sociedade local se pautava então em três forças principais: o poder da aristocracia rural (os estancieiros), a igreja e os militares. A presença dos imigrantes alemães e italianos dinamiza o comércio local e a economia tem como base a renda fundiária, o comércio e a prestação de serviços. A ocupação foi elevada à categoria de vila em 1857 e somente em 1876 à categoria de cidade (ROCHA, 2011).

A ocupação de **Pelotas** se inicia em 1812, associada à economia do charque, atividade então dominante no extremo sul do estado. O núcleo urbano foi fundado por particulares em terras derivadas das doações de sesmarias, nas imediações de onde se realizavam as charqueadas, em área delimitada pelo canal São Gonçalo e pelos arroios Santa Bárbara e Pelotas. Os agentes fundadores da cidade eram privados, estancieiros da elite local, sobretudo de Rio Grande, que viram na localidade as possibilidades para desenvolvimento de um polo charqueador e, segundo Soares (2002), desejavam instalar-se em um centro urbano como forma de exercer seu poder sobre toda a região da Campanha Gaúcha, que abastecia as charqueadas. A Freguesia de São Francisco de Paula foi criada em 1812, a fundação da cidade de Pelotas se deu em 1835. A economia do charque foi a atividade predominante em Pelotas durante todo o século XIX, sendo também geradora das atividades urbanas. Nas últimas décadas do século XIX, no entanto, se inicia um processo de diversificação da economia, a cidade até então dominada pela aristocracia vinculada à produção de charque, irá gradativamente abrigar novos atores sociais, um incipiente proletariado e uma nova elite, ainda nascente, a burguesia industrial³⁷.

Passo Fundo tem como marco inicial de sua ocupação a instalação de uma fazenda pelo militar da campanha Cisplatina Manoel José das Neves, ou Cabo Neves, em área de terras de quatro léguas quadrada (17.724 ha) doada pelo governo. No século XIX, a economia de Passo Fundo estava inserida no contexto da sociedade de pecuaristas, anterior à colonização estrangeira, pautando-se no transporte de animais muares para a feira de Sorocaba, na venda de erva-mate para o Uruguai e o Rio da Prata, bem como na exportação de pedra ágata para fábricas na Alemanha (DAL'MORO e RUCKERT, 2004, p. 31). A região norte do estado era uma das menos desenvolvidas, caracterizando-se por “grandes florestas virgens, pinhais, ervais e uma incipiente pecuária, organizava sua economia mesclando extrativismo, madeira, pecuária e agricultura de baixo volume de produção” (TEDESCO e SANDER, 2005, p. 57). No final do século XIX, a pecuária bovina entrava em decadência na região, principalmente em função da concorrência com outras áreas do estado, em especial, a campanha; o comércio de mulas também diminuiu em função das flutuações de preços nos mercados de Sorocaba; e a agricultura caracterizava-se como uma atividade de subsistência, com pouca expressividade econômica. O povoado é elevado à categoria de município em 1857.

A fundação de **Caxias do Sul** insere-se no projeto colonizador do final do século XIX, empreendido pelo governo brasileiro, a partir da utilização de mão obra de livre (branca) de imigrantes vindos da Itália. Na região nordeste do estado foram implantadas várias colônias, dentre elas a Colônia Caxias, que originaria a cidade de Caxias do Sul. Aos imigrantes somaram-se fazendeiros, tropeiros e funcionários do governo na composição da vila. A economia inicialmente esteve baseada na agricultura de subsistência, praticada pelos imigrantes europeus, mas gradativamente seus excedentes passaram a ser comercializados na

³⁷ Segundo Machado (1999) a pecuária, principal atividade econômica do século XIX, na vertente ligada à produção do charque e do couro entra em decadência pelas seguintes razões: grande incidência de doenças, baixa qualidade genética do gado com baixo rendimento da carne; e concorrência platina, que contava com técnicas mais modernas, além de trabalho assalariado e emprego da máquina a vapor.

região³⁸. Embora o objetivo principal do governo fosse a criação de unidades agrícolas de produção, o isolamento geográfico, as péssimas condições de acessibilidade, e o conhecimento artesanal e fabril de diversos imigrantes italianos promoveram o desenvolvimento de uma indústria artesanal de apoio às atividades realizadas no campo, de certa forma diversificando a economia (MACHADO, 1999). A colônia foi fundada em 1875, sendo elevada à categoria de vila em 1890, e de município somente em 1910.

4.1.1 Estruturação intraurbana

No final do século XIX, as cidades estudadas apresentam ocupações compactas, limitadas a núcleos urbanos que concentram atividades residenciais, comerciais e, de maneira incipiente, industriais. A ocupação de Pelotas é mais expressiva em termos demográficos e territoriais, Passo Fundo é a menor, ainda que Caxias do Sul seja a mais recente. O mapa 42 exibe as respectivas manchas urbanas na década de 1880, sob base viária atual, complementarmente a figura 9 mostra mapas históricos do período.

Nos quatro casos, a forma urbana prioriza o traçado ortogonal, adotado mesmo contrariando a topografia, como em Caxias do Sul. A ocupação de Caxias se limita a um conjunto de quadras regulares tendo como principal eixo (leste oeste) a rua Silveira Martins (atual avenida Júlio de Castilhos), que fazia a conexão com a estrada do Rio Branco a leste, único caminho regional que conectava a colônia a São Sebastião do Caí; a ocupação urbana de Passo Fundo se restringe a uma aglomeração de edificações no eixo da estrada das Tropas, atual avenida Brasil, estruturando uma ocupação linear (leste-oeste) pouco expressiva; em Pelotas, a ocupação está contida por três cursos d'água, o canal São Gonçalo (sul) e os arroios Santa Bárbara (oeste) e Pepino (leste), as conexões com a região ocorrem nas direções oeste e norte; Santa Maria exibe um conjunto de ruas com traçado ortogonal com destaque às ruas do Acampamento e do Comércio (atual Dr. Bozano).

De maneira geral, a formação dos núcleos iniciais apresenta estreitas relações com as condicionantes naturais dos respectivos territórios, os fatores determinantes são a proximidade d'água, terras altas, e a acessibilidade, naquele momento ainda limitada aos caminhos primitivos. Nos casos de Caxias do Sul e Pelotas o terreno mostra-se mais adverso: em Caxias porque as colônias são instaladas em áreas de mata e em terrenos de acentuada declividade; em Pelotas, porque o sítio natural da planície costeira, onde a cidade está inserida, apresenta inúmeros cursos d'água, áreas de várzeas e terrenos alagadiços potencialmente insalubres. Em Passo Fundo, a topografia justifica a localização dos principais caminhos primitivos, que seguem as cristas, constituindo-se assim avenidas de cumeeira (PAIVA *et al.*, 1953). Em Santa Maria, desde o início da ocupação o principal critério para o traçado das estradas era “percorrer os cumes das coxilhas sempre pelos divisores de águas e raramente pelos talwegues” (SALAMONI, 2008, p. 154).

Relativo aos processos de expansão urbana, observa-se que o caso de Pelotas é o único que apresenta a emergência de expressivos vetores de ocupação urbana, associados à dinâmica econômica e às condicionantes naturais do território. Enquanto Santa Maria e Passo Fundo crescem lentamente, e a colônia de Caxias do Sul acaba de ser fundada, Pelotas já apresenta sucessivas ampliações em relação ao núcleo original (1812-1815), primeiro, em direção ao sul (1834), depois ao norte, com a formação do bairro da Luz (1858), e posteriormente a sudeste, com a formação do bairro da Várzea (1870) e futura ampliação do mesmo (1888).

Durante o século XIX, os ritmos de desenvolvimento e urbanização de Pelotas são mais intensos, a cidade se modifica através da construção de importantes edifícios³⁹ que visavam transmitir a ideia de poder

³⁸ O cultivo da uva e fabricação de vinho foram as primeiras atividades agroindustriais, tornando-se um símbolo da cidade, que desde 1931 apresenta a Festa da Uva, evento que tem suas origens ligada à primeira exposição de produtos da Colônia Caxias, em 1881 (MACHADO, 1999).

³⁹ Teatro 7 de Abril (1831), nova Igreja Matriz (1847), Mercado Público (1848-49), Clube Comercial (1871), Câmara Municipal (1879), Biblioteca Pública (1881-88), Capela da Luz (1899), dentre outros equipamentos (SOARES, 2002).

político, econômico e intelectual das classes dominantes. São executadas obras de embelezamento urbano da área central, feitas nos moldes europeus em arquitetura eclética, buscando dotar o centro de monumentalidade, reafirmando seu valor econômico, mas também simbólico como espaço das elites, construído de acordo com suas necessidades, gostos e aspirações sociais. Desde os primórdios da ocupação, a questão ambiental constitui, contraditoriamente para a cidade, a viabilização de sua economia (do charque), mas também empecilho à expansão urbana e sinônimo de problemas de saúde pública, assim as preocupações com saneamento são características do período. Segundo Soares (2002, p. 475, tradução nossa), “o projeto urbano da elite pelotense era o da Pelotas racional, limpa, moderna e dotada de infraestruturas que garantissem o ‘conforto urbano’, em um meio natural difícil e hostil”.

4.1.2 Padrões espaciais de segregação

No contexto socioeconômico do século XIX, a estrutura social é pouco diversificada, onde se destaca uma classe dominante de proprietários de terras e charqueadores (no caso de Pelotas), face à emergência de uma classe de pequenos agricultores (sobretudo imigrantes europeus), pequenos comerciantes, além dos trabalhadores rurais e da presença de escravos.

As cidades, em processo de formação urbana, apresentam ocupações ainda compactas, onde não há distâncias ou rupturas significativas entre os locais de moradia dos diferentes extratos sociais, assim, a partir de Sposito (2013) julgamos ser mais apropriado pensar em padrões de diferenciação socioespacial nesse primeiro momento, como uma etapa anterior à segregação. Tal diferenciação se evidencia através dos padrões das tipologias residenciais (materiais, linguagem arquitetônica⁴⁰, tamanho de lotes, recuos e ajardinamentos), mas também na concentração espacial dos casarões das elites em algumas ruas, no entorno das praças e capelas, ou próximas aos edifícios institucionais. A população mais pobre assume desde já localizações “periféricas”, porém de forma contígua ao restante da ocupação, sem rupturas ou vazios urbanos significativos. Para a então colônia Caxias, esses padrões ainda são difíceis de distinguir, no entanto, são válidos para as demais cidades. No caso de Pelotas, em função de seu processo de urbanização ser mais dinâmico que as demais durante o século XIX, os padrões de diferenciação socioespacial exprimem tendências mais evidentes no que diz respeito a divisão social do espaço urbano. Além da diferenciação expressa pelas tipologias residenciais, Soares (2002) afirma que as ruas longitudinais (norte-sul)⁴¹, perpendiculares ao canal São Gonçalo, eram predominantemente ocupadas pela elite, enquanto as transversais eram mais populares. As duas principais direções de expansão demonstraram uma clara diferenciação, os terrenos mais altos, ao norte do centro, foram destinados às elites, como uma extensão do centro, com a implantação do bairro da Luz (1858); os terrenos insalubres, alagadiços, às margens dos canais, foram ocupados pela população mais pobre, operária, com o surgimento do bairro da Várzea (1870). À localização do bairro da Várzea associou-se também à proximidade das indústrias, que se desenvolviam nesse setor no entorno da estação ferroviária, inaugurada na década de 1880.

⁴⁰ Os casarões das elites nesse período exibem o estilo neoclássico, remetendo as cidades europeias, assim como os jardins privados, praças e parques são feitos aos moldes dos jardins franceses e ingleses.

⁴¹ Rua do Imperador, XV de Novembro e General Victorino (SOARES, 2002).

EXPANSÃO URBANA | 1800 a 1880

Mapa 42: Expansão urbana - 1800 a 1880 Fonte: elaboração do autor

Caxias do Sul | 1892

Fonte: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami

Santa Maria | 1861

Fonte: Rocha (2011)

Pelotas | 1835

Fonte: Soares (2002)

Passo Fundo | 1853

Fonte: Gosh (2002)

Figura 9: Mapas históricos século XIX Fonte: elaboração do autor

4.2 Expansão urbana e a emergência do padrão de segregação centro-periferia: 1880-1950

No período que se estende do final do século XIX a meados do século XX, o país passa por importantes transformações nas esferas política e socioeconômicas. A primeira república tem como características fundamentais a economia agroexportadora, o início do processo de industrialização, a centralização dos poderes políticos e econômicos pelas oligarquias regionais, e a transição para o trabalho assalariado, em que a imigração cumpre papel importante; a partir de 1930, o governo centralizador de Getúlio Vargas impulsiona o processo de industrialização tendo em vistas a substituição de importações, abre espaço para as elites industriais emergentes e para a formação de uma classe média urbana (militares, burocratas, intelectuais), amparada pela instituição de leis trabalhistas (FORJAZ, 1984).

O processo de urbanização se intensifica no período, de 1890 a 1940 a população urbana brasileira passa de 6.8% para 31.24%, consequentemente as cidades passam a atender novas demandas (SANTOS [1993] 2005, p. 25). Em escala intraurbana, as estruturas socioespaciais se complexificam com a emergência de novas classes sociais, assim como a cidade passa a ser assumida como objeto de acumulação capitalista, evidenciando a atuação de diferentes grupos, a exemplo dos proprietários de terras atuando na produção de loteamentos.

Nas cidades estudadas, o período corresponde ao expressivo incremento populacional associado às alterações em suas bases econômicas e ao crescimento urbano. Em Pelotas e Caxias do Sul, tais transformações estão relacionadas ao início do processo de industrialização de suas economias, em Passo Fundo emerge a agricultura comercial, e em Santa Maria sobressam-se as atividades urbanas relativas às funções que a cidade consolida no período, militar e ferroviária. As repercussões relacionadas à implantação da ferrovia no final do século XIX, nas cidades de Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria, e no início do XX, em Caxias do Sul, são absolutamente determinantes ao seu desenvolvimento urbano nas primeiras décadas do século XX, caracterizando um período sob forte influência dessa infraestrutura regional do ponto de vista econômico e espacial⁴².

Em termos populacionais (tabela 15), Pelotas continua se sobressaindo, em 1950 Pelotas e Passo Fundo já têm mais de 100 mil habitantes, no entanto, a população passofundense ainda é predominantemente rural, ao contrário das demais cidades. Em população urbana destacam-se Pelotas e Santa Maria, Caxias do Sul segue como a cidade menos populosa dentre as quatro. As taxas de crescimento (tabela 16) revelam que nas primeiras duas décadas do século XX, com exceção de Caxias do Sul, a população crescia a ritmos acelerados, superiores à capital, ao estado e à média nacional. Depois da década de 1920 os ritmos diminuem e, de 1940 a 1950, somente Caxias apresenta índice próximo a Porto Alegre, esse período corresponde ao início da industrialização da cidade, que passa a receber migrantes de outras regiões do estado.

⁴² A rede ferroviária gaúcha foi inaugurada em 1874 ligando Porto Alegre a São Leopoldo, se desenvolveu a partir da implantação de outros ramais, chegando primeiramente em Pelotas, em 1884, depois Santa Maria, em 1886, passando por Passo Fundo, em 1898, e por último, em Caxias do Sul, em 1910. Tedesco e Sander (2005, p. 27) observam que o Rio Grande do Sul foi um dos estados onde mais se desenvolveu a malha ferroviária, “conseguindo combinar a questão bélica/fronteiriça com a econômica/mercantil”. Dentre os interesses envolvidos na implantação da rede ferroviária gaúcha, destacam-se os ideais de industrialização do final do século XIX, a presença de grupos estrangeiros (europeus e americanos), a segurança nacional (fronteira sulina) e a formação de uma estrutura modernizante. Foram construídos dois ramais ferroviários no estado, um partindo de Rio Grande e outro de Porto Alegre, traçado que respondeu às rotas comerciais pré-existentes e ratificou a dicotomia socioeconômica norte-sul presente no estado.

CIDADES MÉDIAS GAÚCHAS: EVOLUÇÃO POPULACIONAL 1890 - 1950														
	1890		1900		1910		1920		1930		1940		1950	
	Total	Urb. (%)	Total	Urb. (%)	Total	Urb. (%)	Total	Urb. (%)	Total	Urb. (%)	Total	Urb. (%)	Total	Urb. (%)
Caxias do Sul	18506	*	24997	*	*	*	33000	13,6	*	*	39677	50.7	58594	61.1
Passo Fundo	21604	*	21374	*	*	*	65000	9,23	*	*	80138	25.6	101887	31.6
Pelotas	41591	37.5	44881	58.6	62000		82000	54.9	*	*	104553	63.4	127641	64.1
Santa Maria	25207	*	30185	*	17574	*	52700	31.3	*	*	75597	55.15	83001	57.7
* Dado inexistente ou indisponível														

* Dado inexistente ou indisponível

Tabela 15: Evolução populacional - 1890 a 1950 Fonte: elab. do autor Base de dados: IBGE

CIDADES MÉDIAS GAÚCHAS: TAXAS MÉDIAS DE CRESCIMENTO ANUAL 1900 - 1950 %			
	1900-1920	1920-1940	1940-1950
Caxias do Sul	1,60	1,00	3,20
Passo Fundo	10,20	1,15	2,10
Pelotas	4,15	1,40	1,80
Santa Maria	3,75	2,15	0,90
Porto Alegre	7,15	2,20	3,80
RS	3,26	2,12	2,29
Brasil	2,86	1,50	2,34

Tabela 16: Taxas médias de crescimento anual 1900 a 1950 Fonte: elab. do autor Base de dados: IBGE

As primeiras décadas do século XX correspondem ao período em que **Caxias do Sul** se desenvolve rapidamente tanto do ponto de vista demográfico como econômico. Inicialmente a economia girava em torno da agricultura, do extrativismo de madeira, no entanto, essa atividade logo ultrapassou a subsistência, gerando excedentes sobre os quais os comerciantes tiveram papel fundamental na venda dos produtos e geração de riquezas. A indústria, elemento fundamental ao desenvolvimento e processo de urbanização, origina-se nas primeiras décadas do século XX, associada à produção agrícola (indústria alimentícia – moinhos, cantinas) e ao extrativismo (madeiras) (SILVA, 2016). Segundo Oliveira (2010), a fábrica esteve sempre presente na cidade, pois os imigrantes foram obrigados a produzir seus próprios utensílios agrícolas, devido ao isolamento da região, no entanto, com os incentivos do governo Getúlio Vargas, na década de 1930, a indústria toma fôlego e já apresenta certa diversificação. A política de substituição de importações, durante a Segunda Guerra Mundial, favorece o fortalecimento do setor, no entanto, somente a partir da década de 1950 a indústria passa a ser o motor da economia local. A primeira metade do século XX, corresponde, portanto, ao período de estruturação da indústria na cidade.

Em **Passo Fundo**, trata-se de um período de incremento demográfico e crescimento econômico, pautado na transição da agricultura de subsistência para a agricultura comercial desenvolvida através de subsídio federal e do trabalho de imigrantes europeus, realizado em pequenas propriedades. Fundam-se colônias europeias ao longo da ferrovia e o município efetiva-se como polo de desenvolvimento para a região. Surge a figura do colono, o pequeno agricultor imigrante, que recebe incentivos do governo à produção de alimentos assim como à aquisição de terras. A produção de trigo ⁴³ é estimulada pelo governo federal, tornando-se a primeira cultura realizada em grande escala na região, constituindo as bases para o desenvolvimento de uma agricultura comercial, dinamizada pela ação dos comerciantes, que faziam a intermediação entre os produtores (colonos) e os mercados consumidores da região (TEDESCO e SANDER, 2005).

⁴³ Desde a década de 1910, o governo incentiva a produção de trigo, fundando o primeiro campo experimental no Rio Grande do Sul. A partir de 1928, com Getúlio Vargas a frente do governo do estado, definiu-se as bases para a racionalização do cultivo do cereal, com o objetivo de suprir o consumo interno e fazer frente à crise do café. O estado era o principal produtor do cereal, sendo Passo Fundo e Erechim os principais municípios, no entanto, a produção não era suficiente para suprir a demanda nacional. O aumento significativo da produção, todavia, ocorreu somente a partir da década de 1940 (TEDESCO e SANDER, 2005).

O final do século XIX caracteriza-se como um ponto de inflexão para **Pelotas**, em virtude da diversificação de sua economia, pautada no excedente da acumulação do capital das charqueadas. A transição política (da monarquia para república) e a abolição da escravidão representam um primeiro impulso à industrialização dos principais centros urbanos; em Pelotas, o desenvolvimento econômico, então capitaneado pela aristocracia do charque, passa a abrigar novos agentes sociais vinculados à emergente burguesia industrial, além de um incipiente proletariado, composto por escravos libertos, imigrantes (comerciantes) e trabalhadores oriundos dos povoados da região. A industrialização de Pelotas entre o final do século XIX e início do XX apresenta um caráter diversificado, com presença de fábricas industrializando produtos derivados da pecuária, fabricação de móveis, têxteis e alimentação. A proximidade de Rio Grande contribuiu para a transformação da cidade em um polo industrial no estado, no entanto, a partir da década de 1930, Pelotas passa a apresentar os primeiros sinais de retração do setor fabril, resultantes de mudanças na política econômica do Estado Novo, em que a ampliação da política de substituição de importações promoveu a concentração de investimentos e infraestrutura na região sudeste, impulsionando o desenvolvimento do eixo industrial São Paulo - Rio de Janeiro, com o qual as antigas regiões industriais isoladas não puderam concorrer (AGUIAR, 2009; BRITTO, 2016; MOURA, 2007; SOARES, 2002).

Em **Santa Maria**, o desenvolvimento do setor ferroviário é especialmente importante, pois a cidade, devido sua posição geográfica estratégica no estado, configura-se um entroncamento ferroviário, sendo sede da companhia arrendatária⁴⁴ das estradas de ferro do Rio Grande do Sul. Além disso, fortalecem-se suas funções militares e institucionais determinando um período de grande desenvolvimento, de consolidação da cidade “ferroviária e militar”. Segundo Rocha (2011), a posição geográfica da cidade de Santa Maria foi considerada ideal pelos militares para se configurar como um entroncamento militar, pois situa-se distante das fronteiras e logisticamente bem localizada, sendo ponto de parada obrigatório entre as praças comerciais de Porto Alegre, da serra e da fronteira. O peso das atividades educacionais e militares, em 1940, era bastante significativo, sendo que 48% da população urbana era composta por estudantes, 8.89% por militares e 6.67% por ferroviários. A economia do município, até então agropastoril, se diversifica e o setor comercial se fortalece, motivado pela ferrovia, a cidade assume um perfil comercial, sendo também “local de residência de proprietários rurais absenteístas, conferindo à cidade a função de centro de drenagem da renda fundiária, gerada em vasta área, que se estende principalmente pelos municípios com grandes propriedades rurais, como a Campanha Gaúcha” (ROCHA, 2011, p. 296).

4.2.1 Estruturação intraurbana

Do ponto de vista espacial, o período revela o crescimento expressivo da mancha urbana nas quatro cidades, evidenciando a formação dos primeiros bairros e vilas populares, estabelecendo assim uma clara distinção entre o centro, lugar das elites, melhor equipado, em contraposição à nascente periferia urbana. A promoção imobiliária de loteamentos caracteriza-se pelo caráter rentista, nas mãos de proprietários de terras, oriundos das elites tradicionais locais, mas também das novas classes burguesas, comerciantes (muitas vezes imigrantes) ou industriais. As demandas habitacionais se intensificam e a produção liberal da cidade se encarrega da promoção habitacional para a classe operária nascente, praticamente sem a presença do Estado. Por outro lado, nesse período são elaborados os primeiros planos urbanísticos, pautados no paradigma sanitário então vigente, que em linhas gerais foram pouco efetivos, tendo suas aplicações restritas a algumas diretrizes gerais⁴⁵.

⁴⁴ A companhia belga, *Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fér au Brésil*, foi arrendatária da rede ferroviária gaúcha entre 1898 e 1919.

⁴⁵ Tem destaque a atuação do engenheiro sanitário Saturnino de Brito, que elaborou planos de saneamento para 53 cidades brasileiras, sendo 18 delas no Rio Grande do Sul, entre 1917 e 1929. Os planos de saneamento de Santa Maria, Passo Fundo e Pelotas foram elaborados respectivamente em 1918, 1919 e 1926/29, pela equipe de Saturnino de Brito. Pelotas e Santa Maria

O mapa 43 revela a evolução da ocupação urbana entre 1880 e 1950, evidenciando em todos os casos expressivos processos de expansão horizontal; complementarmente, a figura 10 exhibe mapas e vistas gerais das cidades estudadas no período.

Em geral, as cidades de Caxias do Sul, Passo Fundo e Santa Maria exibem padrões de crescimento mais compactos do que Pelotas, que manifesta uma ocupação dispersa. Os processos de estruturação intraurbana e as direções predominantes de expansão estão relacionadas principalmente a quatro fatores: às condicionantes naturais do território; aos caminhos regionais preexistentes; à implantação de infraestruturas; e à produção privada de loteamentos.

As condicionantes naturais são mais expressivas em Pelotas, pois limitam a expansão ao sul do território, em função do canal São Gonçalo, como também dificultam a ocupação das áreas alagadiças, de várzea, às margens dos canais, e na porção noroeste, antigo banhado e atual Barragem Santa Bárbara, construída na década de 1960. O relevo acidentado, expressivo em Caxias do Sul, embora tenha dificultado a implantação de ruas e edificações, não representou empecilho à expansão urbana, que seguiu o traçado reticular em todas as direções, até o final da década de 1940, preservando a uniformidade de seu traçado original em quadrícula. Em Passo Fundo e Santa Maria, nesse primeiro momento, não há condicionantes ambientais expressivas limitantes à expansão urbana, a serra geral e os morros testemunhos de Santa Maria seriam obstáculos posteriormente. Enquanto a cidade de Pelotas tem o oeste (Fragata) e norte (Areal e Três Vendas) como direções predominantes da expansão urbana, configurando uma ocupação dispersa ao longo dos eixos principais, as demais cidades apresentam formas ainda mais compactas, em padrões de crescimento mais contínuos.

Associada aos antigos caminhos primitivos, a ferrovia tem papel fundamental à expansão urbana nesse período, principalmente nas cidades de Passo Fundo e Santa Maria, onde seu traçado e a localização das estações ferroviárias, implantadas no final do século XIX, foram determinantes.

Em Passo Fundo, a localização da estação ferroviária determinou uma mudança de direção da expansão urbana, que ocorria no sentido oeste (ao longo do caminho das Tropas, sentido Boqueirão) para sudeste; o antigo centro, que se desenvolvia ao longo da estrada principal, se deslocou para o sul, nas proximidades da estação, onde já existia a capela. O traçado da ferrovia também definiu a localização de inúmeros estabelecimentos industriais e comerciais (serrarias, madeireiras, depósitos, hotéis de viajantes, etc.) A configuração do centro no entorno da estação não descaracterizou, no entanto, a importância da estrada das Tropas, então rua do Comércio, como principal eixo estruturador da ocupação.

Em Santa Maria, há consenso entre diversos autores⁴⁶ que a ferrovia, além de promover incremento econômico, influenciou no processo de urbanização com a formação de um parque ferroviário que chegou a se estender por cerca de 5 km agregando edificações de apoio direto e indireto a essa atividade, configurando a chamada “mancha ferroviária”⁴⁷ de Santa Maria, tombada pelo patrimônio histórico municipal, em 1997. A implantação da ferrovia e estação ferroviária ao norte do núcleo original, então estruturado em torno das ruas do Acampamento e do Comércio (atual Dr. Bozzano), promoveu a expansão da cidade para o norte, no bairro Itararé, através da avenida Progresso (atual avenida Rio Branco).

No caso de Pelotas, o traçado da ferrovia e a localização da estação ferroviária, a partir da década de 1880, embora tenham sido determinantes à implantação do bairro operário Simões Lopes e das indústrias, formando o binômio porto-ferrovia, não se caracterizaram como vetores expressivos de expansão urbana, possivelmente em função de seu traçado às margens de canais na porção sudoeste da cidade, área de difícil urbanização. Moura (2006), no entanto, destaca a importância das linhas de bondes para a expansão

contam com planos de expansão urbana, elaborados nos anos de 1922 e 1938. A cidade de Caxias do Sul não é objeto de planos no período, restringindo-se o planejamento a algumas diretrizes expressas no Código de Posturas (1893).

⁴⁶ Beber (1998); Beltrão (1979); Faccin (2013); Rocha (2011).

⁴⁷ Mello (2008) elenca como patrimônio material associado à ferrovia em Santa Maria os seguintes equipamentos: Estação Ferroviária (1899); Vila Belga (1906) - conjunto residencial destinado aos funcionários da companhia, com 84 unidades habitacionais; Escola de Artes e Ofícios (1922), Escola Santa Terezinha do Menino Jesus (1921), Casa de Saúde (1931), além de farmácia, açougue, padaria modelo, fábrica de bolachas e massas, lenharia, tipografia, marcenaria, alfaiataria, estofaria, fábrica de sabão dentre outros, complementares à atividade ferroviária.

urbana no sentido oeste, através da linha do Prado, a primeira a transpor o arroio Santa Bárbara, em direção ao Fragata.

Em Caxias do Sul, a chegada da ferrovia, mais tardia, em 1910, rompe o isolamento característico da região e promove a conexão direta com Porto Alegre; no entorno da estação passam a se concentrar as maiores indústrias e os bairros operários.

Nas quatro cidades, a formação das periferias esteve associada à promoção de loteamentos por iniciativa privada, a partir da década de 1910. Em geral, a lógica locacional dos parcelamentos se reflete na adoção de terras periféricas, baratas, ainda não urbanizadas. A única condição para essa produção consiste na garantia de mínimas condições de acessibilidade, por essa razão os empreendimentos se concentram nas proximidades dos principais eixos viários, ainda que esses não apresentem infraestrutura adequada.

Em Caxias do Sul, o crescimento da mancha urbana na primeira metade do século XX, segundo Machado (1999), ocorre com sucessivas ampliações da malha regular ortogonal (1897, 1910, 1925, 1927, 1938) empreendidas pelo poder público; a primeira ampliação (1897) ocorre na direção oeste, sentido estrada do Rio Branco (única conexão viária regional), dando origem ao primeiro bairro da cidade, o São Pelegrino. A ocupação se diferenciou do restante da cidade, pois foi direcionada às famílias mais abastadas, dispostas a pagar pelos lotes e obedecer a padrões edilícios estabelecidos pela Intendência⁴⁸, às áreas residenciais agregaram-se comércios, configurando uma área nobre da cidade; tratava-se de uma promoção imobiliária pública.

Segundo Machado (1999), evidenciaram-se desde então as intenções da prefeitura de regulação do espaço urbano, essa primeira ampliação, planejada e executada pelo poder público, seguia a direção da futura estação ferroviária, que já estava em discussão na ocasião. A partir daí a área ficou subordinada às leis de mercado, no tocante à aquisição de terrenos. A questão da especulação fundiária, no entanto, segundo a autora, já era uma realidade desde a fundação da vila, por pessoas que buscavam apropriação de terras (via doação do governo) visando futura valorização e venda.

O segundo bairro da cidade, bairro Capiora (Guarany, depois de 1930) ocorre na porção leste, no eixo da rua Andrade Pinto (atual Júlio de Castilhos) no sentido da estrada Conselheiro Dantas, inaugurada em 1883 (saída para Campos de Cima da Serra de São Francisco de Paula). Esse bairro surge sem planejamento por parte da Intendência, no entanto, efetiva-se como a ampliação do traçado reticular. Ocorre também o surgimento de outros bairros, porém sem nenhuma documentação, pois, em 1948, havia somente quatro bairros oficiais na cidade, Santa Catarina, Medianeira, Rio Branco e São Pelegrino, aprovados em 1948, mas oriundos de ocupações anteriores. Até o final da década de 1940, predomina o traçado xadrez com ruas e quadras bem definidas, embora a topografia acidentada exija investimentos do governo visando a adaptação das infraestruturas e edificações ao terreno. Algumas áreas, como o sítio do Burgo, a e Zona do Cemitério, no entanto, devido as altas declividades inviabilizaram o arruamento, o que gerou vazios urbanos que foram ocupados de forma irregular, formando duas das maiores favelas da cidade, remanescentes da década de 1940, Jardelino Ramos e Euzébio Beltrão de Queiroz (MACHADO, 1999).

A população pobre vivia na zona considerada suburbana, sem infraestrutura, em bairros operários que começavam a surgir na década de 1930, geralmente em lotes adquiridos pelos proprietários a serem pagos parceladamente, loteados por promotores imobiliários. São exemplos os bairros Michelin, Antunes, antiga Leonardelli, Curtume Tupi, Santa Catarina e Rio Branco (Machado, 1999). Esses bairros foram se incorporando ao núcleo urbano oficial alterando seu desenho nas décadas seguintes. Conforme diagnóstico expresso no plano diretor de 1953 (PAIVA *et al.*, 1953a), os dois principais problemas de Caxias naquele momento eram o saneamento básico e a questão da habitação popular. A dispersão das indústrias e a valorização da área central obrigaram o operariado a se localizar nas “zonas exteriores”, periféricas, sem serviços públicos. Dois tipos de ocupação são identificados: o que o plano denomina como malocas (favelas), e os setores de padrão menos precário, porém sem serviços essenciais, resultado de loteamentos realizados sem infraestrutura. Cerca de 1000 pessoas viviam nessas condições.

O traçado da estrada federal (futura BR 116) a leste da cidade determina novo vetor de expansão urbana, invertendo o sentido predominante anterior (oeste) em função da estrada do Rio Branco e da ferrovia,

⁴⁸ Os lotes possuíam 22 m X 44 m (968m²), e seriam vendidos (já com preços pré-fixados) às famílias dispostas a construir segundo as normas estabelecidas pela Intendência (MACHADO, 1999, p. 94).

segundo Machado (1999, p. 244), “uma nova era estava despontando, marcada pelas estradas de rodagem, voltando-se para a face leste, por onde passaria a transitar boa parte da riqueza produzida, fosse ela agrícola ou industrial”.

No caso de Passo Fundo, inicialmente a direção predominante para a implantação de loteamentos foi a sudeste, no entorno da estação ferroviária, onde surgem, a partir da década de 1920, as vilas Cruzeiro, Luiza, São João e Santa Maria; posteriormente, na porção norte da cidade, são implantadas as vilas Santa Terezinha (atual Fatima), na década de 1930, e Vergueiro, na década de 1940. No período ocorre também um crescimento mais acentuado ao leste, sentido rio Passo Fundo, e uma estagnação a oeste, segundo Gosh (2002, p. 97), o crescimento da cidade para o leste foi determinado pela consolidação da estrada que liga Passo Fundo à Lagoa Vermelha e Vacaria (BR-285), reafirmando o acesso rodoviário sentido São Paulo e Rio de Janeiro, e significando uma alternativa de acesso a Porto Alegre. Assim, se a Vila Petrópolis reforçou o principal eixo de expansão urbana (avenida Brasil) no sentido leste, a Vila Cruzeiro e a Vila Vera Cruz denunciavam a configuração de outros dois importantes eixos de expansão, um no sentido sudeste – avenida Presidente Vargas (então avenida Progresso), e outro no sentido norte - rua Teixeira Soares/avenida Rio Grande.

Esses caminhos viabilizaram a ocupação das porções norte e sul da cidade e até hoje, juntamente à avenida Brasil, constituem as três vias intraurbanas mais importantes de Passo Fundo. O crescimento na direção sudeste, no eixo da atual avenida Presidente Vargas, é justificado por Gosh (2002) como resultado das boas condições técnicas da estrada que conectava Passo Fundo à rodovia de acesso à capital do estado (RS-324), passando por colônias agrícolas prósperas, a exemplo de Marau, que se desmembraria dos municípios de Passo Fundo e Guaporé, em 1954. Já a via de acesso noroeste (sentido Nonoai e Pontão), que originou o traçado da atual avenida Rio Grande, teria importância secundária, uma vez que os depósitos e serrarias ali existentes passaram a se concentrar principalmente ao sul da estação ferroviária, assumindo a atual avenida Presidente Vargas como caminho rodoviário principal para o escoamento da produção em direção a Porto Alegre.

O diagnóstico do plano diretor de 1953 (PAIVA *et al.*, 1953b) registra que a cidade de Passo Fundo foi crescendo a partir do loteamento de grandes propriedades que a cercavam, com mudança do traçado xadrez em função da forma dessas propriedades, no entanto, não há registros, nem no plano, nem na historiografia local, que aprofundem a discussão em torno da promoção dos primeiros loteamentos, em relação à propriedade e estratégias empreendidas. No entanto, assumimos lógica semelhante às demais cidades também para Passo Fundo, pautada no parcelamento de terras privadas, em áreas periféricas, e sem infraestrutura.

Em Pelotas, os parcelamentos de terras fora da área central se iniciam em 1914, sendo o bairro Simões Lopes o primeiro. Na primeira metade do século XX, são parceladas glebas em todas as direções disponíveis (oeste, norte e leste), considerando que a ocupação se delimita ao sul pelo canal São Gonçalo. Os novos parcelamentos estabelecem-se de forma descontínua ao núcleo consolidado, entre 1893 e 1910, há uma expressiva ampliação do perímetro urbano de Pelotas, em todas as direções, possibilitando a disseminação de vilas e bairros populares. Na década de 1910, predominam os parcelamentos a oeste, no Fragata, motivados pela acessibilidade proporcionada pela linha de bonde que servia o bairro; a partir da década de 1920, estendem-se também para o norte (bairro Três Vendas) e para o leste (bairro Areal). Há duas lógicas em relação ao crescimento horizontal da cidade nesse período: a retenção especulativa de terrenos pelos proprietários e a associação entre os interesses imobiliários e da companhia privada de bondes, a quem interessava a expansão horizontal da cidade. A prefeitura, por sua vez, incentivou esse processo promovendo isenção de impostos aos parcelamentos, além disso, passa a ocorrer a presença de grandes sociedades imobiliárias a partir da década de 1930⁴⁹. A expansão para o norte está relacionada também à construção de alguns equipamentos de importância pela prefeitura: Jockey Club, 1930; sede

⁴⁹ A exemplo do lançamento bairro Jardim Europa, em 1930, projetado pela Companhia Comercial Buxton Guilayn, de Porto Alegre, para a promotora Comercial e Construtora América S.A, concebido aos moldes dos bairros jardins, implantados no Brasil pela Companhia City, em São Paulo. Esse bairro, curiosamente, foi lançado como uma cidade jardim econômica, pois destinou-se à população de baixa renda, sem nenhum diferencial em relação ao restante da periferia (SOARES, 2002, p. 83).

da Sociedade Agrícola, 1930; Aeródromo, 1933; além do anúncio de construção de um parque municipal (1932)⁵⁰ na área denominada Logradouro Público da Tablada⁵¹ (MOURA, 2006; SOARES, 2002).

Os parcelamentos periféricos originaram em Pelotas um padrão de urbanização disperso com a presença de inúmeros vazios especulativos, com destaque aos casos das promoções Vila Santa Therezinha (Três Vendas), Jardim América e Vila Bom Jesus (Areal), e Vila Gotuzzo (Fragata), por ocuparem áreas na extrema periferia da cidade, então limítrofes ao perímetro urbano. Sintetizando esse período, Soares (2002) argumenta que as elites locais e o poder público, juntos, tinham um projeto de cidade, para a área central manifesto na concepção de uma cidade ideal (do poder, da vida urbana e do capital), e para a periferia baseado em dois fatores, o primeiro na produção liberal da cidade e de seus espaços de reprodução da força de trabalho, e o segundo na extensão da cidade ideal, no planejamento da periferia; esse último planejamento se deu onde havia mais áreas públicas, ao sul (porto) e ao norte (Tablada). No porto, com operações que impactavam na estrutura econômica da cidade, com melhorias e instalação de equipamentos produtivos (matadouro, fábricas e frigoríficos) e de consumo (mercado do porto); ao norte, Três Vendas, com o parcelamento residencial e a implantação de equipamentos de interesse. O restante da periferia, Fragata e Areal, menos controlados pela prefeitura, eram entregues à promoção liberal.

Em Santa Maria, segundo Salamoni (2008), a expansão urbana da primeira metade do século XX se deu praticamente em todas as direções, em continuidade ao traçado reticular da área central, mas sobretudo com a implantação de loteamentos, desde 1916, sendo o primeiro o loteamento Ponte Seca. O autor registra a abertura de 52 loteamentos entre 1916 e 1954, sendo predominantes na zona norte, motivados pelo desenvolvimento das atividades ferroviárias, ainda que as demais porções da cidade também sejam objeto de parcelamento. O padrão do traçado dos loteamentos é de grelha regular, constituindo os novos parcelamentos por extensões do tecido existente através do prolongamento de algumas vias com a implantação de vias transversais.

Segundo Rocha (2011), o período é marcado por melhorias nas condições de infraestrutura (energia elétrica, iluminação pública, pavimentação, arborização); pelo incremento institucional nos setores educacional (escolas e faculdades) e militar (quartéis e outras instituições militares); e por investimentos em rodovias⁵².

No que diz respeito à localização industrial e ao comércio atacadista, na primeira metade do século XX, as ferrovias caracterizam-se como infraestruturas determinantes. A presença das estações ferroviárias em áreas centrais promove a localização industrial em seu entorno: em Caxias do Sul, na porção sudoeste em relação ao núcleo inicial; em Passo Fundo, no sudeste; em Santa Maria, ao norte; e em Pelotas, ao sul, nesse caso acrescidas da proximidade da área portuária, embora nessa cidade existam algumas indústrias dispersas ao norte, no bairro da Luz (engenhos de arroz e fábrica de velas) em função da proximidade de matéria prima. Em Caxias do Sul, no entanto, Paiva *et al.* (1953a) ressaltam uma certa desconcentração industrial do entorno da estação para a porção norte do território, localização propícia pela topografia plana.

⁵⁰ O parque jamais foi executado, no entanto, segundo Soares (2002, p. 180), contribuiu para a valorização (artificial) da área.

⁵¹ Área de 1.428 ha, propriedade municipal desde 1825, dedicada às feiras de gado. Foi gradativamente parcelada a partir da década de 1920, diante da valorização promovida pela extensão da linha de bondes para o setor norte da cidade (SOARES, 2002).

⁵² Em 1947, são iniciadas as obras da estrada para Porto Alegre (via Candelária e Santa Cruz do Sul), ligação anteriormente efetuada via São Sepé. A rodovia, no trecho urbano denominada RS 509 (BR 287), substitui a antiga estrada da Alemoa (São José – Amaral – Camobi), facilitando a ligação do distrito de Camobi (antiga Colônia), a leste, ao centro da cidade, configurando um novo caminho mais retilíneo. A ligação a oeste, em direção ao município de São Pedro do Sul (BR 287), não se modifica, no entanto, a ligação da área central com a porção oeste, feita inicialmente pela rua Venâncio Aires, ganha mais uma alternativa, via avenida Presidente Vargas (então rua Ipiranga). Na década de 1950 é construída também a BR 158, que propiciou a conformação de um anel rodoviário conectando a estrada Santa Maria-Camobi (RS 509) com a estrada Santa Maria – São Sepé (BR 392), passando por áreas não urbanizadas da zona sul.

4.2.2 Padrões espaciais de segregação

Do ponto de vista socioespacial, o crescimento horizontal das cidades estudadas resultou principalmente da ação da iniciativa privada, expressa na figura dos proprietários de terras interessados em lotear terrenos baratos na periferia. Em nenhum dos casos há registro de promoções públicas significativas, ademais, os planos urbanísticos tiveram alcance muito restrito, configurando-se como discursos retóricos das elites. Nesse sentido, a ação do Estado se restringe à promoção da mínima infraestrutura necessária aos novos loteamentos, em paralelo aos investimentos nas áreas centrais.

A diferenciação socioespacial até então praticamente limitada aos padrões edilícios, acrescentam-se rupturas e distanciamentos mais significativos com a emergência de novas classes sociais (trabalhadores urbanos, prósperos comerciantes, burguesia industrial) e com a formação das vilas e bairros então periféricos, considerando os padrões de locomoção daquele momento. Na primeira metade do século XX se observa a produção de uma clara diferenciação entre o centro, dotado de infraestrutura e equipamentos, e a periferia, frequentemente desatendida em todos os sentidos, emerge assim o padrão de segregação centro-periferia. A implantação das primeiras vilas, como até hoje são denominadas, evidencia a formação da periferia carente. O prestígio das áreas centrais é muito forte no período e não há atrativos suficientes que justifiquem a migração das elites para outros bairros da periferia. Somente no caso de Pelotas, a alusão a uma certa dispersão das classes de alta renda é feita por Soares (2002), quando afirma que o bairro da Luz, contínuo ao centro (na direção norte) passa a apresentar gradativamente uma concentração dessa população, no entanto, se constitui naquele momento como uma extensão da área central. Em Caxias do Sul, a existência de duas ocupações informais de baixa renda na área central, Jardelino Ramos e Euzébio Beltrão de Queiroz, em áreas de alta declividade desprezadas pelo setor imobiliário, denota uma particularidade em relação às demais cidades estudadas.

A natureza dos processos de segregação no período de 1880 a 1950 é comum às cidades de Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria, porém demonstra-se mais eloquente no caso de Pelotas, onde a presença de vazios urbanos é mais significativa e os processos especulativos mais intensos. Também em Pelotas, a expansão urbana predominantemente direcionada para as porções oeste (Fragata) e norte (Três Vendas e Areal) determina a futura concentração das camadas de baixa renda nesses setores, uma vez que o setor leste do território terá uma ocupação mais tardia, somente a partir da década de 1950. Nas demais cidades, até então caracterizadas por uma urbanização mais compacta, não se evidenciam eixos predominantes, e a periferia se conforma, grosso modo, em anéis.

EXPANSÃO URBANA | 1880 a 1950

0 1 2 3 km

Sistema de Coordenadas Geográficas
 Datum: Sirgas 2000

Caxias do Sul | Mapa 1940 Fonte: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami | Vista aérea década 1950 Fonte: André Prati

Passo Fundo | Mapa 1953 Fonte: Paiva et al (1953b, p.14) | Vista aérea década 1940 Fonte: autor desconhecido

Pelotas | Mapa 1947 Fonte: Soares (2002, p.251) | Vista aérea década 1940 Fonte: Soares (2002, p.219)

Santa Maria | Mapa 1946 Fonte: Tocchetto (2016, p.200) | Vista aérea década 1950 Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria

4.3 Periferização e a consolidação do padrão de segregação centro-periferia: 1950-1990

O período entre as décadas de 1950 e 1980 é caracterizado por grandes transformações no país. A economia se industrializa, a sociedade se urbaniza, e as cidades crescem em ritmos acelerados, evidenciando os problemas e contradições urbanos e manifestando um processo de urbanização excludente. Ao desenvolvimentismo da década de 1950, sobrepõem-se o governo militar (1964-1985), o milagre econômico e expressivos investimentos na industrialização do país, assim como grandes obras de infraestrutura. Nas cidades, têm destaque a criação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e do Banco Nacional de Habitação (BNH), que movimentaram a econômica através do setor da construção civil, com a execução de grandes conjuntos habitacionais e a realização de obras de infraestrutura urbana. O período de redemocratização do país é acompanhado de uma grave crise econômica e o cessar de investimentos significativos nas cidades, que só seriam retomados na virada do século.

Nesse contexto, ocorrem significativas transformações nas estruturas socioeconômicas e espaciais das cidades de Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria. Do ponto de vista demográfico, vê-se um expressivo incremento populacional, em que passa a haver o predomínio da população urbana sobre a rural, a partir de 1960. Considerando-se a média da taxa de crescimento anual da população, as cidades estudadas passam a crescer mais do que a capital gaúcha a partir da década de 1970, sendo os índices mais expressivos os de Caxias do Sul, a cidade chega a atingir 7.40% de crescimento anual na década de 1950, e em termos absolutos, sua população quadruplica em 30 anos, passando de menos de 60 mil habitantes, em 1950, para 220 mil, em 1980. Nesse ritmo, a população de Caxias do Sul se equipara a de Pelotas em 1991, em um contexto de crescimento econômico, como consequência do processo de industrialização, que suscita altos índices migratórios para a cidade. Outro fator comum às quatro cidades no período diz respeito à consolidação e ampliação de suas funções regionais, principalmente com o crescimento dos setores de comércio e serviços especializados, nas áreas de educação e saúde.

CIDADES MÉDIAS GAÚCHAS: EVOLUÇÃO POPULACIONAL 1950 - 1991										
	1950		1960		1970		1980		1991	
	Total	Urb. (%)	Total	Urb. (%)	Total	Urb. (%)	Total	Urb. (%)	Total	Urb. (%)
Caxias do Sul	58594	61.1	101852	67.4	144871	78.7	220566	90,8	290925	91.0
Passo Fundo	101887	31.6	92210	54.3	93850	75.5	121156	87.0	147318	93.2
Pelotas	127641	64.1	176575	72.6	207869	74.5	259950	78.8	291100	91.0
Santa Maria	83001	57.7	119682	71.0	156609	79.3	181579	85.1	217592	90.2

Tabela 17: Evolução populacional - 1950 a 1991 Fonte: elab. do autor Base de dados: IBGE

CIDADES MÉDIAS GAÚCHAS: TAXAS MÉDIAS DE CRESCIMENTO ANUAL 1950 - 1991 %				
	1950-1960	1960-1970	1970-1980	1980-1991
Caxias do Sul	7,40	4,20	5,22	3,19
Passo Fundo	-0,90	0,20	2,91	2,16
Pelotas	3,80	1,80	2,51	1,20
Santa Maria	4,40	0,31	1,59	1,98
Média (4 cidades)	3,68	1,63	3,06	2,13
Porto Alegre	5,00	3,28	2,43	1,06
RS	2,54	2,19	1,55	1,48
Brasil	2,99	2,89	2,48	1,93

Tabela 18: Taxas médias de crescimento anual - 1950 a 1991 Fonte: elab. do autor Base de dados: IBGE

O processo de industrialização de **Caxias do Sul**, dinamizado a partir da década de 1940, será o motor de seu desenvolvimento posteriormente, pautado nos segmentos metalmeccânico, eletroeletrônico e automotivo, com a consolidação de grandes empresas no setor⁵³ e entrada de capital internacional. O desenvolvimento da indústria pesada foi possível através do paulatino crescimento da indústria metalúrgica na primeira metade do século XX implantada pelos imigrantes, na forma de funilarias voltadas à produção de implementos agrícolas para atender a produção de vinho, produto base de exportação, que tem importância fundamental na economia do município até a década de 1970 (MOLINA, 2008). A industrialização de Caxias do Sul é tida o como o principal fator relacionado ao crescimento demográfico acelerado do período.

Passo Fundo passa por um processo de reestruturação produtiva da agricultura, consolidando uma transição que vinha se configurando desde a década de 1940. A agricultura, até então diversificada e praticada por imigrantes europeus em pequenas propriedades, com mão de obra familiar e técnicas artesanais, passa por um processo de modernização, com a adoção da monocultura praticada em grandes propriedades, inicialmente o trigo (décadas de 1940 e 1950) e posteriormente a soja (a partir da década de 1960). O município passa a se inserir em circuitos econômicos mais amplos, atuando na exportação de soja e de máquinas agrícolas, dentre outros produtos vinculados ao setor. O processo de urbanização se intensifica a partir da década de 1970 como resultado, em grande medida, da expulsão dos trabalhadores do campo diante de modernização da agricultura, fato que gera um crescimento urbano desmedido, ocasionando diversas demandas sociais, especialmente por habitação e infraestrutura urbana, até hoje não contempladas em sua totalidade.

Em **Santa Maria** se ampliam as funções regionais exercidas pela cidade por meio da implantação da UFSM, em 1960. Segundo Rocha (2011, p. 348), nesse período, a cidade passa de “ferroviária e militar” para “militar e educacional”, uma vez que ocorre “a falência da Cooperativa dos Funcionários da Viação Férrea e de quase todos os empreendimentos a ela ligados, tendo como consequência o enfraquecimento do movimento operário, que gradualmente perde importância”. A cidade se consolida como principal polo da região central do estado, através do fortalecimento dos setores educacional, comercial e militar, caracterizando-se como um centro de drenagem da renda fundiária. O setor comercial e de serviços passa a atrair investimentos de capital externo, estimulado também pelas melhorias nas condições de acessibilidade regional.

Segundo Britto (2011), depois de um período de arrefecimento industrial, apenas no início da década de 1970 a cidade de **Pelotas** intensifica seu processo de urbanização/industrialização, através da formação de um novo parque industrial apoiado no ramo alimentício com ampliação das indústrias de beneficiamento de arroz, curtumes e frigoríficos, e da indústria de conservas vegetais, fortalecendo um complexo agroindustrial. No entanto, já na década de 1980 a cidade passa a atravessar um período de crise com deslocamento/encerramento de importantes indústrias alimentícias, a economia local enfrenta uma crise severa que se estenderia às décadas seguintes.

⁵³ Molina (2008, p. 12) lista os grupos industriais (*holdings*) mais importantes de Caxias do Sul, no período entre 1950 e 1996, dentre os quais destacamos os setores de atuação e algumas das empresas integrantes: distribuição de veículos e peças/material de transporte (Marcopolo); implementos para transportes rodoviários (Randon); máquinas e implementos agrícolas (Agrale); indústria de eletrodomésticos (Enxuta); metalúrgica e mecânica (Eberle, Zivis, Herculis, Gazola).

4.3.1 Estruturação intraurbana

Do ponto de vista espacial, diversos processos, já em curso, se intensificam no período, em meio ao surgimento de novas lógicas de produção e consumo do espaço urbano. A expansão horizontal das cidades, sem a necessária implantação de infraestrutura urbana, se amplia em um contexto de acelerado processo de urbanização e crescimento demográfico, em paralelo à concentração de investimentos e à verticalização das áreas centrais, esses dois processos, juntos, reforçam a diferenciação entre o centro e os bairros periféricos, consolidando o padrão de segregação socioespacial centro-periferia. O problema habitacional se evidencia em meio à precarização das condições de habitabilidade urbana e ao progressivo aumento do déficit habitacional, mesmo diante de investimentos importantes em habitação popular, entre as décadas de 1960 e 1980, vinculados ao BNH. No setor produtivo, o período se caracteriza pela emergência de novas lógicas locacionais para as indústrias, derivadas do planejamento urbano e regional rodoviarista, em que as indústrias assumem localizações periféricas às margens das rodovias, estabelecendo relações de proximidade com as camadas de baixa renda, e evidenciando as conexões entre urbanização e industrialização. Nesse cenário, emergem e se consolidam novas estratégias de regulação urbana, instauradas em um contexto de afirmação do planejamento urbano tendo os planos diretores como seu principal instrumento⁵⁴.

Em linhas gerais, conforme expressa o mapa 44, as quatro cidades apresentam crescimento expressivo da mancha urbana, demonstrando em comum dois processos simultâneos: o crescimento contínuo em relação às ocupações existentes; e a expansão descontínua, caracterizada pela implantação de loteamentos periféricos com a presença de grandes vazios urbanos, resultantes da iniciativa privada, mas também da ação do Estado, vinculada ao BNH. Embora se observem processos semelhantes para as quatro cidades, Caxias do Sul e Passo Fundo exibem ocupações relativamente mais compactas que Pelotas e Santa Maria.

Diversos fatores influenciam esses padrões espaciais gerais, as condicionantes naturais do território permanecem determinantes à expansão urbana de Pelotas, passam a se evidenciar em Santa Maria, e são menos expressivas nos casos de Caxias do Sul e Passo Fundo. Em Pelotas, a formação de um núcleo urbano às margens da lagoa dos Patos, no Laranjal, sob a perspectiva de uma urbanização turística, de balneário, a partir da década de 1950, constitui um fator determinante para a expansão da cidade nessa direção, nas décadas seguintes. Em Santa Maria, a expansão ao norte é barrada pela serra geral, assim como, também por questões topográficas, a ocupação a sudeste é dificultada pela presença dos morros testemunhos Mariano da Rocha e Cerrito, resultando em grandes vazios urbanos entre a área central e o bairro Camobi. Em Caxias do Sul, a porção nordeste do território apresenta limitações à ocupação, por caracterizar-se como zona de captação de água⁵⁵, além disso, em diversos pontos da cidade há áreas com altas declividades, que embora inapropriadas à ocupação urbana, são utilizadas sobretudo pelas camadas mais pobres. Em Passo Fundo não se observam condicionantes naturais expressivas no sentido de conduzirem ou frearem a ocupação, embora a cidade, assim como as demais, padeça de processos de degradação ambiental em decorrência da urbanização.

Em Caxias do Sul, em paralelo à expansão contínua do núcleo central, ocorre a formação de bairros descontínuos à mancha urbana, ao longo dos principais eixos viários, nas direções sudoeste (Forqueta,

⁵⁴ A cidade de Santa Maria é a pioneira, tendo sido objeto de um plano diretor em 1947; na década de 1950, Passo Fundo e Caxias do Sul recebem seus primeiros planos diretores, no ano de 1953, elaborados pela mesma equipe de trabalho, composta por arquitetos e urbanistas, dentre eles Demétrio Ribeiro, Edgar Graeff e Edvaldo Paiva; segundo Ribeiro (1992), naquele momento já havia se difundido no Rio Grande do Sul, nos meios técnicos, o conceito de plano diretor, promovendo a institucionalização do instrumento na capital e no interior do estado, relacionado à tradição de planejamento urbano, associado ao saneamento, e materializado na figura institucional da Secretaria de Estado e Obras Públicas. Nas décadas de 1960, 1970 e 1980, as cidades estudadas são novamente objeto de planos diretores: Caxias do Sul (1972), Passo Fundo (1984), Pelotas (1968; 1980), Santa Maria (1969; 1980). Os planos das décadas de 1940 e 1950 têm pouca repercussão, embora apresentem diagnósticos precisos e indicativos de direções preferenciais de expansão urbana; os planos posteriores são mais efetivos no que diz respeito à aplicação das leis de zoneamento que contribuem para a configuração do espaço urbano, embora se mostrem um instrumento incapaz de abarcar toda a cidade, que cresce também na informalidade.

⁵⁵ Caracterizada como Zona das Águas, no plano diretor de 1979.

Vila Hípica, Desvio Rizzo, Cidade Nova, Charqueadas), sul (Galópolis, Santa Corona, Vila Santos Dumont, COHAB São Victor), norte (Santa Fé) e noroeste (Presidente Vargas, Mariland, São Ciro, Eldorado, Ana Rech)⁵⁶. Dois eixos viários têm importância fundamental no período, a BR 116, antiga estrada federal Getúlio Vargas, inaugurada em 1941, vetor de desenvolvimento da zona leste da cidade; e posteriormente, a partir da década de 1970, a RS 453, também denominada Rota do Sol, que configura um anel viário contornando as porções oeste e norte da cidade, até se conectar à BR 116 e seguir rumo ao litoral gaúcho. Até a década de 1980, a expansão urbana se dá predominantemente ao longo da BR 116, na direção nordeste, correspondendo à área preferencial de implantação das indústrias.

Passo Fundo se expande em todas as direções, porém evidencia o alongamento da ocupação através de seus eixos viários principais, se direcionando para noroeste (sentido Pontão), sudoeste (sentido Tio Hugo), sudeste (sentido Marau) e nordeste (sentido Coxilha). Aos caminhos primitivos, em especial a antiga estrada das Tropas (atual avenida Brasil), sobrepôs-se, a partir da década de 1970, um sistema viário regional composto pela BR 285 (norte) e pelas perimetrais sul e leste, conformando um anel viário, não inteiramente ocupado em seu interior, porém já apresentando, na década de 1980, extravasamento nas direções sudoeste (bairro Santa Marta), norte (COHAB José Alexandre Zacchia) e nordeste (bairro São José). No início da década de 1980, ocorre a remoção da ferrovia da área central (avenida Sete de Setembro). No período, ocorre a formação de diversos novos bairros, a sudoeste, Lucas Araújo, São Cristóvão, Planaltina, Vila Mattos; na porção norte da cidade, Vera Cruz e Victor Issler; para oeste se dá o crescimento no sentido Boqueirão, com a implantação das COHABs I e II; e a nordeste ocorre o desenvolvimento do bairro Petrópolis, e a formação do bairro São Luiz Gonzaga.

A cidade de Pelotas exhibe crescimento mais expressivo para o norte (Três Vendas), ao longo da avenida Fernando Osório, assim como a expansão contínua nos bairros Fragata, a oeste, e Areal, a nordeste. A expansão ao norte do bairro Fragata, além do uso residencial, está relacionada ao início do processo de concentração de indústrias na área, ao longo das rodovias BR 116 e RS 471. A maior novidade do período, no entanto, diz respeito à ocupação da zona leste, na orla da lagoa dos Patos, no Laranjal, a partir da década de 1950, área até então desocupada, que se tornaria um dos vetores predominantes de urbanização. O parcelamento da antiga Estância do Laranjal foi feito em etapas: balneário Santo Antônio (1948 e 1952), balneário dos Prazeres (1953) e balneário Valverde (1959). Os balneários só foram agregados ao perímetro urbano de Pelotas no plano diretor de 1980, quando a urbanização do setor leste se amplia, com novos parcelamentos ao longo da estrada do Laranjal, convertida em avenida Adolfo Fetter (continuação da avenida Ferreira Viana), com destaque aos loteamentos Recanto de Portugal (1981), Marina Ilha Verde (1981), *Las Acácias* (1982) e Chácara da Baronesa (1985), todos destinados às classes de média e alta renda (SOARES, 2002).

Em Santa Maria se observa expansão urbana em três direções predominantes, consolidando três núcleos: a oeste (bairros Pinheiro Machado, Tancredo Neves, Juscelino Kubitschek), ao sul (bairros Urlândia, Uglione, N. Sra. Medianeira) e a leste (bairro Camobi). A construção de um anel viário a partir da década de 1960, composto pelas BRs 158, 287 e 392, tem papel determinante à configuração urbana. A cidade, que vinha apresentando um processo de expansão urbana relativamente contínuo e compacto, assume padrão disperso e linear, predominantemente nas direções leste-oeste. Segundo Salamoni (2008, p. 286), na década de 1970, Santa Maria contava com “um núcleo bem definido pela área central e adjacências, um núcleo a oeste, um núcleo ao sul, e um núcleo em Camobi [leste], ao redor do campus da UFSM. Mesmo assim, apresentava diversas áreas vazias entre esses núcleos e até mesmo em áreas ditas centrais”. Para o norte se observa um avanço da ocupação no pé da serra, porém de forma menos expressiva do que nas demais direções. Na zona oeste tem importância fundamental a implantação das COHABs Santa Marta e Tancredo Neves, como indutores à urbanização.

A significativa expansão horizontal das cidades, associada aos principais eixos viários, ocorre por meio da implantação de loteamentos periféricos, formais e informais, assim como de assentamentos precários. Soares (2002) afirma que a partir da década de 1950 surge a figura do empreendedor imobiliário em Pelotas, com a formação das primeiras empresas de negócios imobiliários, situação que se estende às

⁵⁶ Os bairros Forqueta e Desvio Rizzo (sudoeste), Galópolis (sul) e Ana Rech (nordeste) são antigos distritos de Caxias do Sul, portanto, não se inserem exatamente na lógica de produção capitalista de loteamentos, ainda que apresentem crescimento expressivo no período.

demais cidades. Acrescenta-se, em relação ao período anterior, a significativa atuação do Estado na produção da periferia, com a implantação de loteamentos e conjuntos habitacionais.

As **políticas habitacionais** incidentes sobre Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria, na segunda metade do século XX, se dão nas esferas federal e municipal. No âmbito federal, há registros de uma produção pouco significativa na década de 1940, e restrita às cidades de Passo Fundo e Pelotas⁵⁷, vinculada aos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs) e ao Fundo da Casa Popular (FCP), instituídos no governo Vargas; somente entre as décadas de 1960 e 1980 é que a produção habitacional se intensifica vinculada ao Banco Nacional de Habitação (BNH)⁵⁸, principalmente nas cidades de Pelotas, Passo Fundo e Santa Maria. Os programas e investimentos municipais também aparecem no período, porém de forma pulverizada e bem menos significativa, à exceção de Caxias do Sul, em que a grande maioria da produção pública habitacional está vinculada a investimentos municipais, desde a institucionalização do Fundo da Casa Popular (FUNCAP), em 1947, vigente até os dias de hoje.

A produção vinculada ao BNH, tendo como órgão executor a COHAB-RS⁵⁹, abrange as décadas de 1960 a 1980, sendo quantitativamente mais representativa na cidade de Pelotas, que conta com cinco conjuntos e mais de oito mil unidades habitacionais⁶⁰; seguida de Santa Maria, onde existem cinco conjuntos, perfazendo 4.768 unidades; em Passo Fundo há três grandes conjuntos que somam 1.715 unidades⁶¹; a produção em Caxias é menos significativa, correspondendo a 1.369 unidades habitacionais, porém quase 80% desse número corresponde à oferta de lotes urbanizados. Em Caxias do Sul, tem destaque a produção municipal vinculada ao FUNCAP, perfazendo, entre 1952 e 2010, 7.057 unidades (5.050 lotes e 2.007 unidades habitacionais). Essa peculiaridade de Caxias, relacionada aos investimentos em habitação, a diferencia das demais cidades, pois os grandes conjuntos típicos da COHAB não se apresentam.

Os conjuntos identificados nas cidades, produzidos com recursos do BNH, e no caso de Caxias do Sul com recursos municipais do FUNCAP, estão localizados no mapa 46, demonstrando a predominância de localizações periféricas. As figuras 11 e 12 ilustram os casos das cidades de Passo Fundo e Santa Maria, em que os conjuntos da COHAB se destacam, na década de 1980, em meio a grandes vazios urbanos.

⁵⁷ Em Passo Fundo, Silva (2006) registra a utilização de recursos dos IAPs em 1951, assim como a construção de 86 casas via FCP, em 1954; não há registros, no entanto, sobre suas localizações. Em Pelotas, Soares (2002) aponta a construção de unidades habitacionais vinculadas aos IAPs e ao FCP nas décadas de 1940 e 1950, localizadas na área central; embora pouco significativa quantitativamente, a qualidade de alguns exemplares chama atenção, como o edifício do IPASE (1956), pela linguagem arquitetônica associada a arquitetura moderna, assim como pela qualidade de sua implantação.

⁵⁸ O BNH construiu, entre 1964 e 1986, 4,3 milhões de novas unidades habitacionais no país. A política habitacional fundada com o BNH surge com o governo militar e se insere no Sistema Financeiro de Habitação (SFH), do qual é o órgão gestor, contando com agentes promotores e financeiros privados e estatais, viabilizando assim sua concretização em larga escala. Constituiu-se uma resposta do governo militar à grave crise habitacional resultante da urbanização acelerada, tendo por objetivos angariar apoio das massas populares, assim como estruturar uma política permanente de financiamento capaz de capitalizar os setores da construção civil habitacional, além de fomentar o ideal da casa própria (da propriedade) perante a população. Mesmo expressiva do ponto de vista quantitativo, a política do BNH não chegou perto de equalizar o problema habitacional brasileiro, e, dentre seus maiores equívocos está a opção pela casa própria, construída unicamente a partir de um sistema formal de construção civil, sem abertura para processos alternativos, que incentivassem ações comunitárias, mais descentralizadas. Além disso, a adoção de critérios bancários, sem concessão de subsídios, excluiu a parcela mais necessitada da população do programa. A urbanização informal e precária avançou em ritmo acelerado, em paralelo e à revelia dos investimentos públicos. A crise do modelo econômico implementado pelo regime militar, caracterizada pela recessão, inflação, baixas salariais e desemprego elevado levou à redução de investimentos e ao alto índice de inadimplência dos mutuários. No contexto de redemocratização, de lutas populares por moradias e de movimentos de mutuários (de média e baixa renda), o BNH encerrou suas atividades em 1986. No entanto, mesmo diante das imperfeições do sistema, sua exclusão desperdiçou toda a experiência técnica e de gestão acumulada ao longo de décadas (BONDUKI, 2008).

⁵⁹ A COHAB-RS, criada em 1964, foi extinta em 1995, tendo produzido 104 mil unidades habitacionais, em 166 municípios gaúchos.

⁶⁰ Dos cinco grandes conjuntos de Pelotas, segundo Chiarelli (2014), três foram construídos pela COHAB (Guabiroba, Lindóia e Pestano) e dois por cooperativas (Cohabpel e Cohadueque), capitaneadas por empresas locais, no entanto, todos com recursos do BNH. A autora relata ainda a construção de mais 39 conjuntos habitacionais por operadores privados também com recursos do BNH, somando mais de 5 mil unidades, porém dispostos em conjuntos menores dispersos pela cidade.

⁶¹ Kalil (2003) indica um total de 2.095 unidades habitacionais construídas com recursos do BNH em Passo Fundo, 1.715 unidades correspondentes aos três maiores conjuntos e as restantes relativas à produção de unidades isoladas, distribuídas pela cidade em agrupamentos menores.

Figura 11: Passo Fundo - COHABs I e II (1984) Fonte: elaboração do autor Imagem: PMPF (1984)

Figura 12: Santa Maria - COHAB Tancredo Neves (déc. 1980) Fonte: Arquivo Histórico Munic. de Santa Maria

Em Pelotas observa-se a concentração de conjuntos em dois setores, a oeste (Fragata) e a norte (Três Vendas), além da existência de um conjunto em área central. No Fragata estão localizadas a COHAB Guabiroba (2.624 unidades) e a Cohaduque (752 unidades); no bairro Três Vendas estão localizadas as COHABs Lindoia (1.788 unidades) e Pestano (1.504 unidades); a Cohabpel (1.296 unidades) está localizada em área central. As COHABs Guabiroba, Pestano e Lindóia correspondem até hoje a localizações periféricas, no entanto, a Cohabpel e a Cohaduque, executadas por cooperativas, têm localizações mais privilegiadas, próximas ao centro e aos empregos, assim como demonstram melhores padrões construtivos e estados de conservação em relação às demais. Os conjuntos construídos pela COHAB destinaram-se à população com renda de 0 a 3 s.m., os conjuntos executados por cooperativas atenderam usuários com renda de 3 a 5 salários mínimos. A tipologia predominante em Pelotas é de edificações em fita de 2 pavimentos, seguida de casas isoladas e de apartamentos.

Em Paso Fundo, dois conjuntos da COHAB são implantados na periferia oeste da cidade, a COHAB 1 - Edmundo Trein (774 unidades) e a COHAB 2 - Luis Secchi (312 unidades), em áreas pouco ocupadas, caracterizadas pela presença de grandes vazios urbanos. Sobressai-se também o conjunto José Alexandre Zacchia que, na ocasião de sua implantação, constituiu-se como um dos bairros mais periféricos e precários da cidade, situado na porção noroeste, para além da BR 285. Esse conjunto, executado pela COHAB com recursos do BNH, foi criado no âmbito do Programa Pró-Morar, destinado à população de renda de até 3 salários mínimos, os demais conjuntos abarcavam população com renda entre 2 e 5 salários mínimos. O Zacchia recebeu 620 unidades embriões, com aproximadamente 20m² cada, cabendo aos moradores efetuar as ampliações futuras; as unidades das COHABs 1 e 2 variam entre 31 e 52 m². O Zacchia, portanto, apresenta padrões construtivos e localização inferiores aos demais.

Em Santa Maria, as COHABs Tancredo Neves (a maior implantada na cidade, com 3.184 unidades) e Santa Marta (872 unidades) consolidam, juntamente ao distrito industrial, a zona oeste como um setor de grande concentração de camadas de baixa renda. Na zona leste foi implantada a COHAB Fernando Ferrari, nas proximidades da UFSM, porém representando número menos expressivo de unidades habitacionais (353), voltada principalmente a atender as demandas dos servidores da UFSM; de forma semelhante, a zona norte concentra dois conjuntos construídos com recursos do BNH, as Villas Kennedy e Salgado Filho, somando 359 unidades. Todos os conjuntos de Santa Maria atenderam à população com renda entre 3 e 5 salários mínimos; e em todos os casos a tipologia adotada foi de casas isoladas no lote.

Em Caxias do Sul, onde a produção do BNH é pouco expressiva, há somente um conjunto construído pela COHAB, na zona sudeste (São Victor), além de três loteamentos, na mesma região (São Victor e Santa Corona) e o terceiro no bairro Santa Catarina, a noroeste do centro. Os conjuntos construídos pelo FUNCAP estão distribuídos pelas periferias norte, sul e oeste da cidade.

A produção habitacional pública não foi capaz de frear o avanço do déficit e precariedade habitacional nas cidades estudadas, uma vez que, em nenhum dos casos, se concentrou na população mais necessitada, de menor renda. O problema habitacional se amplia no período, sobretudo diante da

intensificação das demandas oriundas do crescimento populacional e das migrações para as cidades. Com exceção de Caxias do Sul, não há registros históricos nas cidades relativos à evolução dos problemas habitacionais, exceto alguns apontamentos; abordaremos essa questão no próximo período com base nos dados atuais disponibilizados pelas prefeituras, no entanto, frisando que a constituição do déficit se intensifica a partir da década de 1960.

Com relação à **localização industrial**, se observa no período duas tendências, o deslocamento das indústrias das áreas centrais para as periferias, nas proximidades das rodovias (e não mais das ferrovias); e as iniciativas de criação de distritos industriais⁶² no estado do Rio Grande do Sul.

Nos casos de Caxias do Sul, Passo Fundo e Santa Maria, as indústrias gradativamente passam a se concentrar ao longo das rodovias, em áreas periféricas. Em Pelotas, no entanto, os levantamentos dos planos diretores de 1968 e 1980 constatarem uma grande concentração de indústrias na área central da cidade, e em menor escala no bairro Três Vendas, e no Fragata, em sua porção leste, mais próxima ao centro. No entanto, as indústrias caracterizadas como nocivas (que impactam na estrutura urbana) estão concentradas ao longo da linha férrea e às margens do arroio Santa Bárbara, e mais próximas à área portuária. Não havia um setor da cidade de Pelotas com grande concentração de indústrias, embora os zoneamentos de 1968 e 1980 tenham delimitado áreas de uso industrial nas porções oeste e norte da cidade, relativamente afastadas da área urbanizada, e o distrito industrial tenha sido inaugurado em 1973, com aproximadamente 600 ha, na porção noroeste, nas proximidades do bairro Fragata. Nesse período, o distrito industrial não conseguiu promover o deslocamento de diversas empresas, sobretudo as conserveiras, localizadas nas avenidas Fernando Osório e Duque de Caxias, e situadas na zona fabril portuária, próximas à mão de obra (CATHARINA, 2012; BACH, 2017).

No caso de Caxias do Sul, na década de 1950, Paiva *et al.* (1953a) apontavam a tendência das indústrias a se concentrarem ao norte da ocupação inicial, em área relativamente plana propícia a esse uso, fato que ocorre nas décadas seguintes em paralelo à ocupação industrial do eixo BR 116, a leste; a ocupação industrial mais tardia se dá na zona oeste, junto a RS 453, a partir da década de 1980, quando ocorre sua duplicação. Nunes *et al.* (2011) afirmam que o processo de urbanização de Caxias está intimamente ligado à industrialização, sendo alguns bairros (e ocupações irregulares) oriundos da proximidade de grandes indústrias; segundo os autores, esse fato já pode ser observado a partir da década de 1950, no eixo da BR 116, com a formação dos bairros Planalto (indústria Marcopolo), São Ciro (indústria Agrale), Ana Rech e São Cristóvão (indústria Marcopolo) e Interlagos (indústria Randon). Segundo Silva (2016), na década de 1970, a necessidade de estabelecimento de um distrito industrial é aventada por empresários locais e pelo poder público, no entanto, a ideia não se concretiza, e as indústrias seguem a lógica de implantação nas proximidades das rodovias.

Em Passo Fundo, a localização industrial no período apresenta-se próxima às rodovias, nas saídas da cidade, na direção sudoeste (RS 153), sudeste (RS 324) e de forma incipiente na zona norte da cidade, junto à BR 285, essa espacialidade das indústrias é expressa no zoneamento de 1984. Além disso, o desvio da ferrovia da área central para a zona norte reforça a aptidão desse setor para a localização industrial, processo que seria potencializado nas décadas seguintes.

Em Santa Maria, cidade em que a indústria jamais assumiu papel de destaque, na década de 1960 a proposta de criação de um distrito industrial tem por objetivo fomentar a industrialização da economia. Consta no plano diretor de 1969 a proposta de instalação de um distrito industrial no bairro Camobi, no entanto somente em 1975 o equipamento é implantado na porção oeste da cidade, em área desapropriada da antiga Fazenda Santa Marta, junto à BR 287⁶³. Nas proximidades da área foi construída, na década de 1980, a COHAB Tancredo Neves, o maior conjunto habitacional da cidade, conforme vimos anteriormente.

⁶² Segundo Lima (2014), no final da década de 1960, o governo do Rio Grande do Sul passa a discutir estratégias de fomento à industrialização do estado com a criação de distritos industriais, instituindo-se inclusive uma Comissão Especial dos Distritos Industriais (CDI). Segundo a comissão, a definição de distrito industrial é mais ampla em relação às “áreas industriais”, pois abarca usos complementares ao industrial, como residencial, de serviços e áreas verdes.

⁶³ O distrito industrial de Santa Maria abarca 300 ha, através de medição sobre a foto aérea (imagem Google, 2017) identificou-se a ocupação de aproximadamente 100 ha por empresas.

Referente aos **grandes equipamentos**, o caso mais emblemático é o de Santa Maria, em que a urbanização do setor leste está intimamente relacionada à implantação da UFSM⁶⁴, em 1960, onde até o momento existia na área uma pequena vila estruturada em torno da estação Colônia, que atendia a colônia italiana Silveira Martins. Outra infraestrutura importante para a região, a base aérea de Santa Maria, é inaugurada em 1971, os dois equipamentos, juntos, dinamizam o bairro, e sobretudo o setor imobiliário. As demais cidades estudadas, embora também apresentem universidades importantes⁶⁵, de abrangência regional, não apresentam repercussões intraurbanas tão significativas como no caso de Santa Maria, cuja localização não só impulsiona a urbanização da área como determina sua valorização posterior.

Ao mesmo tempo que as cidades crescem horizontalmente, as **áreas centrais** acumulam investimentos e valorização e passam a apresentar uma novidade a partir da década de 1950, o surgimento de edifícios altos. O processo de verticalização modifica as feições das áreas centrais, altera a paisagem urbana, e reflete um novo produto imobiliário, que pressupõe a pré-disposição de uma parcela da população a optar pela então nova forma de moradia em detrimento às residenciais unifamiliares. Os primeiros edifícios altos destinaram-se ao uso comercial, mas logo se voltaram ao uso residencial, comprovando a existência de uma demanda solvável, notadamente uma parcela das elites locais. Soares (2002) observa que a construção de edifícios altos na área central de Pelotas se fez a partir da derrubada dos casarões das elites, as vezes elas mesmas promotoras imobiliárias. O autor observa que o processo de verticalização da área central da cidade⁶⁶ corresponde ao lento deslocamento das elites para a direção norte, no bairro da Luz, a partir da década de 1950. Em todos os casos, a verticalização das áreas centrais é influenciada/legitimada pelas leis de zoneamento, em consequência dos altos índices de aproveitamento (IA) permitidos, chegando a 7 nos planos diretores de Passo Fundo (1984) e Pelotas (1968) e 8, no plano diretor de 1969, de Santa Maria. Sob outra lógica, a verticalização também é a solução adotada em alguns conjuntos habitacionais populares, nesse caso fora da área central, a exemplo de um setor da COHAB I, em Passo Fundo, e da Cohabpel, em Pelotas.

Com relação aos investimentos públicos em infraestrutura urbana, têm destaque os casos de Pelotas e Santa Maria devido sua inserção no programa CURA - Programa Comunidades Urbanas em Recuperação Acelerada, criado pelo governo federal e direcionado a cidades de porte médio⁶⁷. Com recursos do programa, Pelotas lança, em 1978, o Plano de Complementação Urbana da Cidade de Pelotas, com foco em duas áreas da cidade, o bairro Areal (Projeto Baronesa) e o bairro Fragata (Projeto Fragata), prevendo obras de infraestrutura urbana. O Projeto Baronesa construiu as avenidas Ferreira Viana (centro-Laranjal), Juscelino Kubitschek (marginal ao arroio Pepino, norte sul) e Francisco de Paula, as conectando ao canal São Gonçalo. No Fragata, construiu-se as avenidas Dom Pedro I (antiga avenida do Contorno), Interbairros (entre Três Vendas e Fragata) e a extensão da avenida Bento Gonçalves. Os investimentos no Fragata não produziram a mesma valorização e interesse imobiliário que no Areal, já evidenciado como vetor de expansão das classes de média e alta renda.

Em 1977, pouco antes da aprovação do plano diretor de 1980, a cidade de Santa Maria passou a integrar o programa CURA, promovendo obras denominadas projeto Sinuelo, abrangendo 390 ha, cerca de 13% da área urbana do município. Foram definidas três áreas de intervenção: a área 1, localizada nos bairros

⁶⁴ A primeira fase da UFSM é inaugurada em 1972, atendendo a 5.000 alunos inicialmente, atualmente atende a 30.266 alunos e 269 cursos (UFSM).

⁶⁵ Universidade Federal de Pelotas, fundada em 1969, localizada na área portuária da cidade, em edifícios pulverizados (não conformam um campus tradicional); Universidade de Passo Fundo (1968), localizada no bairro São Jose, zona leste; Universidade de Caxias do Sul (1967), localizada no bairro Getúlio Vargas, zona leste.

⁶⁶ Principalmente nas ruas XV de Novembro, Anchieta, General Neto, Sete de Setembro, Voluntários da Pátria, Princesa Isabel, Andrade Neves (SOARES, 2002, p. 339).

⁶⁷ Os projetos CURA se inseriram nos programas de complementação urbana propostos pelo BNH, e tinham por objetivo a implantação de infraestrutura e equipamentos urbanos em áreas parcialmente habitadas, com a presença de terrenos vazios, mediante a contração de financiamentos pelas prefeituras. Após a execução das obras, os terrenos localizados na chamada "Área CURA" deveriam ter legislação tributária que instituisse alíquota de imposto territorial progressiva, além de fixar a taxa de ocupação do solo adequada. Ainda havia a exigência de comprovação de mercado habitacional em expansão na cidade que pretendia ter obras executadas com esses recursos. Essas três exigências, além do estudo de viabilidade econômica da área a ser recuperada, eram requisitos essenciais para a obtenção de financiamentos (ALBARELLO, 2012, p. 1060).

N. Sra. das Dores e Menino Jesus e nas Vilas Operária e Leste, ocupada por população de renda média; a área 2, compreendia os bairros N. Sra. de Lourdes e as Vilas Belém, Roemer, Ana Maria, São Luiz e Rolim, sendo uma ocupação recente de média e alta renda, com alto valor do solo urbano, mas deficitária em termos de equipamentos urbanos; a área 3, compreendia as Vila Nonoay e Medianeira, ocupada por população de baixa renda (ALBARELLO, 2012, p. 1064).

As obras previstas no programa foram: construção do parque Itambé, sistema viário, construção de novo terminal rodoviário, parque municipal, núcleo de atendimento comunitário, áreas verdes, esgoto cloacal e pluvial, canalização de sangas, sistema gerencial, desapropriações e projetos executivos. As obras foram realizadas entre 1979 e 1982, sendo que cerca de 50% do investimento total previsto foi efetivamente aplicado, equivalente a 2.5 vezes a receita do município, no ano de 1978. Mais de 70% dos recursos se concentrou na execução de áreas verdes, como o parque Itambé e em obras de sistema viário. A principal realização do projeto Sinuelo foi o parque Itambé, que englobava obras do centro administrativo, construção de um pavilhão multiuso, quadras esportivas e quiosques; em paralelo houve a construção das praças Nonoay e Marechal Gomes Carneiro. Os investimentos em sistema viário compreenderam obras de saneamento, iluminação e pavimentação em trechos das ruas Pinheiro Machado, Tuiuti, Venâncio Aires, Major Duarte, Euclides da Cunha, Domingos de Almeida (atual avenida N. Sra. das Dores), Fernando Ferrari, André Marques, Silva Jardim, Tamanday e avenida Gaspar Martins (atual avenida N. Sra. Medianeira). Algumas obras, como a construção do novo terminal rodoviário, parque municipal, núcleo de atendimento comunitário e obras de esgoto cloacal e canalização de sangas não foram executados (ALBARELLO, 2012).

Rocha (2011) observa que o programa visava a integração do centro à zona norte, a partir da construção do parque Itambé, e à zona leste, a partir da construção da avenida Fernando Ferrari, e à zona sul, a partir da ampliação da avenida N. Sra. Medianeira. A autora destaca que a partir dessas intervenções do programa CURA se dá a integração efetiva do centro com a zona leste, por meio da avenida Fernando Ferrari, ocorrendo o loteamento de áreas próximas e a valorização do bairro N. Sra. de Lourdes, consolidado como bairro de alta renda. Para Albarello (2012), a implementação parcial do projeto Sinuelo em Santa Maria resultou no endividamento municipal, correspondendo a cerca de 78% da dívida, em 1984. Do ponto de vista urbanístico, o projeto privilegiou áreas centrais, ocasionando elevação de carga tributária nessas áreas e aumento do valor venal dos terrenos em 332,28%, frente a 96,69% do restante da cidade.

4.3.2 Padrões espaciais de segregação

Do ponto de vista socioespacial, em linhas gerais, observa-se que a distribuição das áreas residenciais pelas cidades estudadas reforçou o padrão de segregação centro-periferia, emergente na primeira metade do século XX. A consolidação desse padrão se efetiva com a expansão horizontal, sendo a periferia ocupada predominantemente pelas camadas de baixa renda, cujo território caracteriza-se pela insuficiência de infraestrutura e equipamentos urbanos adequados; as áreas centrais, por sua vez, se valorizam e se verticalizam, acumulando investimentos públicos e privados e mantendo usos diversificados. Dentre os agentes sociais envolvidos na produção da segregação centro-periferia compõem novamente o setor imobiliário, em suas diversas feições (proprietários fundiários, promotores imobiliários), atuando para diferentes segmentos da população, e o Estado, da mesma forma ratificando o processo de segregação dos mais pobres nas periferias, através da produção pública de habitação social e, concomitantemente, supervalorizando as áreas centrais. A localização industrial periférica, junto às rodovias, via de regra está próxima aos bairros mais populares. Os zoneamentos ratificaram esse processo com a valorização da terra urbana nas áreas centrais, que se verticalizam no período orientadas por altos índices de ocupação do solo.

No entanto, ainda que se perceba a predominância do padrão de segregação centro-periferia, mais característico nas cidades de Caxias do Sul e Passo Fundo, na década de 1980 as cidades de Pelotas e Santa Maria já apresentam sinais de esgotamento desse padrão indicando a emergência de novos processos,

caracterizados pela dispersão das classes de alta renda para a periferia, mais precisamente, em uma única direção.

Em Passo Fundo, observa-se uma gradação da área central, ocupada pelas classes de média e alta renda vivendo principalmente em apartamentos, passando por bairros valorizados no entorno do centro e chegando aos bairros periféricos, de baixa renda. Dentre os bairros consolidados de alta renda, caracterizados por grande homogeneidade social, estão a Vila Vergueiro, parte da Vila Rodrigues, o Bosque Lucas Araújo, as vilas Simon e Carmen (junto ao Bosque Lucas Araújo), e o loteamento Morada da Colina (junto à Escola Menino Deus). A Vila Vergueiro, loteada na década de 1940, é o primeiro bairro de Passo Fundo destinado às elites, e assim como a Vila Rodrigues está localizada no entorno do centro da cidade. Já o Bosque Lucas Araújo, as vilas Carmem e Simon, e o loteamento Morada da Colina são ocupações mais tardias, descontínuos em relação ao centro, porém não periféricas. Entre os bairros consolidados caracterizamos a Vila Vergueiro e o Bosque Lucas Araújo como aqueles com maior homogeneidade social, sendo assim os mais representativos bairros de alta renda da cidade, com destaque na estrutura urbana por constituírem áreas de grande prestígio social para a população e valorizadas pelo setor imobiliário, que se utiliza de sua proximidade como diferencial à localização de novos empreendimentos⁶⁸.

A cidade de Caxias do Sul, de forma similar a Passo Fundo, tem sua área central ocupada predominantemente por populações de média e alta renda e alguns bairros do entorno com a mesma característica: ao sul, os bairros Exposição, São Pelegrino, Panazzolo; ao norte, Madureira, Pio X; a oeste, Petrópolis e N. Sra. de Lourdes; a sudoeste, Cinquentenário, Medianeira, Rio Branco, Sanvito; a nordeste Interlagos; e a noroeste, o bairro Santa Catarina. A maioria desses bairros se agregam de forma relativamente continua em relação ao centro. Uma particularidade de Caxias, que a difere das demais cidades, diz respeito à permanência de duas ocupações irregulares de baixa renda nas imediações da área central, os bairros Euzébio de Queiroz e Jardelino Ramos, originários da década de 1940, além de uma ocupação junto ao bairro Madureira, na divisa com o parque municipal Mato Sartori.

Em Pelotas e Santa Maria, o período registra a emergência da diferenciação de um setor da periferia em relação aos demais, nos dois casos, nas respectivas porções leste das cidades. Correspondem a urbanizações motivadas por vetores de expansão importantes, no caso de Pelotas, vinculados às amenidades naturais, característica da região de balneário, no Laranjal, e em Santa Maria, à implantação da UFSM, no Camobi. Para essas duas cidades, o conteúdo social da periferia começa a se diversificar nas porções leste da cidade, uma vez que passam a ser ocupadas, ainda que não exclusivamente, pelas classes de média e alta renda.

No caso do Santa Maria, Rocha (2011) observa que entre 1960 e 1990 a vida social se estende do centro histórico para as porções sudeste e leste da cidade. As avenidas Presidente Vargas e N. Sra. Medianeira consolidam-se como áreas de concentração das classes de média e alta renda, sobretudo em edifícios de apartamentos, concentrando também comércio e serviços. Em paralelo, a elite passa a residir em bairros do entorno do centro, a exemplo dos bairros Patronato e N. Sra. de Lourdes, o último no prolongamento da rua do Acampamento, configurando um eixo de expansão na direção leste, a partir da avenida Fernando Ferrari, resultado de investimentos do programa CURA na cidade.

Soares (2002) relata um lento deslocamento das classes de alta renda do centro para o bairro da Luz, a partir da década de 1960, em direção à zona norte da cidade, ocupando terrenos vazios na avenida Dom Joaquim. A ocupação dessa avenida começa com o Seminário Diocesano (1944) e o uso residencial

⁶⁸ A Vergueiro é o primeiro bairro residencial de Passo Fundo destinado a alta renda, sua ocupação se inicia na década de 1940, em uma grande gleba de terra de propriedade de Nicolau de Araújo Vergueiro, grande parte do bairro é ocupada por residências unifamiliares, havendo, no entanto, uma pequena concentração de edifícios de alto padrão na porção oeste do bairro, junto à avenida Sete de Setembro. O Bosque é uma ocupação mais recente, iniciada na década de 1980, sua localização está associada à inserção em uma área de preservação ambiental, com significativa presença de vegetação nativa, que provavelmente tenha se constituído seu principal diferencial, o bairro é composto exclusivamente por residências unifamiliares. No II PDDU (1984) a Vergueiro e o Bosque foram tratados da mesma maneira, sendo classificados como ZR-5, Zonas residenciais que admitem TO de 45% e IA=1, permitindo usos residenciais unifamiliar e multifamiliar, alguns tipos de comércio varejista, serviços de educação (creches e escolas maternas) e cultura (auditórios, teatros, etc.), além de instalações permanentes para atividades recreativas.

somente se inicia 1972, também a partir da ocupação de parcelamentos anteriores. No entanto, a mais importante promoção para a definição de um novo território da classe média foi o bairro Colina do Sol (1981), projeto que inova do ponto de vista de incorporação, oferecendo tipologias de lotes e um protocolo para a construção das casas, que homogeneizam a ocupação, constituindo-se um projeto exitoso, baseado em lotes grandes, residências unifamiliares e uso do automóvel individual. A ocupação desses setores pelas camadas de média e alta renda corresponde à área valorizada por investimentos públicos no âmbito do programa CURA, denominado Projeto Baronesa, no bairro do Areal.

Concomitante à valorização dessa parcela da cidade, ao norte da área central, se iniciam os parcelamentos na direção leste, na região dos balneários (Santo Antônio, Prazeres, Valverde), na costa da lagoa dos Patos, a partir da década de 1950. Embora não homogênea socialmente, (balneário Santo Antônio mais elitizado, e balneário dos Prazeres mais popular), a constituição dessa área motivou a concentração da elite, que anteriormente já dispunha de casas de veraneio na praia do Cassino, em Rio Grande. O balneário, inicialmente caracterizado como local de segundas residências, dinamizou a urbanização do setor leste da cidade, motivando a implantação de loteamentos de alta renda no trecho de 12 km que separa a área central da costa da lagoa, viabilizada por investimentos públicos em infraestrutura urbana, sobretudo viária.

A incorporação do balneário ao perímetro urbano, no plano diretor de 1980, libera os promotores imobiliários a intervirem na área, o loteamento Recanto de Portugal (1981) teve o maior impacto, instalado na antiga Charqueada Castro, sediou a construção da sede campestre do Clube 1 de Dezembro; na década de 1980, intensificam-se os parcelamentos nessa direção, com destaque aos empreendimentos direcionadas à elite: Marina Ilha Verde (1981), com lotes dispendo de atracadouros no canal São Gonçalo, e *Las Acácias* (1982), com lotes mínimos de 600m². Posteriormente à valorização das áreas mais distantes, o mercado se voltou para os interstícios, no bairro Areal, já valorizado. O loteamento Chácara da Baronesa é um exemplo emblemático, área adquirida em 1979, porém somente lançada em 1985. Constituiu-se, assim, um claro vetor de valorização imobiliária e concentração de camadas de média e alta renda na direção leste da cidade, iniciando o processo de conurbação dos dois núcleos (central e leste). Portanto, investimentos do projeto Baronesa (avenida Ferreira Vianna), facilidade de deslocamento do centro, amenidades naturais (atrativos das praias), e uma ideologia antiurbana, que considerava o centro congestionado, e os interesses dos proprietários imobiliários em lotear a área, determinam o êxito do novo vetor de urbanização (SOARES, 2002). No zoneamento de 1980, as zonas residenciais mais restritivas (ZR1, ZR2 e ZR3) localizam-se na área central, em parcela do bairro Areal, e no extremo leste, às margens da lagoa, no Laranjal, confirmando o vetor de concentração das camadas de média e alta renda em formação.

Se percebe, assim, que entre as décadas de 1950 e 1980, os padrões espaciais de segregação, se analisados de forma comparativa entre as quatro cidades, têm em comum a consolidação do modelo centro-periferia, no entanto, concomitantemente, as cidades de Pelotas e Santa Maria passam a apresentar a emergência de novos processos, demonstrando o início da conformação de setores privilegiados, do centro em direção às respectivas periferias leste. A definição de setores prioritários à expansão das classes de média e alta renda, motivada por amenidades naturais em Pelotas, e pela implantação de grandes equipamentos urbanos (UFSM, base aérea) em Santa Maria, viabilizada por investimentos públicos e pelos interesses do setor imobiliário, evidencia o início de um processo de superação do modelo de segregação centro-periferia que seria dinamizado nas décadas seguintes.

EXPANSÃO URBANA | 1950 a 1990

0 1 2 3 km

Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum: Sirgas 2000

Caxias do Sul | Mapa 1986 Fonte: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami | Vista aérea década 1970 Fonte: autor desconhecido

Passo Fundo | Mapa 1968 Fonte: Lúcia Martinelli | Vista aérea década 1980 Fonte: autor desconhecido

Pelotas | Mapa 1978 Fonte: Catharina (2012, p. 116) | Vista aérea década 1970 Fonte: autor desconhecido

Santa Maria | Mapa 1967 Fonte: Tochetto (2016, p.212) | Vista aérea década 1980 Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria

Figura 13: Mapas e fotos históricas déc. 1960 a déc. 1980 Fonte: elaboração do autor

4.4 Reestruturação intraurbana e fragmentação socioespacial: 1990-2018

Em linhas gerais, a partir da década de 1990, evidenciam-se com mais força os avanços dos processos de globalização econômica, potencializados pelo desenvolvimento das tecnologias de informação, que promovem a simultaneidade dos eventos, potencializam a circulação de capital, relativizam as distâncias físicas e dissipam com grande alcance uma série de padrões comportamentais e de consumo.

Em meio a esse processo o Brasil passa, do ponto de vista político, por um período de consolidação da democracia, posterior ao regime militar, acompanhado da retomada do crescimento econômico na década de 2000, sendo freado por nova crise econômica e política sentida atualmente. O processo de urbanização avança e a população brasileira vivendo em cidades se aproxima de 85% (IBGE, 2017). Sob o viés das políticas urbanas, têm destaque a aprovação do Estatuto da Cidade, em 2001, e a criação do Ministério das Cidades, em 2003; em paralelo vive-se também a retomada dos investimentos federais urbanos, vinculados ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em que o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) teve especial repercussão nas cidades, com os investimentos em habitação que dinamizaram o setor da construção civil. No entanto, os avanços institucionais não reverteram os problemas estruturais que se perpetuam no espaço urbano, irrestritos às metrópoles e grandes cidades, manifestando-se claramente também nas cidades médias, período em que essas evidenciam crescimentos demográficos superiores às metrópoles e passam a atrair investimentos.

As cidades de Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria apresentam alguns processos comuns, demonstrando crescimento econômico e populacional, elevando suas taxas de urbanização e fortalecendo os papéis regionais. As políticas de financiamento estudantil contribuem para a dinamização do setor, que tem na cidade média um mercado promissor, daí o expressivo incremento de instituições de ensino superior no período. Às funções urbanas tradicionais acrescenta-se a o maior alcance dos processos de globalização econômica, não mais restritos às áreas metropolitanas, mas presentes também em cidades médias, e às vezes pequenas. Esse processo se evidencia em vários ramos, com a entrada de capital estrangeiro nos setores industriais e do agronegócio, mas também no varejo, com a inserção de multinacionais como as grandes redes de supermercados, lojas de departamentos e *fast foods*.

A cidade de Caxias do Sul supera as demais do ponto de vista demográfico (tabela 19), passando de cerca de 290 mil habitantes, em 1991, para 435 mil, em 2010; suas taxas de crescimento, superiores a 2% nas décadas de 1990 e 2000, ultrapassam os índices de menos de 1% de Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria, assim como as médias do estado e do país. A cidade de Pelotas é a que apresenta menor crescimento demográfico, 0,17%, entre 2000 e 2010.

CIDADES MÉDIAS GAÚCHAS: EVOLUÇÃO POPULACIONAL 1991 - 2010						
	1991		2000		2010	
	Total	Urb. (%)	Total	Urb. (%)	Total	Urb. (%)
Caxias do Sul	290925	91.0	360419	92.5	435564	96.3
Passo Fundo	147318	93.2	168458	97.2	184826	97.4
Pelotas	291100	91.0	323158	93.2	328275	93.3
Santa Maria	217592	90.2	243611	94.7	261031	95.1

Tabela 19: Evolução populacional - 1991 a 2010 Fonte: elaboração do autor Base de dados: IBGE

Do ponto de vista econômico, a cidade de Caxias do Sul fortalece seu perfil industrial, com crescimento das exportações no setor metalmeccânico, representando mais de 20% do faturamento industrial; Passo Fundo apresenta um processo de diversificação da economia, nos 2000, com a instalação de indústrias multinacionais na cidade, vinculadas ao agronegócio; Pelotas e Santa Maria mantêm seus perfis terciários predominantes, Rocha (2011) observa crescimento dos serviços militares e educacionais na cidade de Santa Maria; Britto (2016) evidencia ampliação da crise econômica em Pelotas associada ao processo de desindustrialização.

4.4.1 (Re)Estruturação intraurbana

As últimas três décadas caracterizam um período de sobreposição de permanências e de rupturas nas estruturas intraurbanas de Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria. As permanências são representadas pela lógica de produção de habitação popular nas periferias, no âmbito do programa federal Minha Casa Minha Vida (MCMV), reproduzindo o modelo BNH; em paralelo, na esfera privada, novas estratégias de acumulação capitalista resultam na promoção de novos produtos imobiliários como os *shopping centers*, os condomínios horizontais fechados periféricos e os bairros planejados, predominantemente direcionados às camadas de média e alta renda, resultando na emergência de novos processos de autosegregação em áreas periféricas, tradicionalmente ocupadas pelas classes de baixa renda, expressando assim maior fragmentação do território.

Essas dinâmicas já indicam repercussões significativas nas cidades estudadas, que conduzem à emergência de processos de reestruturação intraurbana, rompendo com as lógicas precedentes. Sposito (2013, p. 278) explica que “tomando-se como referência os processos de estruturação espacial sempre em curso, podemos reconhecer momentos em que as rupturas são expressas pela redefinição mais profunda de lógicas que orientam a produção do espaço urbano e as formas de apropriação e uso desses espaços, cabendo, então, a adoção da expressão ‘reestruturação’ para tal”. Se os condomínios horizontais e os bairros planejados viabilizam a emergência de novos padrões de segregação, os *shopping centers* correspondem à formação de novas expressões da centralidade, podendo significar alterações nas articulações dos principais elementos da estrutura intraurbana.

Conforme ilustra o mapa 45, os processos de expansão urbana a partir da década de 1990 nas cidades estudadas representam o avanço da ocupação por áreas periféricas, reforçando padrões fragmentados, de descontinuidade. A análise comparativa dos mapas evidencia o caso de Caxias do Sul, em que há um expressivo aumento da mancha urbana, associado ao significativo crescimento populacional do período.

Em Caxias do Sul, o crescimento da cidade ocorre de forma expressiva em todas as direções, no entanto se consolida a forma alongada da mancha urbana nas direções sudoeste (Farroupilha) e nordeste (São Marcos). A sudoeste amplia-se a tendência de conurbação com a cidade de Farroupilha, tendo como eixos indutores as rodovias RS122 e RS453; processo semelhante ocorre na zona norte da cidade, em direção a Flores da Cunha. A ocupação do setor nordeste permanece associada à BR 116, que desde a década de 1940 consolidou-se como um vetor de desenvolvimento urbano e de localização industrial, no entanto, a partir da década de 1970, os investimentos na RS 453 (Rota do Sol), na porção oeste da cidade, caracterizam um novo vetor de expansão urbana e de concentração industrial. A expansão territorial determina o surgimento e/ou desenvolvimento de diversos bairros: Kaiser, Salgado Filho, Planalto, ao sul; Forqueta, Desvio Rizzo, Charqueadas, Sanvito, Cidade Nova e Santa Catarina, a oeste; Cinquentenário, Universitário, Santa Fé, Interlagos e N. Sra. de Fátima, ao norte; e nas direções leste e nordeste, Bela Vista, Cruzeiro, Diamantino, São Ciro, São Cristóvão e Ana Rech.

Em Passo Fundo, a expansão urbana ocorre em todas as direções, embora apresente o preenchimento de alguns vazios (oeste e norte), caracteriza-se pelo avanço periférico, sendo expressivo no extremo oeste, nos bairros Integração e Santa Marta, que começam a ser loteados na década de 1980 e atualmente caracterizam um setor de expansão urbana destinado às classes de baixa renda. Na zona norte, parte da ocupação nas proximidades da rodovia (BR 285) e da ferrovia corresponde ao uso industrial, que se amplia nessa direção; o novo loteamento Cidade Nova também é representativo nesse setor. A urbanização da porção sul, descontínua à mancha urbana existente, é caracterizada pela concentração de sedes campestres de clubes recreativos, sendo pouco adensada por residências.

O processo de expansão urbana de Pelotas nas últimas décadas ocorre predominantemente nas direções norte e leste, nos bairros Três Vendas/Areal e São Gonçalo/Laranjal; na porção norte, tem destaque a implantação de loteamentos ao longo da avenida Simões Lopes; no bairro São Gonçalo, os parcelamentos preenchem alguns vazios urbanos nas imediações das avenidas Ferreira Viana e São Francisco de Paula; no extremo leste, no Laranjal, a ocupação se aproxima dos balneários e apresenta-se sobre a forma de condomínios fechados prioritariamente.

Santa Maria reforça o padrão linear de crescimento no período, nas direções leste-oeste. A oeste tem destaque a ocupação da fazenda Santa Marta por integrantes do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM), a partir da década de 1990, nas proximidades da COHAB Santa Marta e do distrito industrial; a leste, no bairro Camobi, a expansão urbana se dá através de loteamentos, conjuntos habitacionais (no âmbito do programa MCMV), assim como condomínios fechados, caracterizando uma ocupação diversificada do ponto de vista social.

A **localização industrial** reforça padrões de concentração em determinados setores urbanos, nas proximidades das rodovias especialmente e privilegiando a ocupação dos distritos industriais.

No caso de Caxias do Sul, em que a indústria é mais expressiva do ponto de vista econômico e territorial, são notáveis as concentrações industriais em três setores da cidade: no eixo da BR 116, a leste; ao longo da RS 453 - Rota do Sol (porções oeste, sudoeste e norte, especialmente nos bairros São José e N. Sra. de Fátima), nas imediações da RS 122 (que na direção norte se conecta a Flores da Cunha) e da avenida Rubem Bento Alves. O crescimento do bairro Desvio Rizzo, a sudoeste, associado inicialmente à indústria Enxuta, ganha impulso a partir da década de 1990, com a duplicação da RS 122 e construção do *shopping* Iguatemi (1996), constituindo o local de concentração industrial mais recente na cidade, embora não exista um distrito industrial oficial em Caxias do Sul.

Em Passo Fundo, a indústria anteriormente concentrada nas imediações da estação ferroviária, passa a localizar-se majoritariamente na zona norte da cidade, tendo a BR 285 e a ferrovia como vias de escoamento principais, nesses setores estão delimitados os distritos industriais, grafados no último plano diretor, de 2006. Em Pelotas, a maior concentração industrial ocorre na porção oeste da cidade, nas proximidades da BR 116, no distrito industrial, na área portuária e nas proximidades da via férrea não se constituem mais fatores determinantes à localização industrial. Em Santa Maria, a localização industrial se dá prioritariamente a oeste, no distrito industrial. Somente no caso de Passo Fundo, as maiores indústrias se articulam também à ferrovia, nas demais cidades dependem exclusivamente das rodovias.

As **áreas centrais** permanecem valorizadas do ponto de vista imobiliário, aglutinando a maior parte dos empregos e caracterizando-se como o principal destino dos fluxos cotidianos. O uso residencial ocorre nas áreas centrais principalmente em edifícios de apartamentos, embora a verticalização se estenda também em outras áreas das cidades, especialmente ao longo das principais avenidas. Em Passo Fundo, por exemplo, a verticalização, associada sobretudo às classes de média e alta renda, se amplia ao longo da avenida Brasil, nas direções oeste (sentido Boqueirão) e leste (sentido Petrópolis), e das avenidas Presidente Vargas e Rio Grande. Conforme discutido no capítulo III, a predominância de estruturas monocêntricas é uma realidade nas quatro cidades estudadas, embora se observe a emergência de novos equipamentos como os *shopping centers* como novas expressões de centralidade, assim como a fortalecimento de alguns subcentros de bairros, nenhum desses processos reduz significativamente a importância do centro principal.

As **políticas habitacionais** incidentes sobre as cidades de Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria, em âmbito federal, se ancoram no Programa de Arrendamento Residencial (PAR)⁶⁹, instituído em 1999, e no Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV)⁷⁰, de 2009, após um período sem investimento desde o encerramento do BNH.

⁶⁹ O programa PAR, instituído em 1999, se constitui de maneira inovadora por trabalhar sob forma de arrendamento residencial, com opção de compra, se aproximando do aluguel social. O programa foi destinado a municípios com população superior a 100 mil habitantes, tendo sido executado em 35 municípios gaúchos. Envolveu, além do governo federal, as prefeituras municipais para a identificação de áreas prioritárias, e agentes privados do setor imobiliário. Promovido pela Caixa Econômica Federal (agente executor) e tendo como agente financiador o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), atendeu a duas faixas de renda, 3 a 6 salários mínimos (de 1999 a 2004), denominado PAR Normal, e 2 a 4 salários mínimos, a partir de 2004, denominado PAR Especial. Segundo Chiarelli (2014), uma das prerrogativas do programa foi a busca por uma melhor inserção urbana, se comparada à produção anterior, do BNH, nesse sentido exigia-se que as áreas destinadas à implantação dos conjuntos deveriam estar inseridas na malha urbana, dotadas de infraestrutura e serviços básicos.

⁷⁰ O programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) é instituído no governo do PT, em 2009, no segundo mandato de Lula, e se insere no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC, 2007), que teve por objetivo retomar o planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país. O programa é concebido em meio a uma crise econômica internacional e tem por objetivo estimular a economia do país, a partir do setor da construção civil, visando articular o governo federal, os estados, municípios e a iniciativa privada. A Caixa Econômica Federal é o agente financiador, o Ministério

As quatro cidades foram beneficiárias do programa PAR na década de 2000, sendo Pelotas aquela que recebeu mais investimentos, construindo 15 conjuntos (2.471 unidades), número superior a capital do estado. Santa Maria recebeu 8 conjuntos (1.520 unidades), Caxias do Sul 6 (1.460 unidades) e Passo Fundo, 5 conjuntos (836 unidades).

Em todos os casos, as tipologias correspondem a edifícios verticais com até cinco pavimentos organizados em condomínios fechados. Relativo às localizações, não se observam concentrações em setores específicos das cidades, e ainda que existam exemplares periféricos, como o PAR no bairro N. Sra. das Graças, no extremo sul de Caxias do Sul, ou em Santa Maria, também na periferia sul, no bairro Urlândia, existem diversos conjuntos bem localizados, mais próximos das áreas centrais, como ocorre em Pelotas (PAR Porto, PAR Marcílio Dias, PAR Cruzeiro), ou ainda ocupando pequenos vazios urbanos em bairros consolidados, como nos casos de Passo Fundo (PAR Boqueirão e PAR Vera Cruz). No entanto, considerando-se as tipologias construtivas, qualidade arquitetônica e de implantação, ainda que se perceba alguma variação entre os exemplares, em geral não há grandes avanços em relação ao que se produziu sob o BNH, sobretudo na faixa destinada à população de menor renda. O tamanho das unidades, que variam de 33 a 44 m² de área útil, igualmente restringem a qualidade dos imóveis, conforme ilustram as figuras 14 e 15.

Figura 14: Pelotas - PAR Porto Fonte: Righi Arquitetura

Figura 15: Passo Fundo - PAR Boqueirão Fonte: Esplendor Imóveis

Relativo à produção habitacional do programa MCMV, para efeito de análise, no mapa 46 apresentamos somente os conjuntos direcionados à faixa 1 do programa, em geral, os demais não representam dados de localização abertos, ademais encontram-se pulverizados pela cidade.

Em Caxias do Sul, os conjuntos do MCMV estão localizados na extrema periferia leste, concentrados no bairro São Luiz; em Pelotas se concentram nos bairros Areal e Três Vendas; em Passo Fundo, na periferia noroeste, especialmente no bairro Santa Marta; em Santa Maria na porção leste, no bairro Camobi, nessa cidade destaca-se ainda produção de quatro loteamentos com recursos do PAC, concentrados na zona oeste. Em relação às tipologias, o programa contempla conjuntos verticais e horizontais.

Em linhas gerais, os conjuntos PAR são melhores localizados do que os conjuntos MCMV, tomando a distância ao centro (emprego, comércio e serviços) como referência. Os conjuntos MCMV faixa 1 são, em todos os casos, bastante periféricos, sendo, algumas vezes, desconectados da mancha urbana, e recorrentemente mal servidos de infraestrutura e equipamentos urbanos. Em Santa Maria, no entanto, apresenta-se uma especificidade: três empreendimentos do MCMV se localizam na zona leste da cidade,

das Cidades é o agente gestor, e os estados e municípios são responsáveis por direcionar a demanda. A iniciativa privada opera de forma independente ou em parceria com governos ou cooperativas. Atualmente as concessões de benefícios atendem a quatro faixas de renda – faixa 1 (até R\$ 1.800,00), faixa 1.5 (até R\$ 2.600,00), Faixa 2 (até R\$ 4.000,00) e Faixa 3 (até R\$ 9.000,00), com variação de subsídios e aplicação de juros.

próximos aos condomínios de alta renda, ainda que situados em áreas periféricas (aprofundaremos essa análise posteriormente).

Em linhas gerais, a retomada dos investimentos de vulto em habitação com o programa MCMV, embora numericamente expressiva em escala nacional, não significou avanços em termos qualitativos nas respectivas estruturas intraurbanas em que se inseriram. A localização periférica, distante do centro (e do emprego), mal servida de infraestrutura e equipamentos públicos se repete em todos os casos.

O exemplo de Passo Fundo demonstra a ocupação de áreas nas franjas urbanas da cidade, nesse caso na extrema periferia sudoeste, no bairro Santa Marta (figura 16) e exemplifica a articulação da prefeitura e do setor imobiliário na produção do espaço urbano, com recursos federais. No âmbito do programa PRODIN⁷¹, a prefeitura promove a expansão e adensamento da porção sudoeste da cidade (bairros Santa Marta e Integração), direcionados às classes de baixa renda. Embora exista um plano urbanístico⁷² para a área, o processo de adensamento já está em curso por meio da implantação de conjuntos com os recursos do MCMV, faixas 1 e 2, majoritariamente produzidos por uma única construtora⁷³; antecedendo os investimentos em infraestrutura. Sem discutir o (necessário) projeto urbanístico, a opção pelo adensamento desse setor com enfoque nas populações de baixa renda, em área historicamente desatendida, classificada em nossa análise (no capítulo III) como prioritariamente ocupada pela população pobre sem acesso à infraestrutura (grupo social 1), amplia a segregação em grande escala imposta aos mais pobres, acumulando vulnerabilidades socioespaciais.

Figura 16: Passo Fundo - Jardins Nativos Conjuntos MCMV (faixa 1) Fonte: Construtora Priori

As políticas e investimentos públicos não frearam os **problemas habitacionais** nas cidades estudadas. O avanço do déficit e da precariedade habitacional é destacado, embora inexistam históricos precisos da evolução do problema. Ainda quem nas primeiras décadas desse século, os problemas habitacionais persistam e se agravem, é sobretudo no período que compreende a segunda metade do século XX que o problema habitacional se coloca efetivamente como uma questão a ser enfrentada. Nossa abordagem do tema parte de uma primeira aproximação quantitativa do déficit habitacional, obtida através dos dados da Fundação João Pinheiro (FJP) e avança na localização dos problemas habitacionais por meio de duas fontes, a identificação dos aglomerados subnormais do IBGE (censo 2010) e os diagnósticos expressos nos Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS)⁷⁴.

⁷¹ Programa de Desenvolvimento Integrado de Passo Fundo (2010), viabilizado com a utilização de parte dos recursos oriundos de um financiamento obtido junto ao BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

⁷² Elaborado pelo escritório Vertrag Planejamento Urbano, em 2012, com sede em Curitiba.

⁷³ Construtora *Priori*, empresa local, fundada em 2005.

⁷⁴ O PLHIS, instituído em 2006, representa o termo de adesão ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), como requisito obrigatório de acesso aos recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). O PLHIS é definido como um documento de caráter administrativo, que abrange um conjunto articulado de diretrizes, objetivos, metas, ações e indicadores, que caracterizam, em determinado prazo, os instrumentos de planejamento e gestão dos estados, distrito federal e municípios para a área de habitação de interesse social.

Segundo dados da FJP (com base no Censo 2010), os índices relativos ao déficit habitacional total das cidades de Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria se aproximam, estando entre 8.19% (Caxias do Sul) e 9.31% (Passo Fundo). A média das quatro cidades (8.73%) é inferior aos índices de Porto Alegre, do estado e do país. Em termos absolutos, como era de se esperar em função do tamanho demográfico das cidades, os números são mais expressivos em Caxias do Sul, onde o déficit total representa cerca de 12.000 domicílios. Em Passo Fundo, com déficit de 5.747 domicílios, o problema é relativamente maior em relação às demais cidades estudadas, correspondendo a 9.31% dos domicílios. Avaliando-se os quatro indicadores que compõem o déficit total, o ônus excessivo com aluguel é o mais significativo em todos os casos, seguido pela coabitação familiar. A precariedade é mais expressiva em Santa Maria, onde representa 20% do déficit total (tabela 20).

Avaliando-se a distribuição do déficit habitacional por faixas de rendimento, assim como se dá em escala nacional, a maior parte se concentra entre população de baixa renda que recebe entre 0 e 3 salários mínimos mensais, representando mais de 57% do déficit em Caxias do Sul, 61% em Passo Fundo, 65% em Pelotas e 64% em Santa Maria. Contraditoriamente, os investimentos do BNH e do programa MCMV não privilegiaram essa população, contribuindo para o agravamento do déficit.

CIDADES MÉDIAS GAÚCHAS DÉFICIT HABITACIONAL 2010										
	Total		Componentes do déficit							
	Total relativo	Total absoluto	Dom. precários	%	Coabitação familiar	%	Ônus excessivo com aluguel	%	Adensamento excessivo de dom. alugados	%
Caxias do Sul	8,19	12029	2188	18,2	4485	37,3	4981	41,4	375	3,1
Passo Fundo	9,31	5747	1016	17,7	2205	38,4	2364	41,1	161	2,8
Pelotas	8,23	9383	1127	12,0	3968	42,3	4089	43,6	199	2,1
Santa Maria	9,21	8053	1611	20,0	3056	38,0	3297	40,9	90	1,1
Porto Alegre	9,54	48466	10402	21,5	19054	39,3	17124	35,3	1887	3,9
Rio Grande do Sul	8,42	303521	74613	24,6	124235	40,9	95777	31,6	8895	2,9
Brasil	12,09	6940691	1343435	19,4	2991313	43,1	2124404	30,6	481539	6,9

Tabela 20: Déficit habitacional (2010) Fonte: elaboração do autor Base de dados: FJP

Complementarmente ao déficit, a FJP aborda a inadequação dos domicílios. Nesse aspecto chama atenção o caso da cidade de Passo Fundo, em que 42.5% dos domicílios são inadequados, índice muito superior às demais cidades estudadas, assim como ao estado e o país. Caxias do Sul é a cidade em que a inadequação domiciliar é menos expressiva, estando em 8.1%, três vezes menor do que a média do estado. A maior parte dos domicílios inadequados, assim como o déficit, se concentra entre as camadas de baixa renda que recebem até 3 salários mínimos, em Pelotas, 70% dos domicílios inadequados está nessa faixa de rendimento. Avaliando-se a inadequação habitacional segundo a infraestrutura, novamente o caso de Passo Fundo se sobressai, atingindo aproximadamente 42% dos domicílios; o esgotamento sanitário é o componente de maior peso, em todos os casos, na composição desse índice, as demais variáveis (abastecimento de água, iluminação elétrica, destino do lixo, banheiro exclusivo e adensamento dos domicílios) se mostram pouco significativas.

A espacialização dos problemas habitacionais nas cidades de Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria está expressa no mapa 46. Uma primeira aproximação se dá através da identificação dos aglomerados subnormais⁷⁵ do IBGE (2010), que demonstram a cidade de Caxias do Sul como aquela que apresenta a maior proporção de pessoas vivendo em situações precárias, 5.6% dos domicílios perfazendo

⁷⁵ Um aglomerado subnormal consiste em um “conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas...) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa” (IBGE, 2011).

24 aglomerados subnormais. Passo Fundo e Pelotas apresentam proporções semelhantes, (cerca de 1% dos domicílios em aglomerados subnormais), já em Santa Maria o IBGE não identificou aglomerados subnormais.

CIDADES MÉDIAS GAÚCHAS AGLOMERADOS SUBNORMAIS IBGE (2010)					
	nº de aglomerados	domicílios	% total de domicílios	população	% população total
Caxias do Sul	24	8 317	5,6	28167	6,46
Passo Fundo	5	700	1,1	2428	1,31
Pelotas	6	959	0,8	3217	0,97
Santa Maria	*	*	*	*	*
Porto Alegre	107	56 024	11	192 843	13,6
RS	223	86 478	2,4	297 540	2,8
Brasil	6324	3 224 529	5,6	11 425 644	6,00

Tabela 21: Aglomerados subnormais Fonte: elaboração do autor Base de dados: IBGE (2010)

Abordaremos as localizações dos aglomerados subnormais de maneira articulada às informações contidas nos planos locais de habitação (PLHIS), que levam em consideração outras variáveis complementares.

O PLHIS Caxias do Sul (2010) identifica 113 assentamentos precários na cidade, abarcando cerca de 7.000 famílias e 30.000 pessoas. O histórico dos núcleos de subnormalidade registra, em 1968, três assentamentos (Santa Fé, Jardelino Ramos e Euzébio Beltrão de Queiroz); em 1973, são identificados 15 núcleos, em 1984 esse número dá um salto para 107, se mantendo praticamente estagnado até 2010, quando são registrados 113 núcleos de subnormalidade. Entre as décadas de 1980 e 1990 não houve crescimento significativo das ocupações em função da produção FUNCAP/COHAB. Dentre os 113 núcleos subnormais, há variações em termos de unidades (número de casas), assim como em relação aos critérios de subnormalidade.

Avaliando-se sua distribuição espacial, observa-se uma abrangência significativa em todas as regiões da cidade, principalmente nas periferias. Em termos quantitativos, sobressaem-se três setores, Fátima (1.675 casas), Centro (1.650 casas) e Santa Fé/Planalto (1.374), onde estão localizados os maiores núcleos. A proeminência do problema na área central se deve especialmente à presença do Complexo Jardelino Ramos (801 casas, 1.119 famílias, 13 ha) e dos núcleos Euzébio Beltrão de Queiroz (232 casas, 289 famílias, 2,8 ha) e 1 de Maio (525 casas). Os dois primeiros surgiram na década de 1940, resultantes de ocupações de áreas inicialmente desprezadas em função da acentuada declividade. A maioria dos demais núcleos não ultrapassa 10 casas. No setor Fátima tem destaque a ocupação denominada Canyon, com 600 casas, em aproximadamente 13 há; no setor Santa Fé/Planalto, o maior assentamento é o Coesp, com 650 casas, em 9,2 ha.

Levando-se em consideração os critérios de hierarquização dos núcleos de subnormalidade, estabelecidos pela prefeitura de Caxias do Sul, que considera dois grandes grupos, aqueles passíveis de regularização (com melhorias) e aqueles objeto de reassentamento (em que há inviabilidade de permanência no local), são destacados 16 assentamentos considerados precários na cidade⁷⁶. A maioria desses assentamentos apresenta riscos ambientais associados a deslizamentos, além de infraestrutura e condições de moradia precárias. O mapa 46 expressa a localização desses núcleos na cidade e revela uma maior concentração na porção centro-sul, com poucos núcleos dispersos ao norte. Os aglomerados subnormais correspondem a áreas identificadas como assentamentos precários no PLHIS, porém acrescentam outras áreas, a exemplo das ocupações na zona oeste da cidade, às margens da RS 453, e na zona norte, no bairro Pioneiro.

⁷⁶ Euzébio Beltrão de Queiroz (déc. 1940), Canyon (1985), Coesp (s.d.), Complexo Jardelino Ramos (dec. 1940), Diamantino (1988), avenida Circular (s.d.), Marianinha de Queiroz (1991), Portinari (1989), Salgado Filho (s.d.), Vale do Planalto (s.d.), Área dos Padres (s.d.), Cinquentenário II (s.d.), Coopasa – Asa do Aeroporto (s.d.), Monte Carmelo (s.d.), Jardim Embaixador (s.d.) e Sol Nascente (s.d.).

Em Passo Fundo, segundo a Secretaria de Habitação (SEHAB), em setembro de 2009 havia pelo menos 27 ocupações irregulares, dentre elas, têm destaque assentamentos na Vila Bom Jesus, Victor Issler, Vila Ipiranga e Entre Rios, por agruparem as maiores quantidades de lotes. Três das cinco maiores resultam da ocupação de áreas verdes. Embora não tenhamos tido acesso a um mapa com a localização precisa das ocupações, segundo informações da SEHAB, a maioria delas corresponde às Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), indicadas no último plano diretor (PDDI, 2006). A partir da sobreposição das ZEIS sobre foto aérea identificamos aquelas que correspondem aos assentamentos precários, demarcados no mapa 46.

Observamos grande concentração de assentamentos precários nos bairros Integração e Santa Marta, porção oeste da cidade; no bairro Zacchia, ao norte; ao longo da ferrovia, nas porções norte (Vera Cruz, Valinhos e Victor Issler) e sudoeste (São Luiz Gonzaga); ao sul, nos bairros Cruzeiro, Petrópolis, Lucas Araújo e Exposição.

No Zacchia, um dos bairros mais carentes de Passo Fundo, os assentamentos ocorrem em áreas privadas, no entorno do conjunto habitacional construído pela COHAB na década de 1980. Outro destacado problema habitacional na cidade diz respeito à localização de assentamentos precários nas faixas de domínio da ferrovia, em seu trecho urbano, principalmente nos bairros Valinhos, Vera Cruz, Victor Issler e São Luiz Gonzaga. A ocupação irregular da “beira-trilho” foi objeto de estudo do Projeto Cidade para Todos⁷⁷, de acordo com o diagnóstico produzido pelo grupo, nos 15 km de extensão da ferrovia, em perímetro urbano, há 792 unidades habitacionais situadas em área de risco, na faixa de domínio. Segundo contagem da equipe responsável pela elaboração do PLHIS, há 1.410 unidades habitacionais nas imediações da ferrovia. A população que ocupa a orla ferroviária é predominantemente de baixa-renda, sendo que 75% dos entrevistados recebia auxílio bolsa-família e 81.52% das famílias recebem no máximo 03 salários mínimos.

Segundo Soares (2002), o primeiro diagnóstico habitacional preciso da cidade de Pelotas consta no plano diretor de 1980, onde foram identificadas cerca de 5.000 subhabitações (12.3% do total), distribuídas pela cidade, com maior concentração no bairro Areal (cerca de 20%), seguidas da zona do porto (11.6%), Fragata (15.2%) e Três Vendas (15%), a área central abrangia somente 4.7% das subhabitações, nesse cenário 41% da população de baixa renda não tinha acesso ao mercado formal.

Segundo o diagnóstico do PLHIS Pelotas (2014), os problemas habitacionais da cidade derivam do processo de urbanização acelerado, caracterizado pela chegada de um grande contingente de trabalhadores rurais sem emprego na cidade, além da peculiaridade relacionada à herança dos latifúndios e à concentração da propriedade entre poucas famílias locais que agrava a divisão social do espaço e dificulta o acesso à terra urbana, sendo produtos dessas dinâmicas os loteamentos informais em áreas desqualificadas nos interstícios das áreas consolidadas e nas franjas urbanas, em zonas de transição do rural para o urbano. Com base em dados da FJP (2005) e cadastros da PMPE (2009), o déficit habitacional básico foi calculado em 12.694 unidades habitacionais (11 % dos domicílios em área urbana), dentre os componentes do déficit têm destaque a coabitação (46.8%), o ônus com aluguel (45.18%), seguidos pela precariedade (7.59%) e pelos domicílios improvisados (0,42%); com relação à inadequação, o principal problema apontado foi ausência de esgotamento sanitário em 11.75% dos domicílios.

O PLHIS destaca que as demandas habitacionais em Pelotas estão relacionadas a dois atributos: paisagem natural de suporte, relacionadas à ocupação de áreas ambientalmente frágeis, e adequação fundiária, relativas à propriedade do solo, problemas de infraestrutura básica e acesso a equipamentos urbanos.

As ocupações em áreas ambientalmente frágeis tendem a se concentrar ao longo dos cursos d’água, nas áreas de várzea sujeitas a inundações, a exemplo das ocupações ao longo do canal Santa Bárbara, na porção norte (nas proximidades da estação rodoviária) e ao sul (junto à ponte férrea sobre o canal São Gonçalo), e na região portuária (Navegantes ou zona da Várzea). Essas áreas têm em comum a presença de habitações precárias em áreas de risco ambiental, carentes de infraestrutura. No entanto, também existem problemas habitacionais em áreas ambientalmente seguras, apropriadas à ocupação urbana, nesses casos associadas à maneira como foi promovido o parcelamento do solo, à exemplo das COHABs

⁷⁷ O projeto Cidade de Todos foi desenvolvido em áreas de risco na Beira Trilho no município de Passo Fundo por meio de parcerias entre organização de direitos humanos, órgãos públicos municipais e instituições de ensino superior. O grupo aplicou questionários entre fevereiro de 2007 e junho de 2008.

Tablada, Lindóia e Pestano e do Loteamento Dunas, em que há problemas de serviços e conexão com o restante da cidade. O plano evidencia que os problemas habitacionais são mais numerosos no entorno dos grandes conjuntos da COHAB (Guabiroba, a oeste; Lindóia e Pestano, ao norte), e juntamente ao loteamento irregular Dunas, a nordeste; porém, são mais agudos em áreas ambientalmente frágeis, junto à foz do arroio Santa Bárbara e na região da Várzea, nas Doquinhas, na Balsa e no antigo leito (chamado de braço morto) do arroio Santa Bárbara.

A espacialização dos dados do déficit e inadequação habitacional revela que o déficit básico é mais expressivo nos bairros Gotuzzo-Guabiroba, Obelisco-Dunas-Bom Jesus, zona da Várzea e Porto-Caieira. A inadequação urbana associada à ausência de redes de esgoto é mais grave nos bairros Barragem (70,9%), Caveg-Aeroporto (31,7%), Getúlio Vargas-Sanga Funda (34,2%), Sítio Floresta (44,7%), Vila Governação-Distrito Industrial (34,7%). A inadequação fundiária ocorre sobretudo em áreas de urbanização tardia, nas periferias, como Getúlio Vargas e Lindóia, em Três Vendas; zona da Várzea no Bairro São Gonçalo e Loteamento Dunas no Areal, em que as famílias receberam as casas, mas não contam com as matrículas dos terrenos.

Por fim, visando a caracterização de assentamentos precários, identificados segundo critérios comuns, o plano apresenta uma matriz de precariedade habitacional, que agrega três componentes: inaptidão ambiental (vulnerabilidade hidrológica), densidade excessiva (de pessoas e edificações) e problemas de infraestrutura. No bairro Fragata destacam-se os assentamentos no entorno da COHAB Guabiroba, junto à lagoa de decantação da SANEP; no bairro Centro as ocupações junto ao leito do arroio Santa Bárbara, tanto mais ao sul, no Simões Lopes, quanto mais ao norte, junto à rodoviária; no bairro São Gonçalo, as ocupações da Balsa, junto ao antigo frigorífico Anglo (hoje campus da UFPEL) e os loteamentos Navegantes I, II e II; no bairro Areal, o loteamento Dunas; no bairro Três Vendas, Santa Terezinha e Pestano. Dos seis aglomerados subnormais identificados pelo IBGE, quatro estão às margens dos cursos d'água, ao longo dos arroios Pepino e Santa Bárbara, e dois correspondem a parcelas das áreas de assentamentos precários identificadas pelo PLHIS na porção norte da cidade, no bairro Três Vendas.

As ocupações irregulares na cidade de Santa Maria se iniciam na década de 1960 e se intensificam nas décadas de 1970 e 1980, se estendendo aos dias atuais. Entre 1960 e 1990 são registradas 48 ocupações irregulares, ocorrendo sobretudo às margens da ferrovia, na zona norte da cidade; ao longo das rodovias, nas zonas leste e oeste; em áreas desapropriadas pelo governo, como no caso da Fazenda Santa Marta, na zona oeste; e em menor grau, em áreas privadas ou áreas de risco, de grande declividade, na zona norte, ou às margens de cursos d'água (ROCHA, 2011).

Caxias do Sul | bairro Jardimino Ramos

Fonte: Juan Barbosa

Caxias do Sul | bairro Canyon

Fonte: Roni Rigon

Passo Fundo | bairro Victor Issler

Fonte: Diego Ferretto

Passo Fundo | bairro Bela Vista

Fonte: PLHIS Passo Fundo (2009)

Pelotas | bairro Simões Lopes

Fonte: PLHIS Pelotas (2014)

Pelotas | bairro Balsa

Fonte: PLHIS Pelotas (2014)

Santa Maria | bairro Nova Santa Martha

Fonte: João Vileni

Santa Maria | ocupação KM2

Fonte: PLHIS Santa Maria (2011)

Figura 17: Assentamentos precários Fonte: elaboração do autor

Em paralelo ao quadro de produção pública e de autoprodução de habitação pelos grupos excluídos, as cidades de Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria são objetos da **produção privada** do espaço urbano, materializada em novos produtos imobiliários, os quais Corrêa (2010) define como inovações urbanas. Segundo o autor, as inovações se constituem como os meios pelos quais o capitalismo garante sua existência e reprodução, envolvendo estratégias de destruição e obsolescência programada; a ideia do novo, presente nos bens de consumo de massa, sinônimo de progresso e bem-estar, forjada pela publicidade, torna-se objeto de consumo. No espaço intraurbano, as inovações espaciais caracterizam-se por novas formas e novas funções, sendo representadas, segundo o autor, especialmente pelos *shopping centers*, condomínios exclusivos e pelas vias expressas, elementos que juntos propiciam a formação de “setores seletivos, dotados de amenidades e apropriados pela classe média alta e pela elite” (CORRÊA, 2010, p. 150).

Nas cidades estudadas observa-se a emergência desses novos produtos imobiliários, acrescentando-se os bairros planejados, assim como a importância do sistema viário como viabilizador dessas localizações. No entanto, ainda que a concentração desses objetos favoreça ou reforce a formação de setores de amenidades, a sua utilização ou apropriação não se dá exclusivamente por classes de média e alta renda, conforme veremos a seguir.

Relativo aos *shopping centers*⁷⁸, fora da região metropolitana de Porto Alegre (RMPA), a cidade de Caxias do Sul é a que apresenta a maior concentração de equipamentos do gênero, quatro no total; em Santa Maria há três *shoppings*; em Passo Fundo, um em funcionamento e outro em vias de inauguração (prevista para 2018); Pelotas conta somente com um *shopping center*. A implantação desses equipamentos nas cidades estudadas se insere no contexto de expansão do setor varejista, se materializando, porém, somente na década de 1990, primeiramente em Caxias do Sul, seguida por Santa Maria e Passo Fundo. A cidade de Pelotas é a que apresenta a implantação mais tardia de um equipamento do tipo, somente em 2013.

Em relação às estratégias locais dos *shopping centers*, dois padrões distintos se apresentam e se sobrepõem ao longo do tempo: o primeiro determinado por localizações mais centrais, e o segundo pela dispersão desses equipamentos, segundo diferentes lógicas.

No primeiro padrão encontram-se exemplares em Caxias do Sul, Passo Fundo e Santa Maria. Os primeiros *shoppings* de Caxias do Sul e Passo Fundo, *Prataviera* e *Bella Città*, respectivamente, são implantados em áreas centrais, em certa medida se sobrepondo ao comércio popular de rua e às galerias comerciais, populares nas décadas de 1970 e 1980. Do ponto de vista espacial, reforçam a importância do centro principal, e a proximidade das camadas de alta renda. Em Santa Maria, no entanto, os *shoppings* da década de 1990, *Monet* e *Royal Plaza*, localizam-se em bairros residenciais contíguos ao centro, respectivamente, N. Sra. de Lourdes e N. Sra. das Dores, bairros valorizados, predominantemente ocupados pelas classes de média e alta renda, nesses casos inserem-se em áreas predominantemente residenciais⁷⁹. As localizações dos *shoppings* *Monet* e *Royal Plaza* reforçam a valorização do setor leste da cidade, em direção ao bairro Camobi e à UFSM.

Um segundo grupo de *shopping centers* representa aqueles afastados do centro, presentes nas quatro cidades estudadas. O novo *shopping* de Santa Maria, o Praça Nova, apresenta uma estratégia de localização associada à acessibilidade regional, situado no bairro Urlândia, às margens da BR 158, em uma área de média e baixa renda. No caso de Passo Fundo, o Passo Fundo *Shopping*, a ser inaugurado no bairro

⁷⁸ Os *shopping centers* surgem nos Estados Unidos, no contexto de crescimento econômico e metropolização do pós-guerra, nas décadas de 1940 e 1950. No Brasil, começam a aparecer a partir da década de 1960 nas metrópoles; atualmente extrapolam a função exclusivamente comercial e efetivam-se como equipamentos que agregam outras atividades (serviços, cinema, alimentação etc.) que lhe conferem também o *status* de espaços de lazer. Segundo dados da ABRASCE (2017), 46% dos *shoppings* estão nas capitais, do percentual restante, 43% estão em cidades com menos de 500 mil habitantes. Em 2017, 75% das inaugurações ocorreram fora das capitais, o que indica a desconcentração desses equipamentos e o interesse pelas cidades médias. No Rio Grande do Sul, há 39 *shopping centers* em operação atualmente, 22 na região metropolitana de Porto Alegre e o restante no interior do estado.

⁷⁹ Há, no entanto, no centro de Santa Maria, empreendimentos de mesma natureza (*shopping* Santa Maria e o Elegância *Shopping*), implantados na década de 1990, mas que não são classificados como *shopping center* segundo a ABRASCE, por apresentarem área bruta locável (ABL) inferior a 5 mil m²; esses empreendimentos, em termos de escala, estão mais próximos das galerias comerciais.

São Cristóvão, na avenida Presidente Vargas, o principal eixo viário da porção sudeste da cidade, tanto apresenta acessibilidade regional facilitada⁸⁰, como se insere em uma área da cidade tipicamente de classe média, em constante valorização imobiliária. Uma particularidade desse empreendimento vai de encontro às observações de Corrêa (2010) no que diz respeito à obsolescência de algumas áreas da cidade, ou às modernizações compulsórias, uma vez que o *shopping* substituiu um antigo edifício industrial, onde funcionou o Frigorífico Costi (1948), tipologia com enorme potencial arquitetônico para conversão em um centro cultural ou equipamento do gênero, ideia aventada por setores da sociedade, porém descartada pelo grande capital (figura 18).

Figura 18: Passo Fundo - Frigorífico Z. D. Costi | shopping Passo Fundo Fonte: Giaretta (2016), Inovar Incorp.

O *shopping* Pelotas, por sua vez, localizado na avenida Ferreira Viana, reforça a conformação de um eixo de expansão das camadas de média e alta renda partindo do centro em direção à área de balneário, no Laranjal.

Em Caxias do Sul, o *shopping* Iguatemi, no bairro Sanvito (sudoeste), localizado às margens da RS 122, apresenta acessibilidade regional facilitada, estando a aproximadamente 13 km (em linha reta) do centro da cidade de Farroupilha, e a 5 km do centro de Caxias. Dentre as quatro cidades, o caso do Iguatemi de Caxias é o que melhor exemplifica o desenvolvimento imobiliário ocasionado pela implantação de um *shopping*: a comparação das imagens aéreas de 2004 e 2017 (figura 19) demonstra o parcelamento e ocupação da gleba vazia vizinha ao *shopping*, predominantemente por edifícios de apartamentos, configurando uma área com potencial de centralidade, tanto em função da existência do equipamento, como pelo potencial de uso misto. Por fim, o *shopping* Martcenter, também em Caxias do Sul, embora localizado a somente 1 km do Iguatemi, apresenta perfil mais popular que o primeiro, compatível com o bairro em que se insere, o Desvio Rizzo.

Figura 19: Caxias do Sul - shopping Iguatemi 2004 e 2017 Fonte: Google

⁸⁰ A extensão da avenida Presidente Vargas na direção sudeste corresponde à RS 324, que conecta Passo Fundo à cidade a Marau, um mercado consumidor em potencial.

Os **condomínios fechados horizontais**⁸¹ definem, no âmbito das ciências sociais, um tema de interesse nas últimas décadas, diante de sua generalização nas cidades, expressando inicialmente novas formas de autosegregação das camadas de alta renda e atualmente constituindo uma tipologia utilizada também na produção de habitação popular, ainda que em menor escala.

Diversos autores⁸² têm demonstrado a disseminação de condomínios horizontais pelas cidades médias nas últimas décadas, nas cidades estudadas esses empreendimentos se difundem nesse início de século. O uso residencial condominial, no entanto, ocorre desde a década de 1950, com o processo de verticalização, sendo a primeira manifestação espacial da concentração das camadas de alta renda em edifícios de apartamentos, nas áreas centrais. Os condomínios verticais multiplicaram-se e popularizaram-se, sendo objeto inclusive de promoção pública de habitação popular, atualmente disputam espaço com os condomínios horizontais, que acrescido à oferta de segurança, apresentam outros atrativos, principalmente quando voltados às camadas de alta renda.

Nas cidades de Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria, localizamos uma quantidade considerável de condomínios horizontais cujo padrão (tamanho de lote, edificações, equipamentos) remetem a um público de média e alta renda. Os empreendimentos com essa característica estão listados na tabela 24⁸³. Dentre os condomínios horizontais populares localizamos exemplares expressivos nas cidades de Passo Fundo e Santa Maria.

Quantitativamente, Caxias do Sul se destaca, no entanto, dos 25 condomínios localizados na cidade, a partir de mapa elaborado pela prefeitura em 2008, uma parte encontra-se desocupada, ou apresenta poucas edificações dispersas, aparentando ocupações pretéritas com características de chácara, sobre as quais não foi possível obter informações. Em 2018, no entanto, ocorre o lançamento concomitante de seis empreendimentos, totalizando 820 lotes.

A cidade de Santa Maria, com 15 empreendimentos localizados, é a que tem maior destaque, somando mais de 1.800 lotes; em Pelotas, foram localizados 10 empreendimentos e cerca de 1.300 lotes; em Passo Fundo sete empreendimentos e aproximadamente 800 lotes (tabela 22). Como características comuns à implantação dos condomínios, três fatores podem ser destacados: as temporalidades, as estratégias de *marketing*, e os padrões locacionais periféricos.

⁸¹ Condomínios fechados horizontais: espaços compostos por um conjunto de lotes ocupados por residências unifamiliares, que compartilham áreas comuns (vias, praças, parques, clubes etc.), são murados e têm acesso controlado. Não nos interessa, portanto, o estatuto jurídico desses espaços, que inclusive não é consensual e gera debates no meio jurídico.

⁸² Sposito e Goés (2013); Dal Pozzo (2011, 2015); Rocha (2011); Soares (2002).

⁸³ Não tivemos acesso a dados oficiais das prefeituras em relação a esses empreendimentos, com exceção de um mapeamento fornecido pela prefeitura de Caxias do Sul. Assim, os empreendimentos foram localizados a partir de levantamento de campo e de informações disponibilizadas por construtoras, incorporadoras e imobiliárias, acerca de lançamentos recentes. Alguns empreendimentos mais antigos eventualmente aparecem descritos em trabalhos acadêmicos, ou não apresentam informações. A identificação como condomínios fechados “de alta renda” deriva da análise qualitativa dos empreendimentos (tamanho dos lotes, presença de áreas comuns generosas, tipologias das edificações). O porte dos empreendimentos está relacionado, em nossa classificação, ao número de lotes que oferecem. Nesse sentido, trata-se de um levantamento aproximado, porém, suficiente para a finalidade que o utilizamos.

CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS DE ALTA RENDA									
Caxias do Sul					Passo Fundo				
nome	lançamento	un.	bairro setor		nome	lançamento	un.	bairro setor	
Aldeia	déc. 1990	7*	Marechal (centro)	Floriano	Morada Horizonte	1984	310	zona rural (sudeste)	
Parque Alvorada	déc. 1990		Pedancino (norte)		Gramado	déc. 2000	15*	Petrópolis (leste)	
Venturini	déc. 2000		Monte Berico (noroeste)		Morada dos Pinhais	déc. 2000	10*	Luiza (sul)	
Picolli	déc. 2000		Monte Berico (noroeste)		Vivenda das Palmeiras	2009	149	São José (nordeste)	
Vista Bella	déc. 2000		Linha 40 (noroeste)		Bosque Village	2010	46	Lucas Araújo (sul)	
Cond. dos Lagos	déc. 2000	20*	Linha 40 (noroeste)		Villa Palladio	2010	115	zona rural (sudeste)	
Condado Anjo	déc. 2000	50*	Linha 40 (noroeste)		La Barra	2012	157	zona rural (norte)	
Tomazzoni	déc. 2000	50*	Linha 40 (noroeste)		Total: 7 empreendimentos 802 lotes*				
Roda Viva	déc. 2000	35*	Monte Berico (noroeste)		Santa Maria				
Jardim América	déc. 2000	20*	Jardim América (centro)		nome	lançamento	un.	bairro setor	
Monte Belo	déc. 2010		Monte Berico (noroeste)		Copis	1992	7	Camobi (leste)	
Vale dos Pinheiros	déc. 2000	35*	Linha 40 (noroeste)		Sociedade de Medicina	1996	135	São Jose (leste)	
Cond. da Montanha	déc. 2000	50*	Linha 40 (noroeste)		Vila Verde	déc. 1990	59	Camobi (leste)	
Paradiso	déc. 2000	20*	Linha 40 (noroeste)		Morada do Lago	déc. 2000	87	Tomazetti (sul)	
Piazza	déc. 2000	35*	N. Sra. da Saúde (noroeste)		Greenwood Village	déc. 2000	21	Cerrito (leste)	
Sem den.			Linha 40 (noroeste)		Montes Verdes	déc. 2000	20*	N.S. P. Socorro (norte)	
Sem den.	déc. 2000		Linha 40 (noroeste)		Pq. das Oliveiras	2012	174	Tomazetti (sul)	
Sem den.	déc. 2000	70*	N. Sra. da Saúde (noroeste)		Providence Club	2014	110	São José (leste)	
Sem. den.	déc. 2000	8*	Jardelino Ramos (centro)		Alexandria	2014	179	zona rural (leste)	
Monterey	2018	140	São Ciro (nordeste)		Bauhaus	2015	102	Camobi (leste)	
Vicino	2018	108	Pedancino (norte)		Cid. Univ. Ecovillage	2015	439	Camobi (leste)	
Villa Belle Exclusive	2018	165	Serrano (nordeste)		Viarregio Res. Club	2015	153	Camobi (leste)	
Montalcino Reserva	2018		N. Sra. da Saúde (noroeste)		Real Park	2015	300*	Tomazetti (sul)	
Le Parc	2018	137	Interlagos (norte)		Uma grande família	déc. 2010	25*	Camobi (leste)	
Antonella Cond. Club	2018	73	N. Sra. da Saúde (noroeste)		Punta Cana	déc. 2010	23*	São José (leste)	
Total: 25 empreendimentos 1023 lotes*					Total: 15 empreendimentos 1834 lotes*				
Pelotas									
nome	lançamento	un.	bairro setor		nome	lançamento	un.	bairro setor	
Vivendas da Baronesa	déc. 1990	35*	Baronesa (leste)		Lagos de São Gonçalo	2010	365	São Gonçalo (leste)	
Costa Doce	1995	6*	Laranjal (leste)		Imigrantes	2010	30*	Pq. Gonzaga (norte)	
Bougainville	1995	97	Laranjal (leste)		Veredas do Laranjal	2011	454	Laranjal (leste)	
Aldo Locatelli	déc. 2000	25*	Pq. Gonzaga (norte)		Alphaville	2012	273	Laranjal (leste)	
Jd. Das Anacauítas	2002	20	Baronesa (leste)		Figueiras da Marina	2017	34	São Gonçalo (leste)	
Total: 10 empreendimentos 1339 lotes*									

* Dado aproximado (contagem sobre foto aérea)

Tabela 22: Condomínios horizontais de alta renda Fonte: elaboração do autor

As décadas de 1980 e 1990 apresentam poucos exemplares de condomínios nas cidades estudadas. O primeiro registro encontrado data de 1984, na cidade de Passo Fundo, com a inauguração do condomínio Morada Além do Horizonte, porém destinado a residências de recreio, inclusive localizado em área rural. Na década de 1990 surgem, em Santa Maria e Pelotas, empreendimentos aos moldes contemporâneos, destinados à residência principal, porém pouco expressivos em termos de oferta de lotes, têm destaque nesse período somente dois casos: o condomínio Sociedade de Medicina (1999), em Santa Maria, com 135 lotes, e o condomínio *Bougainville* (1995), em Pelotas, com 97 lotes. Na década de 2000, a implantação de condomínios segue em ritmo ascendente, no entanto, é na década de 2010 que esse mercado se amplia nas cidades estudadas, e que o número de empreendimentos aumenta consideravelmente, abarcando maior número de lotes e evidenciando estratégias comerciais planejadas. A cidade de Caxias do Sul, por exemplo, apresenta seis empreendimentos em fase de lançamento concomitantes, em 2018. Entre 2012 e 2015 foram lançados cinco empreendimentos (do total de 15), em Pelotas, metade dos condomínios são dessa década, mesma proporção observada em Passo Fundo. Observa-se que nesse período de grande desenvolvimento do setor, ocorre inclusive a entrada de grandes empresas com sedes em outros estados, como a Alphaville Urbanismo, responsável pelo Alphaville Pelotas, e a *Real Park*, com o *Real Park Santa Maria*.

Relativo às estratégias de *marketing* associadas aos condomínios horizontais periféricos, evidenciam-se algumas ideias principais: a noção de exclusividade, de pertença a um espaço que poucos têm acesso; o apelo à segurança, promovida pelos muros, vigias e sistemas eletrônicos; a proximidade da natureza associada à tranquilidade, à vida bucólica no campo; e a acessibilidade seletiva à cidade. O último ponto é fundamentalmente importante, pois os condomínios estão localizados, via de regra, em áreas periféricas, que permitem a obtenção de grandes glebas a preços relativamente baixos maximizando os lucros; a noção de periferia, no entanto, é revertida a partir da oferta de acessibilidade ao centro pela proximidade de vias de trânsito rápido (grandes avenidas e principalmente rodovias) como também a equipamentos de interesse, com destaque aos *shopping centers*, assim como a proximidade de outros condomínios de mesmo padrão, ou equipamentos de prestígio social na cidade (clubes e universidades, por exemplo), além de amenidades naturais, como no caso de Pelotas (praia do Laranjal). A tríade de inovações espaciais urbanas, apontada por Corrêa, se manifesta com muita clareza; a figura 20, extraída do site do *Real Park Santa Maria*, expressa as estratégias mercadológicas aqui apontadas.

Conceito | Localização | Residencial Fechado | Esporte e Lazer | Paisagismo Área Verde | Serviços Conveniência | Infraestrutura | Residência Sugestões | Video | Real Park

Real Park Santa Maria

A oportunidade de uma vida tranquila, repleta de Lazer, a apenas 10 minutos do centro de Santa Maria

Clique aqui e entre em contato via e-mail

O Real Park Santa Maria está inserido no bairro Tomazetti, onde se concentram os condomínios de alto padrão. Apenas a 10 minutos do centro, próximo à Sede Campestre Dores, com fácil acesso às principais rodovias da região, o condomínio está perto de tudo que sua família precisa.

Figura 20: Santa Maria - Condomínio Real Park Fonte: Real Park

Adentrando as realidades intraurbanas, algumas especificidades relativas aos padrões locacionais dos condomínios precisam ser destacadas, a título de comparação, e sobretudo visando a compreensão das relações desses empreendimentos com o restante da cidade.

Em linhas gerais, os condomínios de alta renda encontram-se predominantemente concentrados em determinados setores das cidades: leste, em Pelotas e Santa Maria; e noroeste, em Caxias do Sul. Passo Fundo representa o caso de maior dispersão desses empreendimentos em áreas periféricas nas porções norte, sul e leste da cidade. Em Pelotas e Santa Maria, suas localizações coincidem com os setores de maior concentração de população de média e alta renda; os condomínios de Passo Fundo não indicam relações diretas nesse aspecto, por estarem mais dispersos pela periferia; no caso de Caxias do Sul, a tendência expressa pela implantação de condomínios na porção noroeste da cidade se contrapõe à concentração da população de média e alta renda (grupos sociais 3 e 4) no centro em direção a sudeste, englobando inclusive a área no entorno do *shopping* Iguatemi.

Em Caxias do Sul, cidade que apresenta o maior número de empreendimentos, revela-se um padrão claro de concentração locacional na porção noroeste da cidade, dentre os 25 empreendimentos identificados, quase 70% estão nesse setor, nos bairros Linha 40, N. Sra. da Saúde e Monte Berico. A área, de características eminentemente rurais, embora situada no perímetro urbano, tem sido objeto de parcelamentos recentes, se convertendo em residenciais de alto padrão. Segundo mapeamento fornecido pela prefeitura municipal, observa-se que diversas glebas já grafadas como condomínios ainda não foram efetivamente parceladas, no entanto, dentre os empreendimentos recentemente lançados no setor (*Villa Bella Exclusive*, *Riserva Montalcino*, *Antonella Condomínios Clube*), evidenciam-se estratégias muito semelhantes às demais cidades, porém, com um diferencial, sua implantação relativamente isolada, em meio a uma paisagem exuberante, mas com acessibilidade garantida pelo principal eixo viário que cruza a zona norte, a estrada Rota do Sol, que no sentido leste leva ao litoral gaúcho. Do restante dos condomínios, somente dois estão na área central, porém sendo pouco representativos em número de unidades, os demais estão nas porções norte/nordeste do território. Assim, toda a metade norte da cidade apresenta-se como a área de concentração de condomínios horizontais, com predominância na porção noroeste desse território.

A figura 21 demonstra a inserção do Condomínio *Montalcino Reserva*, na porção noroeste da cidade (Linha 40), que embora oficialmente dentro do perímetro urbano conserva usos rurais.

Figura 21: Caxias do Sul - Condomínio Montalcino Reserva Fonte: Construfácil Urbanizadora

Em Passo Fundo foram identificados sete empreendimentos, seis deles inaugurados a partir dos anos 2000. O condomínio Morada Além do Horizonte, inaugurado em 1984 em área rural, às margens da RS 324 (saída para Marau), possui características distintas dos empreendimentos atuais. Segundo Aresi e Fioresi (2011), antes da implantação desse condomínio, funcionou no local um balneário⁸⁴, de 1970 até o início da década de 1980, momento em que a área é transformada em condomínio fechado, a partir da

⁸⁴ Balneário Chiaparini, “construído a partir das escavações deixadas pelas atividades da Cerâmica São João, que retirava barro do local para a fabricação de tijolos, formando três lagos naturais, irrigados pela água que brota no local” (ARESI; FIORESI, 2011, p. 144).

iniciativa de um grupo de empresários do município de Marau. As autoras destacam que o empreendimento, embora destinado inicialmente à população de alta renda, atualmente é ocupado majoritariamente pela classe média, sendo que a metade dos proprietários os utiliza como residências de veraneio ou finais de semana. Dentre os empreendimentos mais recentes, são representativos em termos de unidades somente quatro, sendo dois deles (*Villa Palladio* e *La Barra*) localizados em área rural, definidos no plano diretor (PDDI, 2006), como zonas de uso especial. As localizações dos condomínios revelam uma dispersão pela metade leste da cidade, em contraposição à porção oeste, com maior concentração das camadas de baixa renda e sem infraestrutura urbana. No entanto, considerando a metade leste, os condomínios se distribuem em áreas periféricas ao norte (*La Barra*), leste (*Vivenda das Palmeiras*), sul (*Bosque Village*) e sudeste (*Villa Palladio*). A escolha das localizações, no caso de Passo Fundo, parece estar sobretudo relacionada à acessibilidade pelas estradas (BR 285, RS 324 e perimetral sul). Na ausência de atrativos naturais, além das boas condições de acessibilidade ao centro da cidade, a localização dos condomínios *La Barra* e *Vivenda das Palmeiras* (norte-nordeste) evoca a proximidade da Universidade de Passo Fundo, situada no mesmo setor, no bairro São José; o condomínio *Bosque Village* valoriza a proximidade do bairro Bosque Lucas Araújo, tradicional bairro de alta renda da cidade; enquanto o *Villa Palladio* se apoia somente na questão da acessibilidade, além das estratégias de *marketing* comum a todos os casos.

Figura 22: Passo Fundo - Condomínio La Barra Fonte: Barra Três SBC

Figura 23: Pelotas - Condomínio Lagos de São Gonçalo Fonte: Trimob

Em Pelotas, as localizações preferenciais dos condomínios horizontais fechados a leste reforçam a adoção desse setor de desenvolvimento da cidade, já esboçada há algumas décadas, no sentido da orla da lagoa dos Patos, englobando os bairros São Gonçalo e Laranjal. As condicionantes naturais dessa porção do território, sobretudo relacionadas aos cursos d'água e solo alagadiço, não se constitui barreira intransponível à urbanização, sendo inclusive tomada como diferencial, a exemplo do condomínio Lagos de São Gonçalo (figura 23). A proximidade à praia do Laranjal, principalmente dos condomínios Veredas do Laranjal e Alphaville também é valorizada; a acessibilidade ao centro é garantida pela avenida Adolfo Fetter, eixo em que está situado também o *shopping* Pelotas.

Da totalidade de condomínios localizados em Santa Maria, somente o Montes Verdes, no bairro N. Sra. do Perpétuo Socorro, está localizado fora do setor sudeste, onde ocorre a maior concentração de camadas de média e alta renda (bairros Cerrito, Tomazzeti e Camobi), com presença de loteamentos abertos, e gradativamente também de condomínios fechados, nas proximidades da UFSM, e com fácil acesso ao centro, pela avenida Prefeito Evandro Behr (RS 509) e pela BR 287.

Conforme mencionado anteriormente, os condomínios fechados horizontais recentemente têm sido direcionados também às camadas de média-baixa renda, porém em menor escala. Os casos de Passo Fundo e Santa Maria são exemplares, apresentando condomínios horizontais populares vinculados à produção habitacional no âmbito do programa MCMV (faixas I e II). Em Santa Maria, destaca-se o residencial Terra Nova, lançado em 2009, no bairro Cerrito, com 454 residenciais geminadas; em Passo Fundo, o empreendimento Jardins Nativos, na Vila Donária (periferia sudoeste), lançado em 2012, prevê a construção de 17 condomínios fechados independentes, de 24 unidades cada, com tipologias de casas, sobrados e apartamentos (figura 24).

Figura 24: Passo Fundo - Jardins Nativos Condomínios Fonte: Construtora Priori

Os condomínios fechados horizontais populares se valem sobretudo da oferta de segurança, uma vez que em geral não dispõem de áreas de lazer significativas ou equipamentos de interesse; suas localizações, no entanto, diferem nos casos de Passo Fundo e Santa Maria. Em Passo Fundo, ocupam área periférica da cidade (porção oeste), historicamente povoada por populações de baixa renda; em Santa Maria, ao contrário, localizam-se principalmente na porção leste da cidade, área de concentração dos condomínios de alta renda, evidenciando uma maior heterogeneidade nesse setor, caracterizado por significativa fragmentação socioespacial.

Por fim, paralelamente ao crescimento dos condomínios fechados horizontais, um novo produto imobiliário se apresenta: **os bairros planejados**, recentemente reinseridos nas cidades brasileiras, passam a ocorrer nas cidades estudadas somente nessa década, sendo, portanto, posteriores aos condomínios horizontais. Tratam-se de empreendimentos que, do ponto de vista mercadológico, trazem um discurso oposto ao dos condomínios fechados, pois exploram a noção de sociabilização em ambientes que supostamente interagem com a cidade, no entanto, assim como os condomínios apelam também para a ideia de sustentabilidade (preservação de áreas verdes, uso de materiais ecológicos etc.), oferta de áreas de lazer (parques, praças equipamentos) e segurança.

Os bairros planejados localizados nas cidades de Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria são direcionados a diferentes estratos socioeconômicos, e apresentam escalas distintas. As cidades de Passo Fundo e Pelotas são as que apresentam maior quantidade de empreendimentos do gênero, seguidas por Santa Maria e Caxias do Sul. Passo Fundo é precursora, tendo recebido o lançamento do bairro Cidade Nova, na porção norte da cidade, em 2011 (tabela 23).

BAIRROS PLANEJADOS						
	empreendimento	lançamento	lotes	área (ha)	uso	bairro/setor
Caxias do Sul	Pq. Res. Praça do Sol	2018	267	36,7	residencial	
	Cidade Nova	2011	702	81,7	misto	Victor Issler (norte)
Passo Fundo	Altos da Boa Vista	2017	200		misto	São Luiz Gonzaga (leste)
	Reserva São Cristóvão	2018	151	10	residencial	São Cristóvão (sudeste)
Pelotas	Quartier	2012	*	30	misto	Três Vendas (noroeste)
	Parque Una	2015	*	18	misto	São Gonçalo (leste)
	Germani	2014	*	250	misto	Três Vendas (norte)
Santa Maria	Res. Gualápagos	2013	485	23,9	residencial	Camobi (leste)
	Res. Alberto Shons	2014	518	27,9	misto	Pinheiro Machado (oeste)

Tabela 23: Bairros planejados Fonte: elaboração do autor

Dentre os empreendimentos localizados nas quatro cidades, podemos identificar duas tipologias em relação ao uso: exclusivamente residencial ou misto. A área dos empreendimentos, assim como a quantidade de lotes, apresenta grande variação, partindo de 10 ha (Reserva São Cristóvão, em Passo Fundo) e atingindo 250 ha (*Germani*, em Pelotas). Alguns empreendimentos, os de menor escala, se assemelham a loteamentos convencionais, agregando somente a oferta de alguns equipamentos e serviços diferenciais, são os casos dos dois lançamentos de Santa Maria (Gualápagos e Alberto Shons), dos bairros Reserva São Cristóvão e Altos da Boa Vista, em Passo Fundo; e do Parque Residencial Praça do Sol, em Caxias do Sul. Os demais empreendimentos efetivamente apresentam maior potencial transformador nas cidades, por privilegiarem o uso misto, pela escala territorial, e sobretudo pelas localizações que ocupam na estrutura intraurbana. Do ponto de vista socioeconômico, há variação na abrangência de diferentes grupos sociais, desde empreendimentos mais populares, como no caso de Santa Maria, a empreendimentos eminentemente destinados as camadas de alta renda, como os bairros *Quartier* e Parque *Una*, em Pelotas, assim como aqueles que abarcam uma maior variação de extratos sociais no mesmo empreendimento, como os bairros Cidade Nova, em Passo Fundo, e *Germani*, em Pelotas.

Referente às estratégias locacionais dos bairros planejados, observamos que dependem fundamentalmente da disponibilidade de grandes glebas vazias, que somente ocorrem na periferia ou em vazios urbanos, em função disso, em nenhum dos casos estão concentrados em setores específicos da cidade. No entanto, suas localizações os diferenciam em termos de público alvo, em função do preço da localização em que se inserem. A proximidade de grandes equipamentos, como os *shopping centers*, por exemplo, é valorizada nos empreendimentos Parque *Una*, em Pelotas, e Reserva São Cristóvão, em Passo Fundo. Em Pelotas, o Parque *Una* (figura 25) reforça a conformação do vetor leste, ao longo da avenida Ferreira Viana, juntamente ao *shopping* e aos condomínios horizontais em direção ao Laranjal; o empreendimento *Quartier* (figura 26), localizado no bairro Três Vendas, se aproxima da área central, em seu setor mais valorizado; o bairro *Germani* (figura 27) por sua vez, o maior em extensão, se propõe a ocupar 250 ha, com a implantação sucessiva de conjuntos residenciais, incluindo condomínios fechados; a propaganda veiculada por esse empreendimento o aproxima da imagem do subúrbio americano horizontal, morfológica e socialmente homogêneo.

Em Passo Fundo, a localização do bairro Cidade Nova (figura 28) na porção norte da cidade, se vale da existência de um vazio urbano significativo, próximo a um vetor de valorização, que parte do centro e passa pelas vilas Vergueiro e Fátima. O empreendimento valoriza ainda o fato de situar-se no eixo da BR 285, que garante acessibilidade regional (viabilizando inclusive a destinação de lotes ao uso logístico na faixa lindeira à rodovia), além de fácil acesso à UPF. Em área praticamente contínua ao Cidade Nova, porém na outra margem da BR 285, está situado o condomínio *La Barra*, já apresentado anteriormente, esses dois empreendimentos, juntos, determinam alterações importantes na porção norte da cidade.

Figura 25: Pelotas - Parque Una Fonte: Idealiza Urbanismo

Figura 26: Pelotas - Bairro Quartier Fonte: Joal Teitelbaum Eng.

Figura 27: Pelotas - Bairro Germani Fonte: Construtora Bagé

Figura 28: Passo Fundo - Bairro Cidade Nova Fonte: Bolsa Incorporações

4.4.2 Padrões espaciais de segregação

Os processos observados nas últimas três décadas, nas cidades médias estudadas, nos levam à constatação da emergência de novos padrões socioespaciais, em sobreposição à persistência de lógicas anteriores. Evidencia-se a complexificação das estruturas intraurbanas, envolvendo a ressignificação de seus elementos e conteúdos, apontando para a emergência de processos de fragmentação socioespacial.

As persistências dizem respeito à permanência da população de baixa renda nas áreas periféricas, processo ampliado a partir da implantação dos conjuntos MCMV (faixa I) nas franjas urbanas, repetindo a lógica locacional vinculada ao BNH, assim como pelo agravamento dos problemas habitacionais, a partir de assentamentos informais, por vezes precários. Por outro lado, a emergência de novos produtos imobiliários, especialmente os condomínios horizontais de alta renda nas áreas periféricas, denotam novos padrões espaciais de autosegregação, promovendo a ressignificação social de setores periféricos. Esse processo evidencia a formação de territórios descontínuos, em que há maior proximidade entre os grupos sociais, porém com grandes distâncias sociais, demarcadas por barreiras físicas. Os novos padrões de autosegregação associados à disseminação de *shopping centers* nas periferias, caracterizados como novas expressões da centralidade, determinam, juntos, a emergência de processos de fragmentação socioespacial, segundo Sposito e Goés (2013), posteriores e mais complexos que a segregação, pois extrapolam o uso residencial, envolvendo a existência de policentralidades, a conformação de territórios descontínuos e a ocorrência de contiguidade sem continuidade.

Evidencia-se, então, que a complexificação da estrutura intraurbana está associada sobretudo a maior mobilidade espacial das classes médias e de alta renda (grupos sociais 3 e 4), que têm possibilidade de escolha em relação aos seus locais de moradia. Os pobres (grupos sociais 1 e 2), com pouca ou sem nenhuma capacidade de escolha, quando acessam o mercado formal, fatalmente sujeitam-se às piores localizações, que correspondem, em todos os casos às áreas periféricas, sem infraestrutura adequada e distantes do centro e das oportunidades a ele associadas; àqueles que não conseguem participar do mercado formal, restam os assentamentos precários, insalubres, na maioria dos casos também periféricos, mas algumas vezes melhores localizados que os tradicionais loteamentos populares, porém ocupando margens de córregos, faixas de domínio de ferrovias ou áreas públicas invadidas.

A simultaneidade desses dois processos foi observada nos quatro casos estudados, o que nos faz constatar a similaridade da natureza e temporalidade dos processos de segregação, no entanto, as formas espaciais como se materializam conduzem à percepção de algumas especificidades. As cidades de Pelotas e Santa Maria, conforme demonstramos no capítulo III, apresentam maior concentração das camadas de média e alta renda (grupos sociais 3 e 4) em determinados setores da cidade, enquanto as cidades de Passo Fundo e Caxias do Sul exibem certa indefinição em relação a esse processo. Para fortalecer esse argumento, nos utilizamos da noção de “setores de amenidades” recuperada por Côrrea (2010) para designar áreas da cidade onde se concentram determinados equipamentos e formas espaciais, especialmente as denominadas inovações urbanas, como os *shopping centers*, os condomínios fechados horizontais, e as vias expressas, de acesso rápido, que os conectam às áreas de interesse da cidade, sobretudo ao centro.

Corrêa adverte que a noção de setores de amenidades remonta ao final do século XIX, seguindo o modelo espacial de Hoyt (1939) que já identificava, a partir de evidências empíricas, que a localização dos grupos de mais alto *status* se configurava ao longo de um mesmo setor, de um mesmo eixo, dotado de amenidades naturais ou socialmente produzidas, esse processo se dinamiza, e se amplia espacialmente, com a difusão do automóvel e a suburbanização americana, associada, a partir da década de 1950, aos grandes equipamentos, como o *shopping center*, aos condomínios fechados, e às auto estradas. Processo semelhante é observado pelo autor, no caso brasileiro, tendo a cidade do Rio de Janeiro como exemplo emblemático, a partir da formação do setor de amenidades na Barra da Tijuca, ou como demonstra Villaça (2001) para diferentes metrópoles brasileiras, a exemplo do setor sudoeste de São Paulo, da zona sul de Porto Alegre e da zona norte de Salvador.

O mapa 47 representa a emergência de setores de amenidades, em que destacamos o grupo social 4 (que representa as elites), os condomínios fechados horizontais de alta renda (observando que em sua maioria não são contemplados na análise de *cluster* que gerou os grupos sociais, pois são posteriores a 2010, ano

base do censo), os bairros planejados direcionados às classes de alta renda, o centro principal, os *shopping centers* (grandes equipamentos de consumo), e ainda os grandes equipamentos institucionais, representados pelas universidades; ressalta-se ainda o sistema viário principal, que viabiliza os fluxos cotidianos. Em contraposição, o mapa 46 exhibe os setores de maior vulnerabilidade social, caracterizados pela concentração de assentamentos precários e conjuntos habitacionais periféricos, com alta concentração de população pobre sem acesso à infraestrutura urbana (grupo social 1).

Pode-se constatar que as cidades de Pelotas e Santa Maria evidenciam, historicamente, a formação de setores de amenidades, coincidentemente nas respectivas porções leste do território. A constituição desses setores foi demonstrada no decorrer desse capítulo na periodização estabelecida, tendo como vetores principais, no caso de Pelotas, as amenidades naturais, e em Santa Maria, a implantação da universidade federal, na década de 1960. Nas últimas décadas, reforçou-se a consolidação diferencial desses setores, a partir da implantação de inovações espaciais urbanas e de sua crescente valorização.

Nos casos de Caxias do Sul e Passo Fundo, ocorre uma maior indefinição em relação ao direcionamento das elites (grupo social 4). Em Caxias do Sul, há uma maior dispersão dessa população para além do centro principal, nas direções sudoeste (bairro Sanvito, no entorno do *shopping* Iguatemi) e noroeste (nos bairros Linha 40, N. Sra. da Saúde e Monte Berico, onde ocorre a maior concentração de condomínios horizontais fechados). Em Passo Fundo, na última década, o padrão centro-periferia começa a ser modificado, a partir do lançamento do bairro planejado Cidade Nova, ao norte, e de condomínios fechados horizontais na periferia (norte, sul e leste); mais recentemente a construção do *shopping* Passo Fundo, seguida do lançamento do bairro planejado Reserva São Cristóvão, põe em evidência o setor sudeste da cidade no que diz respeito a inovações e valorização imobiliária, disputando com a zona norte o posto de direção predominante das camadas de alta renda.

Os setores de amenidades de Pelotas e Santa Maria, no entanto, não correspondem a áreas homogêneas, apresentando a coexistência de diferentes grupos sociais em espaços próximos, isso é evidente sobretudo em Santa Maria, nos bairros Cerrito e Camobi, onde convivem conjuntos habitacionais populares, bairros planejados de classe média, bairros de elite tradicionais, e condomínios horizontais de alta renda.

Por fim, analisando a relação entre as áreas de autosegregação e a formação de novas centralidades, embora os *shopping centers* apresentem-se como alternativas aos locais de consumo especialmente das classes de média e alta renda em áreas periféricas, a questão da policentralidade denota um processo ainda embrionário, uma vez que os subcentros existentes não competem com os centros principais e não há presença de centros financeiros ou centros de negócios representativos. Nesse aspecto, nos parece que os bairros planejados de uso misto, como o Parque *Una* e *Quartier* em Pelotas, e o Cidade Nova, em Passo Fundo, têm potencial ao desenvolvimento de novas expressões da centralidade, no caso de Pelotas reforçando inclusive o setor de amenidades na porção leste da cidade. Evidencia-se assim que os processos de fragmentação em curso nas cidades médias estudadas apresentam níveis inferiores de complexidade se comparados às metrópoles, no entanto, não podem ser desconsiderados.

EXPANSÃO URBANA | 1990 a 2017

Mapa 45: Expansão urbana - 1990 a 2017 Fonte: elaboração do autor

Caxias do Sul

Fonte: Tuca Rainés

Fonte: Tuca Rainés

Passo Fundo

Fonte: Ronaldo Czamanski

Fonte: Ronaldo Czamanski

Pelotas

Fonte: Felipe Rodrigues

Fonte: Felipe Rodrigues

Santa Maria

Fonte: Jair Prandi

Fonte: Jair Prandi

Figura 29: Vistas aéreas década 2010 Fonte: elaboração do autor

Mapa 46: Setores de vulnerabilidades Fonte: elaboração do autor

SETORES DE AMENIDADES

0 1 2 3 km

Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum: Sirgas 2000

Mapa 47: Setores de amenidades Fonte: elaboração do autor

REFLEXÕES FINAIS

O reconhecimento do protagonismo da segregação como processo espacial articulado às desigualdades sociais constituiu a principal motivação dessa pesquisa. A investigação em torno dos processos de segregação socioespacial em cidades médias, tendo por objeto o estado de Rio Grande do Sul, a partir dos casos de Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria, definiu o núcleo analítico da tese, que envolveu esforços teórico-metodológicos e ampla pesquisa empírica, revelando-se um longo e por vezes árduo percurso, devido à abrangência e complexidade da empreitada.

No fechamento dessa pesquisa, a título de reflexões finais, estruturamos uma dupla abordagem: no primeiro momento pontuamos o caminho percorrido até aqui em suas dimensões teórico-metodológicas e na definição do objeto empírico de análise; em seguida recuperamos os resultados fundamentais da pesquisa apresentados em seu desenvolvimento, avançando, no entanto, na elaboração de uma síntese que tem por objetivo destacar nossas conclusões fundamentais, assim como suscitar o debate em torno de alguns pontos. Buscaremos responder, nesse segundo momento, às questões centrais que nos moveram na elaboração da tese, cujos resultados constituem o essencial de sua contribuição aos estudos urbanos brasileiros.

- Quais são os padrões espaciais, manifestações e repercussões dos processos de segregação socioespacial em cidades médias brasileiras?
- Há especificidades entre as diferentes cidades médias, e em caso afirmativo, que fatores são determinantes à produção dessas diferenças? O meio físico influencia? Diferentes contextos e perfis socioeconômicos produzem diferentes padrões espaciais de segregação?
- Quais são as especificidades (se é que existem) dos processos de segregação observados nas cidades médias frente às realidades metropolitanas?

Nosso ponto de partida resulta de uma premissa de método fundamental que buscou evidenciar a perspectiva teórica sobre a qual construímos a abordagem sobre segregação socioespacial, delineando a partir daí os contornos teórico-conceituais em torno desse processo. Esse esforço está expresso no capítulo I.

A perspectiva teórica da produção do espaço resulta de um longo debate no âmbito das ciências sociais, com base na teoria marxista, representando a superação da abordagem do espaço como um dado *a priori* ou como mero substrato à realização da vida social. A noção de produção do espaço apresentada por Henri Lefebvre inaugura uma nova perspectiva teórica ao abordar o espaço social a partir da categoria produção, evidenciando sua polivalência no sistema capitalista. Segundo Carlos (2013), a sociedade se apropria do mundo e se reproduz através da apropriação do espaço, sendo este simultaneamente produto, meio e condição da reprodução da sociedade, o que evidencia a relação dialética sociedade/espaço.

A segregação socioespacial é assumida como um dos fundamentos da produção do espaço urbano, em sua dimensão negativa, evidenciando as contradições entre valor de uso e valor de troca, a partir da propriedade privada e da fragmentação socioespacial (CARLOS, 2013). Do ponto de vista empírico, com base em autores como Sabatini (2003) e Marques (2005), a segregação pode ser definida como **algum nível (ou grau) de separação ou de afastamento (físico) de um grupo social relativamente homogêneo em relação aos demais**. Essa definição permite a abordagem da segregação em suas dimensões objetivas, passíveis de mensuração, ao passo que viabiliza também o reconhecimento das dimensões subjetivas do processo, associadas às desigualdades de acesso e ao prestígio ou estigma sociais das áreas segregadas. Além disso, necessariamente vinculada à uma escala espacial de análise, a noção permite o reconhecimento de distintas modalidades de segregação, não se limitando às formas extremas, onde há presença de barreiras físicas.

Dentre as premissas metodológicas relacionadas ao conceito de segregação destacamos os seguintes pontos: a segregação constitui um conceito de natureza espacial (exigindo a adoção de uma escala geográfica de análise), portanto, se difere de processos como exclusão e desigualdades sociais, embora a eles se articule; a produção da segregação resulta da ação de agentes e grupos sociais concretos; a

segregação envolve um processo, podendo ser compreendida (e explicada) somente em sua dimensão temporal.

A partir dessas considerações, supera-se a interpretação da segregação como mero reflexo da estrutura social, reconhecendo também seu papel ativo na produção do espaço urbano, enquanto processo que condiciona a vida cotidiana e as práticas sociais e se constitui, portanto, na esfera da dialética socioespacial. A segregação, nesse sentido, pode também ser entendida como um instrumento de dominação exercido pelas elites na produção desigual do espaço urbano, com objetivo de garantir privilégios locais segundo parâmetros diversos.

Sob esse marco teórico-metodológico estruturamos a abordagem empírica, apresentada nos capítulos II, III e IV da tese, sob diferentes enfoques analíticos.

As cidades selecionadas para a pesquisa, Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria, denotam nossa opção por um determinado recorte analítico direcionado aos espaços não-metropolitanos. A atenção às cidades médias como objeto de estudo se amplia a partir do momento em que essas passam a crescer a ritmos mais acelerados do que as metrópoles, sobretudo desde a década de 1980, dinamizando e ampliando seus papéis de intermediação na rede urbana e complexificando suas estruturas intraurbanas. Trata-se de um campo de estudos relativamente recente, porém promissor à compreensão da realidade brasileira em diferentes escalas.

O conceito de cidade média permanece em construção, no entanto, a partir de Sposito (2006) e Corrêa (2007), entendemos por cidades médias aquelas que desempenham funções de intermediação na rede urbana (incluindo relações que extrapolam a região), cuja identificação depende de três fatores basicamente: funções urbanas, tamanho demográfico e a organização do espaço intraurbano. À esteira dessa definição emerge uma premissa metodológica fundamental à abordagem das cidades médias que diz respeito à necessidade de sobreposição de escalas para a sua compreensão. Nossa pesquisa, embora priorize a escala intraurbana, não ignora as outras dimensões da realidade, conforme se observa sobretudo no capítulo II, em que apresentamos o objeto de estudo através de diferentes enfoques: inserção regional, funções urbanas e perfis socioeconômicos municipais.

Santos e Silveira ([2001] 2010, p. 11) afirmam que “escolher um caminho de método significa levar em conta diversas escalas de manifestação da realidade, de modo a encontrar as variáveis explicativas fundamentais”. No entanto, advertem que embora não se possa desconsiderar a totalidade, a interpretação das realidades locais exige a elaboração de “teorias menores”, que se dão na escala do país e do lugar. Dessa maneira, a interpretação da realidade intraurbana das cidades estudadas constitui uma “pequena teoria do lugar”, construída a partir de sobreposições de escalas analíticas, visando encontrar as variáveis e lógicas significativas à compreensão dos processos de segregação socioespacial.

As cidades de Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria caracterizam-se como as cidades médias mais importantes em termos demográficos e econômicos no estado do Rio Grande do Sul. Cumprem papéis semelhantes na rede urbana, se destacando pela oferta de comércio e serviços especializados às regiões que polarizam. No entanto, apresentam diferentes perfis socioeconômicos, derivados das distintas posições que ocupam no território gaúcho, estado marcado por significativas desigualdades regionais. Caxias do Sul e Passo Fundo situam-se na metade norte, definida pelos melhores índices socioeconômicos, Santa Maria e Pelotas localizam-se na metade sul, caracterizada pela estagnação econômica. Tais diferenças resultam do processo histórico de formação do estado que promoveu baixa densidade demográfica e predominância da grande propriedade destinada à pecuária e à lavoura de arroz, no sul; em paralelo, a metade norte se desenvolveu com base na agricultura diversificada em pequenas, médias e grandes propriedades, que se modernizou e contribuiu para o desenvolvimento econômico da região, que atualmente apresenta maiores densidades demográficas e índices elevados de industrialização, sobretudo na porção nordeste.

A cidade de Caxias do Sul se destaca em relação às demais em termos demográficos e econômicos, caracterizando-se como um polo industrial no setor metalmeccânico. Passo Fundo tem no agronegócio o motor de seu desenvolvimento econômico, Pelotas e Santa Maria são sobretudo terciárias, a primeira sofre um processo de desindustrialização e estagnação econômica a partir da década de 1980, e a segunda tem na educação superior e nas atividades militares setores econômicos importantes.

Os usos dos territórios municipais expressam, nos quatro casos, a importância das áreas rurais, sendo que as áreas urbanas correspondem a parcelas pouco significativa; em Caxias do Sul, onde é mais significativa, a área urbana representa somente 14% do território. Os usos das áreas rurais englobam preservação ambiental, cultivo agrícola e pastagens. Em Caxias do Sul predominam áreas de mata, sendo representativas também áreas de cultivo agrícola; Passo Fundo tem mais da metade do território destinado às culturas de milho e de soja; em Pelotas têm destaque as áreas destinadas à cultura de arroz; e em Santa Maria sobressaem-se as áreas de pastagens. Os usos do território se relacionam ao quadro natural diversificado do estado: Caxias do Sul e Passo Fundo situam-se na zona de Planalto, definida pela predominância de áreas de campos limpos e pastagens, campos subarbusivos, florestas de encosta, florestas do Alto Uruguai, em zona de uso agrícola intensivo de verão e inverno; Santa Maria situa-se na depressão central, composta predominantemente por campos limpos e pastagens, zona agrícola de usos intensivos de verão e culturas diversificadas; Pelotas localiza-se na zona da planície costeira, definida por áreas de depósitos arenosos e cordões de dunas, lagoas e lagunas, com uso agrícola intensivo de verão e culturas diversificadas.

O quadro socioeconômico e natural diversificado caracteriza a rede urbana gaúcha e as representativas diferenças entre os municípios. Dar luz a esse contexto foi nosso objetivo no capítulo II, construindo os subsídios necessários à avaliação das suas possíveis repercussões no espaço intraurbano e nos processos de segregação socioespacial, objetos dos capítulos III e IV da tese.

▪ Padrões espaciais de segregação

A abordagem dos padrões espaciais de segregação se pautou em dois enfoques analíticos complementares. A estratégia metodológica adotada foi problematizar as questões do presente para através de um recuo histórico avançar na compreensão dos processos. Primeiramente, buscamos demonstrar os atuais padrões de segregação socioespacial (capítulo III), para em seguida apresentar sua evolução (capítulo IV) de forma articulada aos respectivos processos de estruturação intraurbana, avaliando suas repercussões e níveis de determinação sobre as cidades estudadas.

Conforme exposto no capítulo III, a aplicação de técnicas estatísticas de análise multivariada (análises fatorial e de *cluster*) como subsídio à mensuração dos processos de segregação socioespacial nas cidades estudadas nos permitiu a identificação e espacialização de quatro grupos sociais (definidos com base em características socioeconômicas, qualidade dos domicílios e acesso à infraestrutura urbana), resultando nos mapas da estrutura socioespacial. Essa metodologia foi adotada somente para o ano de 2010 em função das impossibilidades de comparação em diferentes períodos (indisponibilidade de dados espaciais e alterações de variáveis dos censos do IBGE).

Em linhas gerais, evidenciaram-se dois padrões espaciais distintos de segregação, o primeiro mais próximo do modelo centro-periferia para as cidades de Caxias do Sul e Passo Fundo, caracterizado pela presença de populações pertencentes aos grupos sociais de média e alta renda (3 e 4) nas áreas centrais; o segundo, pertinente às cidades de Pelotas e Santa Maria, caracterizado pela existência de setores com grande concentração dessa população partindo do centro em direção a setores específicos da periferia, nos dois casos, coincidentemente, na direção leste. Em Pelotas, a opção pelo setor leste se associa principalmente às condições naturais do território, às amenidades vinculadas à região de balneário junto à lagoa dos Patos; em Santa Maria, o crescimento da porção leste da cidade tem relação sobretudo com a Universidade Federal de Santa Maria, caracterizada como um poderoso vetor de valorização urbana.

Em nenhum dos quatro casos, no entanto, podemos falar em exclusividade, mas sim em predominâncias relativas à distribuição espacial das classes de média e alta renda. Especialmente nos casos de Pelotas e Santa Maria, observa-se nos setores de autosegregação a existência de áreas ocupadas por populações pobres sem acesso à infraestrutura (grupo social 1) evidenciando assim proximidades físicas com distâncias sociais. Associado aos padrões de segregação, Caxias do Sul e Passo Fundo caracterizam-se como ocupações mais compactas, enquanto Pelotas e Santa Maria apresentam-se mais dispersas e fragmentadas, com maior presença de vazios urbanos.

No que diz respeito às escalas da segregação, observa-se que a segregação em grande escala, típica das grandes cidades latino-americanas, ocorre também nas cidades estudadas, definida pelas concentrações da população pobre em áreas periféricas (grupos 1 e 2), em contraposição às aglomerações de população de média e alta renda (grupos 3 e 4) nas áreas centrais. Esse modelo caracteriza o padrão de segregação centro-periferia, bastante evidente Passo Fundo e representativo também em Caxias do Sul. No entanto, a segregação em pequena escala também está presente, caracterizada pela existência de bairros socialmente homogêneos dispersos, principalmente associados às classes de média e alta renda, com maior mobilidade intraurbana. A ocorrência de segregação em pequena escala se evidencia nas cidades de Pelotas e Santa Maria, que contam com bairros de elite dispersos em setores periféricos, promovendo maior proximidade física entre diferentes grupos sociais, porém preservando distâncias sociais condicionadas por barreiras, a exemplo dos muros e vigilância dos condomínios fechados. Entretanto, uma vez que a dispersão das elites nas cidades de Pelotas e Santa Maria ocorre em uma única direção, configurando setores preferenciais, observa-se a tendência à autosegregação em grande escala, do centro para o leste, nos dois casos.

A abordagem da estrutura intraurbana, nos aspectos relativos aos padrões gerais de uso e ocupação do solo nos permitiram estabelecer algumas relações com a distribuição dos grupos sociais pelas cidades e aprofundar a compreensão dos padrões espaciais de segregação. As áreas centrais (o centro principal), em todos os casos, são ocupadas prioritariamente pelos extratos médios e pelas elites, mesmo em Pelotas e Santa Maria, cidades que apresentam maior dispersão dessa população. A proximidade das áreas industriais, por sua vez, é predominantemente observada nos locais de moradia da população mais pobre, com ou sem acesso à infraestrutura urbana.

As maiores densidades habitacionais ocorrem nas áreas centrais, mais verticalizadas, o que demonstra que parcela significativa das camadas de média e alta renda moram em edifícios de apartamentos no centro. As densidades habitacionais expressivas, no entanto, ocorrem também nas periferias associadas a ocupações de baixa renda, horizontais ou verticais (grandes conjuntos habitacionais), processo mais evidente em Pelotas. A análise das tipologias de ocupação confirmou a concentração de edifícios verticais nas áreas centrais, evidenciando que a distribuição das populações de média e alta renda, fora dos centros, ocorre em bairros predominantemente horizontais, com tipologias unifamiliares, presença de solo permeável (recuos de ajardinamento, quintais) e de arborização. A forma urbana prioritariamente associada aos mais pobres corresponde a bairros horizontais, porém de elevada densidade construtiva e com carência de áreas livres e verdes.

Com base nas análises e reflexões efetuadas no capítulo III, foi possível descrever a estrutura socioespacial intraurbana, identificando padrões gerais de segregação. Buscando evidenciar a dimensão processual da segregação, promovemos, no capítulo IV, um recuo histórico que abarcou desde a formação dos núcleos urbanos à atualidade. A abordagem histórica se pautou no estabelecimento de uma periodização apoiada em fatores socioeconômicos e políticos definidores dos ritmos da urbanização do país e, em última análise, dos processos socioespaciais intraurbanos inerentes. Valorizando a abordagem comparativa, definimos períodos relativamente alargados, visando abarcar as especificidades de cada uma das cidades; foram identificados quatro períodos que correspondem a diferentes padrões socioespaciais nas cidades de Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria.

Até o final do século XIX, reconhecemos padrões de diferenciação socioespacial que não se configuram segregações de fato, pois a proximidade entre as classes sociais é uma realidade em meio a ocupações compactas. No entanto, os processos de diferenciação socioespacial se evidenciam na qualidade das tipologias edilícias, no acesso à infraestrutura (calçamento, redes) e na proximidade dos casarões das elites aos equipamentos de interesse (capelas, praças e edifícios públicos).

Os padrões de diferenciação se constituem em paralelo à formação dos núcleos urbanos, inseridos em economias predominantemente agrárias, dependentes de mercados externos. A sociedade apresenta uma estrutura de classes definida pelos proprietários de terras, escravos, e uma pequena parcela de trabalhadores rurais e de imigrantes que se dedicam ao comércio. Trata-se de um período pré-ferroviário, que se estende até a década de 1880, onde o espaço urbano apresenta crescimento paulatino e compacto. A cidade de Pelotas se sobrepõe em relação às demais em termos demográficos, econômicos

(economia do charque) e urbanísticos, demonstrando padrões de diferenciação espacial mais evidentes; Caxias do Sul acaba de se estabelecer como colônia de imigração italiana.

A partir da década de 1880, as cidades passam por transformações importantes e nas primeiras décadas do século XX ocorre a emergência do padrão de segregação centro-periferia, sendo o centro lugar valorizado pelas elites, objeto de investimentos públicos, e a periferia, desatendida, gradativamente ocupada pelos mais pobres. A segregação se evidencia a partir da implantação de loteamentos periféricos, sem a presença do Estado, que determinam um distanciamento físico entre as classes sociais.

O padrão de segregação centro-periferia emerge em meio ao crescimento demográfico, econômico e urbano, em um contexto de transformações nas esferas política e socioeconômica do país, refletindo a transição da economia agroexportadora para o início do processo de industrialização, no governo Vargas, com abertura de espaço para as elites industriais emergentes e para a formação de uma classe média urbana (militares, burocratas, intelectuais), amparada pela instituição de leis trabalhistas. Nas cidades estudadas, o desenvolvimento é motivado inicialmente pela implantação da ferrovia no final do século XIX em Pelotas, Passo Fundo e Santa Maria, e no início do século XX, em Caxias do Sul. A estrutura social se amplia, surgindo a figura dos trabalhadores assalariados e caracterizando uma classe operária que gradativamente vai se instalando na cidade em busca de empregos urbanos.

A diversificação econômica, associada à integração regional promovida pela ferrovia e ao desenvolvimento de setores produtivos, agricultura em Caxias do Sul, Passo Fundo e Santa Maria, e ímpetus de industrialização em Pelotas (na esteira da atividade saladeril), promovem crescimento e desenvolvimento urbano. A cidade de Pelotas mantém-se à dianteira das demais, embora a antiga colônia Caxias já apresente desenvolvimento expressivo, nas primeiras décadas do século XX, enquanto Passo Fundo e Santa Maria crescem sobretudo a partir da agricultura, e das atividades ferroviárias e militares, respectivamente. A expansão urbana ocorre principalmente através da iniciativa privada atuando na produção rentista dos primeiros loteamentos populares, sem presença do Estado. Caxias do Sul, Passo Fundo e Santa Maria apresentam processos de expansão urbana mais contínuos e compactos, ao passo que Pelotas desde então demonstra padrões descontínuos, com maior presença de vazios urbanos. O planejamento urbano, pouco efetivo no que diz respeito à execução de planos, se pauta no paradigma higienista e tem por objetivo principal sanear as cidades, embora contribua também com a definição de direções preferenciais de expansão urbana.

Entre 1950 e 1990 ocorre a consolidação do padrão de segregação centro-periferia diante da intensificação do processo de urbanização e crescimento horizontal as cidades. À produção de loteamentos pela iniciativa privada, somam-se investimentos públicos na promoção de habitação popular na periferia, consolidando a segregação dos pobres em áreas carentes de infraestrutura urbana. Em paralelo, ocorre a verticalização e crescente valorização das áreas centrais.

Nesse período o Brasil se industrializa e se urbaniza, passando por momentos de grande crescimento econômico seguidos por recessões severas, e vivenciando um regime político de exceção. As cidades têm papel fundamental, pois passam a abrigar a maior parte da população brasileira, tendo os centros regionais função de destaque abaixo das metrópoles, como lugares atrativos à população oriunda do campo, como de outros centros menores. Em escala regional, as desigualdades se aprofundam no Rio Grande do Sul, evidenciando o empobrecimento da porção sul do estado, em face ao desenvolvimento da porção norte. Pelotas passa por um processo de decadência econômica, a partir da década de 1980, em função de sua desindustrialização; a economia de Santa Maria também apresenta traços de estagnação; Passo Fundo, por sua vez, se dinamiza a partir da modernização agrícola, que a transforma gradativamente em uma cidade do agronegócio; em paralelo, o vertiginoso processo de industrialização de Caxias do Sul a coloca na posição de segunda maior economia do estado, atrás somente da capital, suplantando Pelotas e as demais cidades estudadas.

Embora mais expressivo em Caxias do Sul, o crescimento demográfico intenso é comum às cidades estudadas, assim como o acentuando processo de urbanização. O crescimento horizontal ocorre a partir

de três fatores principais: a promoção privada de loteamentos (regulares e irregulares) em continuidade ao período anterior; a produção pública de habitação social (sobretudo com recursos federais vinculados ao BNH); e as ocupações precárias e informais associadas à população mais carente, boa parte oriunda do campo em busca de oportunidades na cidade. O processo de urbanização de Caxias do Sul, intimamente vinculado à industrialização, que se intensifica no período, evidencia o crescimento urbano vinculado à localização industrial, nas proximidades das rodovias, sendo dentre as quatro cidades o caso mais típico em que a relação urbanização/industrialização pode ser nitidamente percebida.

Em contrapartida à produção das periferias carentes, persiste a valorização dos centros, reforçada pelo processo de verticalização, consolidando os padrões de segregação centro-periferia, esboçados na primeira metade do século XX. No campo do planejamento urbano, os planos diretores se firmam no contexto dos governos militares, como os instrumentos “capazes de ordenar o caos” que se instaurava nas cidades; seu prestígio se constrói com base em discursos tecnocráticos, no entanto, a figura do zoneamento urbano é a que se sobressai, sendo determinante, a partir da década de 1970, à distribuição dos usos na cidade formal. O viés essencialmente segregacionista dos zoneamentos se revela a partir da separação de usos, assim como, de forma bastante marcante, na verticalização das áreas centrais, fato comum às quatro cidades, em que os altos índices de aproveitamento permitidos promoveram a valorização excessiva desses espaços, agravando os padrões de segregação centro-periferia. Nem os investimentos em habitação, nem a regulação urbanística foram capazes de frear as desigualdades socioespaciais, cada vez mais evidentes nas cidades, os investimentos em habitação não chegaram aos que mais precisavam e o planos urbanos desprezaram a parcela significativa da população que vive na informalidade.

Nesse período, as cidades de Pelotas e Santa Maria evidenciam a emergência de processos de concentração de classes de média e alta renda em determinados setores periféricos, esboçando novos padrões espaciais de autosegregação. Em Pelotas, a ocupação do balneário Laranjal, na década de 1950, inicia a urbanização do setor leste da cidade que iria se intensificar a partir da década de 1980 com a promoção de diversos loteamentos no bairro São Gonçalo (entre a área central e o Laranjal); em Santa Maria, a implantação da UFSM no Camobi, na década de 1960, motiva a ocupação do setor leste da cidade, sendo objeto de valorização imobiliária. Assim, inicia-se o processo de formação de vetores (ou direções preferenciais) de expansão das classes de alta renda, fato que não se observa em Caxias do Sul e Passo Fundo.

Nas últimas três décadas, a partir de 1990, evidenciam-se processos de reestruturação urbana nas cidades estudadas com novos padrões de autosegregação dos mais ricos em condomínios horizontais fechados periféricos. Esse processo reforça o modelo de segregação nos setores leste de Pelotas e de Santa Maria e introduz novas lógicas em Caxias do Sul e Passo Fundo, pondo em questão a emergência de processos de fragmentação socioespacial.

Do ponto de vista econômico, o final do século XX denota a intensificação do processo de globalização e de reestruturação produtiva; no Brasil, vive-se a retomada do regime democrático e do crescimento econômico, depois da crise da década de 1980. Nas cidades, após longo período sem políticas públicas e investimentos significativos, a aprovação do Estatuto da Cidade, em 2001, e a criação do Ministério das Cidades, em 2004, representam avanços institucionais. A retomada de investimentos federais em larga escala, associados ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em que se insere o programa habitacional Minha Casa Minha Vida (MCMV), dinamizam o setor da construção civil. No entanto, a retomada da economia e de investimentos não garantiram avanços significativos nas cidades, que seguem acumulando desigualdades socioespaciais.

As cidades de Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria mantêm seus perfis socioeconômicos apresentando diferentes níveis de desenvolvimento, como no período anterior: industrial, em Caxias do Sul; vinculado ao agronegócio, em Passo Fundo; e sobretudo terciário, em Pelotas e Santa Maria. Acrescenta-se, no entanto, no contexto da economia globalizada, maior inserção de capital internacional nas cidades, no caso de Passo Fundo e Caxias do Sul, vinculados aos setores industrial e do agronegócio, e nos quatro casos, ao setor varejista, com a entrada de grandes redes (*fast food*, lojas de departamentos

etc.), além da ampliação do setor de educação superior, que ganha impulso através dos financiamentos públicos estudantis.

Na escala intraurbana, velhas e novas lógicas se sobrepõem no processo de produção do espaço urbano: os investimentos em habitação vinculados ao programa MCMV repetem o modelo BNH, no que diz respeito à promoção de habitação em localizações periféricas deficitárias de infraestrutura, ampliando a produção privada com as mesmas características; por outro lado, novos produtos imobiliários (os *shopping centers*, os condomínios horizontais periféricos e os bairros planejados) são introduzidos nas quatro cidades, denotando a emergência de processos de reestruturação intraurbana. Esses produtos, populares nas metrópoles, se difundem nas cidades médias estudadas nesse início de século definindo novos padrões de autosegregação, sob o mesmo paradigma metropolitano, lastreados no anseio por ambientes supostamente mais seguros, associados à noção de exclusividade, que em última instância representam a negação das diferenças sociais.

A sobreposição simultânea desses dois processos por um lado ratifica a vulnerabilidade da população mais pobre, enquanto no outro extremo confere possibilidades de escolha aos mais ricos (ainda que mediadas por interesses econômicos e discursos ideológicos), as classes intermediárias transitam entre esses dois universos. Nesse cenário, passa a ocorrer a superação do padrão de segregação centro-periferia, que já se esboçava no período anterior nas cidades de Pelotas e Santa Maria. Os condomínios horizontais periféricos, embora recentemente comecem a se popularizar, são predominantemente direcionados às camadas de alta renda, denotando a resignificação social da periferia. Os *shopping centers*, por sua vez, caracterizam-se como equipamentos de grande aceitação (assim como os condomínios fechados), inicialmente implantados em áreas centrais e, recentemente, mais periféricos, significando a emergência de novas expressões da centralidade, sendo direcionados sobretudo às classes de média e alta renda.

Nos casos de Pelotas e Santa Maria, a localização predominante dos condomínios horizontais nas porções leste das duas cidades, associada à existência de *shopping centers*, reforça a concentração das elites nesses setores. Em Caxias do Sul, há uma significativa concentração de condomínios de alta renda no setor noroeste, em área com características rurais (embora no perímetro urbano), sem evidência de formação de novas expressões da centralidade; em contraposição, há no setor sudeste da cidade uma concentração de classes de média e alta renda em torno do *shopping Iguatemi*; em Passo Fundo, os condomínios estão mais dispersos, próximos às rodovias na periferia da cidade, e assim como em Caxias do Sul, não se associam à formação de novos centros.

Assim, as cidades de Pelotas e Santa Maria apresentam estágios mais avançados de segregação em função da formação de setores de maior concentração de camadas de média e alta renda, enquanto em Caxias do Sul e Passo Fundo não há uma definição clara. Os setores de autosegregação das classes de média e alta renda podem ser compreendidos como setores de amenidades, no caso de Pelotas associado ao meio natural, e no caso de Santa Maria, motivado pela implantação da UFSM que desencadeou o processo de valorização da zona leste.

A emergência dos novos processos de autosegregação em condomínios fechados periféricos, ou em bairros planejados de alta renda, assim como a presença de equipamentos como os *shopping centers*, indicam maior fragmentação desses territórios. Nesse sentido, pode-se aludir à emergência de processos de fragmentação socioespacial nessas cidades, ainda incipientes, porém mais complexos que os processos de segregação, pois extrapolam o uso residencial.

Segundo Sposito e Goés (2013) os processos de fragmentação socioespacial são posteriores à segregação, envolvendo além do uso residencial, a existência de policentralidades, a conformação de territórios descontínuos, a ocorrência de contiguidade sem continuidade (a exemplo dos condomínios fechados), e o aparecimento de áreas mistas. Esses processos, típicos das metrópoles, passam a ocorrer também em cidades médias, porém com níveis de complexidade inferiores. Nas cidades estudadas, dentre os elementos que caracterizam os processos de fragmentação nas metrópoles, somente os condomínios e *shopping centers* estão presentes em todos os casos; a questão da policentralidade se constitui um processo ainda embrionário, pois os subcentros existentes não competem com os centros principais, e também não há presença de centros financeiros ou centros de negócios, ademais a maioria dos empregos permanecem no centro principal, assim como grande parte do comércio e dos serviços. Evidencia-se assim uma constatação similar à de Sposito e Goés (2013) de que os processos de fragmentação em curso em

idades médias apresentam níveis inferiores de complexidade se comparados às metrópoles, no entanto não podem ser desconsiderados. À emergência dos processos de fragmentação socioespacial associa-se a ampliação da segregação em pequena escala, a partir da formação de territórios socialmente homogêneos, como os condomínio horizontais, por exemplo, desconectados do entorno imediato. À medida que diminuem as distâncias físicas, se exacerbam as rupturas sociais.

▪ As especificidades das Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria

A possibilidade de identificação de padrões espaciais de segregação comuns às cidades de Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria evidencia que em seus traços fundamentais essas cidades possuem semelhanças no que diz respeito aos processos de estruturação intraurbana, em suas dimensões espaço-temporais. No entanto, conforme buscamos demonstrar ao decorrer do capítulo IV, a definição de períodos relativamente alargados buscou garantir o reconhecimento de suas especificidades, fortalecendo assim a abordagem comparativa.

Em termos espaciais, os processos de expansão urbana das cidades estudadas refletem dois padrões, um mais compacto e outro mais disperso. Até a metade do século XX, Caxias do Sul, Passo Fundo e Santa Maria mantêm-se relativamente compactas, sem a presença de vazios urbanos significativos, Pelotas, por sua vez, desde o início do século XX, evidencia padrões mais dispersos de expansão urbana, inicialmente na direção oeste (Fragata) e posteriormente na direção norte (Três Vendas), a partir da implantação de loteamentos descontínuos ao longo dos principais eixos viários. A partir da década de 1950, em que o crescimento horizontal é expressivo em todos os casos, o padrão disperso de Pelotas se intensifica com a ocupação da zona leste em direção à lagoa dos Patos; Santa Maria, no entanto, desde a década de 1970 passa a crescer de forma linear e mais rarefeita em direção ao bairro Camobi, a leste; Passo Fundo e Caxias do Sul continuam apresentando crescimentos mais contínuos em relação às demais.

Sobressaem-se, na definição das direções da expansão urbana, fatores relativos às condicionantes naturais do território principalmente em Pelotas e Santa Maria. Na cidade de Pelotas, situada na planície costeira caracterizada por terrenos planos e alagadiços, os corpos d'água são duplamente determinantes à urbanização, caracterizando-se, simultaneamente, como indutores e limitadores à ocupação.

A localização do povoado às margens de cursos d'água (canal São Gonçalo e arroios Santa Bárbara e Pelotas) deriva da economia do charque, responsável pelo expressivo desenvolvimento urbano no século XIX, no entanto, por outro lado representa a limitação à ocupação urbana, problema que sucessivos planos e intervenções urbanísticas buscaram superar. Mais tarde, a partir da década de 1950, novamente a presença da água evidencia papel determinante à expansão urbana para o leste em direção à lagoa dos Patos, caracterizando uma ocupação de balneário com apelo turístico. Em Santa Maria, o relevo é o protagonista da paisagem natural, o rebordo da Serra Geral, na porção norte do município, significa uma barreira à ocupação urbana, que assume, na segunda metade do século XX, uma forma linear (leste-oeste). Passo Fundo é o caso em que o meio físico é menos determinante aos processos de expansão e estruturação urbana; em Caxias do Sul o terreno acidentado se impõe caracterizado por algumas áreas de grandes declividades impróprias à ocupação.

Explorando as articulações entre os processos socioeconômicos e espaciais é possível afirmar que na qualidade de centros regionais, as cidades estudadas têm em comum o papel atrativo sobre a região em que se inserem, sendo esse, inclusive, fator motivador para as migrações campo-cidade e a partir de cidades menores. No entanto, seus diferentes níveis de desenvolvimento econômico determinam diferentes ritmos de urbanização e de estruturação intraurbana. Do ponto de vista econômico, Pelotas se sobressai até meados da década de 1970, inicialmente a partir da economia do charque e posteriormente à esteira da industrialização derivada desta atividade; Santa Maria se consolidada na primeira metade do século XX como cidade militar e ferroviária, apresentando grande dinamismo urbano associado a essas atividades; Passo Fundo se caracteriza como cidade do agronegócio somente nas últimas décadas do século XX; e Caxias do Sul, dentre as quatro cidades, se torna o polo econômico mais dinâmico,

suplantando Pelotas, e se tornando a segunda economia do estado, em decorrência do processo de industrialização vertiginoso desencadeado na segunda metade do século XX.

Do ponto de vista socioespacial, as cidades de Pelotas e Santa Maria, atualmente as menos dinâmicas economicamente, apresentam processos de segregação mais complexos em relação a Caxias do Sul e Passo Fundo. Considerando-se as articulações entre segregação socioespacial e estrutura intraurbana, observamos que aos padrões de ocupação mais dispersos de Pelotas e Santa Maria, intensificados nesse início de século, associam-se processos de segregação mais avançados, se comparados a Caxias do Sul e Passo Fundo. A configuração de setores de grande concentração de camadas de média e alta renda, com presença de equipamentos de interesse e/ou amenidades naturais denota processos históricos, viabilizados pelo poder público e pela iniciativa privada. A eleição de um setor preferencial pelas classes de alta renda facilita o processo de produção desigual do espaço urbano constituindo setores privilegiados, tendo, portanto, maiores repercussões sobre a estrutura intraurbana como um todo.

Uma vez que não foi possível avançarmos na investigação das dinâmicas imobiliárias e fundiárias, consideramos plausível aventar a hipótese de que nas cidades de Pelotas e Santa Maria, o menor dinamismo das atividades produtivas explica a maior dependência dos processos de acumulação capitalista das dinâmicas imobiliárias e fundiárias, que originam ocupações mais espraiadas, maior presença de vazios urbanos e significativa inserção de novos produtos imobiliários; por outro lado, a presença da indústria em Caxias do Sul, ou as atividades vinculadas ao agronegócio em Passo Fundo, as tornam economias menos dependentes do setor imobiliário, no caso de Passo Fundo, inclusive, associa-se a forma urbana relativamente compacta ao uso produtivo (e rentável) das terras rurais, o que de certo modo pode contribuir para a contenção do espraiamento horizontal da mancha urbana. Essas hipóteses carecem de comprovação empírica, no entanto, acreditamos representarem um possível mote para desdobramentos dessa pesquisa, a fim de aprofundar as relações entre estrutura socioeconômica e estrutura socioespacial intraurbana.

De maneira complementar ao exposto anteriormente, os diferentes padrões socioespaciais das cidades estudadas evidenciam que o tamanho demográfico, por sua vez, não se apresenta, necessariamente, como fator determinante à definição de padrões socioespaciais mais complexos: Caxias do Sul, a cidade mais populosa dentre as quatro, apresenta padrões espaciais de segregação mais próximos de Passo Fundo, a menos populosa, ao passo que Pelotas e Santa Maria, intermediárias (do ponto de vista demográfico) apresentam estruturas socioespaciais mais complexas e estágios de segregação mais avançados.

▪ Segregação socioespacial em cidades médias: reprodução dos padrões metropolitanos?

Historicamente, a segregação socioespacial tem sido abordada tendo por objeto os espaços metropolitanos, o conceito nasce, inclusive, atrelado à realidade de Chicago, no início do século XX, em torno das questões urbanas associadas ao processo de industrialização.

Especialmente na América Latina, a intensidade do processo de urbanização, na segunda metade do século XX, se manifesta nas cidades escancarando as desigualdades socioespaciais e a divisão social do espaço, sendo a segregação um dos traços fundamentais da realidade urbana. Diversos fatores (tamanho demográfico, extensão territorial, dinâmicas econômicas, pobreza, déficit habitacional, (i)mobilidade urbana, problemas ambientais etc.) definem o desafiador quadro socioespacial da metrópole latino-americana (e sobretudo brasileira) contemporaneamente, descrito e problematizado à exaustão em diversos campos de pesquisa.

Embora reconhecida como traço marcante nesse cenário, a segregação socioespacial na América Latina, segundo Sabatini (2003), é predominantemente encarada como um reflexo da sociedade. No Brasil, o urbanista Flavio Villaça tem destacado o papel ativo da segregação, defendendo a tese que a segregação se constitui um instrumento de dominação exercido pela classe dominante para garantir a produção e consumo das melhores localizações intraurbanas.

O estudo da segregação socioespacial em realidades não-metropolitanas, no entanto, ainda é pouco explorado, inclusive no caso das cidades médias, em que as abordagens historicamente priorizaram a escala regional, da rede urbana. O enfoque sobre a escala intraurbana é recente, consideramos que as reflexões mais sistemáticas em torno do tema no Brasil somente se materializam na década de 2000, a partir dos esforços da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe) ao eleger a escala intraurbana e o aprofundamento das desigualdades socioespaciais como um de seus eixos de pesquisa. Atualmente começam a se avolumar pesquisas nesse sentido e o debate se torna mais profícuo; a possibilidade de comparações entre as cidades médias de diferentes regiões do Brasil, assim como entre cidades médias e metrópoles é fundamental para a compreensão desses espaços, e para a construção/validação/aprimoramento das abordagens teórico-metodológicas.

Uma das questões centrais que nos norteou essa pesquisa oscila justamente em torno da investigação da existência (ou não) de especificidades relativas aos processos de segregação em cidades médias frente às realidades metropolitanas. Os resultados, a partir das cidades de Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria, nos levam a concluir que os processos de segregação socioespacial em cidades médias possuem a mesma natureza (socioeconômica) daqueles observados nas metrópoles e apresentam padrões espaciais semelhantes, no entanto, têm complexidades, escalas e temporalidades diversas, que definem diferentes níveis de determinação sobre o espaço intraurbano.

As similaridades:

- A natureza socioeconômica da segregação, articulada às desigualdades sociais, definida pela propriedade privada, pelo acesso diferenciado à terra urbana, à infraestrutura e aos equipamentos urbanos.
- Os semelhantes padrões socioespaciais definidos pela gradativa complexificação da estrutura socioespacial, evoluindo de processos de diferenciação a processos de segregação e fragmentação socioespaciais.
- A produção do espaço urbano atrelada à ação de determinados grupos sociais, com destaque ao Estado, aos proprietários de terra, aos incorporadores imobiliários, e aos proprietários dos meios de produção, embora nos espaços metropolitanos esses agentes se complexifiquem.

As diferenças:

- As temporalidades da segregação e o ritmo com que os padrões socioespaciais evoluem ao longo do tempo são diversos nas metrópoles e nas cidades médias. Villaça ([1998] 2001) demonstra que o padrão de segregação predominante nas metrópoles brasileiras, definido por setores de grande concentração de camadas de alta renda, resulta de um processo histórico longo, que começa a se evidenciar já nas primeiras décadas do século XX; nas cidades médias, o padrão centro-periferia ainda persiste em muitos casos, nas cidades estudadas, a autosegregação das elites em um determinado setor urbano começa a se materializar somente na década de 1980, nas cidades de Pelotas e Santa Maria; com relação às inovações urbanísticas, a disseminação dos condomínios horizontais fechados e dos *shopping centers* é emblemática, pois ocorre com três décadas de defasagem, se comparada às metrópoles.
- As escalas e a intensidade dos processos de segregação nas cidades médias não podem ser comparadas às metrópoles, mesmo nos casos que exibem padrões espaciais similares. Fatores associados à segregação em grande escala, como a dimensão das periferias pobres, o tempo envolvido nos deslocamentos e os níveis de precariedade urbana tem maior determinação sobre a vida cotidiana nas metrópoles, especialmente no que diz respeito à ampliação das vulnerabilidades sociais em espaços de alta concentração de classes de baixa renda.
- Nas cidades médias, as classes de média renda possuem maior mobilidade residencial intraurbana se comparada aos espaços metropolitanos. Nas quatro cidades estudadas, os espaços de autosegregação, como condomínios fechados ou bairros planejados, são também acessíveis a determinada parcela dos extratos intermediários. São reduzidos os espaços residenciais

exclusivamente de elite, provavelmente em função da ausência de uma demanda solvável, nesse sentido, o preço da terra e dos imóveis urbanos mantêm-se relativamente acessível, mesmo em localizações valorizadas, na área central, em bairros prestigiados, ou em condomínios fechados periféricos. Nesse cenário, parcela significativa da população de média-alta renda, com recursos próprios e/ou oriundos de financiamentos bancários, incluindo microempresários, profissionais liberais e funcionários públicos, consegue ter acesso aos espaços residenciais das elites. De maneira semelhante, grandes equipamentos de consumo, como os *shopping centers*, são compartilhados pelas classes de média e alta renda, não havendo, como nas metrópoles, clara estratificação social desses equipamentos.

- Os processos de fragmentação socioespacial nas cidades médias estudadas estão em formação, definindo seus contornos iniciais com diferentes ritmos, visto que os padrões de segregação restritos ao uso residencial ainda são predominantes. Mesmo diante de padrões de autosegregação das camadas de média e alta renda bem definidos, e ainda que os *shopping centers* representem uma alternativa de consumo e lazer, as relações entre as áreas residenciais e o centro principal são muito fortes. Assim, os emergentes processos de fragmentação socioespacial não significam uma superação dos padrões de segregação residencial construídos ao longo do século XX, embora a eles se sobreponham complexificando as estruturas intraurbanas. As áreas centrais não apresentam processos de degradação evidentes, a maioria dos empregos estão no centro principal, não se observa a formação de novos centros de empregos significativas associados às classes de alta renda. Dentre as quatro cidades estudadas, Pelotas é a que apresenta o processo mais avançado no que diz respeito à associação entre expansão das áreas residenciais das classes de alta renda e áreas centrais, uma vez que o crescimento do centro principal na direção norte coincide com a formação dos primeiros bairros nobres nessa mesma direção, a partir da década de 1980, posteriormente, já no vetor leste de urbanização, a localização do *shopping center*, assim como a implantação de órgãos de governo no eixo da avenida Ferreira Viana (sentido Laranjal) reforçam a expansão do centro na direção das elites.

▪ Cidades médias: perspectivas

Por fim, a título de reflexão, gostaríamos de trazer à tona uma questão que nos instiga. Quais as perspectivas em torno do futuro (urbano) das cidades médias brasileiras, levando-se em consideração os papéis que desempenham na rede urbana e a complexificação de suas estruturas intraurbanas? Oferecem oportunidades a um outro modelo de urbanização ou estão fadadas ao mesmo destino das metrópoles?

Na grande mídia e em certos setores da sociedade, incluindo abordagens técnicas, as cidades médias são recorrentemente associadas a oportunidades de negócios e a bons índices de qualidade de vida, como alternativas ao caos das metrópoles, já saturadas, empobrecidas e violentas. Seriam assim os espaços que dispõem das benesses da urbanização (acesso a bens de consumo, serviços etc.) sem, no entanto, sofrer as mazelas urbanas associadas às grandes aglomerações.

Por outro lado, no campo interdisciplinar dos estudos urbanos, têm-se demonstrado que de fato há um dinamismo econômico associado a diversas cidades médias brasileiras, especialmente aquelas vinculadas a atividades lucrativas, de interesse do grande capital (o agronegócio, por exemplo) e/ou inseridas em regiões industrializadas; no entanto, concomitantemente, têm-se evidenciado a incidência crescente de problemas urbanos nesses espaços com o aprofundamento das desigualdades socioespaciais, às aproximando das metrópoles nesse sentido.

Os resultados de nossa pesquisa corroboram com esses apontamentos e indicam que a evolução dos padrões espaciais de segregação nas cidades médias estudadas explicita o aprofundamento das desigualdades socioespaciais, em meio a complexificação de suas estruturas intraurbanas.

Nesse contexto, se evidencia nas cidades médias a reprodução do modelo de desenvolvimento urbano equivocado característico das metrópoles. O déficit habitacional, os problemas ambientais, a violência urbana, os problemas de mobilidade, dentre outras mazelas, estão presentes nas cidades médias, em maior ou menor proporção, tributários de um processo de urbanização predatório e desigual. As soluções para esses problemas (sem jamais questionar suas causas) encontram na metrópole suas fontes de inspiração, reproduzindo dessa forma uma lógica que vê nos espaços fechados (residenciais e de consumo) alternativa aos problemas de segurança, e que vê nas diferenças a ameaça. Especialmente no âmbito dos espaços residenciais, no entanto, a busca por segurança em espaços fechados encontra sua base real nos altos índices de violência também presentes nas cidades médias. Queremos com isso explicitar que as cidades médias assumem gradativamente um estilo de vida pautado em ideologias que tem por base a vida nas grandes cidades, mesmo que isso se dê às custas da criação de demandas forjadas, uma vez que se constituem como mercados consumidores em potencial.

Nesse contexto, aproveitar o potencial das cidades médias, a exemplo Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria, buscando reverter o aprofundamento das desigualdades socioespaciais, exige a formulação de um outro modelo de desenvolvimento urbano. No que diz respeito especificamente à mitigação dos processos de segregação socioespacial, utilizando os argumentos centrais de Marques (2005) e Sabatini (2003), três estratégias complementares podem ser elencadas: a) reurbanização de áreas precárias com provimento de melhorias em infraestrutura urbana, equipamentos comunitários e mobilidade; b) promoção de políticas de mobilidade social, com foco na dispersão dos mais pobres por diferentes áreas da cidade, a partir de promoção de habitação social em diferentes modalidades, incluindo o aluguel social; c) controle de uso e ocupação do solo visando políticas de incentivo à dispersão espacial de conjuntos residenciais e comerciais voltados às classes de média e alta renda.

Essas três estratégias, juntas, podem diminuir o afastamento físico entre os diferentes grupos sociais, promovendo o acesso mais equilibrado aos benefícios da cidade e favorecendo as interações cotidianas em sua diversidade. Essa possibilidade somente pode ser vislumbrada a partir da ação do Estado, que deve caracterizar-se, de fato, como agente indutor desse processo, no entanto, precisa captar de forma atraente (e lucrativa) a iniciativa privada, sobretudo o setor imobiliário, agente fundamental da produção do espaço urbano, assim como sustentar-se como um projeto social coletivo.

Se o espaço urbano se constitui simultaneamente produto, meio e condição da reprodução da sociedade, (CARLOS, 2013) modificá-lo significa, essencialmente, almejar a possibilidade de construção de uma outra sociedade, menos desigual em suas dimensões socioeconômicas e políticas, e menos segregada em suas práticas socioespaciais, empreitada que, em nossa concepção, somente pode ser realizada na cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, M. A. **Evolução da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar; Iplanrio, 1987 *apud* CORRÊA, L. C. Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (orgs.). **A cidade contemporânea: segregação socioespacial**. São Paulo: Editora Contexto, 2013, pp. 39-60.
- AGUIAR, M. S. **Um olhar sobre o palimpsesto urbano: processo de formação e diferentes construções no tempo de um patrimônio arquitetônico às margens do Canal São Gonçalo (Pelotas/RS)**. Porto Alegre, 2009. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Ciências Humanas) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- ALBARELLO, T. S. O programa CURA I em Santa Maria (1979-1985). **II Encontro Estadual de História**. Universidade Federal do Rio Grande, julho de 2012. pp. 1056-1072.
- ALONSO, J. et al. **Crescimento econômico da região sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas**. Porto Alegre: FEE, 1994.
- ALONSO, W. **Location and land use: toward a general theory of land rent**. Cambridge: The Mit Press, 1964 *apud* CORRÊA, L. C. Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (orgs.). **A cidade contemporânea: segregação socioespacial**. São Paulo: Editora Contexto, 2013, p.39-60.
- ALVES, F. D.; SILVEIRA, V. C. P. Evolução das desigualdades regionais no Rio grande do Sul: espaço agrário, imigração e estrutura fundiária. **Caminhos da Geografia**, v.9, n.26, pp. 1-15, jun. 2008.
- BACH, A. N. **Patrimônio Agroindustrial: inventário das fábricas de compotas de pêssego na área urbana de Pelotas (1950-1990)**. Pelotas, 2017. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.
- BAGGIO, G.; TEJADA, C. A. O. O desempenho econômico de Pelotas (1939-2009): uma análise comparativa com os principais municípios do interior do RS. **Teoria e Evidência Econômica**, ano 19, n.41, pp. 118-149, jul./dez. 2013.
- BERRY, B. J. Introduction: the logic and limitations of comparative factorial. **Ecology: Economic Geography**, 47 (2), 1971, pp. 209-19 *apud* CORRÊA, L. C. Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (orgs.). **A cidade contemporânea: segregação socioespacial**. São Paulo: Editora Contexto, 2013, pp. 39-60.
- BÄHR, J. Neuere Entwicklungstendenzen lateinamerikanischer Großstädte. **Geographische Rundschau**, 28(4):125–133, 1976 *apud* BUZAI, G. D. **Mapas sociales urbanos**. Buenos Aires: Lugar, 2003.
- BÄHR, J.; MERTINS, G. Idealschema der sozial-räumlichen Dierenzierung lateinamerikanischer Großstädte. **Geographische Zeitschrift**, 69:1–33, 1981 *apud* BUZAI, G. D. **Mapas sociales urbanos**. Buenos Aires: Lugar, 2003.
- BASTIDE, R. Introdução ao estudo do termo “estrutura”. In: BASTIDE, R. (org.) **Usos e sentidos do termo estrutura nas ciências sociais**. São Paulo: Editora Harder; Edusp, 1973, pp. 1-12. *apud* TOURINHO, H. L. **Estrutura urbana de cidades médias amazônicas: análise considerando a articulação das escalas interurbana e intraurbana**. Recife, 2011. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Pernambuco.
- BEBER, C. C. **Santa Maria 200 anos: história da economia do município**. Santa Maria: Pallotti, 1998.
- BELÉM, J. **História do Município de Santa Maria: 1797-1933**. Santa Maria: Editora UFSM, 1989.
- BELTRÃO, R. **Cronologia histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho: 1787-1930**. Canoas: Editora La Salle, 1979.
- BOLFE, S. A. **Transformações do espaço urbano de Santa Maria - RS - e sua região: tendências e condicionantes**. , São Paulo, 2003. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade de São Paulo.
- BONDUKI, N. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. **Revista eletrônica de Arquitetura e Urbanismo**, n.1, pp. 70-104, 2008.
- BORSODORF, A. Die lateinamerikanische Großstadt. Zwischenbericht zur Diskussion um ein Modell. **Geographische Rundschau**, 34:498–501, 1982 *apud* BUZAI, G. D. **Mapas sociales urbanos**. Buenos Aires: Lugar, 2003.
- BRITTO, N. D. **Industrialização e desindustrialização do espaço urbano de Pelotas (RS)**. Rio Grande, 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande.
- _____. Da cidade industrial segregada à cidade pós-industrial fragmentada: reflexões sobre a (re)produção do espaço urbano na cidade de Pelotas-RS. **Geousp - Espaço e Tempo** (online), v.20, n.3, pp. 586-601, 2016.
- BUZAI, G. D. **Mapas sociales urbanos**. Buenos Aires: Lugar, 2003.
- _____. Urban models in the study of Latin American Cities. In: **Innsbrucker Geographische Studien**, UNIVERSITÄT INNSBRUCK, pp. 271-288, 2016.

- CALDEIRA, T. P. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34, 2000.
- CARLOS, A. F. **A condição espacial**. São Paulo: Editora Contexto, 2015 [2011].
- _____. A prática espacial urbana como segregação e o “direito à cidade” como horizonte utópico. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (orgs.). **A cidade contemporânea: segregação socioespacial**. São Paulo: Editora Contexto, 2013, pp. 95-110.
- _____. **A (Re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 2008 [1994].
- _____. Diferenciação socioespacial. **Cidades**, v.4, n.6, 2007.
- CASTELLS, M. **A questão urbana**. 4. ed. Trad. de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1983].
- CATHARINA, R. T. **Ordenanças urbanas e ideia de cidade: o primeiro e o segundo plano diretor de Pelotas e os temas do urbanismo do século XX**. Pelotas, 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Pelotas.
- CHIARELLI, L. M. **Habitação social em Pelotas (1987-2010): influências das políticas públicas na promoção de conjuntos habitacionais**. Porto Alegre, 2014. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- COMIN, F. V. **Dinâmica espacial e segregação residencial no Bairro Camobi – Santa Maria/RS**. Porto Alegre, 2013. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- CORRÊA, R. L. Construindo o conceito de cidade média. In: **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, pp. 23-34.
- _____. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000 [1995], pp. 15-48.
- _____. Inovações espaciais urbanas – algumas reflexões. **Cidades**, v. 7, n.11, 151-162, 2010.
- _____. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2005 [1985].
- _____. Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (orgs.). **A cidade contemporânea: segregação socioespacial**. São Paulo: Editora Contexto, 2013, pp. 39-60.
- DAL’ASTA, A. P. **Elaboração de zoneamento geoambiental para perímetro urbano de Santa Maria - RS**. Santa Maria, 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Maria.
- DAL’MORO, S.; RUCKERT, A. A. A agricultura no processo de desenvolvimento do Planalto Médio rio-grandense. In: **Estudos de geografia regional: o urbano, o rural e o rurano na região de Passo Fundo**. Passo Fundo: EDUPF, 2004, pp. 26-68.
- DAL POZZO, C. F. **Territórios de autosegregação e de segregação imposta: Fragmentação socioespacial em Marília e São Carlos**. Presidente Prudente, 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista.
- _____. **Fragmentação socioespacial em cidades médias paulistas: Os territórios do consumo segmentado de Ribeirão Preto e Presidente Prudente**. Presidente Prudente, 2015. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista.
- ELIAS, D. Agricultura e produção de espaços urbanos não-metropolitanos: notas teórico-metodológicas. In: **Cidades Médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- EUFRÁSIO, M. A. **Estrutura urbana e ecologia humana: a escola sociológica de Chicago (1915-1940)**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2013 [1999].
- FACCIN, D. **Entre passos e vozes: percepções de espaços e patrimônios no sítio ferroviário de Santa Maria, RS**. Santa Maria, 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Santa Maria.
- FARIAS, C. L. **O processo de ocupação da periferia urbana de Santa Maria - RS: o caso do bairro Nova Santa Marta**. Santa Cruz do Sul, 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade de Santa Cruz do Sul.
- FEIX, R. D.; LEUSIN JR., S. **Painel do agronegócio no Rio Grande do Sul - 2015**. Porto Alegre: FEE, 2015.
- FERRETTO, D. **Passo Fundo: estruturação urbana de uma cidade média gaúcha**. São Paulo, 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo.
- FIGUEIREDO FILHO, C.; OLIVEIRA, N. Contribuições das teses marxistas da marginalidade para a análise das classes trabalhadoras e dos movimentos sociais. **VII Colóquio Internacional Marx e Engels**. Campinas, SP, Universidade de Campinas, 2012.

- FIGUEIREDO FILHO, D. B.; SILVA JÚNIOR., J. A. Visão além do alcance: uma introdução à análise fatorial. **Opinião pública**, v. 16, n. 1, pp. 160-185, jun. 2010.
- FIGUEIREDO FILHO, D. B. et al. Happy together: como utilizar análise fatorial e análise de clusters para mensurar a qualidade das políticas públicas. **Teoria e sociedade**, n.22.2., jul./dez. 2014.
- FIX, M. **Parceiros da exclusão: duas histórias da construção de uma “nova cidade” em São Paulo: Faria Lima e Água Espraiada**. São Paulo: Boitempo, 2001 *apud* MARQUES, E. Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado. In: MARQUES, E.; TORRES, H. (orgs.) **São Paulo, segregação, pobreza e desigualdades sociais**. São Paulo: Senac, 2005, pp. 19-56.
- FLORES, C. A.; ALBA, J. M. **Zoneamento edáfico de culturas para o município de Santa Maria – RS, visando o ordenamento territorial**. Brasília: Embrapa, 2015.
- FORJAZ, M. C. S. Industrialização, Estado e sociedade no Brasil (1930-1945). **Revista de Administração de Empresas**, v. 24, n.3, pp. 35-46, jul./set. 1984.
- FREHSE, F. O espaço na vida social, uma introdução. **Estudos Avançados**, v.27, n.79, pp. 69-74, 2013.
- GEORGE, P. **La ville: Le fait urbain à travers le Monde**. Paris: PUF, 1952.
- GOSCH, L. R. **Passo Fundo, de Saturnino de Brito ao Mercosul: projetos e imagens urbanas**. Rio de Janeiro, 2002. Dissertação (Mestrado em Urbanismo), Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. 2. ed. Trad. Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Edusp, 2010 [1993].
- GOTTMANN, J. et al. **L'Aménagement de l'Espace - Planification Régionale et Géographie**. Paris: Librairie Armand Colin, 1952.
- HARVEY, D. O espaço como palavra-chave. **Revista Em Pauta**, v.13, n.35, pp. 126-152, 1º sem. 2015.
- HERRLEIN JR., R. A transição capitalista no Rio Grande do Sul, 1889-1930. **Revista Economia e Sociedade**, v. 13, n.1(22), pp. 175-207, jan./jun. 2004.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Região de influência das cidades – REGIC 2007**. Rio de Janeiro: IBGE/MPOG, 2008.
- JANOSCHKA, M. Die Flucht vor Gewalt? Stereotype und Motivationen beim Andrang auf barrios privados in Buenos Aires, **Geographica Helvetica**, 57(4): 290–299, 2002 *apud* BUZAI, G. D. **Mapas sociales urbanos**. Buenos Aires: Lugar, 2003.
- _____. Urbanizaciones privadas en Buenos Aires: ¿hacia un nuevo modelo de ciudad latinoamericana? In: CABRALES BARAJAS, L.F. (org.) **Latinoamérica: países abiertos, ciudades cerradas**. Guadalajara: Universidad de Guadalajara; UNESCO, 2002, pp. 287–318 *apud* BUZAI, G. D. **Mapas sociales urbanos**. Buenos Aires: Lugar, 2003.
- _____. “Stadt der Inseln” Buenos Aires: Abschottung und Fragmentierung als Kennzeicheneiner neuen Stadtmodells. **RaumPlanung**, 101:65–70, 2002 *apud* BUZAI, G. D. **Mapas sociales urbanos**. Buenos Aires: Lugar, 2003.
- KALIL, R. M. L. Habitação social em Passo Fundo: evolução histórica e situação atual. **VII Encontro de Teoria e História da Arquitetura do Rio Grande do Sul**. Anais do VII Encontro de Teoria e História da Arquitetura do Rio Grande do Sul. Passo Fundo, RS, Universidade de Passo Fundo, 2003.
- KALIL, R. M. et. al. Migração e urbanização: o caso da região de Passo Fundo. In: KALIL, R. M. et. al. (orgs.) **Urbanização, exclusão e resistência: estudos sobre o processo de urbanização na região de Passo Fundo**. Passo Fundo: EDIUPF, 1998, pp. 39-65.
- KALIL, R. M. et. al. O programa Minha Casa Minha Vida: construindo paisagens urbanas. **XVI Encontro nacional de tecnologia do ambiente construído**, São Paulo, Associação do Ambiente Construído, 2016, pp. 5152 - 5162.
- LEFEBVRE, H. Prefácio - A produção do espaço. Trad. Fraya Frehse. **Estudos Avançados**, v.27, n.79, pp. 123-132, 2013 [1985].
- _____. **Espaço e política: o direito à cidade II**. Trad. Margarida Maria de Andrade, Pedro Henrique Denski, Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016 [1972].
- _____. **The production of space**. Trad. D. Nicholson-Smith. Oxford: Brasil Blackwel, 1991 [1974].
- LIHTNOV, D. D. **Dinâmica de localização comercial intra-urbana: um estudo de centralidade urbana em Pelotas**. Rio Grande, 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande.

- LIMA, B. **O distrito industrial de Santa Maria - RS: instalação e novas perspectivas**. Santa Maria, 2014. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Maria.
- LIMONAD, E. Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização. **Geographia**, ano. 1, n.1, pp. 71-91, 1999.
- LOJKINE, J. **Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981 *apud* VILLAÇA, F. **Reflexões sobre as cidades brasileiras**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2012.
- MACHADO, C. Momentos da obra de Henri Lefebvre: uma apresentação. **Ambiente & educação**, v.13, pp. 83-95, 2008.
- MACHADO, M. A. **Caxias do Sul: poder público e interesses sociais na ocupação do espaço urbano - 1875 - 1950**. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo.
- MACHADO, M. K. **A presença do exército e da aeronáutica na organização espacial de Santa Maria - RS**. Santa Maria, 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Maria.
- MARICATO, E. Globalização e política urbana na periferia do capitalismo. In: RIBEIRO, L. C.; SANTOS JÚNIOR, O. A. (orgs.). **As metrópoles e a questão social brasileira**. São Paulo: Editora Revan; Observatório das Metrópoles, 2007, p. 51-76.
- MARQUES, E. Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado. In: MARQUES, E.; TORRES, H. (orgs.) **São Paulo, segregação, pobreza e desigualdades sociais**. São Paulo: Senac, 2005, pp. 19-56.
- MARQUES, E; BICHIR, R. Estado e espaço urbano. Revisitando criticamente as explicações correntes sobre as políticas estatais urbanas: padrões espaciais de ação estatal na infra-estrutura urbana em São Paulo, 1978-1998. **Revista de Sociologia e Política**, n. 15, 2001 *apud* MARQUES, E. Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado. In: MARQUES, E.; TORRES, H. (orgs.) **São Paulo, segregação, pobreza e desigualdades sociais**. São Paulo: Senac, 2005, pp. 19-56.
- MERTINS, G. La diferenciación socioespacial y funcional de las ciudades intermedias latinoamericanas: ejemplos del noroeste argentino. **Revista Interamericana de Planificación**, 112:55-68, 1995.
- MERTINS, G. Typen inner- und randstädtischer Elendsviertel in Großstädten des andinen Südamerika. **Lateinamerika-Studien**, 7:269-295, 1980 *apud* BUZAI, G. D. **Mapas sociales urbanos**. Buenos Aires: Lugar, 2003.
- MELLO, L. F. **O espaço do imaginário e o imaginário do espaço: a ferrovia em Santa Maria, RS**. Porto Alegre, 2002. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- MESQUITA, Z. Divisões regionais do Rio Grande do Sul: uma revisão. **Ensaio FEE**, 5 (2): 95-146, 1984.
- MICHEL, M. Ville moyenne, ville moyen. **Annales de Géographie**, n.478, pp. 641-685, sep./oct. 1977.
- MINGOTI, S. A. **Análise de dados através de métodos de Estatística Multivariada: uma abordagem aplicada**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.
- MIURA, A. K. et al. Detecção de Mudanças no Uso das Terras no Município de Pelotas (RS, Brasil), no período de 1985 a 2007, por meio de Processamento Digital de Imagens. **Anais XIV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**, Natal, RN, INPE, 25-30 abril 2009, pp. 5997-6004.
- MOLINA, G. S. A indústria em Caxias do Sul e as transformações socioespaciais. **IV Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul, RS, 2008.
- MOURA, R. Fronteiras invisíveis: o território e seus limites. **Território**, ano V, v.9, pp. 81-101, 2000.
- MOURA, R. M. **Habitação popular em Pelotas (1880-1950): entre políticas públicas e investimentos privados**. Porto Alegre, 2006. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- MOURA, _____. Moradia popular e expansão urbana - as vilas proletárias pelotenses. **História em Revista**, v. 12, n. 13, pp. 79-96, dez. 2007.
- NASCIMENTO, R. **Campo dos Bugres - Sede Dante: a formação urbana de Caxias do Sul (1876-1884)**. Porto Alegre, 2009. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- NEGRI, S. M. Segregação sócio-espacial: alguns conceitos e análises. **Coletâneas de Nosso Tempo**, ano VII, v.8., pp. 129-153.
- NETTO, A. H. **O testemunho das imagens: a transformação da cidade de Santa Maria - RS retratada a partir do acervo dos arquivos históricos: 1885 - 2010**. Santa Maria, 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Maria.

- NUNES, M. N. et al. Urbanização e expansão industrial em Caxias do Sul. In: **XIV Encontro Nacional da Anpur**, Rio de Janeiro, RJ, 2011.
- OLIVEIRA, D. T. **A cidade de Santa Maria e o saneamento de Saturnino de Brito**. Porto Alegre, 2013. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- OLIVEIRA, G. M. **A organização do território sob a lógica do capitalismo atual: um estudo de caso sobre Caxias do Sul (RS)**. Porto Alegre, 2010. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- OSEKI, J. H. O único e o homogêneo na produção do espaço. In: MARTINS, J. S. **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- PAIVA, E. et al. **Caxias do Sul: Plano Diretor**. Caxias do Sul, 1953a.
- PAIVA, E. et al. **Passo Fundo: Plano Diretor**. Passo Fundo, 1953b.
- PEREIRA, A. C. **Tensão entre representação do espaço e práticas urbanas: um estudo sobre novos arranjos de uso e ocupação do espaço social em Pelotas**. Pelotas, 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Pelotas.
- PERES, O. M. **Crescimento urbano e hidrografia: dinâmicas morfológicas e articulações à paisagem natural**. Pelotas, 2010. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Pelotas.
- PETER, A. P. **O papel do comércio na produção da centralidade em Pelotas - RS**. Rio Grande, 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande.
- PINHEIRO, A. C. **Participação popular e política pública habitacional: Santa Maria, RS**. Florianópolis, 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina.
- PINTO, J. V. **Contribuições para estudo do “Programa Minha Casa, Minha Vida” para uma cidade de porte médio, Pelotas - RS: caracterização das empresas construtoras e incorporadoras privadas e inserção urbana**. Pelotas, 2016. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Pelotas.
- POLIDORI, M. C. **Crescimento urbano e ambiente: um estudo exploratório sobre as transformações e o futuro da cidade**. Porto Alegre, 2004. Tese (Doutorado em Ciências) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- PRADO, T. C. **Segregação residencial por índices de dissimilaridade, isolamento e exposição, com indicador renda, no espaço urbano de Santa Maria - RS, por geotecnologias**. Santa Maria, 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Maria.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL. **Lei complementar nº 290/2007**. Institui o Plano Diretor do Município de Caxias do Sul, e dá outras providências.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL. **Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS**. Elaborado por Universidade de Caxias do Sul/Instituto de Administração Municipal/ Escritório de transferência de tecnologia. 2010
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO. **Lei complementar nº 170/ 2006**. Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado - PDDI do município de Passo Fundo.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO. **Lei nº 1.133/1984**. Aprova o II Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Passo Fundo; dispõe sobre as normas do I Plano Diretor da cidade que permanecerão vigentes; e dá outras providências.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO. **Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS**. Elaborado por Latus Consultoria, Pesquisa e Assessoria de Projetos. 2009, 2010.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. **Lei nº 1672/1968**. Instituiu o Plano Diretor de Pelotas.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. **Lei nº 2565/1980**. Instituiu o Plano Diretor de Pelotas.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. **Lei nº 5.502/2008**. Institui o Plano Diretor Municipal e estabelece as diretrizes e proposições de ordenamento e desenvolvimento territorial no Município de Pelotas, e dá outras providências.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. **PLHIS Prefeitura Municipal de Pelotas**. Elaborado por 3C Arquitetura e Urbanismo 2014
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA. **Lei complementar nº 34/2005**. Dispõe sobre a Política de Desenvolvimento Urbano e sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental do Município de Santa Maria.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA. **Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS**. Elaborado por O. E. Arquitetos e Urbanistas, 2011.

- PRETECEILLE, E. A construção social da segregação urbana: Convergências e Divergências. **Espaço & Debates. Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, v.24, n.45, pp. 11-23, jan./jun. 2004.
- PRÉVÔT-SCHAPIRA, M. Segregación, fragmentación, secesión. Hacia una nueva geografía social em la aglomeración de Buenos Aires. **Economía, Sociedad y Territorio**, México, v.II, n.7, 2000, pp. 405-431 *apud* SPOSITO, M. E.; GOÉS, E. M. **Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial**. Presidente Prudente: Editora Unesp, 2013.
- _____. Fragmentación espacial y social: conceptos e realidades. **Perfiles latino-americanos**, FLCS, DF-México, n.19, pp. 33-56, dez. 2001. *apud* SPOSITO, M. E.; GOÉS, E. M. **Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial**. Presidente Prudente: Editora Unesp, 2013.
- RAMOS, S. M. **Estrutura urbana histórica: a importância dos primeiros caminhos e sua permanência na estrutura urbana de Pelotas - RS**. Rio Grande, 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande.
- RIBEIRO, L. **Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997 *apud* MARQUES, E. Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado. In: MARQUES, E.; TORRES, H. (orgs.) **São Paulo, segregação, pobreza e desigualdades sociais**. São Paulo: Senac, 2005, pp. 19-56.
- RIBEIRO, L. C. Segregação residencial e políticas públicas: análise do espaço social da cidade na gestão do território. **Cidades- Comunidades e Territórios**, n.06, pp. 33-50, jun. 2003.
- ROCHA, A. **A descentralização do setor terciário na cidade de Santa Maria/RS: análise das aglomerações comerciais e de serviços nos bairros Tancredo Neves e Camobi**. Porto Alegre, 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- ROCHA, L. **O padrão locacional da estrutura social: segregação residencial em Santa Maria - RS**. Florianópolis, 2011. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Santa Catarina.
- _____. **O papel de Santa Maria como centro de drenagem da renda fundiária**. Florianópolis, 1993. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Santa Catarina.
- ROCHEFORT, M. Méthodes d'études des réseaux urbains: intérêt de l'analyse du secteur tertiaire de la population active. **Annales de Géographie**, 66, n.354, 1957.
- ROLNIK, R. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Nobel; FAPESP, 1997 *apud* MARQUES, E. Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado. In: MARQUES, E.; TORRES, H. (orgs.) **São Paulo, segregação, pobreza e desigualdades sociais**. São Paulo: Senac, 2005, pp. 19-56.
- RUBIN, G. R. **Santa Maria: o caso do conjunto habitacional Tancredo Neves**. Santa Maria, 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Maria.
- SABATINI, F. **La segregación social del espacio en las ciudades de América Latina**. Banco Interamericano de Desarrollo. Departamento de Desarrollo Sostenible. Division de Programas Sociales, 2003.
- _____. Transformação urbana e dialética entre integração e exclusão social: reflexões sobre as cidades latino americanas e o caso de Santiago do Chile. In: OLIVEIRA, M. **Demografia da exclusão social**. Campinas: Ed. Unicamp, 2001, pp. 165-84 *apud* MARQUES, E. Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado. In: MARQUES, E.; TORRES, H. (orgs.) **São Paulo, segregação, pobreza e desigualdades sociais**. São Paulo: Senac, 2005, pp. 19-56.
- SABATINI, F.; CÁCERES, G.; CERDA, J. Segregación residencial em las principales ciudades chilenas: tendencias de las três últimas décadas e posibles curso de acción. **Revista Eure**, v. XXVIII, n. 82, pp. 21-42, 2001.
- SALAMONI, G. F. **O crescimento Urbano por extensão e suas repercussões morfológicas em estruturas urbanas: Estudo de caso Santa Maria - RS**. Porto Alegre, 2008. Dissertação (Mestrado em planejamento urbano e regional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- SALGUEIRO, T. B. **Lisboa, periferia e centralidades**. Oeiras: Celta, 2001. *apud* SPOSITO, M. E.; GOÉS, E. M. **Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial**. Presidente Prudente: Editora Unesp, 2013.
- SANTOS, C. **Movimentos urbanos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981 *apud* MARQUES, E. Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado. In: MARQUES, E.; TORRES, H. (orgs.) **São Paulo, segregação, pobreza e desigualdades sociais**. São Paulo: Senac, 2005, pp. 19-56.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2005 [1993].

- _____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2005.
- _____. **Espaço e método**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2008 [1985].
- _____. **Metrópole corporativa e fragmentada: o caso de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1990 *apud* SPOSITO, M. E.; GOÊS, E. M. **Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial**. Presidente Prudente: Editora Unesp, 2013.
- _____. **O espaço do cidadão**. 7 ed. São Paulo: EDUSP, 2007 [1987].
- _____. O espaço geográfico como categoria filosófica. **Revista Terra Livre.**, n. 5, pp. 9-20, 1988.
- _____. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2008 [1994].
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- SHEVKY, E.; BELL, W. Analisis de areas sociais. In: THEODORSON, G. A. (org.) **Estudios de ecologia humana**. Barcelona: Editorial Labora S.A., 1974 [1955] *apud* CORRÊA, L. C. Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (orgs.). **A cidade contemporânea: segregação socioespacial**. São Paulo: Editora Contexto, 2013, pp. 39-60.
- SCHIFFER, Sueli (org.) **Globalização e estrutura urbana**. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2004.
- SCHLINDWEIN, J. R. et al. Mapeamento do uso e cobertura do solo do município de Caxias do Sul (RS) através de imagens do satélite CBERS. In: **XIII Simpósio brasileiro de sensoriamento remoto**, Florianópolis, SC, 2007, INPE, pp. 1103-1107.
- SCHNORE, L. F. On the spacial structure of cities in the two Americas. In: PH. M. Hauser; L. F. Schnore (orgs). **The Study of urbanization**. New York: John Wiley & Sons, 1965 *apud* BUZAI, G. D. **Mapas sociales urbanos**. Buenos Aires: Lugar, 2003.
- SILVA, A. M.; SPINELLI, J.; FIOREZE, Z. G. (orgs.) **Atlas geográfico de Passo Fundo**. Passo Fundo: Méritos; IMED, 2009.
- SILVA, J. G.; POLIDORI, M. C. Evolução urbana, parcelamento do solo e fragmentação. **Revista Projectare**, v.2, jan. 2008.
- SILVA, T. R. **O crescimento urbano na cidade de Caxias do Sul nos anos de 1972 a 1988: uma contribuição ao ensino da história local**. Caxias do Sul, 2016. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Caxias do Sul.
- SJOBERG, G. **The pré-industrial city. Past and present**. Glencoe: The Free Press, 1960 *apud* CORRÊA, L. C. Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (orgs.). **A cidade contemporânea: segregação socioespacial**. São Paulo: Editora Contexto, 2013, pp. 39-60.
- SMOLKA, M. **Estruturas intra-urbanas e segregação social do espaço**: elementos para uma discussão da cidade na teoria econômica. Rio de Janeiro: IPEIA/ANPEC, 1983.
- SOARES, P. R. **Del proyecto urbano a la producción del espacio: morfologia urbana de la ciudad de Pelotas, Brasil (1812-2000)**. Barcelona, 2002. Tese (Doutorado em Geografia), Universitat de Barcelona.
- SOBARZO, O. Passo Fundo: cidade média com funções comerciais, de serviços e de apoio ao agronegócio. In: **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Passo Fundo e Mossoró**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, pp. 29-100.
- SOJA, E. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. . Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993 [1989].
- SPINELLI, J. **Mercado imobiliário e reestruturação do espaço urbano em Passo Fundo – RS**. Porto Alegre, 2015. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- SPOSITO, M. E. A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade urbana. In: **Encontro Nacional da ANPEGE**, 2, Rio de Janeiro, 1997. Resumos, v. 1, pp. 44-45.
- _____. Loteamentos fechados em cidades médias paulistas – Brasil. In: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E.; SOBARZO, O. (org.). **Cidades Médias: produção do espaço urbano e regional**. São Paulo: Expressão Popular, 2006, pp. 175-198.
- _____. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (orgs.). **A cidade contemporânea: segregação socioespacial**. São Paulo: Editora Contexto, 2013, pp. 61-94.

- SPOSITO, M. E.; GOÉS, E. M. **Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial**. Presidente Prudente: Editora Unesp, 2013.
- SPOSITO et al. (orgs.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Passo Fundo e Mossoró**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- SOARES, P. R. R.s; UEDA, V. Cidades médias e modernização do território no Rio Grande do Sul. In: **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, pp. 379-412.
- SOUZA, M. L. O desafio metropolitano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000 *apud* SPOSITO, M. E.; GOÉS, E. M. **Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial**. Presidente Prudente: Editora Unesp, 2013.
- STEWART I.D.; OKE T.R. Local Climate Zones for Urban Temperature Studies. **BAMS (Bulletin of the American Meteorology Society)**, 93:1879–1900, 2012.
- TEDESCO, J. C.; SANDER, R. **Madeireiros, comerciantes e granjeiros: lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo (1900-1960)**. 2.ed. Passo Fundo: UPF, 2005.
- TORRES, H. Medindo a segregação. In: MARQUES, E.; TORRES, H. (orgs.) **São Paulo, segregação, pobreza e desigualdades sociais**. São Paulo: Senac, 2005, pp. 81-100.
- TOURINHO, A. O. **Do Centro aos centros: bases teórico-conceituais para o estudo da centralidade em São Paulo**. São Paulo, 2004. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas), Universidade de São Paulo.
- TOURINHO, H. L. **Estrutura urbana de cidades médias amazônicas: análise considerando a articulação das escalas interurbana e intraurbana**. Recife, 2011. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Pernambuco.
- VALLADARES, L. **Passa-se uma casa**. São Paulo: Zahar, 1978 *apud* MARQUES, E. Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado. In: MARQUES, E.; TORRES, H. (orgs.) **São Paulo, segregação, pobreza e desigualdades sociais**. São Paulo: Senac, 2005, pp. 19-56.
- VETTER, D. et al. A apropriação dos benefícios das ações do Estado em áreas urbanas: seus determinantes e análises através da ecologia fatorial. **Espaço e Debates**, 1 (4), São Paulo, 1981 *apud* MARQUES, E. Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado. In: MARQUES, E.; TORRES, H. (orgs.) **São Paulo, segregação, pobreza e desigualdades sociais**. São Paulo: Senac, 2005, pp. 19-56.
- VIEIRA, A. B.; MELLAZO, E. S. Introdução ao conceito de segregação socioespacial. **Revista Formação** (Online), v.1, n.10, pp. 161-163, 2003.
- VIEIRA, S. G. **A cidade fragmentada**. Pelotas: Editora da UFPel, 2005.
- VILLACA, F. **Reflexões sobre as cidades brasileiras**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2012.
- _____. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Estudos Avançados**, v.25, n.71, pp. 37-58, abr. 2011.
- _____. **Reflexões sobre as cidades brasileiras**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2012.
- _____. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP; Lincoln Institute, 2001.
- _____. **Sistematização crítica da obra escrita pelo Prof. Dr. Flávio José Magalhães Villaca sobre espaço urbano**. São Paulo, 1988. Tese (Livre-Docência). Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e urbanismo.
- WALTER, M. k. **Análise do estoque de carbono em sistemas agrícolas e florestais em Passo Fundo e Frederico Westphalen - RS**. Campinas, 2012. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) - Universidade de Campinas.
- WIGGERS, M. M. et al. Evolução da ocupação urbana de Caxias do Sul e os assentamentos subnormais. In: **XVI Encontro Nacional de Geógrafos**, Porto Alegre, 2010.
- WIGGERS, M. M. **Zoneamento das áreas de risco a movimentos de massa no perímetro urbano do município de Caxias do Sul (RS)**. Porto Alegre, 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- YUJNOVSKY, O. **La estructura interna de la ciudad. Es caso latino-americano**. Buenos Aires: Ediciones SIAP, 1971 *apud* CORRÊA, L. C. Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (orgs.). **A cidade contemporânea: segregação socioespacial**. São Paulo: Editora Contexto, 2013, pp. 39-60.
- ZANATTA, R. N. **A (re)configuração do espaço urbano de Santa Maria - RS sob a ótica territorial e das políticas habitacionais**. Santa Maria, 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Maria.

ANEXOS

ANEXO I: TIPOLOGIAS DE OCUPAÇÃO DO SOLO - *LOCAL CLIMATE ZONES* (LCZs)

O esquema de classificação de *Local Climate Zones* (LCZs), proposto por Stewart e Oke (2012), é utilizado pelo projeto WUDAPT (*World Urban Database and Portal Tool*), cujo objetivo é reunir pesquisadores de todo o mundo em torno de estudos de climatologia urbana. A utilização das LCZs viabiliza a classificação da paisagem urbana em escala local, permitindo a comparação de diferentes padrões, sendo definidos como regiões de cobertura uniforme de superfície, estrutura, material e atividade humana que abrangem de metros a vários quilômetros em escala horizontal (BECHTEL *et al.* 2015).

A classificação LCZ se baseia na utilização de dados e *softwares* livres, que potencializam sua aplicação em larga escala, sendo ferramentas úteis ao planejamento urbano em diferentes escalas. A realização da classificação envolve os seguintes procedimentos:

- Delimitação de áreas de exemplo (áreas de treinamento) para cada classe tipológica com utilização do *software* livre *Google Earth Pro*; as áreas de treinamento são representadas por polígonos de pelo menos 100 m x 100 m, perfazendo no mínimo cinco casos.
- Obtenção de cenas *Landsat* (sem nuvens), distribuídas de forma gratuita pelo *software* USGS.
- Inserção das imagens *Landsat* e das áreas de treinamento no *software* Saga-Gis 2.2 e processamento da classificação. As imagens *Landsat*, originalmente com resolução espacial de 30 m, foram reamostradas para resolução espacial de 15m.
- Após realização da classificação, os resultados, salvos em formato *shapefile*, foram analisados no *software* QGIS 2.18.17.

Abaixo, a figura 30 exhibe a classificação original das LCZs, proposta por Stewart e Oke (2012). Das 17 classes, somente 10 foram identificadas em nossa pesquisa, associadas às cidades de Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria, conforme demonstrado no capítulo III.

TABLE 2. Abridged definitions for local climate zones (see electronic supplement for photographs, surface property values, and full definitions). LCZs 1–9 correspond to Oke's (2004) urban climate zones.

Built types	Definition	Land cover types	Definition
1. Compact high-rise	Dense mix of tall buildings to tens of stories. Few or no trees. Land cover mostly paved. Concrete, steel, stone, and glass construction materials.	A. Dense trees	Heavily wooded landscape of deciduous and/or evergreen trees. Land cover mostly pervious (low plants). Zone function is natural forest, tree cultivation, or urban park.
2. Compact midrise	Dense mix of midrise buildings (3–9 stories). Few or no trees. Land cover mostly paved. Stone, brick, tile, and concrete construction materials.	B. Scattered trees	Lightly wooded landscape of deciduous and/or evergreen trees. Land cover mostly pervious (low plants). Zone function is natural forest, tree cultivation, or urban park.
3. Compact low-rise	Dense mix of low-rise buildings (1–3 stories). Few or no trees. Land cover mostly paved. Stone, brick, tile, and concrete construction materials.	C. Bush, scrub	Open arrangement of bushes, shrubs, and short, woody trees. Land cover mostly pervious (bare soil or sand). Zone function is natural scrubland or agriculture.
4. Open high-rise	Open arrangement of tall buildings to tens of stories. Abundance of pervious land cover (low plants, scattered trees). Concrete, steel, stone, and glass construction materials.	D. Low plants	Featureless landscape of grass or herbaceous plants/crops. Few or no trees. Zone function is natural grassland, agriculture, or urban park.
5. Open midrise	Open arrangement of midrise buildings (3–9 stories). Abundance of pervious land cover (low plants, scattered trees). Concrete, steel, stone, and glass construction materials.	E. Bare rock or paved	Featureless landscape of rock or paved cover. Few or no trees or plants. Zone function is natural desert (rock) or urban transportation.
6. Open low-rise	Open arrangement of low-rise buildings (1–3 stories). Abundance of pervious land cover (low plants, scattered trees). Wood, brick, stone, tile, and concrete construction materials.	F. Bare soil or sand	Featureless landscape of soil or sand cover. Few or no trees or plants. Zone function is natural desert or agriculture.
7. Lightweight low-rise	Dense mix of single-story buildings. Few or no trees. Land cover mostly hard-packed. Lightweight construction materials (e.g., wood, thatch, corrugated metal).	G. Water	Large, open water bodies such as seas and lakes, or small bodies such as rivers, reservoirs, and lagoons.
8. Large low-rise	Open arrangement of large low-rise buildings (1–3 stories). Few or no trees. Land cover mostly paved. Steel, concrete, metal, and stone construction materials.	VARIABLE LAND COVER PROPERTIES	
9. Sparsely built	Sparse arrangement of small or medium-sized buildings in a natural setting. Abundance of pervious land cover (low plants, scattered trees).	Variable or ephemeral land cover properties that change significantly with synoptic weather patterns, agricultural practices, and/or seasonal cycles.	
10. Heavy industry	Low-rise and midrise industrial structures (towers, tanks, stacks). Few or no trees. Land cover mostly paved or hard-packed. Metal, steel, and concrete construction materials.	b. bare trees	Leafless deciduous trees (e.g., winter). Increased sky view factor. Reduced albedo.
		s. snow cover	Snow cover >10 cm in depth. Low admittance. High albedo.
		d. dry ground	Parched soil. Low admittance. Large Bowen ratio. Increased albedo.
		w. wet ground	Waterlogged soil. High admittance. Small Bowen ratio. Reduced albedo.

Figura 30: Local Climate Zones - LCZs Fonte: Stewart e Oke ,2012, p. 1885

ANEXO II: ANÁLISE FATORIAL

Segundo Figueiredo Filho e Silva Júnior (2010), a realização de uma análise fatorial passa por três etapas: a) verificação da adequabilidade da base de dados e do padrão de correlação entre as variáveis; b) determinação da técnica de extração e do número de fatores a serem extraídos; c) decisão do tipo de rotação dos fatores.

Na primeira etapa quatro pontos devem ser observados: tamanho da amostra, correlações entre as variáveis, valor do KMO, valor do BTS. É aconselhável que o número de casos seja superior a 100 e que a razão entre casos/variáveis seja superior a cinco; a matriz de correlação entre as variáveis deve exibir a maior parte dos coeficientes com valores acima de 0.3; e o valor do KMO, que varia entre 0 e 1, deve ser superior a 0.5, sendo mais favorável a medida de se aproxima de 1, ruim entre 0.5 e 0.59, regular entre 0.6 a 0.69, mediano entre 0.70 e 0.79, bom entre 0.8 e 0.89 e excelente entre 0.9 e 1; por fim, o BTS deve ser estatisticamente significativo, sendo $p < 0,05$.

A segunda etapa consiste na determinação da técnica de extração e do número de fatores a serem extraídos. Há diversos métodos de extração de fatores, sendo o mais utilizado o método dos Componentes Principais. Em seguida, deve-se determinar o número de fatores a serem extraídos para melhor representar o padrão de correlação entre as variáveis observadas - nessa decisão, embora não haja consenso, admite-se geralmente que somente devem ser considerados os fatores com valores acima de um, e que juntos perfaçam a variância acumulada de pelo menos 60%.

A última etapa diz respeito à definição do método de rotação dos fatores, que consiste no método matemático que rotaciona os eixos no espaço geométrico. Basicamente existem dois métodos, o oblíquo e o ortogonal, sendo o tipo de rotação ortogonal Varimax o mais utilizado.

Na **análise fatorial efetuada nesta pesquisa**, a amostra contempla 1811 casos válidos, que correspondem à soma dos setores censitários (válidos) das quatro cidades estudadas; foram consideradas 10 variáveis, extraídas do censo 2010 (dados do Universo); a razão é de 181,1 casos por variável. A matriz de correlação entre as variáveis apresenta 85% dos coeficientes superiores a 0.3 (tabela 25); o KMO é de 0,86, considerado bom (tabela 24); o teste de BTS é estatisticamente significativo ($p < 0,000$). Utilizando-se o método de componentes principais, sugere-se a extração de dois fatores, que juntos explicam 71,547 % da variância das variáveis originais (tabela 27). A utilização do método de rotação ortogonal Varimax, a partir da matriz rotacionada (tabela 28) permitiu avaliar as cargas fatoriais de cada uma das variáveis em relação aos componentes extraídos. A partir daí foi possível interpretar conceitualmente os dois fatores, relacionados às características socioeconômicas e dos domicílios dos indivíduos (componente 1), e ao acesso à infraestrutura urbana (componente 2). A análise fatorial foi rodada no IBM SPSS *software*.

TESTE DE KMO E BARLETT		
Medida Kaiser-Meyer-Olkin de adequação de amostragem.		0,860
Teste de esfericidade de Bartlett	Aprox. Qui-quadrado	15108,253
	gl	45
	Sig.	0,000

Tabela 24: Teste de KMO e Bartlett Fonte: modelo SPSS

MATRIZ DE CORRELAÇÕES											
		V1	V2	V3	V4	V5	V6	V7	V8	V9	V10
Correlação	V1	1,000	-0,904	0,885	-0,526	-0,586	-0,582	0,866	-0,375	-0,395	-0,312
	V2	-0,904	1,000	-0,751	0,618	0,628	0,637	-0,790	0,409	0,435	0,343
	V3	0,885	-0,751	1,000	-0,368	-0,448	-0,452	0,789	-0,236	-0,299	-0,169
	V4	-0,526	0,618	-0,368	1,000	0,503	0,517	-0,482	0,355	0,347	0,294
	V5	-0,586	0,628	-0,448	0,503	1,000	0,663	-0,573	0,342	0,407	0,287
	V6	-0,582	0,637	-0,452	0,517	0,663	1,000	-0,587	0,383	0,501	0,278
	V7	0,866	-0,790	0,789	-0,482	-0,573	-0,587	1,000	-0,288	-0,350	-0,214
	V8	-0,375	0,409	-0,236	0,355	0,342	0,383	-0,288	1,000	0,670	0,725
	V9	-0,395	0,435	-0,299	0,347	0,407	0,501	-0,350	0,670	1,000	0,444
	V10	-0,312	0,343	-0,169	0,294	0,287	0,278	-0,214	0,725	0,444	1,000

Tabela 25: Matriz de correlações Fonte: modelo SPSS

COMUNALIDADES		
	Inicial	Extração
V1	1,000	0,902
V2	1,000	0,865
V3	1,000	0,763
V4	1,000	0,460
V5	1,000	0,557
V6	1,000	0,586
V7	1,000	0,830
V8	1,000	0,845
V9	1,000	0,644
V10	1,000	0,704

Método de extração: análise de componente principal

Tabela 26: Comunalidades Fonte: modelo SPSS

VARIÂNCIA TOTAL EXPLICADA									
Componente	Autovalores iniciais			Carregamentos ao quadrado			Carregamentos ao quadrado		
	Total	% de variância	% cumulativa	Total	% de variância	% cumulativa	Total	% de variância	% cumulativa
1	5,529	55,287	55,287	5,529	55,287	55,287	4,590	45,902	45,902
2	1,626	16,260	71,547	1,626	16,260	71,547	2,564	25,645	71,547
3	0,814	8,142	79,689						
4	0,608	6,082	85,771						
5	0,484	4,836	90,607						
6	0,319	3,185	93,793						
7	0,207	2,068	95,860						
8	0,194	1,942	97,802						
9	0,170	1,701	99,504						
10	0,050	0,496	100,000						

Método de extração: análise de componente principal.

Tabela 27: Variância total explicada Fonte: modelo SPSS

MATRIZ DE COMPONENTE ROTATIVA ^a		
	Componente	
	1	2
V1	-0,931	-0,189
V2	0,888	0,275
V3	-0,873	-0,017
V4	0,582	0,348
V5	0,670	0,329
V6	0,663	0,382
V7	-0,905	-0,106
V8	0,176	0,902
V9	0,294	0,747
V10	0,098	0,833

Método de Extração: Análise de Componente Principal.
Método de Rotação: Varimax com Normalização de Kaiser.^a

a. Rotação convergida em 3 iterações.

Tabela 28: Matriz de componente rotativa Fonte: modelo SPSS

ANEXO III: ANÁLISE DE *CLUSTER*

Segundo Figueiredo Filho *et al.* (2014), cinco etapas são necessárias para o planejamento de uma análise de *cluster*: a) seleção/identificação da amostra/população; b) seleção das variáveis; c) determinação da medida de similaridade e do método de aglomeração; d) definição do número de grupos (*clusters*); e) validação dos resultados.

Sobre a primeira etapa, os autores alertam que a amostra precisa ser grande o suficiente para que pequenos grupos da população sejam representados, sendo desejável ter no mínimo 50 casos para cada parâmetro estimado. A segunda etapa consiste na seleção das variáveis a serem utilizadas para calcular a similaridade entre os casos, essas, por sua vez, precisam ser teoricamente relevantes. Sobre a definição da medida de dissimilaridade, que representa a terceira etapa da análise, os autores sugerem que pesquisadores com pouca familiaridade com o método devem utilizar as medidas convencionais, a distância euclidiana e o quadrado da distância euclidiana. A quarta etapa da análise consiste na definição do método de aglomeração (método hierárquico, *k-mens* e *two-step*), assim como do número de grupos a serem criados, sendo uma escolha que deve ser teoricamente orientada. Por fim, a última etapa consiste na validação dos resultados, que pode ser observada, por exemplo, a partir de uma variável exógena, que não tenha sido utilizada no modelo.

A análise de *cluster* efetuada nesta pesquisa considerou 1811 casos, que correspondem aos setores censitários válidos, utilizados também na análise fatorial. As variáveis utilizadas derivam da análise fatorial apresentada anteriormente, que conforme demonstrado, resultou em dois fatores/componentes teoricamente relevantes, associados a duas dimensões: socioeconômica e de infraestrutura urbana. A medida de dissimilaridade empregada foi a distância euclidiana ao quadrado, e o método de aglomeração foi o *k-means*. Após diversas tentativas, chegou-se a definição de quatro grupos como sendo o melhor resultado obtido. A validação dos resultados se fez, sobretudo, a partir da espacialização dos grupos sociais nas quatro cidades estudadas, a partir da comparação com algumas variáveis exógenas isoladas (renda, por exemplo); e confrontando ao nosso conhecimento empírico a respeito da realidade intraurbana das cidades estudadas. A análise de *clusters* foi realizada no IBM SPSS *software*.